



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

2012

# Relatório de Atividades



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

2012

# Relatório de Atividades

São Luís  
2013

### **Organização**

Luiz Gonzaga Martins Coelho  
Diretor-Geral

Fabíola Fernandes Faheína Ferreira  
Diretora da Secretaria para Assuntos Institucionais

Cláudio Marcelo Araújo Amorim  
Assessor de Planejamento Geral

Lusélias Soares Sales Lopes  
Analista Ministerial

Rafael Rocha Ribeiro  
Analista Ministerial

Carla Antonio Sidrim Bezerra Lima  
Secretária Executiva da ASPLAN

### **Normalização**

Maria dos Remédios Ribeiro dos Santos  
Coordenadora de Documentação e Biblioteca

Conceição de Maria Lima Guedes  
Analista Ministerial

Rosicléa Pereira Rodrigues  
Analista Ministerial

### **Revisão**

Rogério Alex Pereira Abreu  
Técnico Ministerial

Rafael Rocha Ribeiro  
Analista Ministerial

Carla Antonio Sidrim Bezerra Lima  
Secretária Executiva da ASPLAN

### **Diagramação e arte**

Raimundo Nonato Penha Soares  
Assessor Técnico I

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO  
Rua Osvaldo Cruz, 1396 – Centro.  
São Luís – Maranhão – CEP: 65.020-910  
Fone: (98) 3219 1600 – www.mp.ma.gov.br

Maranhão. Ministério Público.

Relatório de atividades 2012. – São Luís: Procuradoria Geral de  
Justiça, 2013.

168 p.: il.

1. Ministério Público – Maranhão – Relatório I. Título.

CDU 347.963 (812.1)

**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO  
GESTÃO 2012**

**REGINA LÚCIA DE ALMEIDA ROCHA**  
Procuradora-Geral de Justiça

**SUVAMY VIVEKANANDA MEIRELES**  
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos  
Jurídicos

**TEREZINHA DE JESUS GUERREIRO BONFIM**  
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos  
Administrativos

**SELENE COELHO DE LACERDA**  
Corregedora-Geral do Ministério Público

**JOAQUIM HENRIQUE DE CARVALHO LOBATO**  
Subcorregedor-Geral do Ministério Público

**MARILÉA CAMPOS DOS SANTOS COSTA**  
Ouvidora-Geral do Ministério Público

**LAERT PINHO DE RIBAMAR**  
Assessoria da PGJ

**THEMIS MARIA PACHECO DE CARVALHO**  
Diretora da Escola Superior do Ministério Público

**MÁRCIO THADEU SILVA MARQUES**  
Coordenador do Centro de Apoio Operacional da  
Infância e Juventude

**LUIS FERNANDO CABRAL BARRETO JUNIOR**  
Coordenador do Centro de Apoio Operacional de  
Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural

**JOSÉ HENRIQUE MARQUES MOREIRA**  
Coordenador do Centro de Apoio Operacional da  
Probidade Administrativa e Defesa do Patrimônio  
Público

**JOSÉ ARGÔLO FERRÃO COELHO**  
Coordenador do Centro de Apoio Operacional de  
Direitos Humanos e Cidadania

**FRANCISCO DAS CHAGAS BARROS DE  
SOUSA**  
Coordenador do Centro de Apoio Operacional de  
Defesa da Saúde

**LÍGIA MARIA DA SILVA CAVALCANTI**  
Coordenadora do Centro de Apoio Operacional  
do Controle Externo da Atividade Policial

**RONALD PEREIRA DOS SANTOS**  
Coordenador do Centro de Apoio Operacional de  
Proteção ao Idoso e Pessoa com Deficiência

**JOSÉ CLÁUDIO CABRAL MARQUES**  
Coordenador do Centro de Apoio Operacional  
Criminal

**LÍTIA TERESA COSTA CAVALCANTI**  
Coordenadora do Centro de Apoio Operacional  
do Consumidor

**LUIZ GONZAGA MARTINS COELHO**  
Diretor-Geral

**FABÍOLA FERNANDES FAHEÍNA FERREIRA**  
Diretora da Secretaria para Assuntos  
Institucionais

**ABELARDO TEIXEIRA BALUZ**  
Secretário Administrativo-Financeiro

**ANDRÉ FIGUEIREDO**  
Coordenador de Assuntos Estratégicos e  
Inteligência

**ROSEANE BRANDÃO PANTOJA**  
Coordenadora de Administração

**IVONEIDE QUEIROZ SANTOS**  
Coordenadora de Gestão de Pessoas

**TATIANA ALVES DE PAULA**  
Coordenadora de Orçamento e Finanças

**MARIA DOS REMÉDIOS RIBEIRO DOS SANTOS**  
Coordenadora de Documentação e Biblioteca

**RODRIGO CALDAS FREITAS**  
Coordenador de Comunicação

**ALAN ROBERT DA SILVA RIBEIRO**  
Coordenador de Modernização  
e Tecnologia da Informação

**ANA MARIA ÁLVARES NUNES DO REGO**  
Coordenadora de Processos

**JOSÉ DE RIBAMAR RODRIGUES FURTADO**  
Coordenador de Serviços Gerais

**ANTÔNIO BATISTA BEZERRA NETO**  
Coordenador de Obras, Engenharia e Arquitetura

**JOSÉ WALTER GONÇALVES SILVA JÚNIOR**  
Coordenador da Folha de Pagamento

**VICEMIR TEIXEIRA MOTA FONTENELLE**  
Presidente da Comissão Permanente de  
Licitação

**CARLOS ALBERTO PINHEIRO BARROS JÚNIOR**  
Assessor-Chefe de Auditoria

**CARMEN LIGIA PAIXÃO VIANA**  
Assessora-Chefe de Controle Interno

**WALTER DA CONCEIÇÃO ANDRADE BRAGA**  
Assessor-Chefe da Assessoria Técnica

**LUCAS ARAÚJO DUAILIBE PINHEIRO**  
Assessor-Chefe da Assessoria Jurídica da  
Administração

**CLÁUDIO MARCELO ARAÚJO AMORIM**  
Assessor-Chefe do Planejamento Geral

**ANDREA DE MELO NOGUEIRA DUARTE**  
Chefe do Cerimonial

## **CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Biênio Novembro/2011 - Novembro/2013<sup>1</sup>

### **TITULARES**

Regina Lúcia de Almeida Rocha  
Procuradora-Geral

Selene Coelho de Lacerda  
Corregedora-Geral

Francisco das Chagas Barros de Sousa  
Conselheiro

Raimundo Nonato de Carvalho Filho  
Conselheiro

Suvamy Vivekananda Meireles  
Conselheiro

Rita de Cassia Maia Baptista Moreira  
Conselheira

Eduardo Jorge Hiluy Nicolau  
Conselheiro

### **SUPLENTES**

José Argôlo Ferrão Coêlho – Conselheiro  
Joaquim Henrique de Carvalho Lobato – Conselheiro  
Themis Maria Pacheco de Carvalho – Conselheira  
Maria Luiza Ribeiro Martins Cutrim – Conselheira

## **COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Ana Lúcia de Mello e Silva Morais  
Carlos Nina Everton Cutrim  
César Queiroz Ribeiro  
Clodenilza Ribeiro Ferreira  
Domingas de Jesus Froz Gomes  
Eduardo Jorge Hiluy Nicolau  
Flávia Tereza de Viveiros Vieira  
Francisco das Chagas Barros de Sousa  
Iraci Martins Figueiredo Aguiar  
Joaquim Henrique de Carvalho Lobato  
José Antonio Oliveira Bents  
José Argolo Ferrão Coelho  
José Henrique Marques Moreira  
Krishnamurti Lopes Mendes França  
Lígia Maria da Silva Cavalcanti  
Marco Antonio Anchieta Guerreiro

Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro  
Maria dos Remédios Figueiredo Serra  
Maria Luiza Ribeiro Martins Cutrim  
Mariléa Campos dos Santos Costa  
Paulo Roberto Saldanha Ribeiro  
Raimundo Nonato de Carvalho Filho  
Regina Lúcia de Almeida Rocha  
Regina Maria da Costa Leite  
Rita de Cassia Maia Baptista Moreira  
Sâmara Ascar Sauaia  
Selene Coelho de Lacerda  
Suvamy Vivekananda Meireles  
Teodoro Peres Neto  
Terezinha de Jesus Guerreiro Bonfim  
Themis Maria Pacheco de Carvalho

---

1 Os Conselheiros foram empossados dia 18/11/2011. Modificado dia 14/06/2012

## PROMOTORES(AS) DE JUSTIÇA DISTRIBUÍDOS POR ENTRÂNCIA – ANO 2012

### ENTRÂNCIA FINAL (TOTAL: 98 – em ordem alfabética)

Abel José Rodrigues Neto  
Adelia Maria Souza Rodrigues Moraes  
Alineide Martins Rabelo Costa  
Ana Luíza Almeida Ferro  
Ana Teresa Silva de Freitas  
Andria Márcia Ribeiro de Souza  
Antônio Augusto Nepomuceno Lopes  
Araceles Lima Ribeiro  
Arnoldo Jorge de Castro Ferreira  
Augusto Aurélio Anceles Lima  
Carlos Alberto Garcia  
Carlos Augusto da Silva Oliveira  
Carlos Henrique Rodrigues Vieira  
Carlos Jorge Avelar Silva  
Christiane de Maria Ericeira Silva  
Cláudio Alberto Gabriel Guimarães  
Cláudio Luiz Frazão Ribeiro  
Danilo José de Castro Ferreira  
Doracy Moreira Reis Santos  
Ednarg Fernandes Marques  
Eduardo Daniel Pereira Filho  
Eliane da Costa Ribeiro Azor  
Elyjeane Alves de Carvalho  
Esdras Liberalino Soares Junior  
Fanny de Sousa Brandes  
Fernanda Helena Nunes Ferreira  
Fernanda Maria Gonçalves de Carvalho  
Francisco de Aquino da Silva  
Giorgionni Matos Lauande Fonseca  
Gladston Fernandes de Araújo  
Haroldo Paiva de Brito  
Herbert Costa Figueiredo  
Ironilde Sousa Ribeiro  
João Leonardo Sousa Pires Leal  
José Augusto Cutrim Gomes  
José Cláudio Almada Lima Cabral Marques  
José Coêlho Neto  
José Lucíolo Gorayeb Santos  
José Osmar Alves  
José de Ribamar Sanches Prazeres  
Justino da Silva Guimarães  
Karla Adriana Holanda Farias Vieira  
Laert Pinho de Ribamar  
Lena Cláudia Ripardo Pauxis  
Lítia Teresa Costa Cavalcante  
Lize de Maria Brandão de Sá Costa  
Lúcia Cristiana Silva Chagas  
Luís Carlos Correa Duarte  
Luís Fernando Cabral Barreto Junior  
Luiz Muniz Rocha Filho  
Luiz Gonzaga Martins Coelho  
Lusival Santos Gaspar Dutra  
Márcia Haydée Porto de Carvalho  
Márcia Lima Buhatem  
Márcia Moura Maia  
Márcio Thadeu Silva Marques  
Marco Aurélio Batista Barros  
Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues  
Marcos Valentim Pinheiro Paixão  
Maria da Glória Mafra Silva  
Maria da Graça Peres Soares Amorim  
Maria de Fátima Santana Borges  
Maria de Jesus Rodrigues Araújo Heilmann  
Maria de Lurdes Sousa Ribeiro  
Maria do Socorro Assunção Gomes  
Maria do Socorro Viegas Leite  
Maria Luciane Lisboa Belo  
Maria Teresa Pestana Chaves Barros  
Marinete Ferreira Silva Avelar  
Martha Helena Costa Ribeiro  
Maruschka de Mello e Silva  
Moema Figueiredo Viana Pereira  
Nacor Paulo Pereira dos Santos  
Núbia Zeile Pinheiro Gomes  
Orfileno Bezerra Neto  
Orlando Pacheco de Andrade Filho  
Oziel Costa Ferreira Neto  
Paulo Roberto Babosa Ramos  
Paulo Silvestre Avelar Silva  
Pedro Lino Silva Curvelo  
Raimundo Nonato Sousa Cavalcante  
Raquel Silva de Castro  
Ricardo Henrique de Almeida  
Rodolfo Soares dos Reis  
Ronald Pereira dos Santos  
Rosanna Conceição Gonçalves  
Sandra Lúcia Mendes Alves  
Sarah Albuquerque de Sousa Santos  
Sebastiana de Cássia Araujo Muniz  
Selma Regina Souza Martins  
Sirlei de Castro Aires Rodrigues  
Susete Marques Palmeira  
Valdenir Cavalcante Lima  
Vicente de Paulo Silva Martins  
Washington Luiz Maciel Cantanhede  
Willer Siqueira Mendes Gomes  
Zanony Passos Silva Filho

## ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA (TOTAL: 111 – em ordem alfabética)

Agamenon Batista de Almeida Júnior  
Albert Lages Mendes  
Alessandro Brandão Marques  
Aline Silva Albuquerque  
Alline Matos Pires  
Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite  
Ana Cláudia Cruz dos Anjos  
André Luís Lopes Rocha  
André Charles Alcântara Martins Oliveira  
Antonio Borges Nunes Júnior  
Antônio Coelho Soares Júnior  
Antônio de Pádua Luz  
Antônio Lisboa de Castro Viana Junior  
Camila Gaspar Leite  
Carla Mendes Pereira Alencar  
Carla Tatiana Pereira de Jesus  
Carlos César Silva Lindoso  
Carlos Róstão Martins Freitas  
Carlos Henrique Brasil Teles de Menezes  
Carlos Rafael Fernandes Bulhão  
Carlos Serra Martins  
Cássius Guimarães Chai  
Cláudio José Sodré  
Cláudio Rebêlo Correia Alencar  
Cristiane Gomes Coelho Maia Lago  
Cristiane Carvalho de Melo  
Dailma Maria de Melo Brito  
Domingos Eduardo da Silva  
Douglas Assunção Nojosa  
Edilson Santana de Sousa  
Eduardo Borges Oliveira  
Elisabeth Albuquerque de Sousa Mendonça  
Emmanuel José P. Netto Guterres Soares  
Emmanuella S. de Barros Bello Peixoto  
Eveline Barros Malheiros  
Fábio Meneses de Miranda  
Fábio Henrique Meireles Mendes  
Fabiola Fernandes Faheina Ferreira  
Fátima Maria Sousa Arôso Mendes  
Fernando Evelin de Miranda Meneses  
Flávia Valéria Nava Silva  
Francisco Teomário Serejo Silva  
Frank Teles de Araújo  
Frederick Bacellar Ribeiro  
Gabriela Brandão da Costa Tavernard  
Geraulides Mendonça de Castro  
Gilberto Câmara França Júnior  
Giovanni Papini Cavalcante Moreira  
Giselle Silva da Cunha Santos Arôso  
Glauce Mara Lima Malheiros  
Gleudson Malheiros Guimarães  
Guaracy Martins Figueiredo  
Gustavo Antônio Chaves Dias  
Gustavo de Oliveira Bueno  
Henrique Helder de Lima Pinho  
Herlane Maria Fernandes de Carvalho  
Ilana Franco Bouéres Laender Morais  
Ilma de Paiva Pereira  
Isabelle de Carvalho Fernandes Saraiva  
Jadilson Cirqueira de Sousa  
Jerusa Capistrano Pinto Bandeira  
João Marcelo Moreira Trovão  
Joaquim Ribeiro de Souza Júnior  
John Derrick Barbosa Braúna  
Jorge Luís Ribeiro de Araújo  
José Alexandre Rocha  
José das Chagas Leitão Júnior  
José Jailton Andrade Cardoso  
Klycia Luiza Castro de Menezes  
Lana Cristina Barros Pessoa  
Lays Gabriella Pedrosa Souza  
Leonardo Rodrigues Tupinambá  
Letícia Tereza Sales Freire  
Linda Luz Matos Carvalho  
Lindonjonson Gonçalves de Sousa  
Luís Samarone Batalha Carvalho  
Márcio José Bezerra Cruz  
Marco Antônio Camardella da Silveira  
Marco Antônio Santos Amorim  
Marco Aurélio Ramos Fonseca  
Maria José Lopes Corrêa  
Moisés Caldeira Brant  
Nadja Veloso Cerqueira  
Nahyma Ribeiro Abas  
Newton de Barros Bello Neto  
Norimar Gomes Nascimento Campos  
Pablo Bogéa Pereira Santos  
Patrícia Espínola Passos Silva  
Paulo José Miranda Goulart  
Raimundo Benedito Barros Pinto  
Raquel Chaves Duarte Sales  
Raquel Pires de Castro  
Reginaldo Júnior Carvalho  
Rodrigo de Vasconcelos Ferro  
Rosalvo Bezerra de Lima Filho  
Ruy Antônio Vieira de Carvalho  
Samara Cristina Mesquita Pinheiro  
Samaroni de Sousa Maia  
Samira Mercês dos Santos  
Sandra Soares de Pontes  
Sandro Pofahl Bísvaro  
Saulo Jerônimo Leite Barbosa de Almeida  
Sérgio Henrique Furtado Coêlho  
Sérgio Ricardo Souza Martins  
Sidneya Madalena M. Nazareth Liberato  
Tarcísio José Sousa Bonfim  
Theresa Maria Muniz Ribeiro de La Iglesia  
Uiudara de Mello Medeiros  
Vicente Gildásio Leite Júnior  
Wladimir Soares de Oliveira

## **ENTRÂNCIA INICIAL (TOTAL: 66 – em ordem alfabética)**

Aarão Carlos Lima Castro  
Alenilton Santos da Silva Junior  
Ana Virgínia Pinheiro Holanda de Alencar  
Benedito de Jesus Nascimento Neto  
Bianka Sekeff Salem Rocha  
Carlos Augusto Ribeiro Barbosa  
Carlos Augusto Soares  
Carlos Henrique Soares Monteiro  
Carlos Pinto de Almeida Júnior  
Celso Antônio Fernandes Coutinho  
Cláudio Borges dos Santos  
Clodoaldo Nascimento de Araújo  
Clodomir Bandeira Lima Neto  
Cristiane dos Santos Donatini  
Crystian Gonzalez Boucinhas  
Elisete Pereira dos Santos  
Érica Éllen Beckman da Silva  
Fábio Murilo da Silva Portela  
Fernando Antonio Berniz Aragão  
Fernando José Alves Silva  
Francisco de Assis Silva Filho  
Francisco de Assis da Silva Júnior  
Francisco Fernando de Moraes Meneses Filho  
Gabriel Sodrê Gonçalves  
Hagamenon de Jesus Azevedo  
João José e Silva Veras  
José Carlos Faria Filho  
José Emanuel da Silva e Sousa  
José Márcio Maia Alves  
Juarez Medeiros Filho  
Júlio Aderson Borralho Magalhães Segundo  
Karen Fuly de Castro  
Karina Freitas Chaves  
Karine Guará Brusaca Pereira  
Karini Kirmis Viegas  
Larissa Sócrates de Bastos  
Laura Amélia Barbosa  
Leonardo Santana Modesto  
Lícia Ramos Cavalcante Muniz  
Lindemberg do Nascimento Malagueta Vieira  
Lúcio Leonardo Froz Gomes  
Luís Eduardo Souza e Silva  
Maria Cristina Lima Lobato Murillo  
Maria do Nascimento Carvalho Serra  
Marina Carneiro Lima  
Michelle Adriane Saraiva Silva  
Nelson Nedes Ribeiro Guimarães  
Ossian Bezerra Pinho Filho  
Paloma Ribeiro Gonçalves de Pinho Reis  
Patrícia Fernandes Gomes Ferreira  
Paulo Roberto da Costa Castilho  
Raimundo Nonato Leite Filho  
Reinaldo Campos Castro Júnior  
Renato Igor Vitorino Aragão  
Ricardo Misko Campineiro  
Rita de Cássia Pereira Souza  
Rodrigo Ronaldo Martins Rebelo da Silva  
Romero Lucas Rangel Piccoli  
Sandra Fagundes Garcia  
Sandro Carvalho Lobato de Carvalho  
Sílvia Menezes de Miranda  
Tharles Cunha Rodrigues Alves  
Valéria Chaib Amorim de Carvalho  
Weskley Pereira de Moraes  
Williams Silva de Paiva





## APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta o resultado dos esforços empreendidos no ano de 2012 pelos membros, servidores e estagiários do Ministério Público do Estado do Maranhão.

O ano de 2012 chegou ao fim e deixou em todos os membros e servidores do *Parquet* maranhense o sentimento de dever cumprido. Inúmeras realizações douraram os horizontes da Instituição, que cresceu, tanto do ponto de vista do patrimônio físico, como do ponto de vista institucional.

Exaltamos nos últimos meses como prioridade absoluta a dignificação dos padrões remuneratórios dos promotores e procuradores de justiça da ativa e aposentados, e bem assim, dos nossos servidores, em razão do esforço e da determinação de cada um por manter a credibilidade e tradição do Ministério Público perante a sociedade maranhense.

Neste contexto, concretizou-se o compromisso de promover uma gradual recomposição dos subsídios e vencimentos e o efetivo pagamento de diferenças vencimentais, acumuladas ao longo dos anos.

Inúmeros foram os desafios enfrentados para manter a Instituição funcionando a contento e garantir a perenidade de suas realizações.

A Instituição aprimorou sua estrutura organizacional e administrativa, buscando a efetividade de sua atuação e dos serviços prestados.

Foram modernizados diversos setores administrativos e criados novos cargos na Ouvidoria, Corregedoria, Diretoria Geral, visando à tramitação mais célere dos processos administrativos, bem como instalados os Centros de Apoio Operacionais do Consumidor e Criminal para melhor acompanhamento dos órgãos de execução e cumprimento da atividade finalística da Instituição.

Vários projetos foram lançados dentro das diretrizes do Planejamento Estratégico abrangendo as áreas de combate à violência doméstica, a transparência fiscal e administrativa, corrupção e desarticulação de organizações criminosas, meio ambiente e infância e juventude.

A sociedade maranhense reconhece a relevância do Ministério Público por ser uma instituição permanente e garantidora dos direitos do cidadão. E os cidadãos conscientes procuram com maior frequência o *Parquet* timbira.

Sendo assim, o Ministério Público vem lidando com demandas sociais cada vez maiores.

O Ministério Público brasileiro precisa ser eficiente e eficaz para alcançar a excelência na prestação de serviços relevantes à sociedade.

O resultado das ações e projetos desenvolvidos deve-se ao esforço de todos os membros e servidores, traduzindo-se no aprimoramento da gestão, sobretudo do relacionamento com o público interno e a sociedade, difundindo uma cultura de qualidade e produtividade.

**REGINA LÚCIA DE ALMEIDA ROCHA**  
Procuradora-geral de Justiça



## SUMÁRIO

<b>1 MISSÃO INSTITUCIONAL</b> .....	13
<b>2 ESTADO DO MARANHÃO</b> .....	15
<b>3 MINISTÉRIO PÚBLICO</b> .....	17
<b>4 MINISTÉRIO PÚBLICO MARANHENSE</b> .....	18
4.1 Procuradoria Geral de Justiça .....	18
4.2 Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça .....	19
4.3 Assessoria da Procuradora-Geral de Justiça .....	20
4.4 Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos .....	25
4.5 Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos .....	26
4.6 Colégio de Procuradores de Justiça .....	27
4.7 Conselho Superior do Ministério Público .....	28
4.8 Corregedoria Geral do Ministério Público .....	31
4.9 Procuradorias de Justiça .....	34
4.10 Promotorias de Justiça .....	34
4.11 Escola Superior do Ministério Público .....	35
4.12 Centros de Apoio Operacional .....	37
4.13 Ouvidoria do Ministério Público .....	58
4.14 Assessorias .....	60
4.15 Comissão de Concurso .....	65
4.16 Diretoria Geral .....	65
4.17 Secretaria para Assuntos Institucionais .....	68
4.18 Secretaria Administrativo-Financeira .....	77
4.19 Estagiários .....	77
<b>5 RECURSOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b> .....	78
5.1 Recursos Humanos .....	78
5.2 Recursos Orçamentários e Financeiros .....	84
5.2.1 Orçamento do Ministério Público e da Transparência da Gestão .....	84
5.3 Recursos Administrativos .....	86
5.3.1 Coordenadoria de Gestão de Pessoas .....	86
5.3.2 Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura .....	90
5.3.3 Comissão Permanente de Licitação .....	92
5.3.4 Coordenadoria de Serviços Gerais .....	94
5.3.5 Coordenadoria de Documentação e Biblioteca .....	99
5.3.6 Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação .....	103
5.3.7 Coordenadoria de Comunicação .....	112
5.3.8 Cerimonial .....	118
<b>6 ATOS NORMATIVOS 2012</b> .....	123
<b>7 ANEXOS</b> .....	127
Anexo A – Quadro Comparativo das Ações Penais em 2012	
Anexo B – Quadro Comparativo das Ações Cíveis em 2012	



## 1 MISSÃO INSTITUCIONAL

*“O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”.  
(art. 127 da Constituição Federal/1988).*





## 2 ESTADO DO MARANHÃO

Localizado no oeste da região nordeste do Brasil, o Maranhão ocupa uma área de 331.983,293 km<sup>2</sup>. É o segundo maior estado da Região Nordeste e o oitavo maior estado do Brasil.

Com população estimada de 6.574.789 habitantes e densidade demográfica de 19,81 hab/km<sup>2</sup>, possui 217 municípios, entre eles a capital, São Luís.

Em termos de produto interno bruto (PIB), é o quarto estado mais rico da Região Nordeste e o 16<sup>o</sup> estado mais rico do Brasil. Sua economia é baseada em agricultura, pecuária, comércio, indústria e extrativismo.

O Maranhão possui uma grande diversidade de ecossistemas. São 640 quilômetros de extensão de praias tropicais, floresta amazônica, cerrados, mangues, delta em mar aberto e o único deserto do mundo com milhares de lagoas de águas cristalinas. Essa diversidade está organizada em cinco polos turísticos, cada um com seus atrativos naturais, culturais e arquitetônicos. São eles: o polo turístico de São Luís, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, o Parque Nacional da Chapada das Mesas, o Delta do Parnaíba e o polo da Floresta dos Guarás.

A capital, São Luís, possui uma belíssima área de casarões históricos que ocupa 250 hectares e envolve três mil e quinhentas construções. A beleza e a importância histórica deste acervo arquitetônico foram reconhecidas em 1997, pela Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura (UNESCO), que concedeu à cidade o título de Patrimônio Cultural da Humanidade.

Inobstante, o Maranhão tem um Índice de Desenvolvimento Humano igual a 0,683, segundo pior IDH na lista dos estados brasileiros. O estado possui a segunda pior expectativa de vida do Brasil e concentra os municípios mais carentes da federação. Tal realidade torna-se um imperativo para uma atuação firme e comprometida do *Parquet* maranhense, visando a superação dos baixos indicadores sócio-econômicos que afligem os cidadãos e cidadãs maranhenses.





### 3 MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público é o órgão Estatal que tem como função principal zelar pela boa aplicação da lei, pela ordem jurídica e pelo estado democrático de direito e foi criado para defender os interesses da sociedade. Cabe-lhe, enquanto um agente de transformação a serviço da cidadania, dos interesses sociais e da democracia, tomar providências para que se cumpra a lei, quando por exemplo, um grupo de pessoas, a comunidade ou a própria sociedade se sente lesada em algum de seus direitos garantidos por lei.

Segundo o artigo 27 da Constituição Federal de 1988, o *“Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”*.

O Ministério Público é uma instituição independente e, apesar de ligada ao Estado, não é vinculada a nenhum dos poderes da República, sendo dotada de ampla autonomia administrativa, funcional e financeira, exercendo parte da soberania estatal. Enquanto órgão estatal, deve observar os princípios gerais da administração pública, estabelecidos no art. 37 da Carta Magna, quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Dentre as atribuições definidas pela Constituição Federal ao Ministério Público estão a defesa dos direitos dos cidadãos e cidadãs, do meio-ambiente, da saúde pública, do direito à vida e do combate aos que a ela se opõem (poluentes, traficantes, assaltantes, etc.), das Instituições Públicas, dos hipossuficientes (a exemplo das crianças, adolescentes, idosos, populações indígenas), de interesses sociais e individuais indisponíveis.

Além das já citadas, pode-se ainda referir à atribuição do Ministério Público o exercício de outras funções que lhe sejam conferidas, desde que compatíveis com a sua finalidade, como: a vistoria de estabelecimentos prisionais e dos que abriguem idosos, crianças e adolescentes, incapazes ou pessoas portadoras de deficiência; a manifestação em processos judiciais em que sua presença seja obrigatória por lei, na condição de *custos legis* (fiscal da lei); a interposição de recursos das decisões judiciais nos diversos tribunais existentes, desde que a matéria seja da sua atribuição; a intervenção na condição de *custos legis* nas demandas penais de natureza privada (ação penal privada); a participação em todos os atos preparatórios e os propriamente ditos relativos à eleição e apuração de votos; a intervenção nas causas em que haja interesses de incapazes e nas concernentes ao estado da pessoa, ao pátrio poder, à tutela, à curatela, à interdição, ao casamento, à declaração de ausência e disposições de última vontade.



## 4 O MINISTÉRIO PÚBLICO MARANHENSE

O Ministério Público do Maranhão tem como patrono o Dr. Celso Magalhães, insigne “Promotor Público” (denominação usada à época), que, dentre outras honrosas ações em defesa dos direitos humanos, conseguiu levar a julgamento em pleno regime escravagista uma poderosa senhora da sociedade maranhense acusada de assassinar violentamente um escravo, tornando-se conhecido como “Caso da Baronesa”, retratado com fidelidade nas páginas de “Os Tambores de São Luís”, do escritor maranhense Josué Montello.

A organização e funcionamento do *Parquet* maranhense está estabelecida pela Lei Federal nº 8.625/95 e, no âmbito estadual, pela Lei Complementar nº 013/91. É composto dos seguintes órgão e/ou instâncias:

### 4.1 Procuradoria Geral de Justiça

Órgão da Administração Superior do Ministério Público, chefiada pelo Procurador-Geral de Justiça que é nomeado pelo Governador do Estado dentre os integrantes da carreira em exercício há mais de 10 anos para mandato de dois anos, permitida uma recondução, a partir de lista tríplice formada em eleição pelos Membros da Instituição.

É a unidade administrativa central do Ministério Público do Estado e é onde ficam instaladas as sedes funcionais do *Procurador-Geral de Justiça*, do *Corregedor-Geral*, do *Colégio de Procuradores de Justiça* e do *Conselho Superior do Ministério Público*. É também o órgão de execução responsável pela ação penal pública quando o crime for praticado pelo Vice-Governador e deputados estaduais (crimes comuns); Secretários de Estado, Procurador-Geral do Estado e o Defensor Público Geral do Estado, exceto nos crimes de responsabilidade conexos com os do Governador do

Estado; Juízes de Direito e Membros do Ministério Público, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral; Juízes da Justiça Militar, o Comandante-Geral da Polícia Militar; Procuradores do Estado e Defensores Públicos; Prefeitos, Vice-prefeitos e Vereadores. O Procurador-Geral ajuíza ação direta de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual e atua em todos os processos de competência originária do Tribunal de Justiça, podendo delegar a outro membro do Ministério Público suas funções.

O Procurador-Geral de Justiça, para o desempenho de suas atribuições, conta com o auxílio da Assessoria Especial, a qual é constituída preferencialmente por membros do Ministério Público de sua livre escolha e chefiada por um deles.

#### 4.2 Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça

No curso do ano de 2012, o Gabinete da Procuradoria Geral de Justiça movimentou **13.472 (treze mil quatrocentos e setenta e dois)** processos e expediu **1.364 (um mil trezentos e sessenta e quatro)** ofícios e **318 (trezentos e dezoito)** memorandos, discriminados a seguir.

**Tabela 1 - Ofícios e Memorandos expedidos em 2012**

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
Ofícios Expedidos do Procurador-Geral GP	1.323
Ofícios Expedidos do Chefe de Gabinete CG	12
Ofícios Circulares GP	29
Memorandos GP	243
Memorandos CG	75
<b>TOTAL</b>	<b>1.682</b>

Fonte: Gabinete da PGJ

**Tabela 2 - Processos movimentados no sistema por setores**

SETORES	QUANTIDADE
Assessoria Especial	2.832
Assessoria Técnica	34
Assessoria de Comunicação	10
Assessoria de Controle Interno	250
Auditoria Interna	03
Arquivo	807
Biblioteca	37
Comissão Permanente de Licitação	55
Chefia de Cerimonial	198
CAOp Meio Ambiente	05
CAOp Defesa Direitos Humanos	01

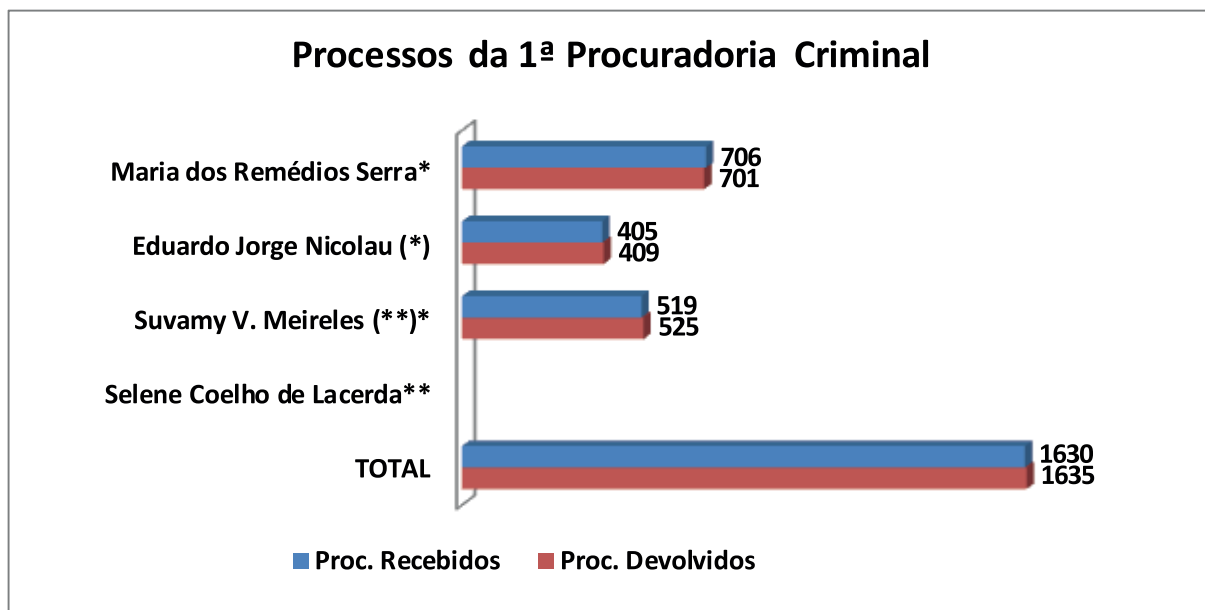
SETORES	QUANTIDADE
CAOp Saúde	06
CAOp Infância e Juventude	03
CAOp Probidade Administrativa	02
Colégio de Procuradores	10
Corregedoria	822
Coordenação de Serviços Gerais	147
Coordenação de Orçamento e Finanças	705
Coordenação de Administração	24
Conselho Superior	128
Coordenadoria de Folha de Pagamento	181
Coordenadoria de Gestão de Pessoas	5.055
Coord. de Modernização e Tecn. da Informação	32
Coord. de Obra e Engenharia e Arquitetura	27
Diretoria Geral	723
Escola Superior Ministério Público	01
GECOC	63
Ouvidoria	02
Protocolo	429
Procuradores de Justiça	19
Sec. Administrativo Financeira	187
Sub Procurador Geral p/ Assuntos Jurídicos	49
Sub Procurador Geral p/ Assuntos Administrativos	346
Sec. Assuntos Institucionais	207
Setor Médico	72
<b>TOTAL DE PROCESSOS ENCAMINHADOS</b>	<b>13.472</b>

Fonte: Gabinete da PGJ

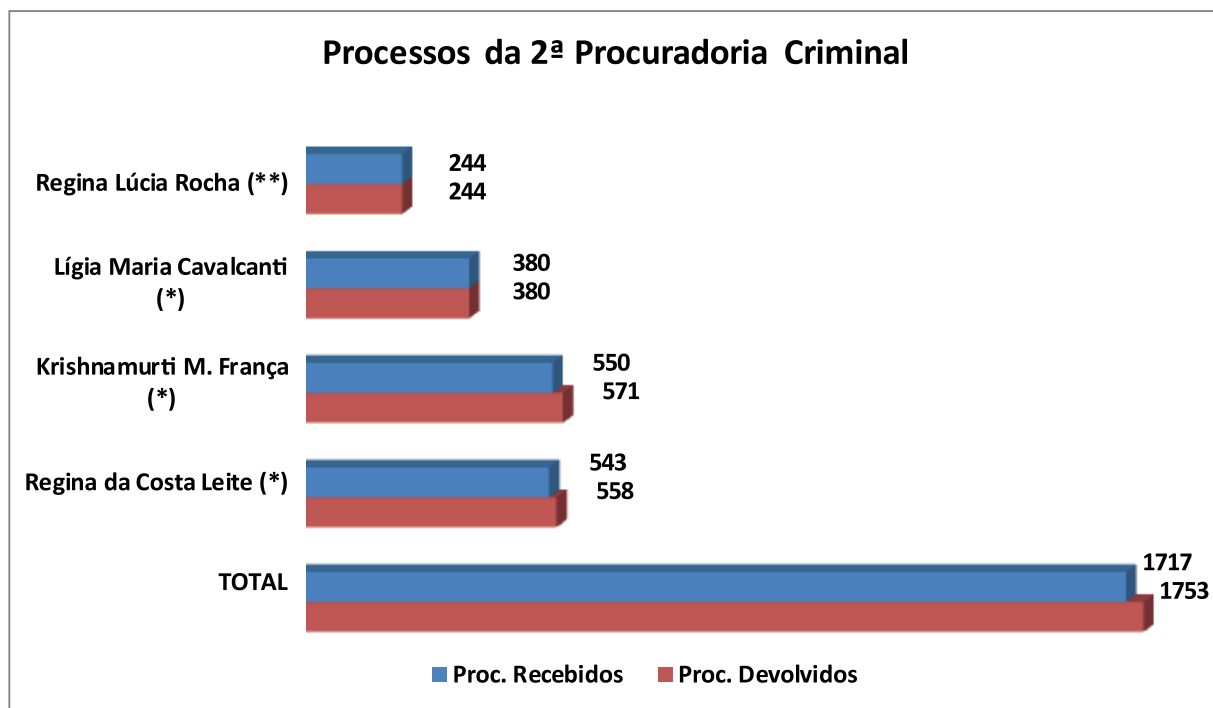
#### 4.3 Assessoria Especial da Procuradora Geral de Justiça

A composição da Assessoria é de livre escolha do Procurador-Geral, sendo constituída preferencialmente por membro do Ministério Público. Incumbe auxiliá-lo no desempenho de suas atribuições, cabendo a chefia necessariamente a um membro do Ministério Público. Importa dizer que a Assessoria está vinculada à Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, auxiliando o Subprocurador e o Procurador-Geral de Justiça nas suas atribuições.

## CÂMARAS CRIMINAIS

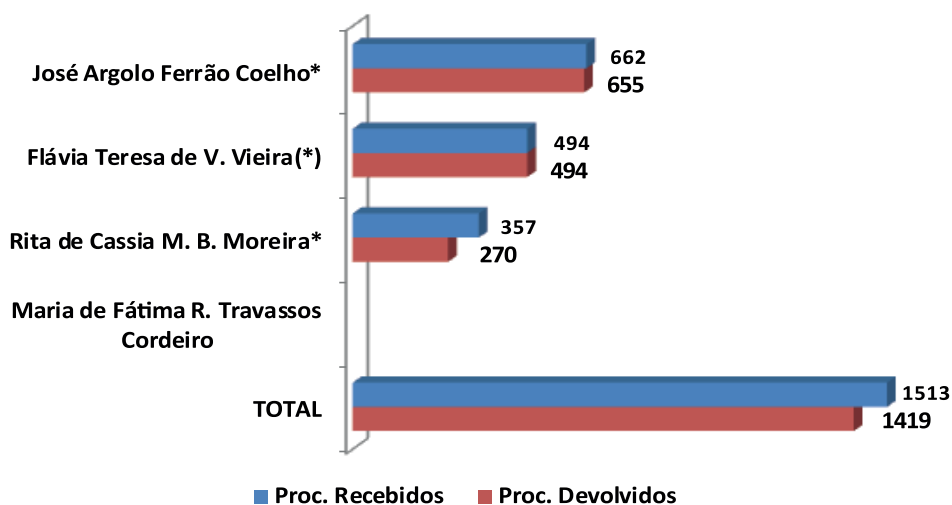


**Gráfico 1:** Movimentação Processual dos Procuradores da 1ª Procuradoria Criminal em 2012



**Gráfico 2:** Movimentação Processual dos Procuradores da 2ª Procuradoria Criminal em 2012

### Processos da 3ª Procuradoria Criminal



**Gráfico 3:** Movimentação Processual dos Procuradores da 3ª Procuradoria Criminal em 2012

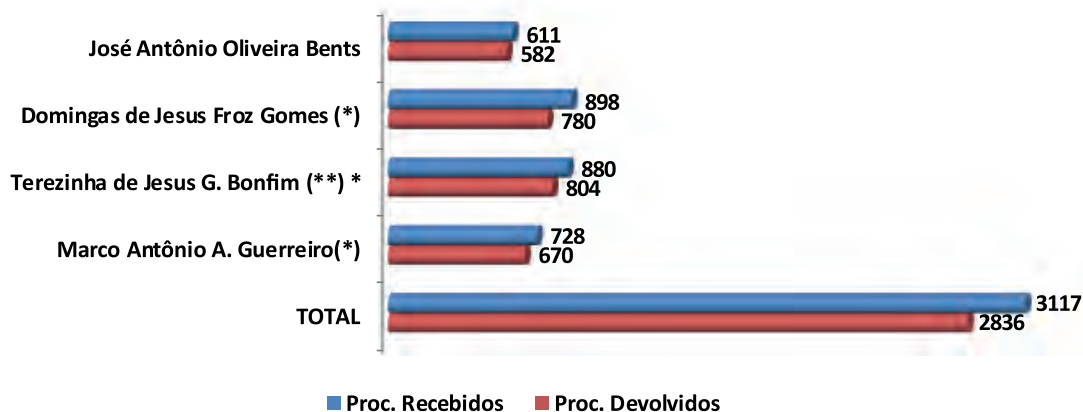
**Tabela 3:** Total da Movimentação Processual dos Procuradores das Procuradorias Criminais em 2012

Total da Movimentação Processual em 2012	Número de Processos Recebidos	Número de Processos Devolvidos
	4.860	4.807

Fonte: Assessoria Especial da PGJ

### CÂMARAS CÍVEIS

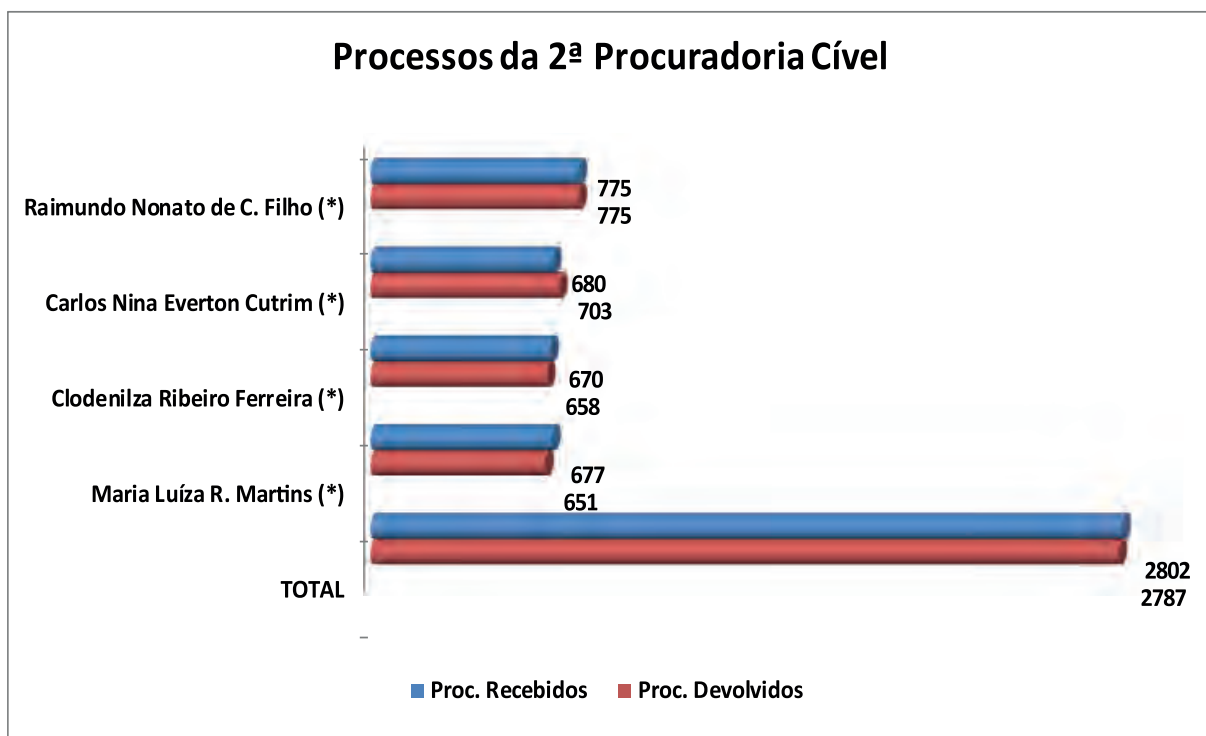
#### Processos da 1ª Procuradoria Cível



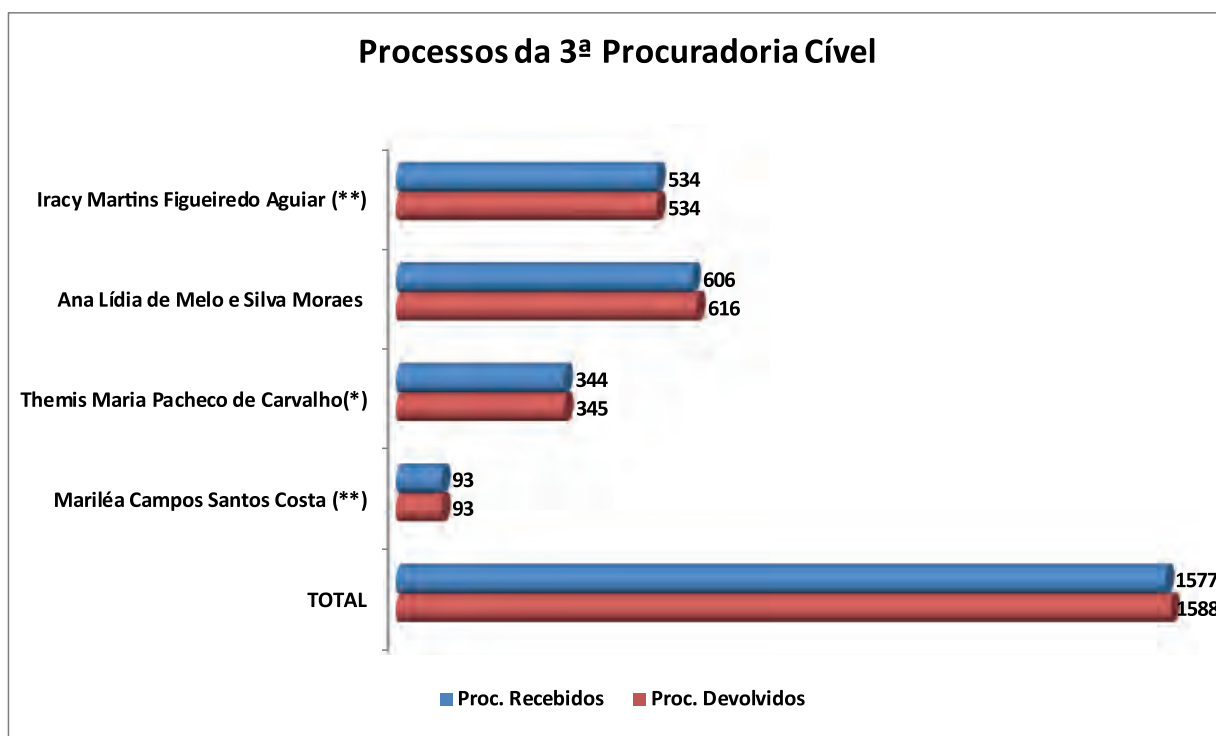
**Gráfico 4:** Movimentação Processual dos Procuradores da 1ª Procuradoria Cível em 2012

\* Responderam por mais de uma Procuradoria

\*\* Exercendo o cargo de Procuradora-Geral de Justiça ou Subprocurador Geral de Justiça ou Corregedor-Geral do Ministério Público



**Gráfico 5:** Movimentação Processual dos Procuradores da 2ª Procuradoria Cível em 2012

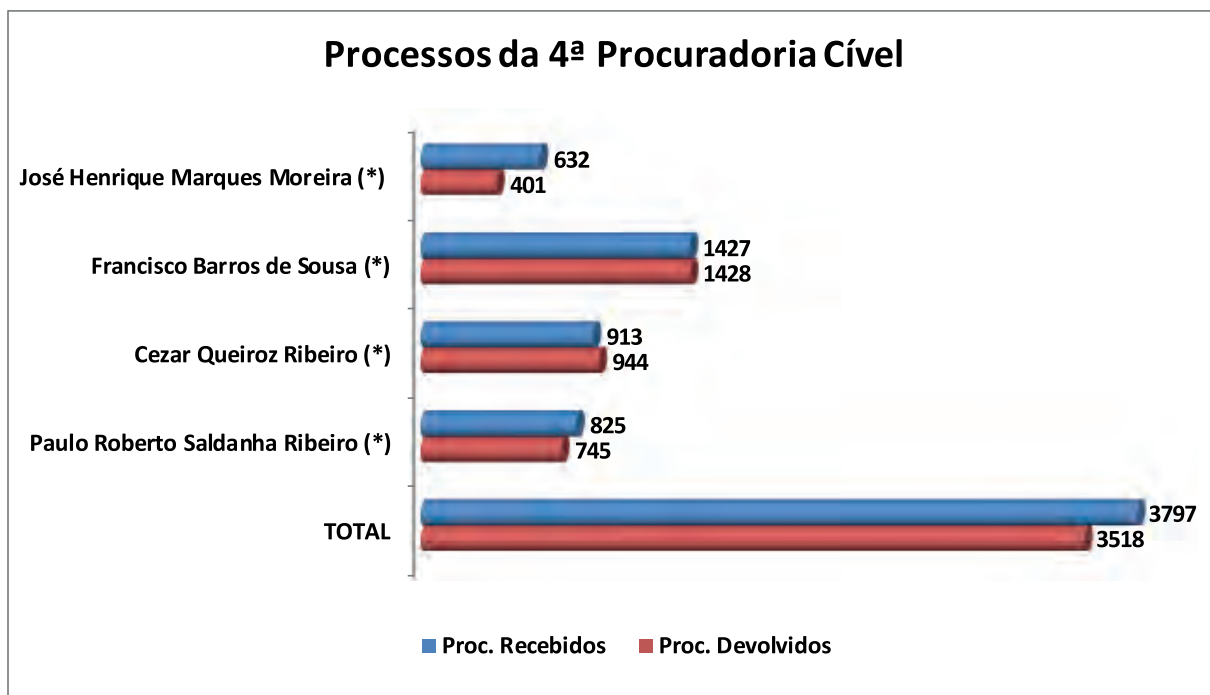


**Gráfico 6:** Movimentação Processual dos Procuradores da 3ª Procuradoria Cível em 2012

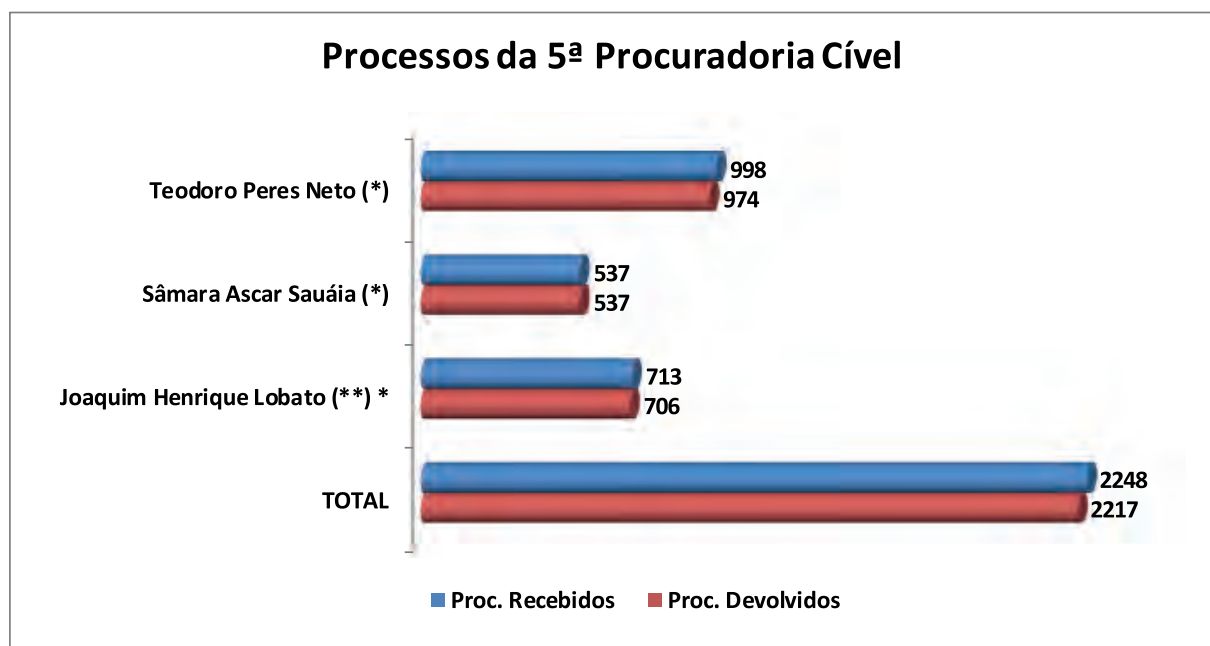
\* Responderam por mais de uma Procuradoria

\*\* Exercendo o cargo de Procuradora-Geral de Justiça ou Subprocurador Geral de Justiça ou Corregedor-Geral do Ministério Público





**Gráfico 7:** Movimentação Processual dos Procuradores da 4ª Procuradoria Cível em 2012



**Gráfico 8:** Movimentação Processual dos Procuradores da 5ª Procuradoria Cível em 2012

\* Responderam por mais de uma Procuradoria

\*\* Exercendo o cargo de Procuradora-Geral de Justiça ou Subprocurador Geral de Justiça ou Corregedor-Geral do Ministério Público

**Tabela 4:** Total da Movimentação Processual dos Procuradores das Procuradorias Cíveis em 2012

TOTAL DA MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL EM 2012	NÚMERO DE PROCESSOS RECEBIDOS	NÚMERO DE PROCESSOS DEVOLVIDOS
	13.541	12.946

Fonte: Assessoria Especial da PGJ

**Tabela 5:** Movimentação Processual da Procuradora-Geral de Justiça no Tribunal Pleno

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA NO TRIBUNAL PLENO.			
Processos Recebidos	Recebidos durante o Recesso Natalino	Processos Devolvidos	Devolvidos durante o Recesso Natalino
1.803	85	1.783	84

Fonte: Assessoria Especial da PGJ

**Tabela 6:** Total Geral da Movimentação Processual das Procuradorias Cíveis, Criminais, Procuradora Geral (incluindo recesso natalino)

PROCESSOS RECEBIDOS	PROCESSOS DEVOLVIDOS	SALDO
20.289	19.620	669

Fonte: Assessoria Especial da PGJ

#### 4.4 Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos

A Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos tem suas atribuições previstas no Ato Regulamentar nº 20/2008, que dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão. Entre elas está a de substituir o Procurador-Geral de Justiça em seus eventuais afastamentos e impedimentos; coordenar os serviços da Assessoria do Procurador-Geral de Justiça, podendo subscrever quaisquer manifestações no processo judicial e nos autos de procedimento administrativo; ajuizar as ações cíveis e criminais de competência do Tribunal de Justiça, cabendo-lhe, ainda, interpor todos os recursos previstos na legislação processual e constitucional, sem prejuízo da prioridade de atribuição conferida ao Procurador-Geral de Justiça; representar o Ministério Público nas Sessões Plenárias do Tribunal de Justiça, sem prejuízo do Procurador-Geral de Justiça assumir a qualquer momento essa atribuição.

Além disso, compete a esta Subprocuradoria: supervisionar os trabalhos da Coordenadoria de Processos; coordenar as Procuradorias Cíveis e Criminais; remeter mensalmente ao Corregedor-Geral do Ministério Público relatório dos processos recebidos e dos pareceres emitidos pelos Procuradores de Justiça; elaborar anualmente o relatório geral do movimento processual e dos trabalhos realizados pela Assessoria do

Procurador-Geral de Justiça, remetendo-o ao Procurador-Geral de Justiça e ao Corregedor-Geral do Ministério Público; informar o Procurador-Geral de Justiça das decisões tomadas na Subprocuradoria; e exercer outras atribuições que lhe sejam delegadas.

#### **4.5 Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**

A Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos tem um importante papel junto à Procuradoria Geral de Justiça, auxiliando no desempenho de suas funções administrativas, além de desenvolver a política administrativa da instituição e supervisionar o trabalho realizado pelos órgãos que integram a estrutura organizacional do Ministério Público.

O Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos é escolhido pelo Procurador-Geral de Justiça, na forma do artigo 11 da lei federal nº 8.625/1993. O Ato Regulamentar nº 20/2008, que dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça, traz as seguintes atribuições para o cargo: substituir o Procurador-Geral de Justiça, na falta do Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos; auxiliar o Procurador-Geral de Justiça no desempenho de suas funções administrativas, praticando atos decisórios, quando devidamente por ele autorizado; executar a política administrativa do Ministério Público, supervisionando o trabalho dos órgãos que integram a estrutura organizacional; designar servidores para responderem pelo expediente das unidades administrativas, em caráter permanente ou em substituição, quando devidamente autorizado pelo Procurador-Geral de Justiça; designar membros do Ministério Público para assegurar a continuidade dos serviços em caso de vacância, afastamento temporário, ausência, impedimento ou suspeição de titular de cargo, ou com o consentimento deste, ou, ainda, nas hipóteses de instalação de Vara ou comarca em que não haja correspondência de cargo de Promotor de Justiça com atribuições respectivas, quando devidamente autorizado pelo Procurador-Geral de Justiça; apreciar os requerimentos administrativos dos servidores e dos membros do Ministério Público, tomando as providências pertinentes, inclusive edição de portarias e outros atos administrativos indispensáveis ao desempenho de suas atividades; informar o Procurador-Geral de Justiça das decisões tomadas na Subprocuradoria; exercer outras atribuições que lhe forem delegadas.

Constata-se a expressiva atuação desta na implementação das mais diversificadas ações objetivando à otimização do serviço oferecido à sociedade, por meio da melhoria da estrutura física e de pessoal do Ministério Público do Maranhão, realizando uma política de valorização e de qualificação profissional dos membros e servidores da instituição, além de estabelecer e manter um relacionamento cada vez mais aproximado entre o Órgão Ministerial e a sociedade maranhense, consolidando a confiabilidade que faz do Ministério Público do Maranhão um verdadeiro ícone na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Assim, ao longo do ano de 2012, a Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos desenvolveu todas as atribuições conferidas ao setor, imprimindo-lhe efetividade, inclusive com a emissão de portarias e outros atos administrativos indispensáveis ao desempenho de tais atividades.

## 4.6 COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

É formado por todos os Procuradores de Justiça em atividade e presidido pelo Procurador-Geral de Justiça. Atua como Órgão da Administração Superior e como Órgão de Execução. Cabe ao Colégio, dentre outras importantes atribuições, opinar sobre matérias relativas à autonomia do Ministério Público, bem como sobre outras de interesse institucional; eleger e destituir o Corregedor-Geral e o Ouvidor do Ministério Público; propor a criação de cargos e serviços auxiliares, modificações na Lei Orgânica e providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais; aprovar a proposta orçamentária anual do Ministério Público, elaborada pela Procuradoria Geral de Justiça, bem como o projeto de criação de cargos e serviços auxiliares; propor ao Poder Legislativo a destituição do Procurador-Geral de Justiça; recomendar ao Corregedor-Geral do Ministério Público a instauração de procedimento administrativo disciplinar contra membro do Ministério Público; deliberar, por iniciativa da maioria de seus integrantes ou do Procurador-Geral de Justiça, que este ajuíze ação civil de decretação da perda do cargo de membro do Ministério Público vitalício, nos casos previstos em Lei; bem como desempenhar outras atribuições que lhe forem conferidas por lei.

**Tabela 7:** Sessões e Resoluções Aprovadas em 2012

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Sessões realizadas	11
Resoluções aprovadas	12
<b>TOTAL</b>	<b>23</b>

Fonte: Colégio de Procuradores de Justiça

**Tabela 8:** Atuação do Colégio de Procuradores

	DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Processos	Conhecidos e Julgados	14
	Tramitando	15
Sindicância	Recurso (Julgado)	0
	Recurso (Tramitando)	2
Processo Administrativo Disciplinar (Recurso)		3
<b>TOTAL</b>		<b>34</b>

Fonte: Colégio de Procuradores de Justiça

#### 4.7 Conselho Superior do Ministério Público

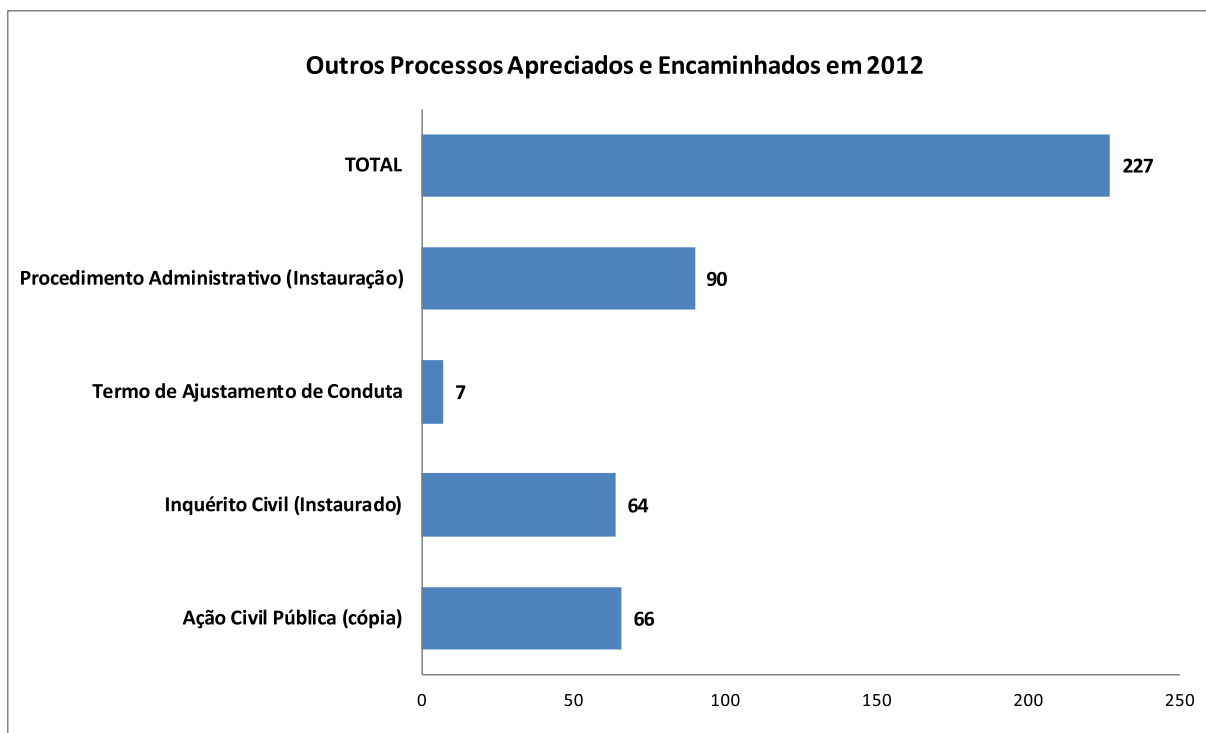
O Conselho Superior do Ministério Público é integrado pelo Procurador-Geral de Justiça e pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, como membros natos, e por cinco Procuradores de Justiça, como membros eleitos para um mandato de dois anos, possuindo atribuições como Órgão da Administração Superior e como Órgão de Execução.

Compete-lhe, entre outras atividades, elaborar as listas sêxtuplas a que se referem os artigos 94, *caput*, e 104, parágrafo único, II, da Constituição Federal e o artigo 77 da Constituição Estadual; indicar ao Procurador-Geral de Justiça, em lista tríplice, os candidatos a promoção ou remoção por merecimento, bem como o nome do mais antigo membro do Ministério Público para promoção ou remoção por antiguidade; indicar Promotores de Justiça para substituição por convocação na 2ª instância; aprovar os pedidos de remoção por permuta entre membros do *Parquet* na carreira; decidir sobre vitaliciamento de membro na carreira; determinar a disponibilidade e a remoção de membro do Ministério Público, por motivo de interesse público; aprovar o quadro geral de antiguidade do Ministério Público e decidir sobre as reclamações formuladas a respeito.

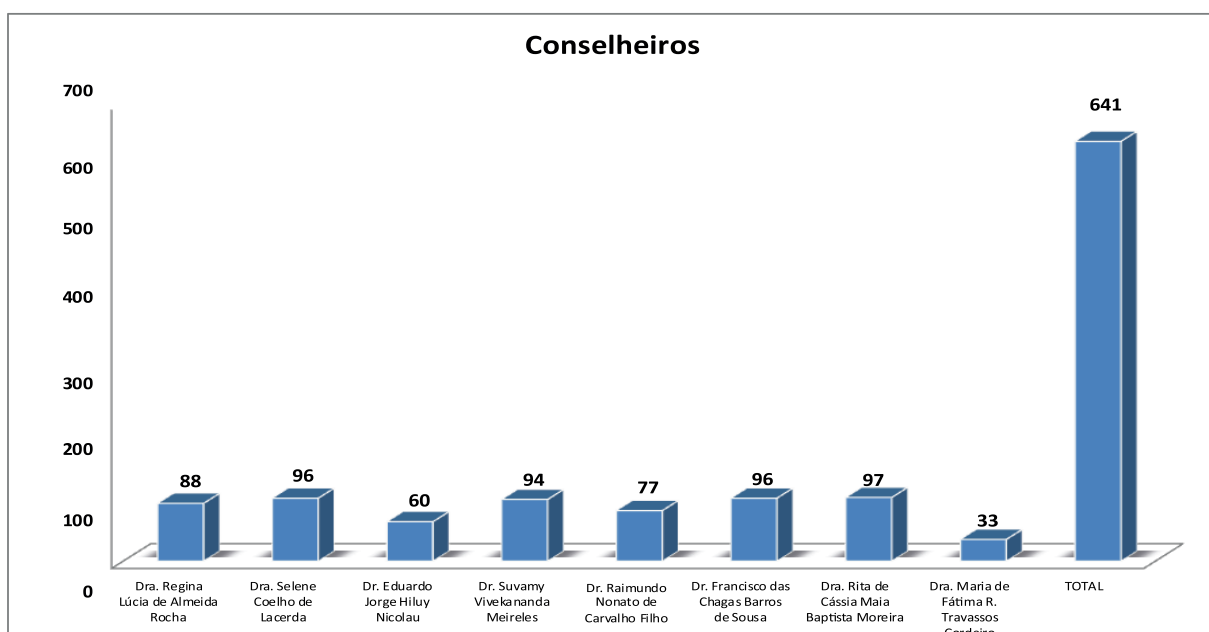
Cabe-lhe ainda sugerir ao Procurador-Geral de Justiça a edição de recomendações, sem caráter vinculativo, aos órgãos do Ministério Público para o desempenho de suas funções e a adoção de medidas convenientes ao aprimoramento dos serviços; eleger os membros que integram a Comissão de Concurso; autorizar o afastamento de membro do Ministério Público para frequentar curso ou seminário de aperfeiçoamento e estudos, no País ou no exterior; regulamentar o processo de escolha dos candidatos do Ministério Público para membros do Conselho Nacional do Ministério Público e do Conselho Nacional de Justiça, bem como exercer outras atribuições previstas em lei.

Ao longo de 2012, o Conselho Superior do Ministério Público realizou 41 (quarenta e uma) sessões, que resultaram nos seguintes processos:

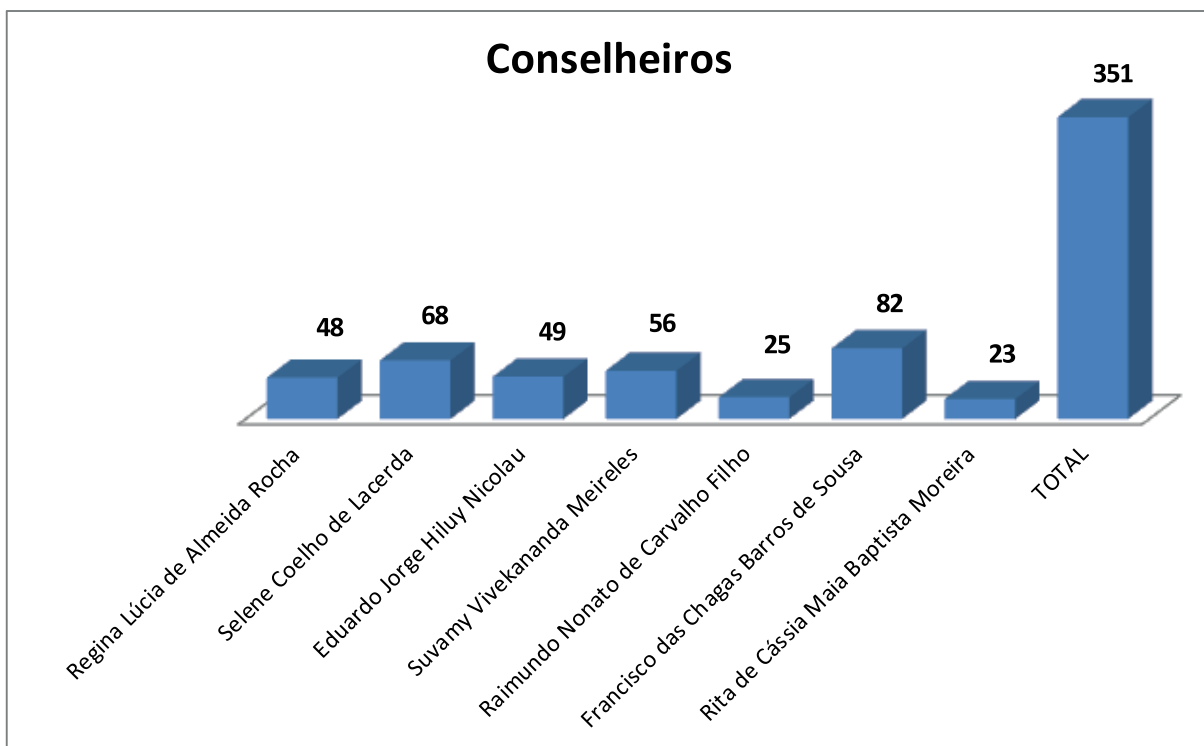
- 25 Titularizações de Promotores(as) de Justiça de Entrância Inicial;
- 14 Promoções de Promotores(as) de Justiça para Entrância Final;
- 29 Promoções de Promotores(as) de Justiça para Entrância Intermediária;
- 15 Pedidos de Remoção para Entrância Inicial;
- 25 Pedidos de Remoção para Entrância Intermediária;
- 05 Pedidos de Remoção para Entrância Final.



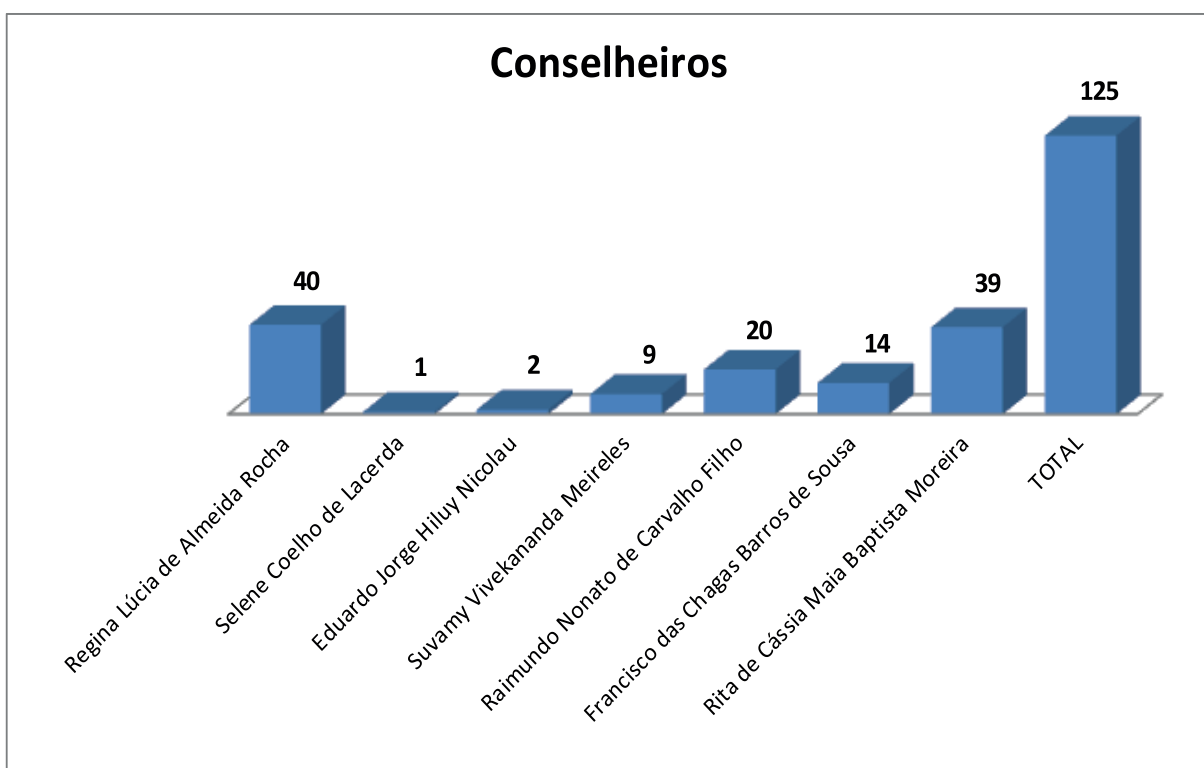
**Gráfico 9:** Procedimentos Administrativos



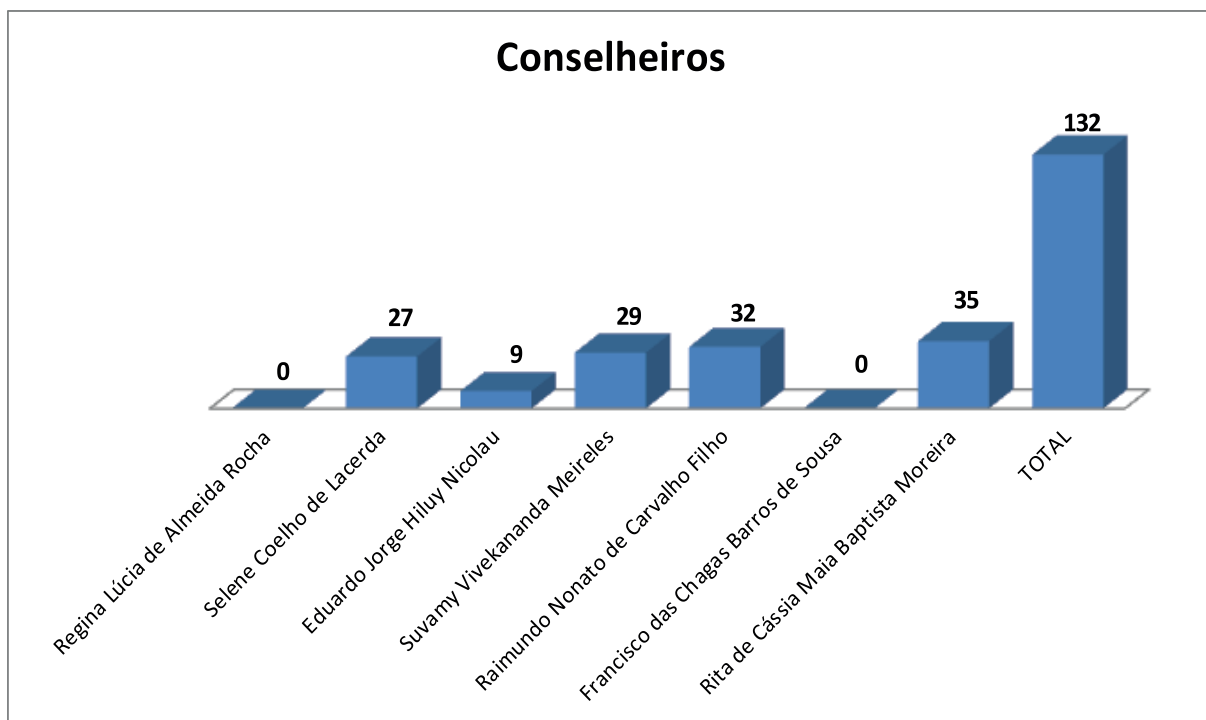
**Gráfico 10:** Processos Distribuídos por Conselheiros em 2012



**Gráfico 11:** Processos Homologados por Conselheiros em 2012



**Gráfico 12:** Número de Processos Convertidos em Diligências por Conselheiros em 2012



**Gráfico 13:** Saldo de Processos por Conselheiros em 2012

Ressalte-se que os processos distribuídos à Dra. Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro, quando retornaram de diligências, foram redistribuídos por sorteio aos outros conselheiros.

#### 4.8 Corregedoria Geral do Ministério Público

A Corregedoria Geral do Ministério Público é o órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público.

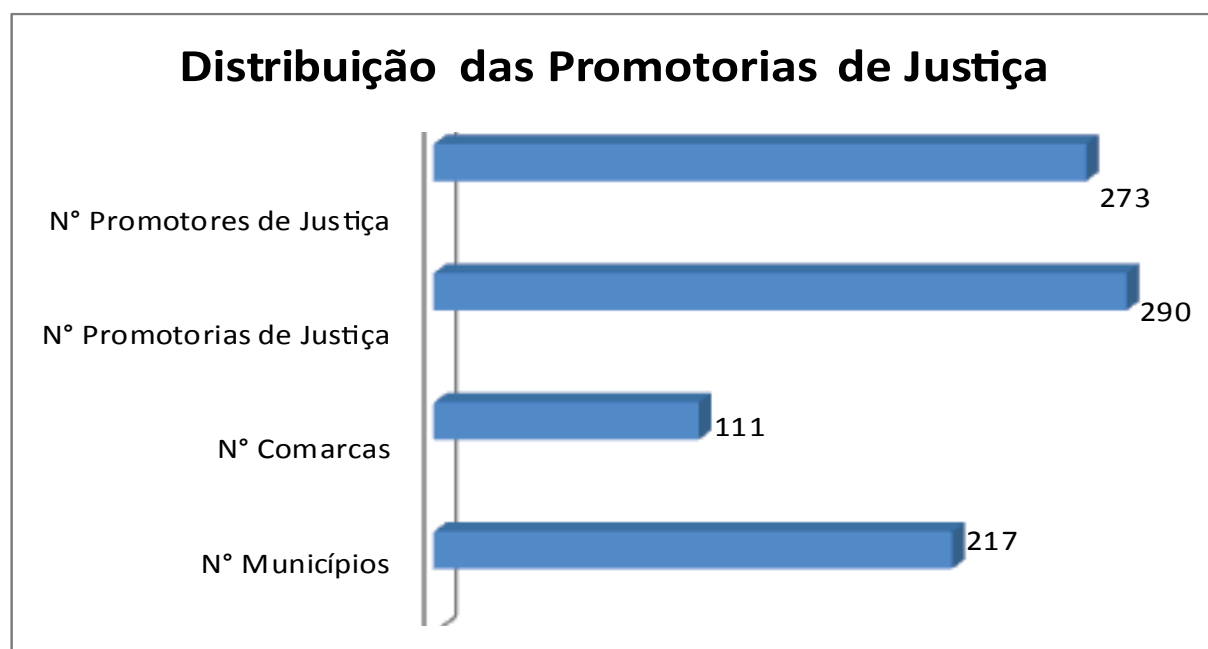
Para tal mister, incumbe-lhe, entre outras atribuições, realizar correições e inspeções nas Promotorias e Procuradorias de Justiça, remetendo relatórios reservados ao Conselho Superior e ao Colégio de Procuradores; propor ao Conselho Superior do Ministério Público, na forma da lei, a confirmação ou não de membro do Ministério Público na carreira; fazer recomendações, sem caráter vinculativo, a órgão de execução; instaurar, de ofício ou por provocação dos demais órgãos da Administração Superior do Ministério Público, processo disciplinar contra membro do Ministério Público, presidindo-o e aplicando as sanções administrativas cabíveis, assegurada ampla defesa; encaminhar ao Procurador-Geral de Justiça os processos administrativos disciplinares que incumba a este decidir; manter prontuário atualizado dos membros da Instituição; remeter aos demais órgãos da Administração Superior do Ministério Público informações necessárias ao desempenho de suas atribuições; apresentar ao Procurador-Geral de Justiça, na primeira quinzena de fevereiro, relatório com dados estatísticos sobre as atividades das Procuradorias e Promotorias de Justiça relativas ao ano anterior; elaborar a escala de férias dos Promotores de Justiça e das respectivas substituições, submetendo-a em prazo oportuno ao Procurador-Geral de Justiça.



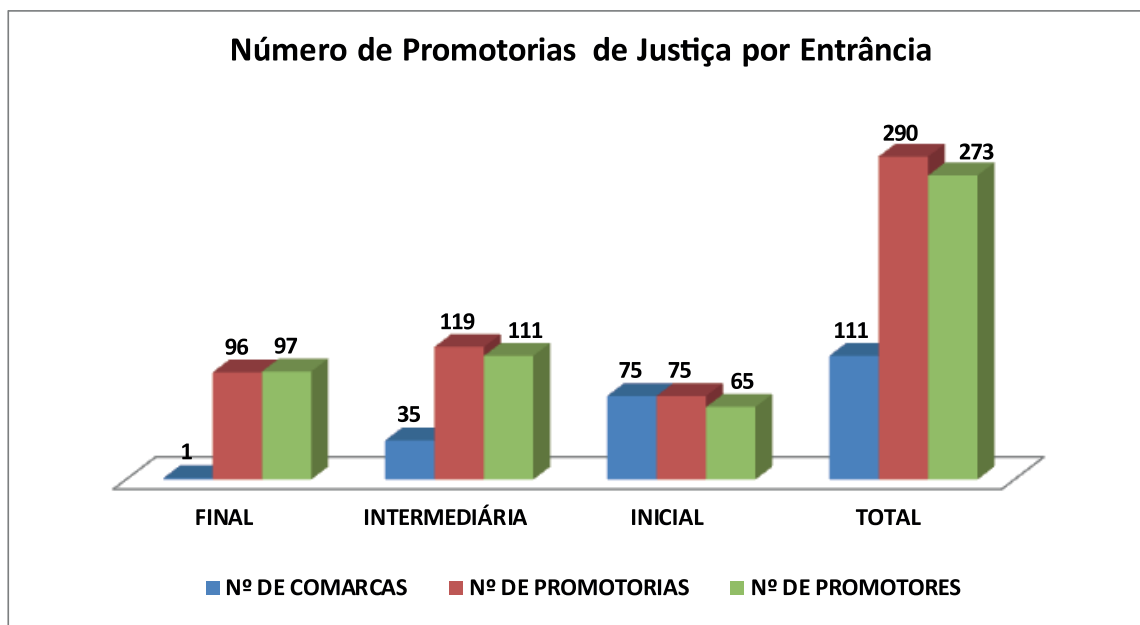
**Tabela 9: Atividades Administrativas**

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS REALIZADAS NA CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM 2012		
SETORES	ATIVIDADES	TOTAL
Corregedoria e Subcorregedoria	Correções e Visitas de Inspeção de 1ª Instância	100
Corregedoria e Subcorregedoria	Correções de 2ª Instância	5
Assessoria	Audiências	25
Assessoria	Notificações	40
Assessoria	Pareceres da Assessoria	845
Assessoria	Processos de Investigação Preliminar	85
Assessoria	Processos Administrativos Disciplinares	4
Assessoria	Sindicâncias	4
Assessoria	Estágio Probatório	34
Assessoria	Atos de Recomendação	7
Assessoria	Exercício de Magistério	14
Gabinete	Comunicação Interna	118
Gabinete	Ofícios Recebidos	3750
Gabinete	Ofícios Expedidos	661
Gabinete	Ofícios Circulares	16
Gabinete	Memorandos	378
Gabinete	Processos Administrativos Despachados	1602
Gabinete	Atendimento Via Telefone (média)	11500
Estatística	Mapa de Produtividade	5260
Estatística	Relatório de Promoção e Remoção	798

Fonte: Corregedoria Geral de Justiça



**Gráfico 14: Distribuição das Promotorias de Justiça**



**Gráfico 15:** Distribuição das Promotorias de Justiça por Entrância

### **1ª REGIÃO – METROPOLITANA (04 Comarcas)**

São Luís (Capital), Raposa, Paço do Lumiar, São José de Ribamar.

### **2ª REGIÃO – PRÉ-AMAZÔNICA (13 Comarcas)**

Buriticupu, Pindaré-Mirim, Bom Jardim, Santa Inês, Cândido Mendes, Santa Luzia do Paruá, Carutapera, Santa Luzia, Governador Nunes Freire, Turiaçu, Maracaçumé, Zé Doca, Monção.

### **3ª REGIÃO – BAIXADA (15 Comarcas)**

Alcântara, Pinheiro, Bacuri, Penalva, Bequimão, Santa Helena, Cururupu, São Vicente Ferrer, Cedral, São João Batista, Guimarães, São Bento, Matinha, Viana, Mirinzal.

### **4ª REGIÃO – COCAIS (24 Comarcas)**

Barão de Grajaú, Passagem Franca, Buriti Bravo, Presidente Dutra, Caxias, Paraibano, Codó, Parnarama, Colinas, Santo Antonio dos Lopes, Coroatá, São Francisco do Maranhão, Coelho Neto, São João dos Patos, Dom Pedro, São Domingos do Maranhão, Governador Eugênio Barros, Sucupira do Norte, Matões, Timbiras, Mirador, Timon, Pastos Bons, Tuntum.

### **5ª REGIÃO – MEARIM (16 Comarcas)**

Arari, Paulo Ramos, Anajatuba, Pedreiras, Bacabal, Pio XII, Barra do Corda, Poção de Pedras, Esperantinópolis, São Mateus, Igarapé Grande, São Luís Gonzaga, Lago da Pedra, Vitorino Freire, Olho D'água das Cunhãs, Vitória do Mearim.

## **6ª REGIÃO – BAIXO PARNAÍBA (18 Comarcas)**

Araioses, Morros, Barreirinhas, Magalhães de Almeida, Brejo, Rosário, Buriti, Santa Rita, Cantanhede, Santa Quitéria, Chapadinha, São Benardo, Humberto de Campos, Tutóia, Icatu, Urbanos Santos, Itapecuru-Mirim, Vargem Grande.

## **7ª REGIÃO – TOCANTINA (11 Comarcas)**

Açailândia, Itinga do Maranhão, Arame, João Lisboa, Amarante do Maranhão, Montes Altos, Estreito, Porto Franco, Grajaú, Senador La Roque, Imperatriz.

## **8ª REGIÃO - SUL DO MARANHÃO (09 Comarcas)**

Alto Parnaíba, Riachão, Balsas, São Domingos do Azeitão, Carolina, São Raimundo das Mangabeiras, Loreto, Tasso Fragoso, Olinda Nova.

### **4.9 Procuradorias de Justiça**

As Procuradorias de Justiça são Órgãos de Administração do Ministério Público e são compostas por Procuradores de Justiça e serviços auxiliares necessários ao desempenho de suas funções. Em cada Câmara dos Tribunais de Justiça funciona uma Procuradoria de Justiça, bem como no Tribunal de Contas, sendo obrigatória a presença de Procurador de Justiça nas sessões de julgamento dos processos da respectiva Procuradoria. No Maranhão existem 31 (trinta e um) Procuradores em exercício.

Os Procuradores de Justiça exercem inspeção permanente nos serviços dos Promotores de Justiça nos autos em que oficiem, cabendo-lhes remeter seus relatórios à Corregedoria Geral do Ministério Público. Incumbe às Procuradorias de Justiça Cíveis e Criminais que oficiem junto ao mesmo Tribunal reunir-se para fixar orientação sobre questões jurídicas, sem caráter vinculativo, encaminhando-as à Procuradoria Geral de Justiça.

### **4.10 Promotorias de Justiça**

São Órgãos de Administração do Ministério Público com atribuições fixadas pelo Colégio de Procuradores de Justiça mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça e exercidas por Promotores de Justiça para o desempenho das funções institucionais do Parquet nas Comarcas, nas esferas judicial e extrajudicial. As Promotorias de Justiça, com exclusividade ou cumulativamente, têm atribuição nas diversas áreas, tais como: criminal, da ordem tributária, da infância e juventude, da moralidade administrativa, da cidadania e fundações, do meio ambiente, do consumidor, da família, da Fazenda Pública, dos registros públicos, dos Juizados Especiais Cíveis, entre outras (ver tabelas em anexo 1 e 2 com apuração das atividades realizadas pelas Promotorias de Justiça em 2012 pela Corregedoria).

#### 4.11 Escola Superior do Ministério Público

A Escola Superior do Ministério Público é órgão auxiliar do Ministério Público e visa à preparação, capacitação e aperfeiçoamento profissional e cultural de membros, servidores e estagiários do Ministério Público, bem como ao oferecimento de cursos jurídicos e afins, de pós-graduação, à sociedade em geral. Para a consecução de seus objetivos, a Escola Superior do Ministério Público poderá realizar cursos, congressos, seminários, simpósios, fóruns e outros encontros do gênero, assim como pesquisas, atividades, estudos e publicações.

A direção da Escola Superior do Ministério Público é exercida preferencialmente por Procurador de Justiça nomeado pelo Procurador-Geral de Justiça mediante indicação do Conselho Superior do Ministério Público para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

O diretor da ESMP dirige, coordena e supervisiona todas as atividades do órgão, sendo substituído automaticamente, em suas faltas e impedimentos, pelo representante do Colégio de Procuradores de Justiça no Conselho Pedagógico da Escola Superior do Ministério Público.

Importa dizer que constitui-se etapa obrigatória do processo de vitaliciamento dos membros do Ministério Público a participação em curso realizado ou reconhecido pela Escola Superior do Ministério Público, nos termos do art. 93, IV, combinado com o art. 129, § 4º, da Constituição da República. Por sua vez, a aferição do merecimento do membro do Ministério Público levará em consideração a frequência e aproveitamento nos cursos realizados ou reconhecidos pela Escola Superior do Ministério Público, nos termos do art. 93, II, “c”, combinado com o art. 129, § 4º, da Constituição da República.

Durante o exercício de 2012, a Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão (ESMP/MA) realizou as seguintes atividades:

**Tabela 10:** Quantitativo anual de eventos realizados

ITEM	EVENTOS REALIZADOS	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	NÚMERO DE PARTICIPANTES
1	IX Módulo do Curso de Pós-Graduação em Ciências Criminais	07 a 09.03.2012	15 h	44 (membros e servidores)
2	VIII Curso de Preparação e Aperfeiçoamento destinado ao Ingresso e Vitaliciamento na Carreira do MP/MA (Etapa de ingresso)	12.03.2012 a 03.04.2012	92 h	02 (Promotores de Justiça recém-ingressos na Carreira)
3	Curso de Libras (I Módulo)	22 e 23.03.2012	20 h	38 (membros e servidores)
4	IX Curso de Preparação e Aperfeiçoamento destinado ao Ingresso e Vitaliciamento na Carreira do MP/MA (Etapa de vitaliciamento)	29 e 30.03.2012	16 h	28 (Promotores de Justiça em vitaliciamento)
5	Curso de Capacitação em Gênero	10 e 11.04.2012	16 h	23 (servidores)

ITEM	EVENTOS REALIZADOS	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	NÚMERO DE PARTICIPANTES
6	Curso de Libras (II Módulo)	12 e 13.04.2012	20 h	38 (membros e servidores)
7	X Módulo do Curso de Pós-Graduação em Ciências Criminais	16 a 20.04.2012	20 h	44 (membros e servidores)
8	Curso Processo Civil Coletivo (Etapa de Vitaliciamento)	26 e 27.04.2012	16 h	22 (Promotores de Justiça em vitaliciamento)
9	Curso de Pós-Graduação em Ciências Criminais	24 e 25.05.2012	20 h	29 (membros e servidores)
10	Curso de Libras (III Módulo)	29, 30 e 31.05.2012 e 01.06.2012	40 h	35 (membros e servidores)
11	Reunião de avaliação estratégica	12.06.2012	08 h	08 (Coordenadores da PGJ/MA)
12	XI Módulo do Curso de Pós-Graduação em Ciências Criminais	21 e 22.06.2012	15 h	31 (membros e servidores)
13	Palestra sobre Gestão Pública	24.07.2012	03h	11 (membros e servidores)
14	Curso de Libras (Módulo Avançado)	30 e 31.07.2012 e 01 e 02.08.2012	40 h	32 (membros e servidores)
15	Curso sobre Direito Eleitoral	10 e 11.08.2012	12h	50 (membros)
16	XII Módulo do Curso de Pós-Graduação em Ciências Criminais	16 e 17.08.2012	15 h	43 (membros e servidores)
17	Curso de Atendimento ao Público	28.-8.2012	08h	28 (servidores)
18	Curso de Direito do Consumidor	28.09.2012	08h	28 (servidores)
19	XII Curso de Preparação e Aperfeiçoamento destinado ao Ingresso e Vitaliciamento na Carreira do MP/MA	18 e 19.10.2012	16h	27 (Promotores de Justiça em vitaliciamento)
20	XIII Módulo do Curso de Pós-Graduação em Ciências Criminais	25 e 26.10.2012	15h	26 (membros e servidores)
21	XIII Curso de Preparação e Aperfeiçoamento destinado ao Ingresso e Vitaliciamento na Carreira do MP/MA	22 e 23.11.2012	16h	27 (Promotores de Justiça em vitaliciamento)
22	XIV Módulo do Curso de Pós-Graduação em Ciências Criminais	29 e 30.11.2012	15h	25 (membros e servidores)
23	Palestra "50 tons de cinza: uma análise multidisciplinar"	10.12.2012	03h30	28 (membros e servidores e outros)
<b>TOTAL</b>				<b>667 participantes</b>

Fonte: Escola Superior do Ministério Público

#### 4.12 Centros de Apoio Operacional

Os Centros de Apoio Operacionais são órgãos auxiliares da atividade funcional do Ministério Público e a eles cumpre estimular a integração e o intercâmbio entre órgãos de execução que atuem na mesma área de atividade e tenham atribuições comuns; promover o levantamento periódico das necessidades materiais das Promotorias, adotando as providências necessárias para supri-las; remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados a sua atividade; estabelecer intercâmbio permanente com órgãos ou entidades públicos ou privados que atuem em áreas afins, para obtenção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções; remeter anualmente ao Procurador-Geral de Justiça relatório das atividades do Ministério Público relativas a sua área de atuação; exercer outras funções compatíveis com suas finalidades, inclusive o exercício de qualquer atividade de órgão de execução, vedada a expedição de atos normativos.

As funções de Coordenador dos Centros de Apoio Operacional serão exercidas privativa e cumulativamente por membro do Ministério Público designado pelo Procurador-Geral de Justiça, ouvido o Colégio de Procuradores. Os Centros de Apoio Operacional serão localizados na sede das comarcas de maior número de Promotorias de Justiça.

##### a) Centro de Apoio Operacional Criminal (CAOp-CRIM.)



### **CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CRIMINAL MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO**

O Centro de Apoio Operacional Criminal constitui-se num órgão auxiliar da atividade funcional do Ministério Público e, nos assuntos afetos à área penal (Crime, Execução Penal e Tribunal do Júri), segundo a Resolução 02/97 - CPMP que o instituiu em 03/1997, compete a ele o desempenho de diversas atribuições. Foi implantado em 23/08/2012, pela Procuradora-Geral de Justiça.

Importantes ações foram executadas visando ao cumprimento de sua missão durante os quase cinco meses de existência, a saber:

- Apresentar ao Procurador-Geral de Justiça sugestões para elaboração da Política Institucional e de programas específicos, inclusive alterações legislativas e edições de normas jurídicas – por exemplo: providências contra a Resolução nº 01/2012-CPC-PCM, de 04 de setembro de 2012, do Conselho da Polícia Civil do Maranhão, que foi considerada inconstitucional pelo fato de ter sido editada disciplinando a conduta dos membros do *Parquet* maranhense no tocante à função fiscalizatória do órgão ministerial relativa ao controle externo da atividade policial;

- Representar o Ministério Público, quando cabível e por delegação do Procurador-Geral de Justiça, nos órgãos que atuem na respectiva área (Item VI da Resolução 02/97 – CPMP) - o Coordenador do CAOP Criminal é o representante do Ministério Público do Maranhão junto à ENASP na qualidade de gestor de metas, todas elas afetas à área do crime;

- Colaborar junto aos setores públicos ou privados campanhas educativas relativas à sua área de atuação (Item VII da Resolução 02/97 – CPMP) – o CAOP Criminal lançou a campanha educativa “Conte até 10”, de iniciativa do CNMP, tendo a ENASP como parceira, que visa a sensibilizar a sociedade com o objetivo de evitar os homicídios cometidos por impulso, que ocorre em situações como brigas em bares, discussões no trânsito ou entre vizinhos. A fim de haver a sensibilização na capital do Estado do Maranhão, ampla divulgação foi dada junto à imprensa em São Luís;

- Divulgar as atividades do Ministério Público na área de sua atuação (Item XI da Resolução 02/97 – CPMP) - constante no inciso XI da norma que instituiu o CAOP Crim., o canal utilizado para divulgação via Internet/intranet das atividades do Ministério Público na área afeta ao crime, à Execução Penal e ao Tribunal do Júri foi o sítio da Instituição, conforme a estrutura criada especificamente para o CAOP Crim.;

- Sugerir a edição de atos e instruções tendentes à melhoria dos serviços do Ministério Público (Item XII da Resolução 02/97 – CPMP) – como exemplo: minuta de provimento visando à orientação dos juízes de direito na tramitação mais célere do inquérito policial e outras peças de informações que implique na titularidade do Ministério Público na ação penal;

- Promover a integração e o intercâmbio entre os órgãos de execução do Ministério Público que atuem na mesma área e/ou que tenham atribuições comuns ou afins, objetivando melhorar o desempenho de suas funções institucionais (Item XIV da Resolução 02/97 – CPMP) - Ofício-Circular nº 008/2012, subscrito pelo Coordenador do CAOP Crim. e pela Coordenadora do Centro de Apoio Operacional do Controle Externo da Atividade Policial (Dra. Ligia Maria da Silva Cavalcanti), foi enviado aos Promotores Criminais com atuação Criminal na Capital do Estado visando à abordagem dos seguintes assuntos: a) aumento da criminalidade da região metropolitana de São Luís – MA; b) resolução nº 01/2012, do Conselho de Polícia Civil do Maranhão, que trata dos procedimentos adotados pelos delegados de polícia quando do exercício do controle externo da atividade policial nos plantões criminais; c) resolução nº 02/2010, do Conselho de Polícia Civil do Maranhão, que regulamenta os procedimentos a serem adotados pela Polícia Civil em face de solicitações ou requisições externas, ressalvados os termos de acordos de cooperação; d) plantões criminais; e) proposta de provimento da Corregedoria Geral de Justiça, que dispõe sobre a tramitação direta

dos inquéritos policiais entre a Polícia Judiciária e o Ministério Público Estadual;

- Prestar orientação técnico-jurídica aos órgãos de execução do Ministério Público no exercício de suas atividades institucionais (Item XV da Resolução 02/97 – CPMP) - ofício enviado ao Dr. João Marcelo Moreira Trovão, Promotor de Justiça da Comarca de Imperatriz, acerca da legalidade do serviço velado da Polícia Militar do Estado. Envio de ofício ao Dr. Sandro Carvalho Lobato de Carvalho, Promotor de Justiça da Comarca de Matinha, para dirimir algumas dúvidas referentes à aquisição de bafômetros a serem utilizados nos municípios maranhenses. Outrossim, envio à Dra. Valéria Chaib Amorim de Carvalho, Promotora de Justiça da Comarca de Olho d'Água das Cunhães, de documentação necessária visando a fundamentar o pedido de aumento do efetivo policial existente naquele município;

- Sugerir à Escola Superior do Ministério Público a realização de cursos, palestras e outros eventos reativos à sua área de atuação (Item XX da Resolução 02/97 – CPMP) - ofício enviado à Dra. Themis Maria Pacheco de Carvalho, Procuradora de Justiça e Diretora da Escola Superior do Ministério Público, pleiteando a realização dos seguinte cursos afetos à persecução penal e acompanhamento da execução da pena:

- Gerenciamento de Crises;
- Técnicas de Investigação e Interrogatório.

#### b) Centro de Operacional da Infância e Juventude (CAOp-IJ)

Durante o ano de 2012, o Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOP/IJ) desenvolveu e participou das seguintes atividades:

Realização de eventos formativos, mobilizações e articulações sobre os direitos de crianças e adolescentes para Promotores de Justiça com atuação na infância e juventude, demais servidores do Ministério Público e com a participação de organizações do Sistema de Garantia de Direitos.

- Lançamento da Campanha de Arrecadação de Recursos para os Fundos da Infância (FIA), em parceria com o Conselho Estadual e Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/MA e CMDCA-SL) e a Agência de Notícias da Infância Matraca, visando a divulgar as formas de contribuição para o fundo por pessoas físicas e jurídicas, dedutíveis no importe de renda, e a sensibilizar a sociedade sobre a importância de fazer doação para o fundo que é destinado a apoiar projetos de atendimento a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social;





Denuncie!

Ligue  
100

**VIOLÊNCIA  
SEXUAL  
é crime  
TÁ LIGADO?**



**FAÇA BONITO**  
PROTEJA NOSSAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

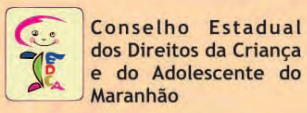
18

**de maio**

**DIA NACIONAL de  
COMBATE ao ABUSO  
e à EXPLORAÇÃO  
SEXUAL de CRIANÇAS  
e ADOLESCENTES**

Realização:

Apoio:



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça



DE MONITORAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE  
ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA  
CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE SÃO LUÍS - MARANHÃO



- Jornada de Planejamento e Avaliação da Rede Estadual pela Primeira Infância, reorganização da Rede com definição de estratégias de funcionamento e linhas de ações para o biênio 2012 – 2013;

- Seminário: “A Infância Indígena no Maranhão: um diálogo entre culturas”, com o objetivo discutir e conhecer melhor a realidade das crianças indígenas, bem como monitorar e avaliar as políticas públicas destinadas a elas. Realizado no município de Imperatriz, através da Rede Estadual pela Primeira Infância, que é coordenada pelo CAOp/IJ, com a participação de lideranças indígenas dos povos Guajajara, Gavião e Krikati, provenientes de aldeias espalhadas nos municípios de Arame, Amarante, Zé Doca, Santa Inês, Buriticupu, Lageado Novo, Sítio Novo, Bom Jardim, Bom Jesus das Selvas e Montes Altos. O seminário levantou subsídios para elaboração do Plano Estadual da Primeira Infância do Maranhão;

- Campanha “Violência Sexual é Crime. Tá Ligado?”, em parceria com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA-MA), entre outras organizações, através de diversas ações de mobilização social na capital e em diversos municípios. O CAOp/IJ forneceu às promotorias materiais da campanha para fortalecer as ações municipais;

- Captação de recursos da empresa Ultragás para apoiar a Campanha de Combate à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes convertidos em 500 camisas e 10 mil folders, e da Plan International para a confecção das peças publicitárias que apoiaram as ações desenvolvidas pelas promotorias em diversos municípios do Estado;

- Curso Modular de Formação de Facilitadores de Práticas Restaurativas - continuidade ao processo de formação iniciado em agosto de 2011 pelo Grupo de Trabalho (GT) da Rede Maranhense de Justiça Juvenil em parceria com a ESMP de forma modular até novembro de 2012. O CAOp/IJ apoiou com materiais didáticos e impressão do textos. Participaram 35 representantes dos municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Imperatriz e Açailândia.

- Reunião no dia 11 de junho/2012 com a Procuradora-Geral de Justiça e com os integrantes do Grupo Gestor da Rede Estadual pela Primeira Infância do Maranhão (Unicef, OMEP e Plan International) objetivando solicitar apoio na mobilização de parceiros estratégicos para composição da rede;

- Reunião para falar sobre o Plano de Trabalho do CAOp/IJ no dia 06 de setembro/2012, na sala dos Órgãos Colegiados, com a participação dos Promotores de Justiça das comarcas de Imperatriz, Timon, Matinha e da 31ª Promotoria de Justiça Especializada da Infância e Juventude de São Luís. O objetivo foi apresentar o Plano de Trabalho do CAOp/IJ, discutir o novo fluxo do Disque 100, elaborar Notas Técnicas, realizar evento para falar sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), acolhimento institucional e familiar, bem como propor a integração dos Promotores de Justiça da Infância e Juventude envolvidos para compor o Centro de Apoio, resultando na Portaria 5258/2012-PGJ;

- Apresentação da Rede Estadual pela Primeira Infância do Maranhão no dia 15 de agosto/2012, na Plenária do Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA) visando a pautar a temática e propor a inclusão da elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância e da dotação orçamentária necessária para seu desenvolvimento na Carta de Compromisso a ser assinada pelos candidatos à prefeitura de São Luís;

- Reunião de Trabalho sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e Acolhimento Institucional e Familiar no dia 14 de setembro/2012 para debater com os Promotores de Justiça sobre as dificuldades encontradas nas comarcas e as estratégias para solucionar os problemas, tudo visando à elaboração de notas técnicas;

- Assinatura do Protocolo de Intenções da Rede Maranhense de Justiça Juvenil no dia 05 de outubro/2012, na sala dos Órgãos Colegiados da PGJ. O protocolo estabelece a mútua cooperação e as diretrizes da Rede, que se baseia no diálogo entre poder público e sociedade civil organizada na busca da qualificação das medidas socioeducativas, conforme determina o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), e ainda da disseminação do conceito de Justiça Juvenil Restaurativa;

- Apresentação da Rede Estadual pela Primeira Infância do Maranhão no dia 25 de outubro/2012, na plenária do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) para pautar a temática e propor ao Conselho a elaboração conjunta do Plano Estadual pela Primeira Infância do Maranhão;

- Reunião de Trabalho com os Promotores Integrantes do CAOp/IJ no dia 29 de outubro/2012, na sala dos Órgãos Colegiados, tendo como pauta principal o Disque 100 e informes: Secretaria Executiva dos CAOPs, IX Reunião do Fórum Nacional de Saúde Mental Infanto-Juvenil, III Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público (CNMP), Lançamento do documentário “S.O.S. Bairro da Caema”, Planejamento Estratégico da COPEIJ para 2013 (temas: violência sexual e SINASE). Na reunião, foi informada a criação do *e-mail* específico para receber as denúncias do Disque 100, a serem encaminhadas para cada comarca, onde um determinado servidor será o responsável por fazer o monitoramento diário das denúncias que deverão ser recebidas pelo Promotor correlato. Foi apresentando o fluxograma do Disque 100 e posteriormente o modelo de despacho com as providências a serem tomadas após o recebimento da denúncia. Deliberou-se pela produção de Nota Técnica sobre o Disque 100 a fim de esclarecer sobre o funcionamento do mesmo;

- Inspeção no Centro de Perícia Técnica da Criança e do Adolescente (CPTCA), órgão que integra o Centro de Proteção à Criança e ao Adolescente (CPCA), em 09 de novembro/2012 com o objetivo de averiguar os recursos humanos do CPTCA, que, conforme denúncias, apontam que o número de servidores peritos (psicólogos, assistentes sociais e médicos legistas pediatras) é insuficiente para manter o centro em regime de plantão (24 horas) e atender a atual demanda de casos.

#### Apoio às Promotorias de Justiça do Maranhão

- Envio de ofícios-circulares emitidos pelo CAOp/IJ para as Promotorias de Justiça informando sobre a Lei nº 12.594/12, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e fornecendo modelo de ofício a ser enviado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Conselho Tutelar sobre a importância de construir o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo; envio de listagem dos municípios que executam o atendimento socioeducativo em meio aberto e recebem recurso do governo federal e divulgação da alteração do Código de Divisão e Organização Judiciária do Maranhão, pleiteada pela Rede Maranhense

se de Justiça Juvenil, da qual o Ministério Público é integrante; envio de informações sobre capacitações desenvolvidas para os atores do Sistema de Garantia de Direitos dos municípios, visando à qualificação dos serviços nas diversas políticas públicas de atendimento à criança e ao adolescente;

- Apoio à realização de Audiências Públicas sobre Transporte Irregular de Crianças e Adolescentes nos Vagões do Trem da Empresa Vale, realizada no dia 13 de abril, na Assembleia Legislativa do Maranhão pela 26ª Promotoria Especializada da Infância e Juventude de São Luís; sobre Crianças e Adolescentes em Situação de Rua em São Luís, realizada no dia 25 de abril, no auditório das promotorias da capital pela 26ª Promotoria Especializada da Infância e Juventude de São Luís e sobre o Centro de Perícia Técnicas, realizada dia 21 de junho/2012, no auditório da Assembleia Legislativa do Maranhão pela 26ª Promotoria Especializada da Infância e Juventude de São Luís;

- Reunião com a Empresa Vale no dia 16 de julho/2012 para discutir o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) a ser firmado entre o Ministério Público Estadual e a empresa, desdobramento da audiência pública realizada pela 26ª Promotoria Especializada da Infância e Juventude de São Luís em parceria com a Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Santa Luzia e a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Maranhão sobre o transporte clandestino de crianças e adolescentes nos vagões dos trens da empresa. Na reunião foi discutida a elaboração de um Plano de Segurança a ser feito pela empresa que possibilite criar estratégias para minimizar e/ou sanar o problema;

Elaboração de Notas Técnicas para subsidiar a atuação dos Promotores de Justiça sobre

- Nota Técnica nº 01/2012-CAOp/IJ. Ementa: Intervenção do Ministério Público para que adolescentes de 16 anos de idade possam estudar à noite – solicitação feita pelo próprio adolescente para que possa trabalhar em indústria de placas automotivas – Incidência da Lista TIP (Piores Formas de Trabalho Infantil);

- Nota Técnica nº 02/2012-CAOp/IJ. Ementa: Criança sem registro civil, em processo de adoção - possibilidade de suprimento incidental (ECA, art. 102 e parágrafos);

- Nota Técnica nº 03/2012-CAOp/IJ. Ementa: Lei nº 12.696, de 25 de julho de 2012 – aplicação imediata dos direitos sociais conferidos aos Conselheiros Tutelares – Necessidade de adequação da legislação municipal quanto ao período de transição para a eleição nacional – Resolução CONANDA nº 152, de 09 de agosto de 2012 – autonomia municipal para suplementação de lei federal em matéria de interesse local.

- Nota Técnica nº 04/2012 – CAOp/IJ. Ementa: Grupo de irmãs adolescentes que exercem a prostituição – situação de risco – aplicação de medidas protetivas - resistência das adolescentes – possibilidade de responsabilização socioeducativa em situação excepcional;

- Nota Técnica nº 05/2012-CAOp/IJ. Ementa: Valor probatório do laudo de

exame psicossocial do Centro de Perícias Técnicas (CPTCA), órgão da Superintendência de Polícia Técnico-Científica da Secretaria de Estado de Segurança Pública – crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes abaixo da idade do sexo consensual (CPB, art. 217-A) – possibilidade de ajuizamento de cautelar de produção antecipada de prova pericial para fins penais.

- Modelo de Recomendação para os Promotores de Justiça com atuação nos 66 municípios maranhenses identificados pelo Ministério da Saúde por meio de dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) no ano 2011 com maior prevalência de desnutrição infantil em crianças menores de cinco anos solicitando a formalização do pedido de participação na Agenda para Intensificação da Atenção Nutricional à Desnutrição Infantil e visando à destinação de recursos do governo federal para esta finalidade. 42 municípios dos 66 municípios fizeram a adesão.

- CAOPIJ INFORMA, serviço diário de envio de informações e notícias sobre a infância e juventude e temas correlatos via *e-mail* para Procuradores de Justiça, Promotores de Justiça, Secretaria de Assuntos Institucionais e Servidores.

- Serviço de Consulta para atender demandas apresentadas pelos Promotores de Justiça ao CAOp/IJ via *e-mail* e contato telefônico visando a subsidiar a atuação deles nos municípios.

Apoio e participação do CAOp/IJ em eventos desenvolvidos pelo Ministério Público Estadual e por organizações do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente:

- Planejamento da Rede Maranhense de Justiça Juvenil, realizado pelo Centro de Defesa Marcos Passerine e pela Pastoral do Menor na faculdade São Luís, nos dias 12 e 13 de janeiro/2012;

- Lançamento da Campanha Estadual de Erradicação do Sub Registro Civil, realizada pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania;

- Encontro “Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e Violência Sexual”, realizado pelo Centro de Defesa Marcos Passerine;

- Curso de Psicologia Jurídica, realizado pelo Complexo de Proteção à Criança e ao Adolescente, desenvolvido no período de 05 a 09 de março/2012;

- Oficina Internacional de Monitoramento de Locais de Privação de Liberdade no Brasil, realizada pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania no período de 14 a 16 de março/2012;

- Seminário de Socialização dos Resultados da Pesquisa Estadual sobre Atendimento Socioeducativo no Maranhão, realizada pela Universidade Estadual do Maranhão (UFMA) nos dias 11 e 12 de abril/2012;

- IX Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Maranhão (CEDCA-MA) no período de 11 a 13 de junho/2012;

- Curso sobre o Disque 100, realizado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) em Brasília, nos dias 18 e 19 de junho/2012;
- Seminário “O papel do Provita no enfrentamento à impunidade – 10 anos de proteção à vida”, realizado em Açailândia, no dia 27 de julho/2012;
- Reunião sobre Unidades Interligadas realizada no dia 16 de agosto/2012, ação do Comitê Gestor Estadual para Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica;
- Encontro Nacional sobre o Trabalho Infantil realizado no dia 22 de agosto/2012, em Brasília, iniciativa em conjunto do Conselho Nacional do Ministério Público, Conselho Nacional de Justiça, Ministério do trabalho e Emprego e Conselho de Defensores Públicos Gerais;
- Reunião Selo Unicef realizada no dia 23 de agosto/2012, apresentação dos resultados alcançados e proposta de evento para premiação dos municípios vencedores;
- Reunião com o Centro de Formação para a Cidadania AKONI no dia 24 de agosto/2012, apresentação do projeto “Vidas de Erês: Por Vidas sem violência”, que realizará um diagnóstico situacional dos casos de violência, abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes e das condições de funcionamento da Rede / Sistema de atendimento em São Luís;
- Seminário “Convivência Familiar e Comunitária: direito de crianças e adolescentes e dever do Estado” realizado no dia 24 de agosto/2012 pela Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania e o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Reunião sobre o Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual realizada no dia 18 de outubro/2012 pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente para reativar o grupo de monitoramento do plano estadual;
- Encontro de Educadores Sociais do Prêmio Itaú Unicef realizado no dia 30 de outubro/2012 pelo Unicef, com o tema “Educação Integral: Experiências que transformam”;
- II Seminário Maranhão sem Drogas realizado no dia 08 de novembro/2012 pela Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos no intuito de discutir a problemática no Estado;
- Seminário sobre Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) realizado nos dias 22 e 23 de novembro/2012 na Assembleia Legislativa do Maranhão e promovido pelo Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei de São Luís;
- Oficinas temáticas sobre Drogas realizadas no dia 07 de dezembro/2012 no auditório da PGJ;
- Assembleia Nacional da Rede Nacional pela Primeira Infância realizada nos dias 12 e 13 de dezembro/2012 em Salvador;
- IV Congresso do Ministério Público do Maranhão realizado nos dias 13 e 14 de dezembro/2012, que conteve dentro de sua programação o painel “A Política Nacional de Saúde Mental de Crianças e Adolescentes”.

O Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude participa sistematicamente dos seguintes Comitês, Redes Focais e Grupos de Trabalho:

- Comitê de Monitoramento do Plano Estadual de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes;
- Rede Estadual da Primeira Infância do Maranhão (REPI-MA);
- Rede Maranhense de Justiça Juvenil e Grupo de Trabalho de Justiça Juvenil Restaurativa;
- Comitê Gestor Estadual para Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica;
- Grupo de Trabalho sobre Educação Indígena;
- Comissão Permanente da Infância e da Juventude (COPEIJ), do Grupo Nacional de Direitos Humanos e do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça. O CAOp/IJ ingressou no Grupo de Trabalho que debate o trabalho infantil.

c) Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio (CAO-UMA)

A Lei Complementar nº 013/91 estabelece seis atividades a serem desempenhadas pelos coordenadores de centro de apoio operacional, as quais se encontram listadas no art. 38.

Entre essas, os quatro primeiros incisos fixam expressamente algumas das ações a serem promovidas, estabelecendo nos dois últimos incisos a elaboração deste relatório e uma cláusula aberta para que sejam exercidas outras ações consideradas “compatíveis com suas finalidades”.

Estimular a integração e o intercâmbio entre os órgãos de execução que atuem na mesma área de atividade e tenham atribuições comuns. Para cumprir essa tarefa, o CAO-UMA em 2012 optou pelo contato direto com os Promotores de Justiça em razão das dificuldades encontradas para a realização de reuniões de trabalho com todos os Promotores de Meio Ambiente do Estado do Maranhão, ou parte deles, e os poucos resultados obtidos com tais reuniões nos últimos anos. Seguindo a meta de “garantir o saneamento ambiental em todos os municípios do Estado”, foram encaminhados ofícios-circulares relacionados à participação dos Promotores de Justiça nas audiências públicas do Plano Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, dos Planos Municipais de Resíduos Sólidos e dos Planos Municipais de Saneamento Básico. Constatou-se que boa parte dos municípios não cumpriram o prazo da Lei nº 12.305/2010, o que ensejará medidas em 2013. Reitera-se a necessidade de um melhor planejamento das atividades da Instituição para que seja possível reunir os Promotores de Justiça em pólos regionais para tratar do tema.

- Remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados à sua atividade. Essa atividade vem sendo desempenhada através dos

seguintes instrumentos: notas técnicas; bancos de pesquisa; remessa espontânea de informações e atendimento a consultas. Além do atendimento no dia-a-dia, o CAO-UMA:

- Enviou 17 (dezesete) solicitações de pesquisa e modelos sobre matéria ambiental;
- Remeteu 34 (trinta e quatro) informações técnicas de doutrina, legislação e jurisprudência por *e-mail*, incluindo dois livros;
- Elaborou 06 (seis) pareceres técnicos e 07 (sete) laudos periciais atendendo consultas e solicitações de vistorias e perícias. Desse total, 06 (seis) foram elaborados para atender Promotorias de Justiça do interior do Estado, a maioria com inspeção in loco, o que demonstra a interiorização das atividades do Centro de Apoio e melhor atuação dos Promotores de Meio Ambiente em tais comarcas;
- Realizou 10 (dez) vistorias, inclusive nas cidades de Pedreiras e Morros, além de apoio em audiência pública ao promotor de Justiça de Timon para tratar da alteração da Estação Ecológica da Lagoa do Sambico;
- Atualizou a página do CAO-UMA com a inclusão de novos julgados e legislação além da atualização do calendário de pesca;
- Seis (06) promotores de Justiça participaram do Congresso sobre Patrimônio Cultural no Ministério Público do Rio de Janeiro, o que permitiu maior difusão de conhecimento entre os Promotores de Justiça das cidades que possuem patrimônio cultural edificado;
- Realizou uma oficina de percepção ambiental com os novos Promotores de Justiça nomeados em evento da Escola Superior do Ministério Público em 19 de outubro de 2012;
- Participando do Congresso Estadual do Ministério Público com a palestra sobre o tema “Valoração de Danos Ambientais”, que se pretende efetivar como oficina de trabalho em 2013.
- Estabelecer intercâmbio permanente com órgãos ou entidades públicos ou privados que atuem em áreas afins para obtenção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções.
- Foi elaborado o convênio firmado com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para a adesão do Ministério Público do Maranhão no projeto da Rede Ambiental Participativa, que se encontra na fase de implantação do comitê gestor.
- Mantivemos o serviço de comunicação de licenças ambientais aos Promotores de Justiça, tendo sido feitas 820 (oitocentas e vinte) aos Promotores de Justiça de todo o Estado do Maranhão. Infelizmente, esse serviço se encontra paralisado desde julho de 2012 pela falta de funcionários para realizá-lo.
- O canal de consultas e denúncias encaminhou 43 (quarenta e três) denúncias de infrações ambientais aos membros do Ministério Público.
- O CAO/UMA participou das reuniões do Conselho Nacional dos Centros de Apoio de Meio Ambiente e Urbanismo, tendo destacada atuação nas medidas relacionadas ao Código Florestal.



Atividades previstas no Termo de Referência de Política Institucional e no Plano Estratégico.

As primeiras medidas relacionadas ao Planejamento Estratégico 2012-2016 se concentraram na remessa dos ofícios circulares relacionados aos Planos Municipais de Saneamento Básico e de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, cujos primeiros dados vêm sendo compilados conforme as respostas prestadas pelos órgãos de execução.

O Ministério Público está engajado no projeto de mapeamento e análise dos Planos Municipais de Saneamento Básico, capitaneado pela ABRAMPA e pelo Instituto Trata Brasil.

#### d) Centro de Apoio Operacional da Defesa da Saúde

O Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde tem atuado de forma a assegurar o efetivo exercício da função constitucional do Ministério Público na defesa da saúde.

A coordenação tem procurado dar continuidade às ações inerentes ao CA-OP-SAÚDE, objetivando contribuir com a melhoria dos indicadores das políticas públicas de saúde no Estado do Maranhão.

Nesse sentido, ao longo do ano de 2012, as articulações com os demais órgãos de todas as instâncias foram evidenciadas, tanto no acompanhamento e execução dos planos e programas institucionais quanto no cumprimento da legislação vigente. Abaixo elencamos as principais atividades desenvolvidas durante o ano de 2012.

#### Articulações e parcerias em prol da saúde (CAOp-Saúde)

Foram realizadas diversas atividades entre os vários segmentos ligados à área da saúde, a exemplo da Secretaria de Estado da Saúde, unidades hospitalares, Comissão Permanente de Defesa da Saúde (COPEDS), Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, bem como com todos os membros do Ministério Público do Estado do Maranhão e sociedade civil. Dentro desse contexto, para melhor compreensão dessas articulações e parcerias efetivadas, seguem as informações abaixo:

- Resposta à solicitação do Hospital Psiquiátrico Nina Rodrigues, que resultou no envio de ofícios aos Promotores de Justiça das Comarcas de São José de Ribamar, Santa Quitéria, Vitória do Mearim, Poção de Pedras, Santa Luzia;
- Reunião com a coordenação do CAOp/IJ para tratar de envio de questionários ao Ministério da Saúde (Coordenação Nacional de Saúde Mental) e para a Secretaria de Estado da Saúde (Coordenação Estadual de Saúde Mental) especificamente para colher informações das estruturas dos CAPS nos municípios maranhenses objetivando intensificar a Rede de Atenção Psicossocial com base na Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011;

- Atendimento de solicitação da Promotora de Justiça da Comarca de Pedreiras, Dra. Sandra Pontes, sobre informações do Hospital Sarah acerca de consultas marcadas para duas crianças com deficiência física;
- Indicação à Procuradora-Geral de Justiça dos nomes dos integrantes do CAOP/Saúde, os Promotores de Justiça Dr. Herberth Costa Figueiredo, Dra. Emmanuella Sousa de Barros Bello Peixoto e Dra. Rita de Cássia Pereira Souza;
- Envio de ofícios circulares aos Promotores(as) de Justiça com as informações do Diagnóstico dos Hospitais por Região do Estado do Maranhão e solicitando relatório completo da inspeção nas unidades de saúde, conforme apontadas no referido diagnóstico;
- Envio de ofício para a Superintendência de Vigilância Sanitária (SUVISA/SES), solicitando envio de uma equipe técnica desse setor com o objetivo de acompanhar o Ministério Público em uma fiscalização de postos de saúde dos municípios de Montes Altos, bem como dos termos judiciais dessa comarca;
- Apoio à campanha do Ministério Público em Grajaú versando sobre as queimadas nesse município e região, realizada pelo titular da 1ª Promotoria de Justiça de Grajaú, Dr. Carlos Róstão Martins Freitas;
- Envio de relatórios de inspeção da SUVISA/SES realizada nos hospitais de Imperatriz e região, endereçados à Promotoria de Defesa da Saúde de Imperatriz;
- Implantação da página do CAOP/SAÚDE no *site* do Ministério Público;
- Envio à Procuradora-Geral de Justiça do projeto para a realização do I Ciclo de Encontros Regionais da Saúde nas cinco regiões, conforme o Planejamento Estratégico do Ministério Público;
- Solicitação ao Secretário de Saúde do Estado do Maranhão, Dr. Ricardo Murad, do relatório da Situação da Atenção Primária nos municípios maranhenses;

Utilização da página do CAOp-Saúde no **site** do Ministério Público.

A página do CAOP/SAÚDE foi trabalhada de forma intensificada, notadamente com a inserção de informações recentes, modelos de peças processuais (Ação Civil Pública, Termos de Ajustamento de Conduta, Termos de Compromisso), Recomendações Administrativas, Enunciados, etc., com o objetivo de apoiar a atuação ministerial na garantia do direito à saúde.

Participação em eventos na área da saúde

- II Reunião Ordinária da Comissão Permanente da Saúde (COPEDS), realizada na cidade de Salvador/BA, nos dias 14 e 15 de junho de 2012;
- III Reunião Ordinária da Comissão Permanente da Saúde (COPEDS), realizada na cidade de Belo Horizonte/MG, nos dias 18 e 19 de setembro de 2012;

- IV Reunião Ordinária da Comissão Permanente da Saúde – (COPEDS), realizada na cidade de Canela/RS, nos dias 05, 06 e 07 de novembro de 2012;

- IV CONGRESSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO no dia 14 de dezembro de 2012, com o Painel Saúde, cujo tema foi “Atenção Básica e Judicialização da Saúde”, com os expositores Dr. Marco Antonio Teixeira, Procurador de Justiça e coordenador do Centro de Apoio da Saúde Pública do Paraná e Dr. José Adalberto Dazzi, Procurador de Justiça e Coordenador do CAOPS – Centro de Apoio Operacional de Implementação das Políticas de Saúde do Estado do Espírito Santo. A coordenação do painel ficou a cargo do Dr. Francisco das Chagas Barros de Sousa e teve como debatedor o Dr. Herberth Costa Figueiredo, Promotor de Justiça da Promotoria Especializada na Defesa da Saúde e integrante do CAOP/SAÚDE – MA.

e) Centro de Apoio Operacional da Defesa do Patrimônio Público e Probidade Administrativa (CAOp-PROAD)

Atividades de fiscalização de convênios firmados pela Administração Pública

- Pesquisa dos convênios celebrados pelos entes públicos nas esferas estadual e municipal que importem em transferência de recursos públicos;
- Requisição dos convênios nos órgãos públicos concedentes de recursos públicos;
- Baixa dos convênios requisitados e alimentação do sistema;
- Remessa dos termos de convênio aos Promotores de Justiça das comarcas onde são projetados os efeitos do ajuste;
- Orientação aos Promotores de Justiça na fiscalização da execução dos convênios;
- Expedição de ofícios circulares aos Promotores de Justiça;
- Requisição de cópias de prestações de contas de convênios aos órgãos convenientes/concedentes para instrução de procedimentos investigatórios.

**Tabela 11:** Movimentação dos termos de convênios requisitados:

CONVÊNIOS	JAN/ FEV	MAR/ ABR	MAIO/ JUN	JUL/ AGO	NOV/ DEZ	TOTAL
Requisitados	230	65	485	313	79	
Enviados aos Promotores de Justiça	48	182	44	100	323	2.461

Fonte: CAOp/ProAd

## Atividades de Controle de Execução de Acórdãos do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE)

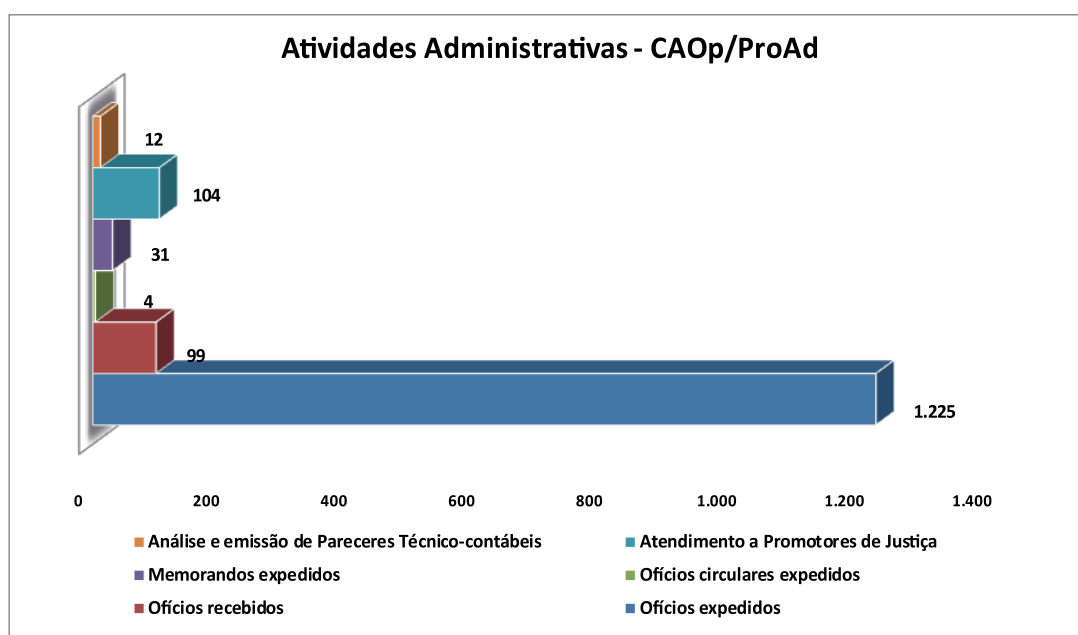
- Levantamento dos acórdãos do Tribunal de Contas do Estado com condenação de ressarcimento ao erário e imposição de multa a gestores públicos;
- Pesquisa do trânsito em julgado dos acórdãos do Tribunal de Contas do Estado antes levantados;
- Impressão dos acórdãos e das respectivas certidões do trânsito em julgado;
- Atualização monetária dos débitos constantes dos acórdãos do Tribunal de Contas do Estado;
- Encaminhamento dos acórdãos transitados em julgado às Promotorias de Justiça das correspondentes comarcas, para execução, com cópia de modelo da inicial da ação;

**Tabela 12:** Manutenção e atualização de relatório de acórdãos encaminhados, com indicação do gestor devedor da comarca de ajuizamento da ação executiva

ACÓRDÃO	JAN/ FEV	MAR/ ABR	MAIO/ JUN	NOV/ DEZ	TOTAL
Acórdãos encaminhados às Promotorias de Justiça	50	261	88	57	456

Fonte: CAOp/ProAd

### Outras atividades



**Gráfico 16:** Atividades Administrativas do CAOp/ProAd em 2012

## Projetos em desenvolvimento

- Rotina de acompanhamento e fiscalização de licitações por concorrência e tomada de preços;
- Rotina de acompanhamento e fiscalização de contratos de alto valor.

## Seminários/Reuniões

- Reunião de trabalho do CAOP-ProAd

Assunto: Procedimentos Investigatórios e Ações na Área do Patrimônio Público nas Comarcas (São Luís – 17/09/2012)

Convoção através do ofício circular nº 04/12-CAOP-ProAd.

- Reunião de trabalho do CAOP-ProAd

Assunto: Procedimentos Investigatórios e Ações na Área do Patrimônio Público nas Comarcas (Imperatriz – 21/09/2012)

Convoção através do ofício circular nº 04/12-CAOP-ProAd.

## f) Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania (CAOp-DHC)

Criado em 2006, o Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania (CAOP/DHC) tem atuado no auxílio às Promotorias de Justiça de todo o Estado nos assuntos que não são abrangidos pelos demais CAOPs (Infância e Juventude, Meio Ambiente, Saúde, Proteção ao Idoso e Pessoa com Deficiência, Consumidor, Controle Externo da Atividade Policial, Criminal e Probidade Administrativa).

Além do apoio técnico, também são atribuições do CAOP/DHC coordenar a integração e o intercâmbio de informações e experiências entre as Promotorias de Justiça que atuam nas mesmas áreas e o acompanhamento constante das ações do Ministério Público nas diversas comarcas, em especial aqueles referentes a casos de tortura. A maior parte das demandas que chega ao Centro de Apoio Operacional refere-se a denúncias de tortura que, na maioria das vezes, têm como acusados policiais civis e/ou militares.

O desempenho do CAOP/DHC em 2012 vem consolidar a atuação do Ministério Público no combate a toda e qualquer espécie de violação aos direitos humanos através da implementação de políticas institucionais voltadas para a matéria.

No decorrer do ano de 2012 foram realizadas as seguintes atividades pelo CAOP/DHC:

- Co-coordenação das ações integradas decorrentes dos convênios, protocolos de intenções e acordos institucionais referentes à área de direitos humanos;

- Acompanhamento processual de ações nas comarcas e no Tribunal de Justiça relativas à sua área de atuação;
- Apoio aos órgãos de execução em atividades relativas ao direito material e processual referente às atribuições cíveis e criminais concernentes à tortura, relações raciais, idosos, apoio às vítimas de violência e defesa do controle social do uso dos meios de comunicação em atenção à dignidade da pessoa humana;
- Participação do CAOP/DHC no I Encontro Intermunicipal dos Grupos de Articulação e Fortalecimento dos Conselhos Escolares (GAFCES), realizado no dia 14 de novembro de 2012, na Secretaria Municipal de Turismo.
- Encontro do CAOP/DHC com a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), realizado no dia 17 de outubro de 2012, na PGJ/MA, em que foram tratados assuntos relativos à defesa às vítimas e testemunhas ameaçadas, o efetivo combate à tortura em nosso Estado e a propositura de vínculos mais fortes entres as instituições com o objetivo de alcançarmos melhorias nas áreas debatidas na reunião.

Apesar de ser um órgão de apoio aos membros do Ministério Público, o Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e Cidadania também esteve durante todo o ano de 2012 aberto ao atendimento à população. Casos de desrespeito aos direitos humanos e de tortura foram recebidos, formadas as devidas providências e posteriormente acompanhados até que se alcançou a solução satisfatória da demanda.

g) Centro de Apoio Operacional do Controle Externo da Atividade Policial (CAOp-CEAP)

O ano de 2012 não permitiu maiores tarefas em razão da coordenadora do CAOP/CEAP ser a única integrante do referido Órgão durante a maior parte do ano. É que, não obstante a lotação de um Auxiliar Ministerial no CAOP/CEAP, através da Portaria nº 0159/2012 – GPGJ, datada de 13 de janeiro de 2012, tal servidor se apresentou para exercer suas funções somente em 31 de maio de 2012 e permaneceu no CAOP/CEAP somente nesse único dia, fato esse comunicado à Direção Geral através dos Memos nº 15/2012 – CAOP/CEAP e 16/2012 – CAOP/CEAP.

Atendendo à condição imposta pela Procuradora de Justiça Dra. Lígia Maria da Silva Cavalcanti para a sua permanência na coordenação do CAOP/CEAP, manifestada em sessão do Colégio de Procuradores de Justiça ocorrida no mês de julho de 2012, a Excelentíssima Senhora Procuradora-Geral de Justiça cedeu ao CAOP/CEAP uma Assessora Técnica, por ela nomeada, em agosto de 2012.

A coordenadora do CAOP/CEAP, com o objetivo de dar continuidade às diligências realizadas isoladamente ou em conjunto com a Ouvidoria de Segurança Pública/SSP-MA e/ou com a Ouvidoria da Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Maranhão iniciadas no ano de 2011 em atendimento às denúncias de suposta execução por policiais de adolescente no Município de São Mateus do Maranhão/MA e com o intuito de verificar as várias denúncias de omissão, irregularidades e abusos envolvendo policiais militares e civis nas Comarcas de Chapadinha/MA, Santa Quité-

ria do Maranhão/MA, São Bernardo/MA, Magalhães de Almeida/MA e Tutóia/MA, realizou viagem para os referidos Municípios no período de 23 a 29 de janeiro de 2012. Nessa ocasião, ao visitar a delegacia de São Mateus do Maranhão/MA, encontrou um adolescente de 16 (dezesseis) anos mantido preso na carceragem com presos de justiça e, após a intervenção da coordenadora, o adolescente foi entregue à família pelo Conselho Tutelar da Cidade.

No decorrer da referida viagem houve o acompanhamento do caso de suposto abuso de autoridade envolvendo o delegado Ad hoc de Magalhães de Almeida/MA, assim como de policiais militares. Foram ainda verificadas as denúncias na Delegacia de Santa Quitéria/MA, as denúncias de abuso de autoridade por policiais militares nos municípios de São Bernardo/MA e Chapadinha/MA. Por fim, esta Coordenadora acompanhou as denúncias de abuso de autoridade perpetrado pelo delegado de polícia civil de Tutóia/MA. Destaca que os documentos pertinentes a todos os casos averiguados foram encaminhados aos competentes Órgãos de Execução do Controle Externo da Atividade Policial.

Por sua vez, em 16 de fevereiro de 2012, a coordenadora do CAOP/CEAP se deslocou até a Comarca de Arari/MA com a finalidade de averiguar a veracidade de várias denúncias encaminhadas pela Ouvidoria de Segurança Pública acerca de irregularidades, omissões e abusos supostamente ocorridos na delegacia daquele Município, cometidos por policiais civis e/ou militares, ocasião em que colheu declarações de possíveis vítimas, registradas por meio de recurso audiovisual, sendo encaminhadas à Promotoria de Justiça da Comarca de Arari/MA com recomendações.

No ano de 2011, a coordenadora do CAOP/CEAP foi escolhida para ser também a coordenadora da Rede de Controle Social Externo da Atividade Policial, integrada também pelo Ouvidor de Segurança Pública do Estado do Maranhão, pelo Ouvidor da Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Maranhão, pelo Ouvidor do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, pelo Ouvidor da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão e ainda com participação da Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Maranhão, tendo no ano de 2012 dado prosseguimento ao trabalho desenvolvido na referida Rede, organizado reuniões periódicas com a finalidade de aumentar a integração dos referidos órgãos e possibilitar uma atuação mais efetiva do CAOP/CEAP.

No decorrer do ano de 2012, a coordenadora do CAOP/CEAP reuniu-se com o Ouvidor de Segurança Pública regularmente, tendo os encontros ocorrido com a frequência mínima de 10 (dez) dias, ocasiões em que o referido ouvidor encaminhava as denúncias recebidas naquela Ouvidoria e a coordenadora do CAOP/CEAP passava a acompanhar, tomando sempre como medida inicial o contato com o promotor de Justiça com atribuição na comarca de origem das denúncias.

Em 30 de julho de 2012, a coordenadora do CAOP/CEP expediu o Ofício-Circular nº 01/2012-CAOP-CEAP, cuja finalidade era o fornecimento pelos Promotores de Justiça de dados referentes ao controle externo da atividade policial, os quais subsidiam os relatórios do CAOP/CEAP.

Em 06 de agosto de 2012, foi encaminhado o memorando nº 18/12 – CAOP/CEAP à Excelentíssima Senhora Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, dados estatísticos existentes no CAOP/CEAP referentes às infrações omissivas e/ou comissivas no exercício da atividade policial, objetivando servirem de subsídios

para a manifestação da Representante do Ministério Público do Estado do Maranhão em reunião no Conselho Nacional de Procuradores Gerais, assim como em audiência agendada com o Presidente do Congresso Nacional, acerca da não aprovação pelo Congresso Nacional da PEC nº 37/2011. Destaca que, nessa ocasião, foi constatada a existência de 97 (noventa e sete) registros de procedimentos administrativos nos últimos 05 (cinco) anos, dos quais 93,8% se encontram tramitando e 6,2% foram arquivados, assim como existem 23 (vinte e três) ações penais, sendo que 65,2% estão em trâmite e 34,8% foram arquivadas, e finalmente que dos 120 (cento e vinte) procedimentos registrados/instaurados para apurar infrações penais cometidas, em tese, por policiais civis e/ou militares, 88,3% estão tramitando e 11,7% foram arquivadas.

Ressalta que em outubro de 2012 a coordenação do CAOP/CEAP tomou conhecimento das Resoluções nº 01/2012 – CPC/PCMA e nº 02/2012/CPC/PCMA, as quais regulamentaram os procedimentos a serem adotados por membro do Ministério Público no exercício do controle externo da atividade policial e, por entender que as referidas Resoluções do Conselho de Polícia Civil do Estado do Maranhão excederam os limites legais, eis que afrontam e impedem o pleno exercício funcional do controle externo da atividade policial pelo Ministério Público, atribuição prevista constitucionalmente, a coordenadora do CAOP/CEAP requereu à Procuradora-Geral de Justiça a adoção de medidas cabíveis, por meio do Ofício nº 21/2012-CAOP/CEAP e do Ofício nº 24/2012 CAOP/CEAP.

Nesta perspectiva, a coordenadora do CAOP/CEAP, com a Ouvidora-Geral do Ministério Público do Estado do Maranhão, o Ouvidor de Segurança – SSP/MA e o coordenador da Ouvidoria do Tribunal de Justiça/MA, solicitaram reunião com o Corregedor-Geral do Sistema de Segurança Pública e com a Delegada Geral da Polícia Civil do Maranhão, ocasião em que reuniram-se com o Corregedor Geral do Sistema de Segurança Pública, com o Corregedor-Adjunto da Polícia Militar, com o Superintendente da Polícia Civil do Interior, com o Superintendente da Polícia Civil da Capital, com o Corregedor-Adjunto do Corpo de Bombeiros, com a Delegada-Geral de Polícia Civil do Maranhão, com o Subdelegado-Geral, com o Delegado de Polícia encarregado pelo Serviço de Disciplina da Corregedoria Geral e com o Corregedor-Adjunto de Policial Civil do Maranhão, que ocorreu no dia 05 de dezembro de 2012, sendo levantado pela coordenadora do CAOP/CEAP diversos assuntos, entre eles:

- a) Implementação da troca de informações de inquérito policiais paralisados nas delegacias (capital e interior);
- b) Encaminhamentos das requisições do Ministério Público para a Delegada Geral;
- c) Respostas às provocações da Ouvidoria de Segurança Pública;
- d) Plantões dos Promotores de Justiça;
- e) Ausência de Promotores de Justiça nas Promotorias;
- f) Não cumprimento de representações da polícia por atrasos nas manifestações do Ministério Público;
- g) Ausência de estrutura da Polícia Civil e Militar;
- h) Interdição das delegacias de Timon/MA.



Ao final dessa reunião, foi convencionado que a mesma seria repetida bimestralmente.

Por fim, salienta que a coordenadora acompanhou grande parte dos casos de denúncias recebidas no CAOP/CEAP, dentro do que lhe foi possível, tendo mantido durante todo ano de 2012 constante contato com o Promotor de Justiça, o Delegado de Polícia e as vítimas e seus familiares envolvidos nas referidas denúncias com o objetivo de auxiliar o controle externo da atividade policial, uma de suas funções principais, tendo inclusive registrado, por meio audiovisual, diversos depoimentos colhidos no decorrer das viagens mencionadas neste relatório.

h) Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Idoso e Pessoa com Deficiência.

Criado em 13 de junho de 2011 pela Resolução nº 10/2011, do Colégio Procuradores do Ministério Público do Maranhão, o Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Idoso e Pessoa com Deficiência tem como finalidade colaborar com os promotores de Justiça na organização, no planejamento das ações, no apoio aos trabalhos nas comarcas para que os direitos dos idosos, bem como o direito da pessoa com deficiência, sejam efetivamente respeitados no Estado.

A primeira providência a ser adotada pelo coordenador foi a solicitação das devidas instalações físicas, a lotação de servidores e demais condições necessárias para o funcionamento do referido CAOP.

Trabalhos desenvolvidos:

- Alimentação do link reservado no site do Ministério Público, realizado pela assessora do promotor de Justiça, Roberta Camarano Monteiro Vanderlei;
- Elaboração de cartilha sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, desenvolvida pela servidora Genésia Nava Hossoe, técnica ministerial, lotada na 11ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Pessoa com Deficiência;
- Lançamento da campanha “Empréstimo Consignado? Não se deixe enganar pelo dinheiro fácil”, em parceria com a Ouvidoria-Geral do MP/MA no auditório da PGJ, no dia 6 de novembro de 2012;
- Atendimento aos promotores do Estado, realizado pelo coordenador e pela sua assessora através de contatos telefônicos e via e-mail, com o encaminhamento de peças, legislações, modelos de ofícios, termos de ajustamento de conduta e recomendações;
- Atendimento ao público, realizado nas instalações da Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Pessoa com Deficiência, diariamente, das 08:00h às 14:00h;



• Reuniões de trabalho com autoridades:

- Secretária de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania - Dra. Luíza de Fátima Amorim Oliveira;
- Centro de Apoio às Pessoas Surdas (CAS);
- Secretário de Estado do Trabalho e da Economia Solidária - Dr. José Antonio Heluy;
- Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA), com a Secretária para Assuntos Institucionais da Procuradoria Geral de Justiça Dra. Fabíola Fernandes;
- Secretaria Municipal de Trânsito de São Luís/MA (SMTT);
- Secretaria Municipal de Educação (SEMED), com o Dr. Othon Bastos;
- Fundação Sousândrade, com o Dr. Fernando Ribeiro;
- Casa dos Conselhos.
- Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
- Dr. José Henrique, do CAOP/Proad.
- Dra. Mariléia Campos, Ouvidora Geral do MP/MA;
- CAOPs no gabinete da Procuradora-Geral.

O CAOP de Defesa da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência buscou no ano de 2012 promover a aproximação com os movimentos sociais de apoio às pessoas com deficiência e idosos e destes com os demais órgãos públicos e privados, para resguardar a cidadania e dignidade desse segmento social.

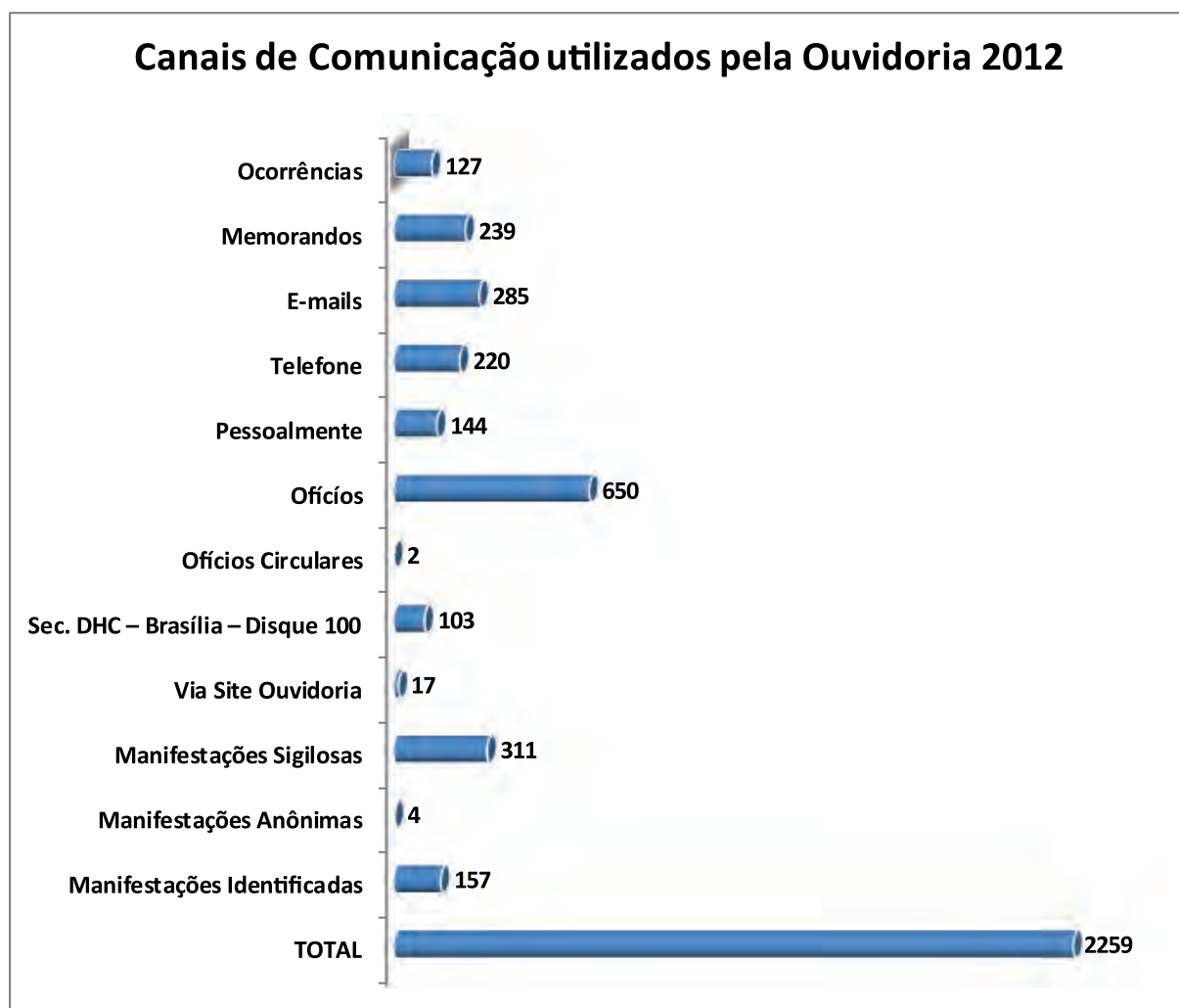
Destaca-se que, mesmo sem uma estrutura física e a ausência de servidores, o coordenador do Centro de Apoio Operacional vem aumentando cada vez mais a sua atuação.

#### 4.13 Ouvidoria do Ministério Público

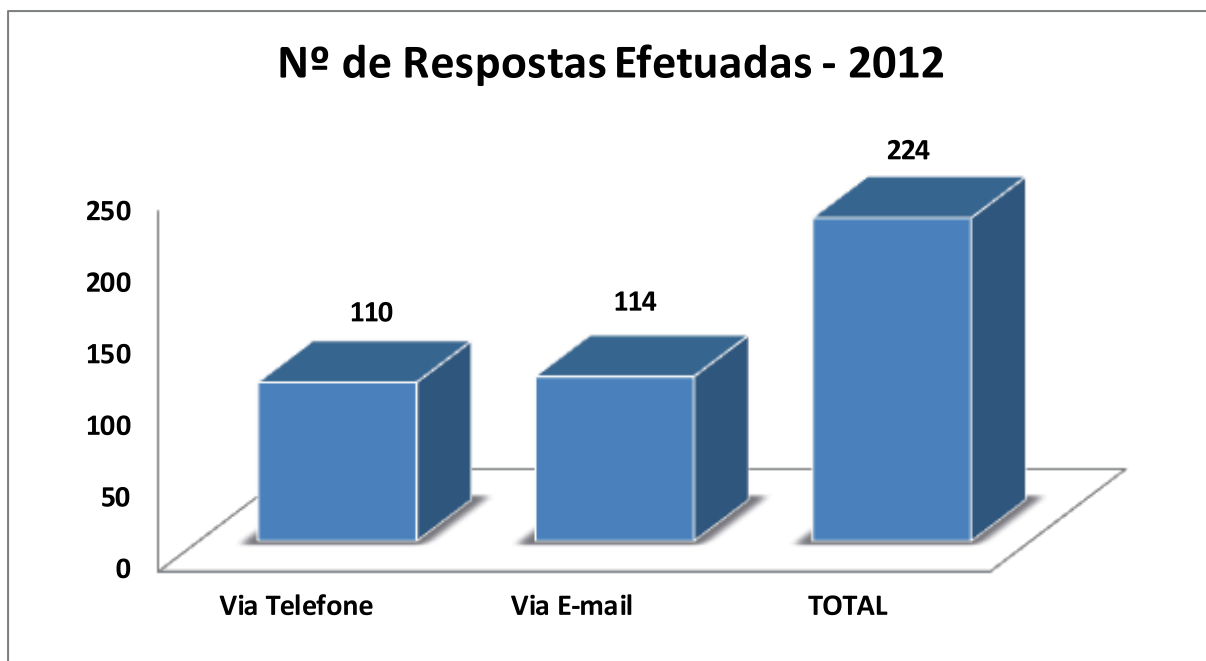
A Ouvidoria do Ministério Público é o órgão competente para receber elogios, críticas, sugestões, reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Ministério Público, inclusive contra seus serviços auxiliares. Não dispõe de poderes correccionais, não interfere nem substitui as atribuições da Corregedoria-Geral do Ministério Público.

O acesso à Ouvidoria será realizado por comparecimento, ou mediante correspondência, ligação telefônica, devidamente reduzida a termo pela Ouvidoria, mensagem via fax ou comunicação via Internet, com utilização do serviço do órgão a ser disponibilizado no sítio do Ministério Público.

O cargo de Ouvidor do Ministério Público do Estado do Maranhão será exercido por Procurador de Justiça, em atividade, nomeado pelo Procurador-Geral de Justiça a partir da lista tríplice escolhida pelo Colégio de Procuradores, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.



**Gráfico 17:** Canais de Comunicação utilizados pela Ouvidoria em 2012



**Gráfico 18:** Respostas efetuadas pela Ouvidoria

**Tabela 13:** Destino das Manifestações

<b>DESTINO DAS MANIFESTAÇÕES</b>	
<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Promotorias de Justiça do Interior	267
Promotorias Especializadas	48
Promotorias da Capital	46
Procuradorias	16
Subprocuradorias	3
Corregedorias	24
CNMP	2
Coordenadorias	5
Polícias Civil / Militar	41
Corpo de Bombeiros	1
Conselhos/Associações de Classe	8
Conselhos Tutelares	1
Órgãos Públicos	32
Instituições Privadas	14
Secretarias Estadual e Municipal	56
CAOps	3
Hospitais Públicos	16
Escolas / Universidades	5
Cartórios	1
Poder Judiciário	40
Poder Legislativo	2
Poder Executivo	8

DESTINO DAS MANIFESTAÇÕES	
DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Instituições Bancárias	2
Igrejas	1
<b>Total</b>	<b>629</b>

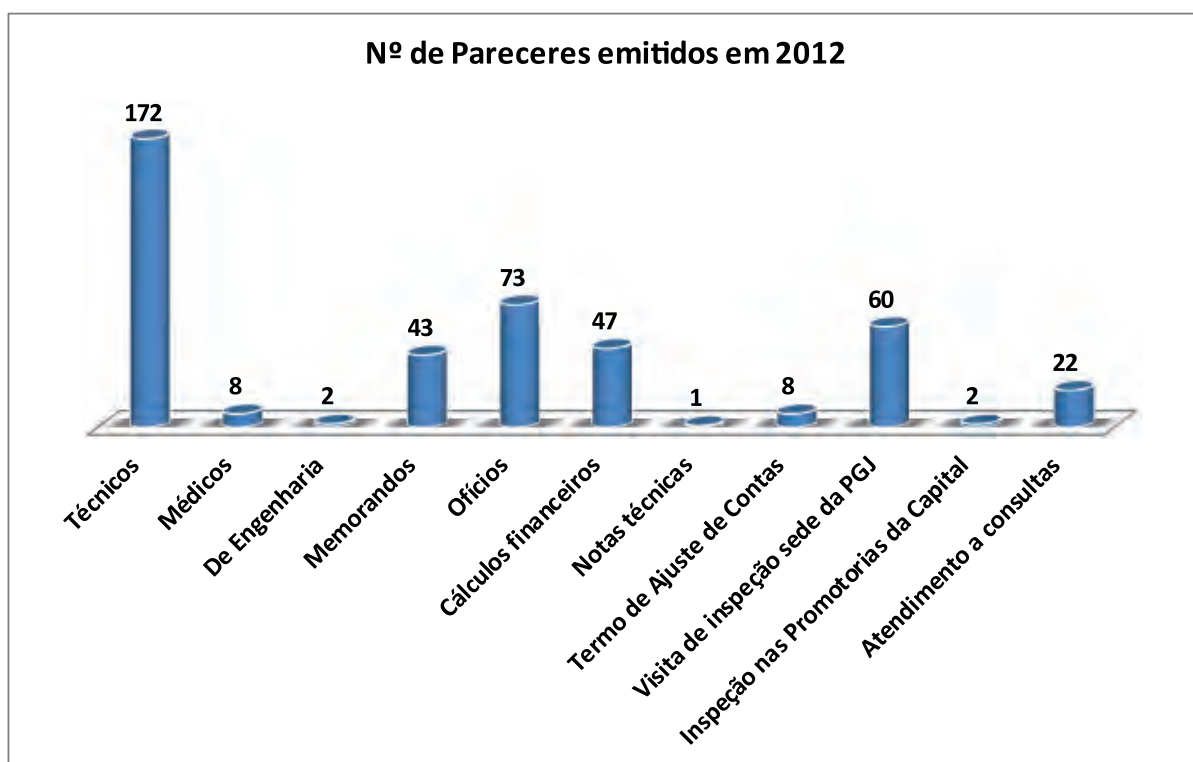
Fonte: Ouvidoria Geral do Ministério Público

#### 4.14 Assessorias

São órgãos de assessoramento do Ministério Público: a Assessoria Especial vinculada à Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, a Assessoria Jurídica, a Assessoria Técnica, a Assessoria de Auditoria, a Assessoria de Controle Interno e a Assessoria de Planejamento Geral.

##### a) Assessoria Técnica

Compete à Assessoria Técnica a elaboração de perícias, laudos, avaliações, notas técnicas, projetos e outros estudos técnicos para instrução de procedimentos administrativos dos órgãos de execução, bem como o suporte técnico ao Ministério Público nas ações judiciais em que atuar como órgão agente ou fiscal da lei, a ser regulamentado por Ato do Chefe da Instituição.



**Gráfico 19:** Produção da Assessoria Técnica em 2012

**Tabela 14:** Participação em atividades de formação, comissões e audiências

ITEM	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE
Participação em cursos, palestras, simpósios e congressos	1 servidor - Seminário DOAR: Direção do Orçamento na aplicação de recursos, em 29/02/12	4 servidores - Curso: Contabilidade Pública e o novo plano de contas. Período: 20 a 22/06	Não houve	4 servidores - Curso: Contabilidade aplicada ao setor público. Período: 05 a 07-11
Participação em comissões	Não houve.	Não houve.	1 servidor em 4 comissões	1 servidor em 4 comissões
Audiências públicas e judiciais	1 servidor - 2 audiências	1 servidor - 1 audiência	1 servidor - 1 audiência	2 servidores - 2 audiências

Fonte: Assessoria Técnica da PGJ

#### b) Assessoria de Auditoria Interna

A Assessoria de Auditoria Interna iniciou suas atividades no exercício de 2012, após o desmembramento da então Assessoria de Controle Interno e Auditoria por meio do Ato Regulamentar nº 002/2012-GPGJ (Diário Oficial, Poder Judiciário, 14/02/2012), que alterou o Ato Regulamentar nº 020/2008-GPGJ (Regimento Interno da PGJ/MA - Diário Oficial, Poder Judiciário, 16/05/2008), criando a Assessoria de Auditoria e Assessoria de Controle Interno, que atuam em conjunto, mas com atribuições específicas.

Registre-se, ainda, que à época da então Assessoria de Controle Interno e Auditoria as atividades propriamente ditas de auditoria, dada a excessiva e continuamente crescente demanda processual, foram sendo preteridas às atividades de controle interno, as quais estavam intrinsecamente relacionadas à emissão de pareceres técnicos opinativos sobre os mais variados objetos, a exemplo de: pagamentos; empenhos; prestações de contas de adiantamentos; celebração de termos aditivos, de prazo e/ou valor, reajuste/repactuação/revisão/realinhamento contratual; termo de ajuste de contas; análise de licitações etc.

A Assessoria de Auditoria Interna conta com 03 (três) servidores, dos quais 02 (dois) são Analistas Ministeriais, e não poupou esforços para bem executar as atividades de auditoria previstas no Plano Anual de Auditoria Interna - 2012, submetido à Administração Superior pelo Memo nº 003/2012 - AUDIT./PGJ, datado de 17/01/2012, dado o artigo 1º do Ato Regulamentar nº 02/2011-GPGJ (Diário Oficial, Poder Judiciário, 04/02/2011), o artigo 91-A, II, acrescido ao Ato Regulamentar nº 020/2008-GPGJ e o artigo 10 do Ato Regulamentar nº 002/2012-GPGJ.

Na busca do aprimoramento dos mecanismos de controle já existentes e do fortalecimento institucional, foram realizadas auditorias em áreas julgadas sensíveis, quais sejam: Gestão de Pessoas; Folha de Pagamento; Gestão de Contratos

Administrativos; Contábil-Financeira; e a de Gestão Patrimonial, culminando com a elaboração de relatórios submetidos à Administração Superior para que, a partir dos pontos de fragilidade detectados, fossem implementadas as recomendações cabíveis para os devidos melhoramentos e/ou saneamentos.

Tais auditorias visaram ao fortalecimento institucional, cabendo às deficiências e fragilidades verificadas o papel primordial de auxiliar na concepção de uma bússola para a senda do aperfeiçoamento dos mecanismos de controle.

Em 2012 foram produzidos 09 (nove) Relatórios de Auditoria, frutos de procedimentos de análises documentais, reuniões, exames dos registros, avaliações, levantamentos, diligências e comprovações, metodologicamente estruturados, pelos quais foram avaliadas a integridade, adequação, eficácia e economicidade dos atos e fatos de gestão. Cabe pontuar algumas atividades também realizadas pela Assessoria no exercício de 2012:

- Expedição de 87 (oitenta e sete) memorandos versando sobre diversos assuntos, tais como solicitações à Administração Superior para melhor estruturar esta Assessoria, encaminhamento de documentos e relatórios àquela e realização de diligências diversas nos setores competentes visando a subsidiar os respectivos trabalhos de auditoria;

- Emissão de 03 (três) Notas de Auditoria, com recomendações à Administração Superior, pertinentes às respectivas áreas;

- Elaboração de 17 (dezesete) pareceres técnicos em processos administrativos;

- Participação como Presidente da Comissão instituída em 20/08/2012 pela Diretoria Geral da Procuradoria para realizar estudo e apresentar proposta de racionalização e otimização da jornada de trabalho dos servidores deste Ministério Público, que conduziram à edição do Ato Regulamentar nº. 18/2012-GPGJ, publicado em 01/11/2012, no Diário Oficial do Poder Judiciário, dispondo sobre a regulamentação de registro e controle biométrico, por meio de impressão digital, de frequência dos servidores deste Ministério Público;

- Participação nos estudos sobre as modificações no Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos servidores deste Ministério Público que antecederam a publicação da Lei Estadual nº. 9.687/2012 (Diário Oficial, Poder Executivo, 05/09/2012), que alterou dispositivos da Lei Estadual nº. 8.077/2004, de 07/01/2004, fixando os valores dos vencimentos-base dos cargos de Analista Ministerial, Técnico Ministerial e Auxiliar Ministerial;

- Participação como Membro da Comissão para os estudos sobre as propostas de modificações no Ato Regulamentar nº. 02/2008-GPGJ, que dispõe sobre a forma da concessão, da aplicação e da prestação de contas de adiantamento no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão;

- Elaboração e submissão à apreciação da Administração Superior das atribuições desta Assessoria de Auditoria Interna via Memo. nº. 003/2012-AUDIT./PGJ, datado de 17/01/2012, considerando entre outros aspectos a necessidade de adequar o Ato Regulamentar nº. 020/2008 (Regimento Interno) aos preceitos insculpidos na Lei Estadual nº. 9.517/2011, notadamente quanto à especificação das atribui-

ções da Assessoria de Auditoria Interna e do cargo de Assessor-Chefe de Auditoria;

- Elaboração e submissão à apreciação da Administração Superior por meio do Memo. nº. 003/2012-AUDIT./PGJ, datado de 17/01/2012, do Plano Anual de Auditoria Interna - 2012, dado o artigo 1º do Ato Regulamentar nº. 02/2011-GPGJ (Diário Oficial, Poder Judiciário, 04/02/2011); e
- Participação em reuniões diversas, para dar orientações e prestar esclarecimentos às unidades administrativas.

### c) Assessoria de Controle Interno

Em atendimento às disposições do inciso II, artigo 91, do Ato Regulamentar nº 020/2008, que dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça, foram analisados, pela Assessoria de Controle Interno, 690 (seiscentos e noventa) processos administrativos, gerando 2.172 (dois mil e setenta e dois) manifestações acerca da regularidade processual.

**Tabela 15:** Distribuição das manifestações emitidas em 2012 por objeto de análise

<b>OBJETO</b>	<b>PARECERES</b>	<b>%</b>
Adiantamento	456	20,99%
Abono de Permanência	10	0,46%
Aditivos/reajustes contratuais	43	1,98%
Ajuda de custo	20	0,92%
Conversão de licença especial em pecúnia	80	3,68%
Diversos	76	3,50%
Doações	11	0,51%
Empenho	229	10,54%
Estagiários	11	0,51%
Gratificações e auxílios	142	6,54%
Incorporação de tempo de serviço	21	0,97%
Indenização de férias	9	0,41%
Licitação	145	6,68%
Locação de imóveis	112	5,16%
Pagamento a fornecedores	490	22,56%
Progressão e promoção funcional	150	6,91%
Requisição de servidores	63	2,90%
Verbas indenizatórias	104	4,79%
<b>TOTAL</b>	<b>2172</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Assessoria de Controle Interno da PGJ

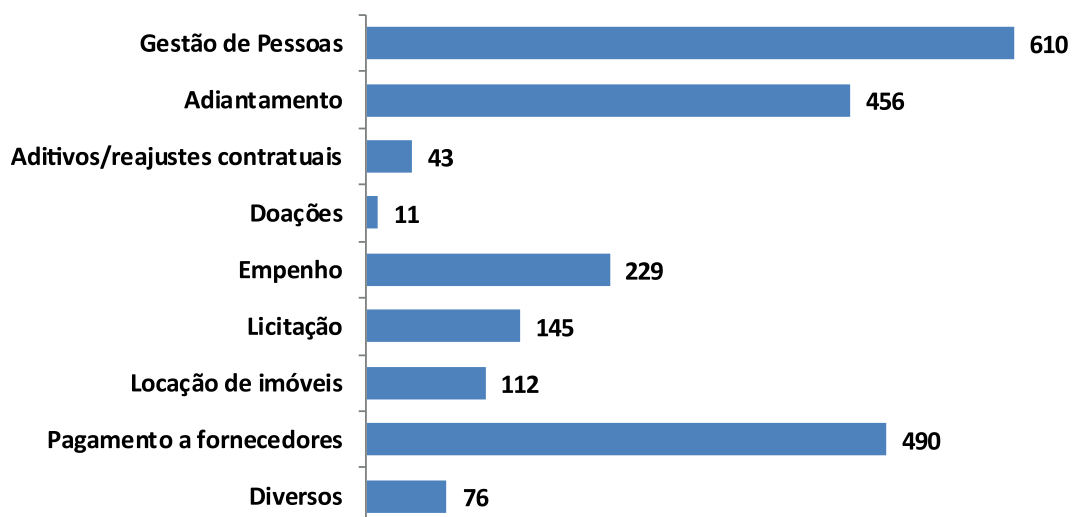


## Manifestações em Processos de Gestão de Pessoas



**Gráfico 20:** Distribuição das manifestações emitidas relativas a processo de Gestão de Pessoas em 2012

## Manifestações por grupo de análises



**Gráfico 21:** Distribuição das Manifestações emitidas pela Assessoria de Controle Interno por grupos de análise.

#### d) Assessoria Jurídica

A Assessoria Jurídica é composta por bacharéis em Direito nomeados em comissão pelo Procurador-Geral mediante indicação dos Procuradores e Promotores de Justiça, tendo por finalidade auxiliá-los nas suas funções de órgãos de execução.

#### e) Assessoria Jurídica de Atividade Administrativa

A Assessoria Jurídica da Administração foi criada pelo Ato Regulamentar nº 16/2012-GPGJ, de 24/09/2012, e permitiu dar celeridade aos processos administrativos que necessitam de parecer jurídico e que antes eram apreciados pela Assessoria Especial, notadamente os referentes a licitações e contratos, tendo recebido, desde sua criação, cerca de 240 processos.

#### f) Assessoria de Planejamento Geral

A Assessoria de Planejamento desempenha importante papel no assessoramento das atividades relacionadas aos processos de trabalho e no controle da execução dos planos de gestão, avaliando resultados e oportunidades de melhoria, tendo por base uma gestão estratégica focada em resultados. Criada pelo Ato Regulamentar nº 16/2012-GPGJ, está vinculada à Diretoria Geral.

### **4.15 Comissão de Concurso**

É órgão auxiliar de natureza transitória, presidido pelo Procurador-Geral de Justiça e integrado por 3 (três) membros do Ministério Público titulares, preferencialmente Procuradores de Justiça, e 3 (três) suplentes, eleitos pelo Conselho Superior, além do representante do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil. Tem a incumbência de realizar a seleção de candidatos ao ingresso na carreira do Ministério Público, sendo vedada a participação na Comissão de parente consanguíneo ou afim até o segundo grau de candidatos inscritos.

### **4.16 Diretoria Geral**

Os Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo da Instituição estão organizados em Coordenadorias e Seções, de modo que uma Coordenadoria é composta de uma ou mais Seções. Em sua maioria, estão vinculados à Diretoria da Secretaria Administrativa-Financeira, que, por sua vez, é subordinada diretamente à Diretoria-Geral do Ministério Público.



A Diretoria Geral da Procuradoria Geral de Justiça possui como umas de suas principais diretrizes a desburocratização dos processos, de modo a torná-los mais céleres e eficientes. Tomando por base o relatório da equipe de transição para a atual gestão, constatou-se o problema da demora no trâmite de alguns processos nos diversos setores da PGJ. Diante desse cenário, a Diretoria Geral trabalhou no sentido de descentralizar e tornar mais ágil a condução dos trabalhos na esfera administrativa, ao tempo em que buscou aperfeiçoar as rotinas internas da PGJ através da edição/reformulação dos atos normativos que as disciplinam.

Nesse sentido é importante destacar que a partir de proposta da Diretoria Geral foi homologada pela Procuradora-Geral de Justiça a Ordem de Serviço nº 001/2012-GPGJ, publicada em 17/08/2012, que trata do processo para doação de bens móveis inservíveis, descrevendo seu fluxograma. Esse dispositivo representou um ganho significativo ao Ministério Público, pois permite que as próprias Promotorias de Justiça do interior do estado se desfaçam dos bens inservíveis, doando-os a entidades do próprio município, evitando custos com o transporte desses bens para a capital.

Dando continuidade a essa iniciativa, após reuniões estratégicas com as coordenadorias, foram elaborados fluxogramas e ordens de serviço que descrevem as principais rotinas das unidades administrativas, tais como:

- a) Afastamento de membros por até 3 dias (diárias e passagens)
- b) Afastamento de membros – licenças de direito (especial e particular)
- c) Licença médica de membros
- d) Férias de membros
- e) Diárias cumulativas para membros
- f) Afastamento de servidores (licenças)
- g) Licença médica de servidores
- h) Férias de servidores
- i) Avaliação de desempenho / aprovação em estágio probatório

- j) Progressão e promoção funcional de servidores
- k) Verbas indenizatórias
- l) Contratação de bens e serviço por dispensa e inexigibilidade de licitação
- m) Pagamento decorrente da contratação de bens e serviços
- n) Licitação para contratação de bens e serviços
- o) Locação de imóvel para funcionar como unidade ministerial

As referidas ordens de serviços visam descrever o trâmite dos processos internos desde a entrada da solicitação no Setor de Protocolo até a decisão final, deixando claro a sua sequência, bem como a atribuição de cada setor que irá atuar no processo. O objetivo desse trabalho é uniformizar o trâmite dos processos administrativos da PGJ, contribuindo decisivamente para um modelo de gestão pública excelente, pautado na eficiência, celeridade e otimização. Tais ordens de serviços já se encontram publicadas e vigentes.

A Diretoria Geral formou uma comissão de servidores com o intuito de aperfeiçoar o Ato Regulamentar nº 06/2009-GPGJ, referente ao registro e controle de frequência dos servidores do Ministério Público. O resultado do trabalho da comissão foi aprovado pela Administração Superior, culminando com a edição do Ato Regulamentar nº 18/2012-GPGJ, em vigor desde 01/12/2012.

Apoiando a política de valorização dos servidores pela Administração Superior, a Diretoria Geral tem sempre buscado estimular a capacitação e aperfeiçoamento dos servidores, notadamente daqueles que compõem a área meio do Ministério Público. Além disso, mantém um diálogo aberto com as entidades representativas dos servidores, encaminhando os seus pleitos à Administração Superior. Entre alguns resultados já alcançados, destacam-se as melhorias de condições de trabalho com a estruturação de algumas unidades administrativas, bem como melhorias salariais.

A Diretoria Geral também teve a iniciativa de formar uma comissão com o intuito de aperfeiçoar o Ato Regulamentar nº 02/2008-GPGJ, que regulamenta a forma da concessão, da aplicação e da prestação de contas de adiantamento no Ministério Público, tendo em vista que referido ato era excessivamente burocrático e não atendia a todas as situações da prática vivenciada dia a dia pelas promotorias e unidades administrativas. A proposta foi aprovada pela Administração Superior e resultou no Ato Regulamentar nº 04/2013-GPGJ, publicado em 28/01/2013, contendo os fluxogramas de concessão e prestação de contas de adiantamento.

Mediante a necessidade de reestruturação das unidades administrativas, bem como de oferta de melhores condições de trabalho para suprir as necessidades verificadas no diagnóstico feito pela equipe de transição para a atual gestão, em setembro de 2012 passaram a compor a estrutura da Diretoria Geral duas importantes assessorias: Assessoria Jurídica da Administração e Assessoria de Planejamento, ambas criadas pelo Ato Regulamentar nº 16/2012-GPGJ, de 24/09/2012.

Com o objetivo de conhecer as boas práticas de planejamento e gestão em outros órgãos públicos, a Diretoria-Geral realizou visitas ao TJ-MA, TCE-MA e TRE-MA, visando trocar experiências em relação a sistemas de tramitação de documentos e processos administrativos, a processos de contratação/licitação, bem como a atividades de planejamento estratégico. As informações obtidas desses órgãos contri-

buem para o atual processo de gestão da Procuradoria Geral de Justiça, pois tratam-se de experiências bem sucedidas em termos de gestão pública.

Outra prioridade da Diretoria-Geral é a área de Tecnologia da Informação, onde estão sendo efetivados investimentos que refletem na modernização do Ministério Público, tais como a aquisição de equipamentos para armazenamento de dados (*storage*, unidades de expansão de discos, *switches* e discos rígidos para *storage*). Essas aquisições visam a prover o Ministério Público de servidores de alto desempenho, com elevada capacidade de armazenamento e disponibilidade das informações, a ser utilizado por várias aplicações institucionais, como sistema de gestão de processos, *e-mail* institucional, arquivos eletrônicos institucionais, atendendo as demandas atuais e futuras, como a disponibilização de servidores robustos para alocação do sistema de gestão administrativa integrada (e-Cidade), além da preparação do ambiente computacional para permitir a implantação do Sistema de Informação e Movimentação Processual (SIMP). Cabe ressaltar que para o ano de 2013 estão previstos investimentos na ordem de 17 milhões para a área de Tecnologia da Informação.

No intuito de manter as unidades da Procuradoria Geral de Justiça alinhadas com a Administração Superior, a Diretoria-Geral vem adotando como prática a realização de reuniões estratégicas de trabalho, inclusive realizando visitas aos próprios setores, com o objetivo de tratar temas importantes para a gestão do Ministério Público, disseminando entre as coordenadorias a cultura do planejamento, proatividade e compromisso com resultados. Nesse sentido, busca-se alinhar todas as unidades da PGJ com as recomendações da Auditoria Interna e com as normas de Controle Interno.

Cabe ressaltar que a Diretoria-Geral representa um canal direto, onde membros e servidores podem apresentar sugestões, críticas, opiniões, tudo com vistas à construção de um Ministério Público resolutivo e próximo ao cidadão.

#### **4.17 Secretaria para Assuntos Institucionais**

Ao Diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais incumbe precipuamente selecionar, reunir, organizar e disseminar as informações na área de interesse do Ministério Público; distribuir e divulgar estudos, levantamentos, propostas e resultados alcançados na área jurídica; acompanhar a produção legislativa de interesse do Ministério Público; auxiliar na elaboração de atos normativos internos; elaborar minuta de projeto de lei; secretariar o Fórum Permanente do Ministério Público, instância informal de consulta para subsídio não vinculativo do processo de decisão do Procurador-Geral de Justiça; coordenar estágio curricular com instituições de ensino superior conveniadas; elaborar e atualizar o calendário institucional permanente; coordenar a elaboração do calendário anual de atividades da Procuradoria Geral de Justiça; auxiliar o Gabinete do Procurador-Geral de Justiça na articulação das atividades dos Centros de Apoio Operacional; auxiliar nas atividades do planejamento institucional e seu monitoramento; coordenar as atividades de divulgação das ações institucionais do Ministério Público cuja execução caiba à Coordenadoria de Comunicação; validar a inclusão de conteúdo no portal da Procuradoria Geral de Justiça na Internet; exercer outras atribuições compatíveis com a natureza do cargo.

A Secretaria de Assuntos Institucionais desenvolve suas atribuições em parceria com a Assessoria Especial de Assuntos Legislativos e Institucionais, a Diretoria Geral do Ministério Público e Coordenadorias da Procuradoria Geral de Justiça primando pelo cumprimento da Lei Complementar nº 013/91, do Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça e das diretrizes do Planejamento Estratégico 2012-2016. Diante deste contexto, durante o ano de 2012 foram realizadas ações e desenvolvidos projetos institucionais, sendo cumpridas as metas estabelecidas no Planejamento Estratégico e plano de ações delineados pela Administração Superior.

#### a) Área Legislativa Institucional

Foram apresentados 05 (cinco) Projetos de Lei pela Procuradora-Geral de Justiça ao Colégio de Procuradores de Justiça, sancionados pela Governadora do Estado do Maranhão, que dizem respeito às garantias e vantagens dos membros e servidores do Ministério Público:

Projeto de Lei Nº 226/12 – Altera dispositivos das Leis Estaduais nº 9.397/2011, de 07 de junho de 2011 e 9.517/2011, de 06 de dezembro de 2011 e dá outras providências;

Projeto de Lei Nº 167/2012 – Cria cargos comissionados para funções de chefia e assessoramento, e funções de confiança no quadro do Ministério Público do Estado do Maranhão, altera o Anexo II e o Anexo A, da Lei nº 8.077/2004 e dá outras providências;

Projeto de Lei Nº 166/2012 – Altera o dispositivo da Lei Estadual nº 8.077/2004, de 07 de janeiro de 2004, que fixa os valores dos vencimentos-base dos cargos de analista ministerial, técnico ministerial e auxiliar ministerial e dá outras providências;

Projeto de Lei Complementar Nº 005/12 – Altera e acresce dispositivos à Lei Complementar Estadual nº 083, de 03 de junho de 2005.

Projeto de Lei Complementar Nº 004/12 – Altera e acresce dispositivos à Lei Complementar Estadual nº 13, de 25 de outubro de 1991.

Minutas de resoluções apresentadas pela Procuradora-Geral de Justiça ao Colégio de Procuradores de Justiça e ao Conselho Superior do Ministério Público que foram aprovadas pelos órgãos Superiores.

#### b) Patrimônio Público, Defesa da Probidade e Transparência Fiscal:

- Criação de Comissão de Estudo em julho de 2012 formada por membros e servidores do Ministério Público com o objetivo de apresentar Projeto de uma Política Institucional de Transparência Fiscal e Controle Social das Contas Públicas, Combate à Corrupção, Lavagem de Dinheiro, Crime Organizado. A Comissão é composta por 22 membros e servidores, tendo realizado no segundo semestre de 2012

reuniões de trabalho e Oficina de Trabalho para os Promotores de Justiça em parceria com a Controladoria Geral da União.

- Expedição de recomendação aos Promotores de Justiça com o objetivo de atuarem na fiscalização das transições municipais após as eleições municipais até a posse dos prefeitos eleitos.
- Assinatura de Ato Regulamentar que dispõe sobre o cumprimento do Termo de Cooperação Técnica firmado entre os Ministérios Públicos Federal e Estadual objetivando a agilização de procedimentos investigativos mediante a utilização do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (SIMBA) .



#### c) Direitos Humanos

- Lançamento da Campanha Permanente do Ministério Público “MARIA DA PENHA EM AÇÃO: PREVENÇÃO DA VIOLENCIA DOMESTICA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO”. A Campanha foi idealizada pelas Promotoras de Justiça Selma Regina Souza Martins e Márcia Haydée Porto de Carvalho, titulares das Promotorias Especializadas da Mulher, com o objetivo de divulgar nas instituições de ensino a Lei Maria da Penha. Foram realizadas 30 audiências públicas, capacitados 390 professores e 51.600 alunos.
- Foi realizada uma Caminhada pela Paz, lançando a Campanha Maria da Penha em Ação e a Campanha do CNMP “CONTE ATÉ DEZ. PAZ. ÉSSA É A ATITUDE”, com a presença de mais de 1.500 pessoas na Avenida Litorânea. Durante a Campanha, foram realizadas audiências públicas com entidades civis, Secretarias de Estado, instituições privadas.



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

**AMPEM**  
Associação de Promotores Públicos do Estado do Maranhão

Agressão não é carinho.  
Insulto não é elogio.  
Violência contra a mulher:  
Não perdoe. Denuncie!

**MARIA DA PENHA EM AÇÃO:**  
Prevenção da Violência Doméstica nas Instituições de Ensino

**DENUNCIE! LIGUE 180 ou 3223 5800 (Capital) e 0300 3135800 (Interior)**





- Realização de concurso literário com as escolas estaduais e premiação dos alunos e professores selecionados.
- Realização de reunião conjunta das Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher e Centro de Apoio Operacional Criminal para apresentação das Campanhas do Ministério Público no dia 11 de dezembro de 2012 com os promotores de justiça.
- Indicação dos Promotores de Justiça José Claudio Cabral e Rosana Conceição Gonçalves para compor o Comitê de Combate à Tortura e Mecanismo de Combate a Tortura.
- Aprovação do projeto de Mediação Comunitária da Promotoria de Justiça Itinerante que tem o objetivo de realizar reuniões nos bairros Recanto dos Pássaros e Sol e Mar com mediadores comunitários com o fim de capacitá-los .

#### d) Meio Ambiente



• Lançada a Campanha “QUEIMADAS: O FOGO PEGA, A VIDA ACABA. DENUNCIE!”. A Campanha foi idealizada pelos Promotores de Justiça de Grajaú, Carlos Rostão Martins Freitas e Rodrigo de Vasconcelos Ferro, com o objetivo de conscientizar a população e empresários sobre os perigos das queimadas na região, principalmente para a saúde, patrimônio e a vida dos moradores. A campanha teve a adesão de diversas instituições, com realização de passeatas pela cidade, encontros nas escolas municipais e do Estado, distribuição de material didático. Foram também realizadas reuniões com órgãos públicos, representantes do setor privado, com o fim de ser combatida as queimadas e serem diminuídos os problemas de saúde da população.

- Celebrado Termo de Cooperação com o Ministério Público do Rio de Janeiro visando à instalação do projeto da Rede Ambiental Participativa, cujo comitê gestor se encontra na fase de implantação.



e) Instalação e Criação dos Centros de Apoio Operacionais.

- Instalação dos CAOPs Criminal e do Consumidor, com a designação dos membros José Cláudio Cabral Marques e Lítia Cavalcante, respectivamente, para coordenarem os Centros de Apoio.
- Criação do Centro de Apoio Operacional em Defesa da Educação.



f) Área Eleitoral

- Lançamento da Campanha “VOTO NÃO TEM PREÇO, TEM CONSEQUÊNCIAS, DENUNCIE AS IRREGULARIDADES!”. A Campanha foi idealizada pela Promotora de Justiça de Penalva, Karina Freitas Chaves, e lançada em setembro de 2012, sendo realizadas audiências públicas nas Cidades de Penalva, Maracaçumé e Zé Doca. O objetivo da Campanha foi o diálogo com a sociedade e autoridades públicas sobre a Lei Eleitoral, condutas vedadas aos agentes públicas durante o ano eleitoral e o fomento do debate com a sociedade civil sobre a compra de votos e suas consequências.



g) Área Criminal

- Foram realizadas audiências públicas com representantes de fundações, entidades do terceiro setor; caminhada pela paz, com o lançamento da Campanha “CONTE ATÉ DEZ. A RAIVA PASSA. A VIDA FICA”, na Avenida Litorânea, em São Luís; reuniões com representantes da imprensa, escolas municipais, órgãos públicos.

#### h) Área da Execução Penal

- Aprovada a criação do Núcleo de Apoio à Execução Penal, formado pelos promotores de justiça que atuam na área da execução penal.
- Foram realizadas reuniões com o Centro de Apoio Operacional Criminal e os promotores da execução penal com debates sobre a atuação dos membros na área da execução penal descentralização do sistema penitenciário, segurança dos membros, reativação das Salas da Penitenciária para atendimento do Ministério Público, tendo como público alvo os internos, e implantação de sistema de monitoramento e segurança dos promotores da execução penal.
- Indicação das Promotoras de Justiça Lana Cristina Barros Pessoa e Rosanna Conceição Gonçalves para comporem a Unidade de Monitoramento do Tribunal de Justiça.

#### i) Área de Fundações e Terceiro Setor

- Celebrado Termo de Cooperação com o Conselho Regional de Contabilidade no Maranhão com o objetivo de firmar parceria e implantar no âmbito do Ministério Público o Programa Federal do Voluntariado Contábil. O termo de cooperação foi proposta pela Promotora de Justiça Sandra Alves, titular da Promotoria das Fundações.

#### j) Área da Infância e Juventude

- Celebrado Termo de Compromisso Operacional entre a União, por intermédio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), o Ministério Público do Estado do Maranhão, por intermédio da Procuradora-Geral de Justiça, e o Conselho Nacional de Procuradores Gerais (CNPGE), por intermédio de seu presidente, objetivando a uniformização na atuação do Ministério Público brasileiro no que diz respeito às denúncias do Disque Direitos Humanos - Disque 100 referentes às violações de direitos de crianças e adolescentes.
- Realização de oficina de Trabalho com os promotores de Justiça na área da infância e juventude sobre a implantação e cumprimento da lei do SINASE.

#### k) Área da Saúde

- Reunião de trabalho dos Gestores da Saúde do Estado e Município com

a Procuradora-Geral de Justiça, o Promotor de Justiça titular da Promotoria Especializada em Defesa da Saúde e o Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde.



#### I) Outras atividades relevantes

**Realização do Congresso Estadual** em parceria com a Escola Superior do Ministério Público, os Centros de Apoio Operacionais, a Diretoria Geral, membros e servidores em que foram discutidas temáticas na área da infância e juventude, meio ambiente, probidade administrativa, saúde, gestão de pessoas. O evento reuniu promotores de justiça, procuradores de justiça, servidores e estudantes.

**Reuniões externas, Audiências Públicas** – com Órgãos, Parceiros Institucionais, Poder Judiciário, Executivo e Legislativo, Conselhos Estaduais e Sociais:

- Visita ao Congresso Nacional para tratar sobre a PEC 37 – PEC DA IMPUNIDADE;
- Participação das reuniões do PROVITA - Programa Estadual de Proteção às Vítimas e Testemunhas;
- Participação dos Lançamentos do Plano Estadual de Combate ao Tra-

balho Escravo e Plano Estadual de Combate à Tortura;

- Participação das reuniões da Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário do Maranhão;
- Participação do Congresso Internacional do CNPG no Rio de Janeiro;
- Participação no 3º Fórum Nacional de Gestão do CNMP, sendo integrante do Fórum Nacional de Gestão;
- Articulação com órgãos públicos e instituições privadas acerca de assuntos institucionais;
- Acompanhamento dos promotores de justiça em reuniões externas;
- Reuniões do CNMP

**Reuniões internas com membros e servidores para o aperfeiçoamento das normas internas, fluxogramas de trabalho, elaboração de metas.**

- Reunião com o Sindicato dos Servidores e Associação dos Servidores em junho de 2012, objetivando receber as sugestões, ações e metas para o biênio de 2012/2014;
- Reunião administrativa com os promotores de justiça em novembro de 2012, para apresentação dos trabalhos desenvolvidos pela Administração Superior, projetos de leis para serem apreciados, minutas de resolução, atos regulamentares e recebimento de sugestões;
- Reunião da Comissão de membros e servidores com a Administração Superior para apresentar as propostas de alteração dos Atos Regulamentares da frequência dos servidores, fluxogramas dos procedimentos administrativos;
- Reuniões semanais com a Coordenadoria de Comunicação e seus profissionais para análise de ações, metas e construção de pauta.

**Criação das comissões de estudo formada por membros e servidores:**

- Probidade administrativa e realinhamento do Projeto Contas na Mão;
- Execução penal - estudo e atuação dos promotores de Justiça na área da execução penal;
- Gestão de documentos;
- Estudo dos requisitos para promoção e remoção por merecimento;
- Análise e aperfeiçoamento da Lei Complementar nº 013/91.

**Implantação do Portal da Lei de Acesso à Informação e novo Portal da Transparência, conforme resolução do CNMP.** No sitio eletrônico do Ministério Público constam todos os dados dos membros e servidores, tabela com subsídios e vencimentos, vantagens e descontos.

**Instituída a Sala da Lei de Acesso do Cidadão** - instalada na biblioteca da Procuradoria Geral de Justiça, bem como formulários padronizados para acesso ao cidadão no protocolo da Procuradoria. Colocar Fotos Dos Portais.

#### 4.18 Secretaria Administrativo-Financeira

Ao Diretor da Secretaria Administrativo-Financeira, por sua vez, cabe acompanhar, orientar e supervisionar as atividades das unidades administrativas sob sua direção, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Procurador-Geral; acompanhar, orientar e supervisionar os setores encarregados das atividades relacionadas à aquisição, controle, guarda, destinação e alienação dos bens patrimoniais da Procuradoria Geral de Justiça; acompanhar, orientar e supervisionar os setores encarregados das atividades relacionadas à execução de obras e serviços realizados pela Procuradoria Geral de Justiça; acompanhar, orientar e supervisionar os setores encarregados das atividades inerentes à aquisição, utilização, manutenção, consumo, controle e guarda dos veículos de propriedade da Procuradoria Geral de Justiça; acompanhar, orientar e supervisionar a execução das atividades de gestão de recursos humanos da Procuradoria Geral de Justiça; acompanhar, orientar e supervisionar os setores encarregados da execução das atividades relacionadas à documentação, bem como da aquisição, controle, guarda e atualização do acervo bibliográfico da Procuradoria Geral de Justiça; acompanhar, orientar e supervisionar a execução das atividades relacionadas à folha de pagamento da Procuradoria Geral de Justiça; também, exerce outras atribuições compatíveis com a natureza do cargo.

#### 4.19 Estagiários

Os estagiários constituem Órgão Auxiliar das Procuradorias e Promotorias de Justiça do Ministério Público, os quais são admitidos pelo Procurador-Geral de Justiça para período não superior a dois anos, após regular processo de seleção, para o exercício transitório de funções auxiliares relativas ao levantamento de dados e de conteúdos doutrinários e jurisprudenciais; à realização e ao acompanhamento de diligências de investigações para as quais forem incumbidos; ao estudo de matérias que lhe sejam confiadas; ao atendimento ao público; ao controle da movimentação processual e à execução de serviços de digitação, correspondência, escrituração, registro e arquivo de documentos, entre outras atividades compatíveis com sua condição acadêmica.

**Tabela 16 – Gestão do Estágio Não Obrigatório:**

DESCRIÇÃO	ESTAGIÁRIOS 2012 ATO RE- GULAMENTAR 14/2011*	ESTAGIÁRIOS 2011 ATO RE- GULAMENTAR 02/2010*	ESTAGIÁRIOS 2010 ATO RE- GULAMENTAR 02/2010	ESTAGIÁRIOS 2009 ATO RE- GULAMENTAR 08/2009
Nº Estagiários Total	132	91	91	83
Admitidos	29	69	41	74
Renovação de Estágio	36	26	44	14
Desligados	61	64	33	31
Nº de estagiários em exercício em dezembro	52	86	79	71

Fonte: Coordenadoria de Gestão de Pessoas

\* O Ato Regulamentar nº 14/2011, que alterou o número de estudantes, incluindo as lotações nas Promotorias de Justiça do interior, foi publicado em 15/12/11. Não houve processo seletivo em 2012.

## 5 RECURSOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

### 5.1 Recursos Humanos

A principal força de trabalho de qualquer instituição reside no seu quadro de servidores e colaboradores. No Ministério Público do Estado do Maranhão essa força concentra-se nos membros (Procuradores e Promotores de Justiça), nos servidores efetivos, nos exclusivamente comissionados, nos requisitados e nos estagiários. Durante o ano de 2012, o Parquet maranhense contou com 1.457 (mil quatrocentos e cinquenta e sete) servidores, entre membros, servidores e estagiários, conforme abaixo relacionados:

**Tabela 17 – Quadro de Pessoal - 2012**

DESCRIÇÃO	TOTAL	%
Membros (Procuradores e Promotores de Justiça)	304	20,87
Servidores Efetivos	471	32,33
Exclusivamente Comissionados	361	24,77
Requisitados	269	18,46
Estagiários não obrigatórios	52	3,57
<b>TOTAL</b>	<b>1.457</b>	<b>100</b>

Fonte: Coordenadoria de Gestão de Pessoas

Destaque-se que no comparativo entre os anos de 2011 e 2012 houve um acréscimo de 16,56% no número total de servidores.

**Tabela 18 – Comparativo 2011 x 2012**

DESCRIÇÃO	2011	2012	VARIAÇÃO %
Membros (Procuradores e Promotores de Justiça)	309	304	- 1,62%
Servidores efetivos	481	471	- 2,08%
Servidores comissionados	227	361	59,03%
Servidores requisitados	233	269	15,45%
Estagiários	88	52	- 40,91%
<b>TOTAL</b>	<b>1250</b>	<b>1457</b>	<b>16,56%</b>

Fonte: Coordenadoria de Gestão de Pessoas

**Tabela 19** - Demonstrativa dos Cargos de Membros do MPMA – 2012

<b>CARREIRA: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO</b>			
<b>CARGOS</b>	<b>EXISTENTES</b>	<b>OCUPADOS</b>	<b>VAGOS</b>
Procurador de Justiça	31	31	0
Promotor de Justiça de Final	96	96	0
Promotor de Justiça Intermediária	123	118	5
Promotor de Justiça Intermediária (a vagar)	7		
Promotor de Justiça de Inicial	78	59	19
Promotor de Justiça de Inicial (a vagar)	3		
Promotor de Justiça Substituto	25	0	25
<b>TOTAL</b>	<b>363</b>	<b>304</b>	<b>49</b>

Fonte: Coordenadoria de Gestão de Pessoas

**Tabela 20** - Demonstrativo de Cargos de Apoio Técnico-Administrativo de Provimento Efetivo MPMA 2012<sup>1</sup>

<b>CARGOS EFETIVOS</b>	<b>QUANTITATIVO DEZEMBRO/2012</b>		
	<b>CARGOS CRIADOS</b>	<b>CARGOS PROVIDOS</b>	<b>CARGOS VAGOS</b>
Analista Ministerial	123	101	22
Técnico Ministerial	431	345	86
Auxiliar Ministerial	30	25	5
<b>TOTAL SERVIDORES</b>	<b>584</b>	<b>471</b>	<b>113</b>

Fonte: Coordenadoria de Gestão de Pessoas

**Tabela 21** – Funções Comissionadas Servidores<sup>2</sup>

<b>FUNÇÃO SERVIDORES</b>	<b>QUANTITATIVO DEZEMBRO/2012</b>		
	<b>CRIADAS</b>	<b>PROVIDAS</b>	<b>VAGAS</b>
Função de Confiança FC-01	40	40	0
Função de Confiança FC-02	27	27	0
Função de Confiança FC-02- Pregoeiro	3	3	0
<b>TOTAL</b>	<b>70</b>	<b>70</b>	<b>0</b>

Fonte: Coordenadoria de Gestão de Pessoas

1 Lei nº 8.077 de 07 de janeiro de 2004, atualizada pela Lei nº 8.558 de 28 de dezembro de 2006. Alterada pela Lei nº 9.397 de 14 de junho de 2011 e pela Lei nº 9.517 de 06 de dezembro de 2011

2 Lei nº 8.077, de 07.01.2004, atualizada pela Lei nº 8.558 de 28.12.2006. nº 9.517 de 06 de dezembro de 2011



**Tabela 22 – Funções Comissionadas Membros<sup>3</sup>**

MEMBROS	QUANTITATIVO DEZ/2012		
	QUANT.	OCUPADOS	VAGOS
Procurador-Geral de Justiça	1	1	0
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos	1	1	0
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos	1	1	0
Corregedor-Geral do Ministério Público	1	1	0
Subcorregedor-Geral do Ministério Público	1	1	0
Promotores de Justiça Corregedor	7	4	3
Ouvidor do Ministério Público	1	1	0
Diretor da Escola Superior do Ministério Público	1	1	0
Promotores de Justiça Auxiliares da ESMP	2	1	1
Assessor-Chefe da Assessoria da PGJ (Lei Complementar nº 143/2011)	1	1	0
Assessor Especial (GAECO) (Lei nº 8.558/06)	3	3	0
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>16</b>	<b>4</b>

Fonte: Coordenadoria de Gestão de Pessoas

**Tabela 23 – Funções Comissionadas<sup>4</sup>**

CARGOS COMISSIONADOS	QUANTITATIVO DEZ/2012					VAGOS
	CRIADOS	PROVIDOS			NÃO EFETIVOS	
		EFETIVOS MEMBROS	À DISPOSIÇÃO	À DISPOSIÇÃO		
DIRETOR-GERAL	1	1	0	0	0	0
DIRETOR DE SECRETARIA	2	1	0	0	1	0
ASSESSOR DE PLANEJAMENTO DA DIRETORIA GERAL CCO8	1	0	0	0	1	0
ASSESSOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA CC08	15	9	3	0	3	0
ASSESSOR DO SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS CC08	1	0	0	0	1	0
ASSESSOR DO SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS CC08	1	0	0	0	1	0
ASSESSOR DO SUBCORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA	1	0	0	0	0	1

3 Lei Complementar nº 143/2011, de 06.12.11.

4 Lei nº 8.077, de 07.01.2004, atualizada pela Lei nº 9.688, de 05/09/12 / Lei Complementar nº 148/2012, de 05/09/2012

CARGOS COMISSIONADOS	QUANTITATIVO DEZ/2012					VAGOS
	CRIADOS	PROVIDOS			NÃO EFETIVOS	
		EFETIVOS MEMBROS	SERVIDORES	À DISPOSIÇÃO		
ASSESSOR CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA DA ADMINISTRAÇÃO	1	0	0	0	1	0
ASSESSOR JURÍDICO DA ASSESSORIA JURÍDICA DA ADMINISTRAÇÃO	3	0	2	0	1	0
ASSESSOR CHEFE DA ASSESSORIA TÉCNICA	1	0	1	0	0	0
ASSESSOR-CHEFE AUDITORIA	1	0	1	0	0	0
ASSESSOR-CHEFE CONTROLE INTERNO	1	0	1	0	0	0
CHEFE GABINETE DO CORREG.-GERAL DO MP	1	1	0	0	0	0
CHEFE GABINETE DO PROC.-GERAL JUSTIÇA	1	1	0	0	0	0
COORDENADOR	11	0	9	0	2	0
CHEFE DE SEÇÃO	40	0	16	2	21	1
ASSESSOR TÉCNICO I	4	0	1	2	1	0
ASSESSOR TÉCNICO II	26	0	13	0	13	0
ASSESSOR TÉCNICO III	10	0	3	1	6	0
CHEFE DE CERIMONIAL	1	0	0	0	1	0
CHEFE DE SECRETARIA	5	0	1	0	4	0
PRESIDENTE CPL	1	0	1	0	0	0
MEMBRO CPL	2	0	2	0	0	0
ASSESSOR DE PROCURADOR DE JUSTIÇA	93	0	11	2	49	31
CHEFE DE GABINETE DE PROCURADOR DE JUSTIÇA- CC- 04	35	0	5	1	26	3
ASSESSOR TÉCNICO IV	35	0	3	0	27	5
ASSESSOR DE PROMOTOR DE JUSTIÇA CC03	285	0	22	3	199	61
CHEFE DE SECRETARIA DA OUVIDORIA	1	0	0	0	1	0
ASSESSOR JURÍDICO DA OUVIDORIA	1	0	0	0	1	0
ASSESSOR TÉCNICO DA OUVIDORIA	1	0	0	0	1	0
<b>TOTAL</b>	<b>582</b>	<b>13</b>	<b>95</b>	<b>11</b>	<b>361</b>	<b>102</b>

Fonte: Coordenadoria de Gestão de Pessoas

a) Provimento de Cargos (Nomeações, Exonerações / Aposentadorias):

**Tabela 24 – Movimentação na Carreira de Membros**

<b>MOVIMENTAÇÃO</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Promoção para Procurador de Justiça	0	-	2	-
Promoção de Promotor de Justiça	47	2	2	6
Titularidade de Promotor de Justiça	26	22	16	-
Remoção	59	18	25	32
Aposentadoria Procurador de Justiça	1	0	2	0
Aposentadoria Promotor de Justiça	2	0	0	1
<b>TOTAL</b>	<b>135</b>	<b>42</b>	<b>47</b>	<b>39</b>

Fonte: Coordenadoria de Gestão de Pessoas

b) Evolução da Folha de Pagamentos

**Tabela 25 – Valores do Ano de 2012**

<b>MÊS</b>	<b>BRUTO FO-LHA</b>	<b>PATRONAL INSS</b>	<b>PATRONAL SUPSEC</b>	<b>PATRONAL ASS. SAÚDE</b>	<b>PATRONAL FEPA</b>	<b>PATRONAL FUN-BEN</b>
Jan	10.914.490,47	167.515,37	1.398,66	2.636,87	1.234.641,90	12.845,73
Fev	10.821.544,48	169.892,77	1.398,66	2.512,86	1.232.142,86	12.931,15
Mar	11.377.002,81	179.883,02	1.398,66	2.865,19	1.249.143,80	13.381,74
Abr	11.722.001,76	174.358,92	1.398,66	2.878,00	1.257.234,53	13.597,66
Mai	11.493.203,07	175.701,58	1.398,66	3.020,79	1.249.118,37	13.272,06
Jun	16.492.382,44	182.552,49	1.398,66	2.868,48	1.250.318,28	13.206,22
Jul	10.843.472,26	173.655,34	1.398,66	2.928,39	1.232.796,59	12.824,27
Ago	11.061.618,69	173.029,59	1.398,66	2.951,59	1.247.248,23	13.365,50
Set	10.674.478,38	169.766,37	1.263,64	2.883,07	1.244.511,26	13.209,80
Out	11.533.172,51	178.288,50	1.239,46	2.709,29	1.392.098,74	17.968,13
Nov	13.266.807,58	214.241,97	1.398,66	4.450,31	1.398.985,34	18.151,05
Dez	13.108.000,38	230.108,95	1.398,66	4.827,52	1.392.385,76	17.763,80
13	5.074.286,23	150.562,06	1.398,66	-	1.390.235,81	-
<b>TOTAL</b>	<b>148.382.461,06</b>	<b>2.339.556,92</b>	<b>17.888,36</b>	<b>37.532,33</b>	<b>16.770.861,46</b>	<b>172.517,11</b>

SALÁRIO FAMÍLIA	VERBAS EXERC ANTE-RIOR / DEC. JUDICIAIS	TOTAL BRUTO (PESSOAL + ENCARGOS)	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	TOTAL FOLHA
340,98	969.268,05	13.303.138,03	278.820,00	13.581.958,03
345,21	969.268,05	13.210.036,03	243.315,00	13.453.351,03
350,85	969.268,05	13.793.294,12	298.335,00	14.091.629,12
350,85	969.268,05	14.141.088,43	434.335,00	14.575.423,43
356,49	969.268,05	13.905.339,07	479.671,32	14.385.010,39
355,08	969.268,05	18.912.349,69	386.405,99	19.298.755,68
356,49	969.268,05	13.236.700,04	667.119,27	13.903.819,31
366,36	969.268,05	13.469.246,67	863.258,64	14.332.505,31
374,82	969.268,05	13.075.755,39	909.268,30	13.985.023,68
386,10	969.268,05	14.095.130,78	961.466,07	15.056.596,85
399,82	969.268,05	15.873.702,78	976.239,54	16.849.942,32
400,20	969.268,05	15.724.153,32	984.226,26	16.708.379,58
-	-	6.616.482,75	-	6.616.482,75
<b>4.383,25</b>	<b>11.631.216,60</b>	<b>179.356.417,09</b>	<b>7.482.460,39</b>	<b>186.838.877,49</b>

Fonte: Coordenadoria da Folha de Pagamento

## 5.2 Recursos Orçamentários e Financeiros

### 5.2.1 Do Orçameneto do Ministério Público e da Transparência da Gestão

O Plano Plurianual do Estado do Maranhão para o quadriênio 2012-2015, aprovado pela Lei nº 9.553, de 17 de janeiro de 2012, autorizou três programas e sete ações, para exercício financeiro de 2012, a serem executados pelas unidades gestoras 070101 (PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA) e 070901 (FUNDO ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL), conforme demonstrado a seguir.

Tabela 26 - Plano Plurianual 2012-2015

DESCRIÇÃO	R\$ EM 2012
<b>ÓRGÃO:07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO</b>	<b>255.318.931,21</b>
<b>PROGRAMA: 0337 – Gestão de Ações Essenciais à Justiça</b>	224.189.238,21
<b>Objetivo: Garantir a atuação de forma resolutiva do Ministério Público Estadual.</b>	
Ação: 2963 – Coordenação das Ações Essenciais à Justiça	192.448.767,00
Finalidade: Garantir ao MPE recursos suficientes destinados a cobrir despesas administrativas de seu programa.	
Ação: 3037 – Construção da Sede Própria do Ministério Público	10.513.000,00
Finalidade: Construir prédio para funcionamento de sede própria do Ministério Público na capital Maranhense.	
Ação: 3038 – Construção, reforma e aparelhamento de unidades do Ministério Público	20.327.471,21
Finalidade: Construir, reformar e aparelhar prédios para funcionamento do Ministério Público	
Ação: 4426– Desenvolvimento Institucional da Procuradoria Geral da Justiça	900.000,00
Finalidade: Promover de forma integrada a qualificação do pessoal de modo a obter melhores condições de trabalho e altos índices de produtividade.	
<b>PROGRAMA: 0411 - Apoio Administrativo</b>	<b>19.498.465,00</b>
<b>Objetivo: Garantir ao servidor público estadual direitos previdenciários de acordo com a legislação</b>	
Ação: 0900 - Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual	17.219.239,00
Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	
Ação: 0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência	2.279.226,00
Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	
<b>PROGRAMA: 0499 - Operação Especial</b>	<b>11.631.228,00</b>
<b>Objetivo: Garantir ao servidor público estadual direitos previdenciários de acordo com a legislação</b>	
Ação: 0904 – Ação de Indenização	11.631.228,00
Finalidade: Garantir o cumprimento de sentenças judiciais.	

Fonte: Coordenadoria de Orçamento e Finanças

Do valor total autorizado para a concretização desses programas, o Ministério Público executou **92,84%**, demonstrado a seguir por programas e ainda por projeto/atividade.

**Tabela 27 - Execução do Orçamento por Programa**

DESCRIÇÃO	AUTORIZADO	EMPENHADO	% EXECUÇÃO
ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	255.318.931,21	237.034.197,76	92,84
0337 – Gestão de Ações Essenciais à Justiça	224.189.238,21	206.173.624,43	91,96
0411 - Apoio Administrativo	19.498.465,00	19.229.356,73	98,62
0499 - Operação Especial	11.631.228,00	11.631.216,60	99,99

Fonte: Coordenadoria de Orçamento e Finanças

A seguir, demonstramos alguns indicadores decorrentes da execução orçamentária 2012.

**Tabela 28 – Indicadores da Execução Orçamentária**

DESCRIÇÃO	%
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA GERAL	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	92,84
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM PESSOAL	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	99,67
Despesa Realizada com Pessoal / Despesa Total Realizada	82,25
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	92,88
Despesa Realizada com Outras Despesas Correntes / Despesa Total Realizada	10,69
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM IMOBILIZAÇÕES	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	51,58
Despesa Realizada com Capital / Despesa Total Realizada	7,06

Fonte: Coordenadoria de Orçamento e Finanças

**Tabela 29 - Evolução Orçamentária do MP-MA nos últimos 04 anos**

ANO	ORÇAMENTO AUTORIZADO	ORÇAMENTO EXECUTADO	VARIAÇÃO
2009	141.465.398,00	139.435.769,11	1%
2010	177.303.962,00	171.149.035,66	4%
2011	198.367.168,00	190.840.629,88	4%
2012	234.991.460,00	230.710.905,48	2%

Fonte: Coordenadoria de Orçamento e Finanças

**Tabela 30 - Participação do Orçamento do MPE na Receita Corrente Líquida do Estado nos últimos 04 anos (2009-2012)**

EXERCÍCIO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (R\$)	LIBERAÇÃO DE COTAS DO MPE (R\$)	% SOBRE A RCL
2009	5.971.500.277,78	139.435.769,11	2,34
2010	6.818.191.502,80	171.149.035,66	2,51
2011	8.065.449.508,82	190.840.629,88	2,37
2012	8.893.651.133,82	230.710.905,48	2,59

Fonte: Assessoria de Planejamento da PGJ

Através de sua *home page*, o Ministério Público do Estado do Maranhão mantém de forma transparente a execução orçamentária e extra orçamentária do recursos recebidos por suas duas unidades gestoras: a Procuradoria Geral de Justiça e o Fundo Especial do Ministério Público Estadual.

### 5.3 Recursos Administrativos

#### 5.3.1 Coordenadoria de Gestão de Pessoas

Relacionamos, dentre tantas outras realizações, aquelas que merecem maior destaque:

##### a) Conquistas / Avanços na Área de Pessoal:

- Reajuste salarial no percentual de **7,2% para os servidores**;
- Incorporação da Gratificação de Padrão Ministerial no percentual de **25% no vencimento-base dos servidores**, o que representou um vencimento maior para efeito de base de cálculo para implantação das vantagens pessoais, inclusive nos proventos de aposentadoria; vencimento inicial na carreira equiparado com os demais Órgãos assemelhados na esfera estadual; adoção de uma política de manter e atrair pessoas.
- Jornada de trabalho de **7 horas/diárias corridas para o servidores ocupantes de cargos comissionados**, sem prejuízo do cumprimento de 08 horas diárias, quando da necessidade do serviço (Ato Regulamentar nº 18/2012), o que proporcionou uma melhor qualidade de vida aos servidores, redução de despesas e oportunidade de estudo / capacitação.
- Criação de **27 Funções de Confiança**, sendo **14 FC – 01, 10 FC – 02 e 02 FC Pregoeiro**, com provimento exclusivo de servidores efetivos do quadro de apoio técnico-administrativo do Ministério Público;

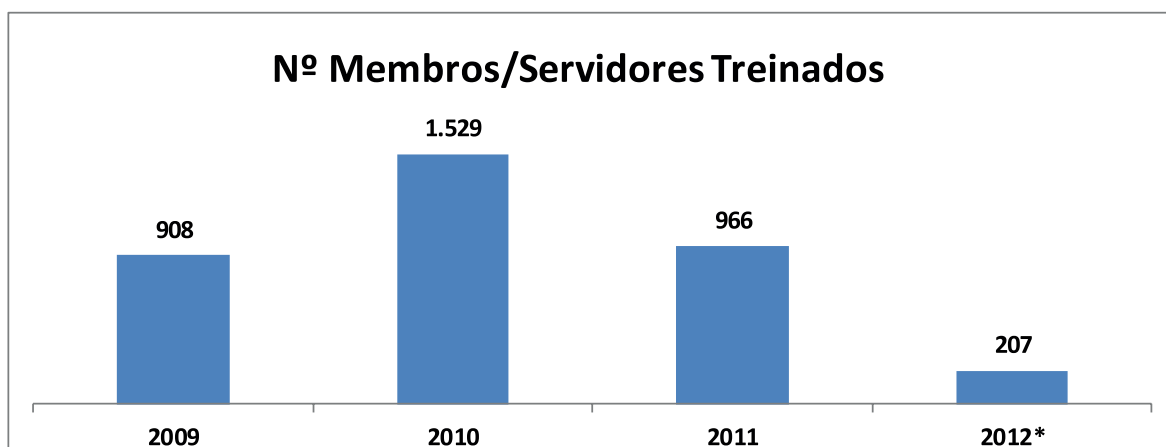
- Criação de **217 cargos de provimento comissionado**, o que possibilita o aumento do quadro de servidores para atender as demandas do serviço, além de oportunizar melhoria salarial para os servidores efetivos nomeados, estando assim distribuídos:
  - **169 cargos de Assessor de Promotor de Justiça**, destinados às Promotorias de Justiça de entrâncias intermediária e inicial, dando apoio aos Órgão de Execução;
  - **31 cargos de Assessor de Procurador de Justiça**, para assessorar os gabinetes dos Procuradores de Justiça;
  - **17 cargos comissionados** para dar suporte aos órgão Auxiliares e Setores Administrativos da Procuradoria Geral de Justiça.
- Criação do benefício do auxílio-alimentação para os membros do Ministério Público, ativos;
- Aumento do valor do benefício do **auxílio-alimentação dos servidores, passando de R\$ 315,00 para R\$ 710,00 mensais**, sem perda nos afastamentos legais;
- Promoção de **47 Promotores de Justiça**;
- Remoção de **59 Promotores de Justiça**;
- Titularidade de **26 Promotores de Justiça Substitutos**;
- Promoção de **44 servidores do Quadro de Apoio Técnico**;
- Progressão funcional de **484 servidores do Quadro de Apoio Técnico-Administrativo**;
- Homologação do estágio probatório de **17 servidores do Quadro de Apoio Técnico-Administrativo**;
- Concurso de Remoção que contemplará **30 servidores, sendo 28 Técnicos Administrativos e 02 Analistas Ministeriais**;
- Acréscimo de **04 servidores na equipe da Coordenadoria Gestão de Pessoas**.

**Tabela 31** – Avaliação de Desempenho e Movimentação na Carreira - Servidores

<b>AVALIAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
Avaliação de desempenho – nº servidores	100%	100%	100%	100%
Homologação de estágio probatório	17	38	182	56
TOTAL MOVIMENTAÇÃO (Promoção + Progressão)	528	325	403	208
Remoções	16	10	24	19

Fonte: Coordenadoria de Gestão de Pessoas





**Gráfico 22** - Capacitação de membros e servidores:

b) Programa de Qualidade de Vida

**Tabela 32** - Programa de Qualidade de Vida

<b>AÇÃO</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Vacinação	72	211	147
Atendimento Médico - consultas	1.688	1.763	798
Atendimento Odontológico – nº pacientes	558	421	557
Atendimento Odontológico – nº procedimentos	1.601	2.192	2.802
Análise de Processos Administrativos	606	745	1.540
Exames admissionais/rotina	150	63	-
<b>TOTAL</b>	<b>4.675</b>	<b>5.395</b>	<b>5.844</b>

Fonte: Coordenadoria de Gestão de Pessoas

c) Política Institucional de Valorização dos Servidores e Membros

Ao longo de 2012, a Procuradoria Geral de Justiça, por meio da Coordenadoria de Gestão de Pessoas, juntamente com a Coordenadoria de Comunicação e apoio da Administração Superior do Ministério Público desenvolveu algumas ações de caráter integrativo, visando valorizar os servidores e membros da Instituição, dentre as quais destacamos:

- Semana do Servidor do Ministério Público do Maranhão, ocorrida no período de 22 a 26 de outubro de 2012, com o tema “O Ministério Público não seria completo sem você”, com a realização de uma série de atividades integrativas como a apresentação do Coral “Vozes do MP” da Procuradoria Geral de Justiça; realização de oficinas de fotografia e laqueamento de móveis, além da uma apresentação da peça “Pão com

\*Excluído desse quantitativo os números da ESMP.

Ovo”, no Teatro Arthur Azevedo e de uma sessão de cinema no auditório da Procuradoria;



- Reativação do Coral da Procuradoria Geral de Justiça “Vozes do MP”, formado por membros, servidores (de São Luís e Raposa) e convidados. O coral possui 40 integrantes e realiza apresentações nos eventos promovidos pela Procuradoria Geral de Justiça, como as festas em comemoração ao Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia dos Servidores Públicos Estaduais, Congresso Estadual do Ministério Público, Festa Natalina, dentre outras.
- Confraternização dos Servidores do Ministério Público



d) Procedimentos Administrativos da CGP:

**Tabela 33 - Procedimentos Administrativos:**

ITEM	ATIVIDADE	2012	2011	2010	2009
1	Certidões expedidas;	712	690	769	421
2	Declarações expedidas (excluindo as de margem);	590	623	612	1.348
3	Declaração de Margem de Consignação	788	815	726	-
4	Processos administrativos informados;	21.248	14.087	13.055	12.177
5	Ofícios expedidos;	642	317	698	506
6	Memorandos expedidos;	456	317	442	556
7	Elaboração Atos de servidores e membros;	851	454	625	404
8	Elaboração Portarias de servidores e membros;	6.903	6.150	5.837	5.454
9	Publicação de documentos no Sistema de Boletim Interno Eletrônico (Atos, Portarias, Editais, Atos Regulamentares, outros);	7.843	6.682	6.462	5.858
10	Elaboração de Termos de Referência	65	49	51	110
<b>TOTAL</b>		<b>40.098</b>	<b>30.184</b>	<b>29.277</b>	<b>26.834</b>

Fonte: Coordenadoria de Gestão de Pessoas

5.3.2 Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura

a) Acompanhamento de Obras e Serviços

Construções e Reformas concluídas:

- Reforma da Promotoria de Justiça de São Luís Gonzaga;
- Construção das sedes da Promotorias de Justiça de Pio XII e Carutapera;
- Reforma das sedes das Promotorias de Justiça de Viana, João Lisboa e Montes Altos.

**Tabela 34 - Construções parcialmente executadas**

Descrição	Valor total acumulado até dez/2012	Valor total contratado (valor licitado + aditivos – supressões)	percentual acumulado executado da obra até dez/2012
Nova Sede da Procuradoria Geral de Justiça*	12.985.998,58	25.661.308,78	54,83%
Promotoria de Justiça da São Bento	214.291,36	285.752,16	74,99%

Fonte: Coordenadoria de Gestão de Pessoas

\* Reajustes Nova sede da PGJ – R\$ 1.192.736,59 (acumulado pago)

**Tabela 35 - Reformas parcialmente executadas**

Descrição	Valor total acumulado até dez/2012	Valor total contratado (valor licitado + aditivos – supressões)	percentual acumulado executado da obra até dez/2012
Recuperação Estrutural Promotorias de Justiça da Capital	2.191.906,67	4.074.969,91	53,79%
Promotorias de Justiça de Timon	111.272,05	386.289,59	28,80%

Fonte: Coordenadoria de Gestão de Pessoas

**Tabela 36 - Serviços de Engenharia**

Descrição	Valor total acumulado até dez/2012	Valor total contratado (valor licitado + aditivos – supressões)	percentual acumulado executado da obra até dez/2012
Consultoria especializada em obra de reabilitação estrutural PHD Engenharia LTDA	<b>198.360,00</b>	<b>513.000,00</b>	38,67%
Levantamentos planialtimétricos e sondagem de terreno para construção das promotorias de justiça de: Coelho Neto, Governador Eugênio Barros, Colinas, Barra do Corda, Pindaré Mirim, Maracaçumé, São Bento, São João Batista e Paço do Lumiar	<b>73.804,29</b>	<b>43.414,57</b>	<b>58,90%</b>

Fonte: Coordenadoria de Gestão de Pessoas

#### b) Projetos elaborados

##### Serviços de Engenharia

- Levantamentos planialtimétricos e sondagem de terreno para construção das promotorias de justiça de Carolina, Estreito, Governador Nunes Freire, Lago da Pedra, Olho D'água das Cunhãs, Santa Luzia do Paruá, Vitorino Freire e Timon.

##### Projetos de Reformas e Construções de Sede de Promotorias.

- Construção das novas sedes das Promotorias de Justiça de Imperatriz, Maracaçumé, Governador Eugênio Barros, Paço do Lumiar, Pindaré-Mirim e Colinas;
- Reforma dos prédios sedes das Promotoria de Loreto e Santa Inês;
- Revisão Geral do Projeto Elétrico da Nova Sede da PGJ.

### c) Vistorias Realizadas:

#### Levantamentos de Situações Física de Promotorias

- Promotorias de Justiça de Presidente Dutra, Rosário, Raposa, Lago da Pedra, Icatu, Santa Rita, Açailândia, Anajatuba, Bacabal, Balsas, Bequimão, Grajaú, Itapecuru Mirim, Pedreiras, Paraibano, São Vicente Férrer e PJECCA (São Luís);
- Terrenos doados para as Promotorias de Justiça de Caxias, Buriticupu e São Raimundo das Mangabeiras.

#### Levantamentos para elaboração de Laudo de Perícias

- Promotorias de Justiça de Santa Quitéria (perícia em escola da rede municipal).
- Promotoria de Justiça de Anajatuba (perícia em escolas nos povoados)

#### Levantamentos de situações de instalações elétricas

- Promotorias de Justiça de Anajatuba, Araiões, Buriticupu, Buriti, Amarante do Maranhão, Rosário, Cedral, Codó, Timon, Coelho Neto, Dom Pedro, Estreito, Governador Nunes Freire, Guimarães, Humberto de Campos, Imperatriz, Mirinzal, Poção de Pedras, Riachão, Santa Luzia do Paruá, São Bernardo e Olinda Nova.

#### Vistorias de obras em execução

- Promotorias de Justiça da Capital e novo prédio sede da Procuradoria Geral de Justiça;
- Promotorias de Justiça de Timon, Pio XII, São Luís Gonzaga e São Bento;
- Reforma das Promotorias de Montes Altos e João Lisboa.

#### Vistorias para Elaboração de Laudo de Avaliação de Valor Locativo de Imóveis

- Município de Lago da Pedra, Buriti, Cândido Mendes, Sucupira do Norte, Parnarama, São Pedro da Água Branca, Carolina, Coroatá, Estreito, São Francisco do Maranhão, São João Batista, Raposa, Gov. Nunes Freire;
- Municípios de Cedral (3 imóveis avaliados), Timon (4 imóveis avaliados), Timbiras (2 imóveis avaliados) e Imperatriz (2 imóveis avaliados).

### 5.3.3 Comissão Permanente de Licitações

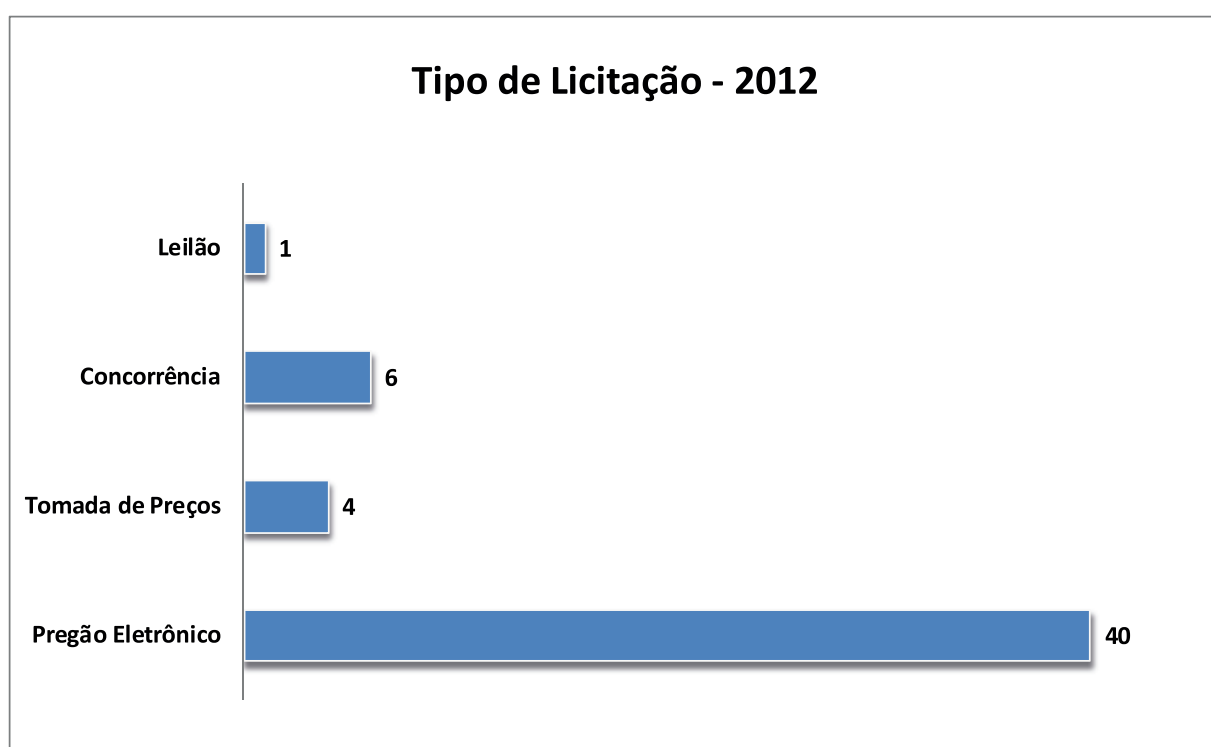
As licitações realizadas contemplaram as modalidades de pregão na forma eletrônico, tomada de preços, concorrência e leilão, além das contratações decorrentes de dispensa e inexigibilidade de licitação e adesão a ata de registro de preços,

objetivando a aquisição de bens e execução de obras e serviços. No quadro abaixo está demonstrada cada modalidade no total de procedimentos licitatórios realizados no ano de 2012:

**Tabela 37 – Licitações Realizadas no ano de 2012**

TIPO DE LICITAÇÃO	ANO 2012
Pregão Eletrônico	40
Tomada de Preços	04
Concorrência	06
Leilão	01
<b>Total</b>	<b>51</b>

Fonte: Comissão Permanente de Licitação



**Gráfico 23 – Licitações realizadas em 2012**

Dos procedimentos licitatórios realizados no ano de 2012, foram concluídas 42 (quarenta e duas) licitações. Desse total, 36 (trinta e seis) foram na modalidade pregões na forma eletrônica; 04 (quatro) tomada de preços, 01 (uma), concorrência e 01 (um) leilão. Tivemos ainda 01 (uma) licitação revogada, 01 (uma) anulada, 01 (uma) deserta, 01 (uma) suspensa e 05 (cinco) em andamento.

As licitações concluídas, bem como as dispensas e inexigibilidades autorizadas e ainda as adesões feitas pela Procuradoria Geral de Justiça (carona), resultaram na formalização de 33 (trinta e três) contratos administrativos e 49 (quarenta e nove) atas de registros de preços.

Os valores contratados por meio dos procedimentos licitatórios em 2012 encontram-se relacionados no quadro abaixo:

**Tabela 38** – Valores das Licitações Realizadas no ano de 2012

MODALIDADE	QTDE.	VALOR ESTIMADO (R\$) - (A)	VALOR OFERTADO (R\$) - (B)	ECONOMIA (VALOR ABSOLUTO – R\$) - (C)	ECONOMIA (VALOR RELATIVO - %) [(C/A)*100]
Pregão Eletrônico	36	26.098.810,17	14.566.532,39	11.532.277,78	44.18%
Tomada de Preços	04	758.265,16	641.055,37	117.209,79	15.45%
Concorrência	1	73388,77	72.049,46	1.339,31	1.82%
Leilão	1	35.000,00	71.000,00	36.000,00	102.85%
<b>TOTAL</b>	<b>42</b>	<b>26.965.464,10</b>	<b>15.350.637,22</b>	<b>11.686.826,88</b>	<b>43.33%</b>

Fonte: Comissão Permanente de Licitação

Conforme se verifica na tabela acima, a economia orçamentária para este Órgão Ministerial foi da ordem de R\$ 11.686.825,88 (onze milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, oitocentos e vinte e cinco reais e oitenta e oito centavos), o que equivale a 43.33% (quarenta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) do valor total que se disponibilizou para as contratações, possibilitando à Instituição a realização de novos projetos no exercício de 2012.

A Lei de Licitações e Contratos determina como regra a contratação precedida de licitação, permitindo algumas exceções através da contratação direta por dispensa ou inexigibilidade.

A CPL no ano de 2012 realizou 66 (sessenta e seis) enquadramentos de contratações por dispensa (artigo 24 da Lei nº 8.666/93) e 156 (cento e cinquenta e seis) por inexigibilidade de licitação (artigo 25 da Lei nº 8.666/93), além de 11 (onze) adesões à ata de registro de preços, concedidas a outros órgãos.

Para atender e melhorar as atividades precípuas do Órgão, desempenhadas nas Promotorias de Justiça do Estado, foram locados 23 (vinte e três) imóveis entre novos e renovações. A Procuradoria Geral de Justiça conta ainda com 42 (quarenta e dois) contratos de locação em plena vigência, para funcionamento das Promotorias de Justiça no interior, bem como da Escola Superior do Ministério Público, das Promotorias de Justiça da Capital e do Almoxarifado Central da PGJ, perfazendo o total de 65 (sessenta e cinco) contratos de locação de imóveis.

#### 5.3.4 Coordenadoria de Serviços-Gerais

A Coordenadoria de Serviços Gerais compreende a Seção de Manutenção e Serviços Gerais, a Seção de Transporte, a Seção de Segurança e a Seção de Análise de Custos.

Compete à referida Coordenadoria coordenar, acompanhar, fiscalizar, orientar e controlar a execução das atividades ligadas à gestão dos recursos logísticos e dos serviços gerais, tais como: portaria, vigilância, zeladoria, conservação e manutenção da Procuradoria Geral de Justiça, Promotorias da Capital e Promotorias do interior do Estado do Maranhão. Esta CSG coordena as atividades de contratação de serviços, de administração e manutenção predial e de obras nos anteprojetos, projetos de reformas, ampliações e adaptações de bens imóveis, assim como elaboração de termos de referência na sua área de atuação. Para proporcionar um melhor ambiente de trabalho, inspecionam-se periodicamente as condições das instalações físicas, elétricas, hidráulicas e sanitárias dos prédios, executam-se pequenos consertos e reparos de bens patrimoniais, bem como elabora, propõe, implanta e mantém o sistema interno de telecomunicação e impõe um rígido controle para zelar pela guarda, manutenção e conservação de fotocopiadoras, máquinas de reprografia, fax, bebedouros, telefones, entre outros aparelhos.

Esta Coordenadoria efetua a fiscalização dos serviços prestados por terceiros no que se refere à limpeza, consertos e manutenção de máquinas, equipamento e aparelhos, à jardinagem, vigilância interna e externa do prédio-sede da Procuradoria Geral de Justiça e Promotorias da Capital, bem como controla e gerencia as atividades de recepção e escalas de plantões dos vigilantes, esta última através da Seção de Segurança.

Compete ao Setor de Transporte manter regularizada a documentação da frota, bem como a conservação, manutenção e recuperação dela, efetuar abastecimentos, controlar gastos com combustível, lubrificantes, peças, gerir e fiscalizar o contrato de locação de mão-de-obra (motoristas terceirizados) e também acompanhar e controlar o recolhimento diário para o estacionamento dos veículos oficiais.

Para a Seção de Análise de Custos fica atribuída a função de comparar gastos mensais ao longo do exercício com o objetivo de baixar custos, viabilizar as consultas pelos interessados acerca de despesas, informar a Administração Superior das medidas tomadas para redução dos custos, elaborar relatórios contendo as atividades trimestrais para melhor examinar os gastos, examinar as faturas mensais numa ação preventiva, evitando o aumento abusivo de valores faturados que comprometam o custo institucional.

#### a) Investimento em Material Permanente

**Tabela 39 - Investimento em Material Permanente em 2012**

TRIMESTRE	ALIMENTOS E BEBIDAS	COMBUSTÍVEL	EXPE-DIENTE	IMPRES-SOS	INFOR-MÁTICA	MATE-RIAS DE CONSUMO	PEÇAS P/ VEÍCULOS
1°	4.218,37	57.693,10	168.994,90	16.103,80	51.861,98	25.600,00	64.915,00
2°	6.696,72	90.266,15	63.765,63	8.524,00	0,00	112.187,21	53.766,00
3°	5.314,28	85.775,22	90.977,61	19.675,00	80.000,00	34.574,80	64.318,00
4°	6.284,72	100.711,70	276.911,58	0,00	2.850,00	15.707,50	27.544,00
TOTAL	22.514,09	334.446,17	600.649,72	44.302,80	134.711,98	188.069,51	210.543,00
<b>TOTAL GERAL</b>							<b>1.535.237,27</b>

Fonte: Coordenadoria de Serviços Gerais



A Coordenadoria de Serviços Gerais procurou atingir todas as metas e demandas surgidas em seu planejamento financeiro para o exercício de 2012, entretanto algumas atividades não foram concluídas devido a não contratação em tempo hábil, através de licitação, de serviços como: instalação e manutenção de ar condicionado para o interior; instalação de forro e divisórias, serviços de segurança armada e manutenção predial para o interior.

Com relação às atividades de manutenção, reestruturação, readaptação, conserto e reparo, houve um aumento bastante significativo de demandas por pinturas e reformas de salas administrativas e gabinetes; troca de janelas e portas de vidros; reestruturação do forro do auditório, gabinetes de Promotorias de Justiça da Capital e diversos ambientes do prédio da PGJ; descupinização e dedetização do Gabinete Médico, GAECO, almoxarifado e biblioteca; reforma do telhado do prédio Anexo da PGJ e telhado da Assessoria Especial; solicitação de instalação de processos licitatórios (placas, película, chaves e carimbos, passagem aérea, serviços gerais, motoristas, fotocopiadoras etc).

**Tabela 40 - Metas Realizadas pela Coordenadoria de Serviços Gerais - 2012**

Nº	PROJETO/ ATIVIDADE	META	VALORES ESTI- MADOS (R\$)	REALIZADO (R\$)
01	Manutenção de equipamentos	Acompanhamento de contrato de manutenção e conservação dos equipamentos: fax, bebedouro, fragmentadora, cafeteira industrial, ventiladores e máquina de calcular.	45.000,00	8.505,00
02	Dedetização, desbaratização, desratização e descupinização.	Acompanhamento do Processo de licitação para contratação de empresa especializada em dedetização, desbaratização, desratização e descupinização, visando a prestar atendimento quando necessário com eficiência e eficácia.	85.000,00	22.666,95
03	Gerenciamento de Frota, Combustível e Manutenção	Acompanhamento do contrato de Cartão de Combustível e Manutenção de Frota, objetivando fornecimento de dados para um controle maior do consumo de combustível e da manutenção para os veículos da Procuradoria, Promotorias da Capital e Interior.	1.100.000,00 total 550.000,00 comb. 300.000,00 peça 150.000,00 serv. 99.800,00 lava- gem 200,00 taxa adm.	682.628,35 331.709,45 209.495,87 85.018,12 11.103,23 0,00
04	Terceirização de motoristas	Acompanhamento do contrato de motoristas terceirizados para atender à Procuradoria Geral de Justiça e Promotorias da Capital.	750.000,00	866.485,20
06	Seguro de veículos	Acompanhamento do contrato de seguro de veículos, inclusive com verificação de prazo para renovação do seguro total da frota de propriedade desta PGJ.	50.000,00	36.500,00

<b>Nº</b>	<b>PROJETO/ ATIVIDADE</b>	<b>META</b>	<b>VALORES ESTI- MADOS (R\$)</b>	<b>REALIZADO (R\$)</b>
07	Aquisição de veículos	Acompanhamento da Ata de Registro de Preço para aquisição de veículo, a fim de atender às necessidades desta Procuradoria Geral de Justiça, Promotorias de Justiça da Capital e Interiores.	500.000,00	813.205,00
08	Telefonia móvel	Acompanhamento do contrato de serviço de telefonia móvel, visando prestar atendimento quando necessário com eficiência e eficácia.	950.000,00	755.262,56
09	Telefonia fixa	Acompanhamento do contrato de serviço de telefonia fixa, visando prestar atendimento quando necessário com eficiência e eficácia.	1.200.000,00	807.665,84
10	Manutenção de ar condicionado	Acompanhamento do contrato de serviço de instalação e manutenção em equipamentos de ar condicionado ACJ e Split para a Procuradoria Geral de Justiça e Promotorias da Capital e Interior, visando prestar atendimento quando necessário com eficiência e eficácia.	290.000,00	83.499,96
11	Divisórias e forros	Acompanhamento do contrato de serviço de instalação de divisórias e forro para a Procuradoria Geral de Justiça e Promotorias da Capital e Interior, visando prestar atendimento quando necessário com eficiência e eficácia.	200.000,00	72.934,46
12	Persianas	Acompanhamento do contrato de serviço de instalação de persianas para a Procuradoria Geral de Justiça e Promotorias da Capital e Interior, visando prestar atendimento quando necessário com eficiência e eficácia.	45.000,00	7.265,92
13	Placas	Acompanhamento do contrato de serviço de confecção e instalação de placas e fumê para a Procuradoria Geral de Justiça e Promotorias da Capital e Interior, visando prestar atendimento quando necessário com eficiência e eficácia.	45.000,00	18.220,00
14	EBTC – Correios	Acompanhamento do contrato de serviço de postagem com os Correios, visando prestar atendimento quando necessário com eficiência e eficácia, controlando os custos.	500.000,00	477.748,24

<b>Nº</b>	<b>PROJETO/ ATIVIDADE</b>	<b>META</b>	<b>VALORES ESTI- MADOS (R\$)</b>	<b>REALIZADO (R\$)</b>
15	Contratos de locação	Acompanhamento e controle de todos os contratos de locação com esta PGJ, objetivando a manutenção e continuidade dos serviços desta Instituição.	1.400.000,00	1.519.794,75
16	Fornecimento de água (CAEMA/SAAE/CAESI)	Acompanhamento e controle de todos os contratos, objetivando a diminuição dos custos e a prestação de atendimento quando necessário com eficiência e eficácia.	350.000,00	203.682,17
17	Fornecimento de luz (CEMAR)	Acompanhamento e controle de todos os contratos, objetivando a diminuição dos custos e a prestação de atendimento quando necessário com eficiência e eficácia.	1.200.000,00	1.122,752,07
18	Manutenção de elevadores	Acompanhamento do contrato de serviço de manutenção dos elevadores desta Procuradoria Geral de Justiça, visando prestar atendimento quando necessário com eficiência e eficácia.	18.000,00	16.720,00
19	Confecção de chaves e carimbos	Acompanhamento do contrato de confecção de chaves e carimbos com esta Procuradoria Geral de Justiça, visando prestar atendimento quando necessário com eficiência e eficácia.	45.000,00	26.913,75
20	Serviço de conservação e limpeza	Acompanhamento do contrato de prestação de serviços de conservação e limpeza.	790.000,00	874.189,56
21	Treinamento – Promotorias Interior	Objetivando a padronização de procedimentos, realizaremos treinamentos para atender as Promotorias do Interior. (instrução de processos e controle de custos).	*****	NÃO REALIZADO
22	Licenciamento de Veículos	Taxa de licenciamento para os veículos da Procuradoria (capital e interior)	12.000,00	8.801,68
23	Locação de fotocopiadoras	Acompanhar o contrato de locação de máquinas fotocopiadoras (capital e interior).	283.500,00	288.489,96
<b>TOTAL</b>			<b>9.858.500,00</b>	<b>8.713.931,42</b>

Fonte: Coordenadoria de Serviços Gerais

### 5.3.5 Coordenadoria de Documentação e Biblioteca (CDB)

A Coordenadoria de Documentação e Biblioteca da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão – composta pelas Seções de Protocolo, de Arquivo, de Pesquisa Jurídica e de Editoração e Publicação – tem como missão fundamental reger a política de documentação do Ministério Público, por meio do gerenciamento dos documentos produzidos e armazenados na Instituição, bem como de seu acervo bibliográfico, garantindo a guarda, a recuperação, o acesso, a segurança e a preservação de sua memória.

Preliminarmente, há de se evidenciar o dinamismo e o comprometimento da equipe de servidores que deram condições a esta coordenadoria de desenvolver eficientemente suas atividades com o máximo de produtividade em face da demanda institucional.

Assim, no exercício de 2012, destacaram-se a supervisão, o desenvolvimento e a implementação das seguintes ações e iniciativas:

#### a) Gestão e Fiscalização de Contratos

Demonstram-se a iniciativa e o acompanhamento dos processos administrativos, que visam a promover a efetividade no cumprimento dos contratos e atas de registro de preços referentes às necessidades institucionais vinculadas a esta coordenadoria:

- Assinatura e Renovação de Periódicos Jurídicos Impressos (Editoras: Revista dos Tribunais, Fórum, IOB-Síntese, Consulex e Dialética);
- Assinatura e Renovação de Sistema de Pesquisa Virtuais:
  - Jurídico - “JURISPLENUM”: aos membros do MPMA, unidades administrativas e às Bibliotecas da Procuradoria Geral de Justiça e da Escola Superior do MP;
  - de Licitações e Contratos “Boletim BLC – NDJ”: à Assessoria/PGJ, Comissão Permanente de Licitação, à Assessoria de Controle Interno e à Assessoria Jurídica da Administração;
  - de Cálculos de Correção Monetária e Liquidação de Sentença Trabalhista “Debit Atualiza” e “Debit Trabalhista”: Ao Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa (CAOp-ProAd) e à Assessoria Técnica/PGJMA.
- Fiscalização da prestação de serviço de publicidade de avisos, editais, comunicados e notas oficiais nos jornais locais;
- Fiscalização da prestação de serviço de fornecimento de jornais locais à Procuradoria Geral de Justiça, à Escola Superior do MP, Promotorias da Capital, de Bacabal, de Santa Inês e de Imperatriz;

- Fiscalização da prestação de Serviço de guarda e gerenciamento de documentos e arquivos (Sistema GED ARQUIVAR);
- Fiscalização da aquisição de materiais gráficos (lotes referentes às publicações institucionais).

#### b) Supervisão Editorial de Obras Institucionais

Objetiva a organização, publicação e divulgação dos atos e programas institucionais.

- “Revista do MPMA - Juris Itinera nº. 19, 2012 (anual);
- “Relatório de Atividades MPMA – 2011”;
- “Agenda MPMA 2013”;
- “Calendário MPMA 2013”: inovação proposta pela nova gestão da Procuradora-Geral de Justiça, Dr<sup>a</sup> Regina Lúcia de Almeida Rocha;
- “Positivando o Desenvolvimento Humano: relatório das ações” (colaboração na normalização e distribuição desta obra).

#### c) Política de Atendimento aos Usuários

**Tabela 41 – Utilização de Serviços e Produtos**

<b>ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Serviço de pesquisas de legislação, doutrina e jurisprudência (em meio impresso e eletrônico, aos membros, servidores e comunidade em geral)	1.030	1.440
Serviço de Alerta-Legislação (pesquisa, seleção e envio de normas federais e estaduais de relevância aos membros do MPMA)	421	192
Serviço de empréstimo de livros (jurídicos, técnicos e literários)	1.238	1.753
Consultas locais ao acervo bibliográfico	309	-
Sumários correntes (disponibilização online)	61	-
Publicação de matérias do MPMA no Diário da Justiça do Estado do Maranhão (recebimento, formatação e envio)	1.961	1.470
Publicidade de avisos e editais nos jornais locais	211	216

Fonte: Coordenadoria de Documentação e Biblioteca

#### d) Política de Desenvolvimento e Ampliação de Coleções

**Tabela 42 – Evolução das coleções bibliográficas**

<b>DESENVOLVIMENTO E AMPLIAÇÃO DAS COLEÇÕES BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Doação de livros ao acervo	209	49
Renovação de assinaturas de periódicos jurídicos e técnicos	16	15
Doação de periódicos jurídicos	24	24
Inclusão de fascículos de periódicos no Sistema de Automação de Bibliotecas (SIAB)	67	-

Fonte: Coordenadoria de Documentação e Biblioteca

e) Link Virtual da Biblioteca do MPMA

The screenshot displays the website for the 'Biblioteca - Notícias' of the 'Coordenadoria de Documentação e Biblioteca' at the 'Ministério Público do Estado do Maranhão - Procuradoria Geral de Justiça'. The page includes a search bar, a list of news items with dates and titles (e.g., 'ATO REGULAMENTAR Nº 01/2013 - GPGJ, DE 03 DE JANEIRO DE 2013'), and a sidebar with links to 'Pesquisar no Site', 'Ouvidoria', and 'Empréstimo consignado Cuidado!'. The sidebar also features logos for 'AAA' and 'ACESSIBILIDADE BRASIL'.

**Figura 1 – Layout atual do link virtual da Biblioteca/PGJ**

Após atualização do layout da página institucional na Internet, o link da Biblioteca (<http://www.mp.ma.gov.br/index.php/apresentacao-biblioteca>) teve uma completa reestruturação funcional nas disposições de suas informações. Assim, encontra-se localizado no controle remoto virtual à esquerda da página, compreendendo, além dos informativos da Biblioteca, os seguintes serviços e produtos:

- legislação interna: disponibilização das leis de interesse institucional, dos regimentos e resoluções do Colégio de Procuradores de Justiça e do Conselho Superior do MP, dos atos regulamentares, atos, ordens de serviço, recomendações, provimentos, além de outras resoluções;
- sumários correntes de direito: compreende o acesso eletrônico aos sumários das revistas jurídicas adquiridas através de renovação de assinaturas;
- publicações institucionais: compreende o acesso eletrônico ao inteiro teor da Revista do Ministério Público do Estado do Maranhão - JURIS ITINERA, do Planejamento Institucional 2012-2016, Relatório Anual Institucional, das Publicações de Membros do MPMA;
- diários oficiais: links virtuais ao Diário da Assembleia Legislativa, ao Diário Oficial do Estado do Maranhão, ao Diário de Justiça do Estado do Maranhão e ao Diário Oficial da União;
- links de acesso às bases de dados do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do Ministério Público;
- sugestões de leitura: oriundas de obras do acervo técnico-literário disponíveis para empréstimo aos membros e servidores do MPMA;
- últimas aquisições: registra a atualização do acervo da Biblioteca Arceлина Mochel/PGJ.

#### f) Programa Memória Institucional do MPMA

Além da colaboração e relatoria das reuniões da Comissão Gestora realizadas em 2012, com o apoio da nova Administração Superior do MPMA e da Diretoria Geral/PGJ foi possível implementar e acompanhar a tramitação dos seguintes processos relativos ao Projeto de Revitalização do Programa Memória Institucional do MPMA:

- PA 6609AD/2012: Restauração do acervo histórico e do mobiliário do memorial do MPMA;
- PA 7930AD/2012: Disposição de bacharel em História (servidor municipal de São Luís) a esta Instituição, para contribuir com as atividades a serem desenvolvidas pelo Memorial;
- PA 9400AD/2012: Locação de novo imóvel, a ser preparado para receber o acervo do Memorial do MPMA.

g) Outras Ações Importantes

**Tabela 43** – Ações e Iniciativas de relevo (comparativo anual)

<b>AÇÕES DE DESTAQUE</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Despachos em processos administrativos (AD) e do Conselho Superior do Ministério Público (CS)	221	193
Atualização dos Sistemas de Legislação Estadual	620	1.440
Atualização dos Sistemas de Legislação Municipal e de Matérias Institucionais do MPMA	69	36
Produção do Boletim “MP no DJE”, coleção semanal de matérias institucionais publicadas no Diário da Justiça do Estado (DJE), enviada ao Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça;	26	52

Fonte: Coordenadoria de Documentação e Biblioteca

**Tabela 44** – Atividades desenvolvidas pela Seção de Protocolo/PGJ (comparativo anual)

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Recebimento/autuação de processos administrativos (AD)	11.298	10.138
Recebimento/autuação de processos do Conselho Superior (CS)	2.956	1.753
Recebimento/autuação de outros processos	319	170
Expedição de correspondências	18.278	22.015
Expedição de processos e documentos por GEDs	859	849
Controle de recebimento do Diário da Justiça – Poder Judiciário (DJE)	244	236

Fonte: Coordenadoria de Documentação e Biblioteca

**Tabela 45** – Atividades desenvolvidas pela Seção de Arquivo/PGJ (comparativo anual)

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Recebimento de processos	10.903	6.449
Envio de documentos arquivados para consulta pelas unidades administrativas (processos, pastas, pareceres, <i>clippings</i> , portarias, atos, ofícios, caixas-arquivo, memorandos, dossiês e certidões)	538	3.411
Remessa de documentos arquivados à Empresa AC Suporte e Serviços Ltda. (representante exclusivo da marca ARQUIVAR, que presta os serviços de guarda e gerenciamento de arquivos permanentes)	166	173

Fonte: Coordenadoria de Documentação e Biblioteca

### 5.3.6 Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação

A Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação (CMTI) tem como atribuições regimentais planejar e coordenar a gestão dos recursos de



tecnologia da informação relacionados ao *software* e serviços de infraestrutura digital, sistemas de informação, banco de dados, redes de comunicação, segurança de informação, qualidade dos serviços tecnológicos, suporte e relacionamento com os usuários, desenvolver e implantar sistemas de informações e de controle, coordenar a execução de contratos e convênios de serviços relacionados à tecnologia de informações e coordenar o assessoramento técnico na elaboração de políticas, normas e pareceres na especificação de sistemas de informações e de redes de comunicações.

Áreas de atuação da CMTI:

- Seção de Análise e Desenvolvimento de Sistemas;
- Seção de Segurança e Rede de Computadores; e
- Seção de Manutenção e Controle de Equipamentos e Seção de Atendimento e Suporte ao Usuário, que terão suas atividades apresentadas em conjunto devido à interdependência destas;

a) Coordenadoria

Processos Licitatórios, Adesões e Aquisições

Acompanhamento de processos licitatórios, adesões a atas de registro de preços e aquisições:

- Acompanhamento da licitação (ARP) de impressoras e scanners, o que gerou melhoria no andamento das atividades ministeriais e prestação de serviços à sociedade, principalmente durante o período eleitoral, e economia de papel.
- Acompanhamento da licitação do E-cidade. Conclusão de alguns módulos, já que foram entregues, a saber: RH, Saúde e Folha (em fase de lançamento de verbas paralelamente ao sistema atual), proporcionando melhorias na gestão administrativa, financeira, contábil e patrimonial, pela informatização de todos os processos gerenciais, além da integração entre os módulos e divisão clara dos papéis de cada setor envolvido.
- Aquisição de 500 (quinhentos) computadores desktops e 30 (trinta) notebooks;
- Aquisição de 500 (quinhentos) nobreaks e 570 (quinhentos e setenta) estabilizadores;
- Aquisição de 400 (quatrocentas) impressoras e 380 (trezentos e oitenta) scanners;
- Aquisição de servidores em lâmina (blades);
- Aquisição de sistema de storage para prover o MPMA de um sistema de armazenamento de dados de grande porte, a ser utilizado por todas as aplicações institucionais (sistema de controle de processos, e-mail, rádio MP, etc.), atendendo as demandas atuais, como o aumento de capa-

cidade das caixas de e-mail e das pastas setoriais, e demandas futuras, como a virtualização de processos e a guarda das peças processuais, e com isso melhorar os serviços prestados.

- Aquisição de plug adaptador, necessários para pleno funcionamento dos equipamentos adquiridos, a saber: nobreaks e estabilizadores;
- Aquisição de baterias para nobreaks;
- Aquisição de impressoras do tipo PLOTTER para a Seção de Obras, Engenharia e Arquitetura, para o GAECO e para a Comunicação;
- Aquisição de equipamentos para infraestrutura de TI;
- Aquisição de solução KVM (switch e console);
- Aquisição de licenças de software;
- Reestruturação (quadro técnico da CMTI);

**Tabela 46** - Processos Administrativos:

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL
Processos recebidos	526
Processos despachados	542
Processos em andamento	49
Ofícios enviados	410
Memos enviados	218
Despachos encaminhados	218
Chamados abertos para atendimento a usuário	1642
Chamados encerrados para atendimento a usuário	1632

Fonte: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação

Outros procedimentos gerenciais:

- Acompanhamento da distribuição dos **318** (trezentos e dezoito) *notebooks* adquiridos;
- Acompanhamento da instalação dos circuitos da nova rede de dados;
- Acompanhamento e fiscalização das aquisições e contratos celebrados;
- Elaboração em conjunto com a Diretoria Geral de Termos de Cooperação Técnica, para fornecimento dos pré-requisitos necessários à implantação do DIGDOC – Sistema de Procedimentos e Processos Administrativos (TJ/MA), integração e troca de informações para sistemas processuais através de serviços *WEB*;
- Solicitação do 1º Aditivo (prazo e valor) do Contrato nº 37/2011 – PA 674AD/2012. Continuidade na prestação de serviços de comunicação de dados e gerência dos serviços (INFOVIA – PRODERJ);

- Gestão e controle das atividades realizadas pelas Seções que compõe a CMTI;
- Participação no Comitê Gestor das Tabelas Unificadas (Taxonomia);
- Participação no CETI – Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação;
- Participação em visita técnica ao MPMT para transferência tecnológica do SIMP – Sistema Integrado do Ministério Público;
- Acompanhamento da instalação dos circuitos da nova rede de dados;
- Acompanhamento e fiscalização das aquisições e contratos celebrados;
- Levantamento acerca da quantidade de circuitos de internet em funcionamento e descobertos contratualmente;
- Integração no Grupo de Interoperabilidade CPTI – Comitê de Políticas de Tecnologia da Informação do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);
- Reunião com a Administração Superior e demais setores, visando ao esclarecimento de questões referentes a implantação do *software E-Cidade*;
- Levantamento acerca dos certificados digitais adquiridos;
- Solicitação de aditivo de prazo para continuidade dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos Dell (Datacenter);
- Recomendação referente ao circuito lógico e elétrico de TI do novo prédio das Promotorias de Turiaçu/MA e Colinas/MA;
- Relatório de visita técnica para implantação do SIMP;
- Participação de servidores no 3º Congresso Brasileiro de Gestão do MP;
- Uso de aplicações e serviços computacionais institucionais em telefones inteligentes;
- Solicitação de aditivo de prazo para conclusão da implantação do *software E-Cidade*;

#### b) Seção de Análise e Desenvolvimento de Sistemas

- Sistema de Gerenciamento de Processos (Arquimedes/SIMP). Decidiu-se, em conjunto com o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e o Comitê Gestor das Tabelas Unificadas, pelo seu uso. Foi assinado o Termo de Cooperação Técnica e foi iniciada a implantação com a realização de visita técnica ao MPMT para transferência de tecnologia (coleta de documentação, código-fonte e banco de dados). Atualmente estão sendo realizados todos os testes na base de dados ORACLE para posterior restauração da base de dados disponibilizada pelo MPMT;

além disso, iniciou-se um levantamento sobre o projeto de integração do SIMP com o Tribunal de Justiça através do PJ-e.

- Implantação da Taxonomia. Atendimento à Resolução nº63/2010-CNMP.
- Novo Portal Institucional;
- Sistema para agendamento de veículo, motoristas, data-show, auditório;
- ERP – E-cidade. Melhoria na gestão administrativa, financeira, contábil e patrimonial, pela informatização de todos os processos gerenciais.
- Nova intranet – <http://apps.mp.ma.gov.br/intranet/> Melhoria da comunicação interna e na disponibilização dos serviços institucionais.
- Blogs setoriais – <http://apps.mp.ma.gov.br/cmti/> Melhoria da comunicação interna e da disponibilização dos serviços institucionais.
- Sistema de Informação e Movimentação Processual – SIMP.
- Implantação do Sistema de Informação e Movimentação Bancária – SIMBA.
- Proposta de Convênio entre MPMA e Instituto Brasileiro de Combate ao Crime.
- Portal da Lei de Acesso à Informação;
- Conquista do Selo de Aprovação de Site Acessível (Acessibilidade Brasil).
- Envio automático de documentos – Boletim Interno.
- Páginas no sítio do MP para novos CAOPs.
- Página para a Escola Superior do Ministério Público na Internet – ESMP.
- Participação de comissão – Elaboração de proposta através de minuta de novo ato regulamentar – referente ao ponto eletrônico;
- Criação do Setor de Protocolo e Distribuição – Promotorias de Justiça de Imperatriz;
- Portal da Transparência – padronização conforme manual elaborado pelo Comitê Gestor Permanente do Portal da Transparência (CNMP);
- Adequação do ponto eletrônico, conforme Ato Regulamentar nº 18/2012.

#### Outras implementações

Outras demandas foram atendidas com a melhoria de sistemas, correção de erros e desenvolvimento de outras aplicações:

**Tabela 47 – Demandas atendidas pela CMTI**

SISTEMAS	DEMANDA	USUÁRIO
<b>Protocolo P. Capital</b>	Inclusão de novas promotorias no sistema e alteração dos destinos dos processos.	P. Capital
<b>Classificação de Membros</b>	Alteração no sistema de classificação de membros para atender demanda da Coordenadora de Gestão de Pessoas.	CGP (RH)
<b>RH</b>	Criação de relatórios específicos de férias, de acordo com a lotação e período de gozo para o sistema de RH.	CGP (RH)
<b>Acórdãos</b>	Criação de relatórios específicos que diferenciam a opção de filtro por comarca	CAOP PROAD
<b>Distribuição de Processos</b>	Alteração de campos em formulários e relatórios do sistema de recebimento e distribuição de processos.	Distribuição de Processos
<b>Banco de Dados P. Capital</b>	Alteração da rotina automática de <i>backup</i> de todos os bancos de dados existentes nas PJs Capital objetivando permitir o controle e gerenciamento por parte dos técnicos de informática lotados nas Promotorias de Justiça da Capital	P. Capital
<b>Diárias</b>	Melhoria na rotina de carga das diárias registradas no SIAFEM para permitir a atualização de todas as informações nos arquivos que ainda não existem no banco de dados de diárias concedidas	MPMA
<b>Estoque</b>	Implementação de melhorias na tela de entrada de dados de notas fiscais e produtos para iniciar a criação do relatório de remessa de material (RMA)	Patrimônio
<b>Autenticação LDAP</b>	Modificação da API de autenticação dos usuários na base de dados LDAP em função da migração do servidor de <i>e-mail</i> para novo equipamento	MPMA
<b>Passagens Aéreas</b>	Realizada a configuração inicial para controle das despesas com passagens aéreas e hospedagem por parte da Coordenadoria de Serviços Gerais.	CSG.
<b>Novo Site Institucional</b>	Início do piloto de segregação de papéis. Desenvolvimento/produção no projeto atual do <i>site</i> , criação do <i>patch</i> Joomla para correção de problema microtime do administrador e criação do <i>webservice wsmail</i> para envio de <i>e-mails</i> .	MPMA
<b>Controle de Versão / Atualização</b>	Criação do procedimento de atualização automática de fontes no ato do <i>commit</i> feito pelo programador para os sistemas <i>wsponto/folhaonline</i> .	CMTI
<b>Solicitação de Material</b>	Correção do código do sistema de requisição de material ( <i>javascript</i> ), mais precisamente no módulo que associa produtos às notas fiscais.	CADM
<b>Boletim Interno</b>	Migração e adaptação do sistema de boletim interno para o servidor de aplicações APPS objetivando a padronização da linguagem de desenvolvimento e do método de autenticação.	MPMA

SISTEMAS	DEMANDA	USUÁRIO
<b>Web Services</b>	Adequação do <i>webservice wsauth</i> para autenticação adaptável, preparando para troca da base atual (LDAP EPRESSO) para para o E-Cidade e criação do <i>webservice wsrh</i> para leitura de informações da base do RH, permitindo atualização de dados pessoais, já disponível para ser alterado para a base de dados do e-Cidade quando estiver aprovado.	MPMA
<b>Dados Pessoais</b>	Migração do sistema de atualização de dados pessoais da Intranet para PHP (linguagem padrão) usando Zend Framework.	MPMA
<b>Data/Hora</b>	Implantação do servidor NTP local (já incluído no <i>pool</i> nacional), em conformidade com a ISO 27001, no que tange horário de <i>logs</i> para sincronização da hora de todos os equipamentos ao mesmo tempo.	MPMA
<b>Portal da Transparência</b>	Migração da ferramenta de cadastro do Portal da Transparência para a tecnologia do novo Portal Institucional e Publicação em ambiente de produção, com as devidas adaptações/adequações.	MPMA
<b>Sistema de Eleições</b>	Implantação, em ambiente de produção do sistema de eleições (SAELE).	MPMA
<b>Portal Institucional de Internet</b>	Troca das imagens do topo do <i>site</i> institucional (imagens de pontos turísticos do Estado) por imagens de todas as campanhas de interesse do Ministério Público do Maranhão e da sociedade. Inclusão de matérias no <i>site</i> homologadas pela Coordenadoria de Comunicação, incluindo páginas do programa de rádio (Estação MP); Alteração nos dados específicos da página do CSMP; Criação de material de apoio e treinamento aos novos usuários do <i>site</i> e inclusão do vídeo referente a campanha de violência doméstica.	Membros, Servidores e Sociedade
<b>Servidor NTP</b>	Criação de servidor NTP ( <i>network time protocol</i> ) para manter todos os computadores e equipamentos servidores atualizados com um único horário, com base na hora fornecida pelo observatório nacional; Inclusão do servidor NTP criado no NTP <i>Pool International</i> .	MPMA
<b>Zimbra</b>	Elaboração do sistema de <i>e-mails</i> Zimbra para ambiente de teste e homologação.	MPMA
<b>Chat Institucional</b>	Elaboração de manual para sistema de comunicação institucional	MPMA
<b>Sistema de Protocolo</b>	Com base em ofício circular da administração superior, todos os setores são obrigados a inserir informações no histórico, acerca do processo administrativo em movimento. Dessa forma, foi incluído restrição no sistema, de forma que a movimentação só acontece após o registro de informações no campo histórico. Inclusão de matérias no <i>site</i> homologadas pela Coordenadoria de Comunicação, incluindo páginas do programa de rádio (Estação MP).	MPMA

SISTEMAS	DEMANDA	USUÁRIO
<b>Portal Institucional de Internet</b>	Inclusão do <i>link</i> com a nova logomarca do portal da transparência; Alterações e ajustes na página do CAOP-CRIM, conforme demanda do setor em questão; Alterações estruturais na página da ESMP;	Membros, Servidores e Sociedade
<b>Criação da Página do CAOP-Idoso</b>	Criação da página; reunião com assessores e promotores do CAOP-Idoso; treinamento para uso e atualização da página com informações.	Membros, Servidores e Sociedade
<b>Criação de Espaço no Site Institucional para as Promotorias Especializadas</b>	Criação do <i>link</i> ; Criação da página da Promotoria de Fundações.	Membros, Servidores e Sociedade
<b>Portal da Transparência</b>	Acompanhamento junto aos setores da padronização das informações, de acordo com o manual do portal da transparência do Ministério Público elaborado pelo Comitê Gestor Permanente do Portal da Transparência.	Membros, Servidores e Sociedade

Fonte: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação

### c) Seção de Segurança e Rede de Computadores

- Acompanhamento, suporte e migração dos *links* da atual rede de dados (UNIREMA) para a nova rede de dados do MPMA;
- Suporte aos 118 *links* de dados existentes;
- Suporte aos diversos setores do MPMA (PGJ e Promotorias da Capital e Interior);
- Análise de processos administrativos sobre justificativas de registro de ponto eletrônico;
- Elaboração de estudo, termos de referência, análise de atas de registro de preços e solicitação de propostas para a aquisição de sistema de armazenamento de dados (Storage), novos equipamentos, servidores e equipamentos de aceleração de WAN para os *links* satelitais;
- Migração do serviço de *e-mail* para outro servidor;
- Migração do serviço de *proxy* da Procuradoria Geral de Justiça para outro servidor;
- Solicitação de adequação de infraestrutura em Promotorias de Justiça;
- Substituição do servidor de *proxy* do prédio das Promotorias de Justiça da Capital;
- Substituição do servidor de *broadcast* das sessões do Conselho Superior e do Colégio dos Procuradores;

- Suporte aos 114 *links* de dados existentes do contrato INFORVIA;
- Suporte aos diversos setores do MPMA (PGJ e Promotorias da Capital e Interior);
- Visita técnica;
- Elaboração de estudo, termos de referência, análise de atas de registro de preços e solicitação de propostas para a aquisição de sistema de armazenamento de dados (*Storage*), novos equipamentos, servidores, software de virtualização, manutenção de equipamentos de grande porte;
- Elaboração de projeto piloto para implantação de cabeamento estruturado e circuito fechado de TV para monitoramento e segurança nas promotorias de justiça do interior do Estado;
- Elaboração de padrão de impressão SIAFEM/SIAGEM para baixa plataforma;
- Reativação dos *e-mails* institucionais dos aposentados;
- Ambiente de virtualização baseado em *VirtualBox WEB* e monitoramento *WEB* para atendimento;
- Implantação da autenticação do acesso à internet;
- Ativação e uso de storage existente em *DataCenter*;
- Infraestrutura de cabeamento estruturado do novo prédio da PGJ;
- Análise técnica e criação de projeto básico e termo de referência para aquisição de grupo gerador;
- Análise técnica e elaboração de termo de referência para serviços de infraestrutura de TI para o novo prédio da Procuradoria Geral de Justiça;
- Análise técnica – rede lógica do prédio da sede provisória da Promotoria de Justiça da Capital;
- Estrutura de compartilhamento e publicação de acórdãos;

d) Seção de Manutenção e Controle de Equipamentos e de Atendimento e Suporte ao Usuário.

- Uso do Sistema de Inventário Tecnológico e Controle de Atendimentos (GLPI);
- Uso e disseminação de Sistema de Atendimento Remoto– *Team Viewer*
- Distribuição dos 318 *notebooks* adquiridos
- Atendimentos aos usuários
- Sugestão de uso de aparelhos com tecnologia *Android*



- Conserto de impressora laser colorida
- Distribuição de 285 impressoras adquiridas
- Distribuição dos 315 estabilizadores adquiridos
- Distribuição dos 209 computadores adquiridos
- Distribuição dos 182 *nobreaks* adquiridos
- Distribuição dos 356 *scanners* adquiridos
- Notificação – empresa fornecedora de monitores e impressoras
- Solicitação de mais estagiários
- Criação de *e-mails* específicos para cada Promotoria de Justiça
- Criação de *e-mails* específicos para cada Promotoria de Justiça da Infância e Juventude
- Notificação – levantamento de valores a serem pagos por empresas prestadores do serviço de *link* de dados e gerência – multa contratual

### 5.3.7 Coordenadoria de Comunicação

#### a) Seção de Imprensa

- Dados do *clipping*

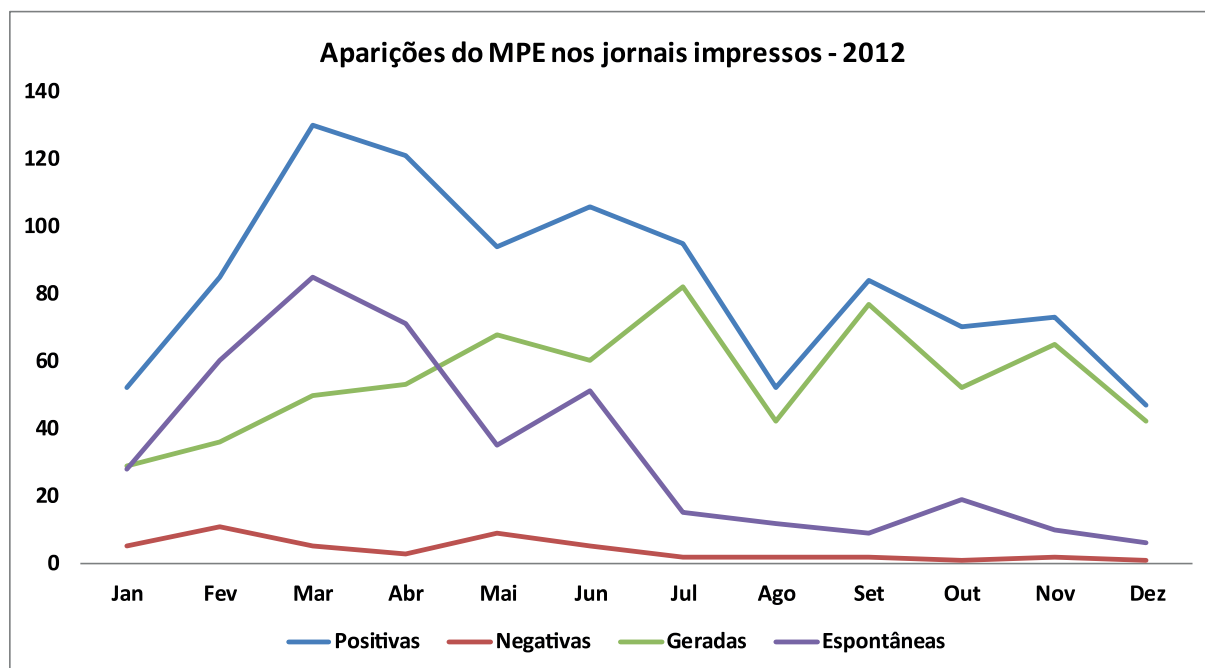
O trabalho de *clipping* visa a acompanhar a imagem de uma pessoa ou instituição nos meios de comunicação. No caso do Ministério Público do Maranhão, esse trabalho é realizado pelos profissionais da Coordenadoria de Comunicação e apenas com relação aos jornais impressos. Com o objetivo de subsidiar o trabalho de promotores e procuradores de justiça, o *clipping* da instituição vai além, buscando todas as notícias sobre fatos que possam ensejar alguma ação do Ministério Público.

Além do trabalho diário, distribuído a setores estratégicos da instituição, a Coordenadoria de Comunicação faz *clippings* especiais, mediante demanda de promotores ou procuradores de justiça, sobre temas e/ou períodos específicos. Esse trabalho objetiva muitas vezes, embasar ações dos membros do MPMA.

Em 2012, o serviço foi bastante prejudicado pela irregularidade no fornecimento dos periódicos: ocorreram diversos atrasos e, muitas vezes, não foram entregues todos os jornais. Além disso, vários diários não estavam incluídos entre os contratados pela Procuradoria Geral de Justiça, problema comunicado à Coordenadoria de Documentação e Biblioteca por meios dos memorandos 051/2012-CCOM e 053/2012-CCOM.

Também já foi solicitada por esta Coordenadoria e encontra-se em processo de licitação a contratação de empresa terceirizada para a realização do serviço de *clipping*. A contratação do serviço trará como benefícios principais a liberação de

servidores para a realização de outras atividades e a expansão do material analisado, englobando jornais, rádio, programas de TV, *sites* e *blogs* na internet.



**Gráfico 24:** Cobertura do MPE na mídia impressa

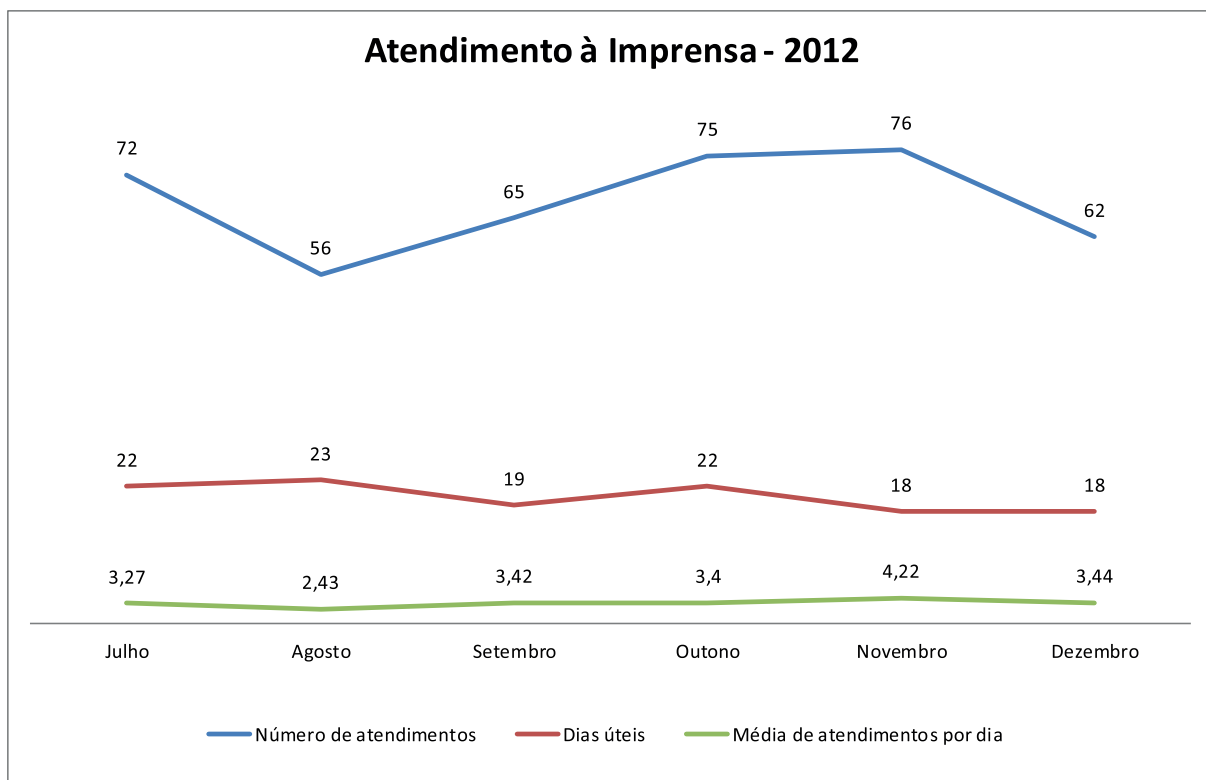
- Atendimento a Imprensa

Ao ligar para a Coordenadoria de Comunicação do MPMA, o jornalista tem sua solicitação catalogada, incluindo os contatos e a emissora ou veículo de comunicação. Em seguida, a equipe entra em contato com o promotor ou procurador de justiça a fim de agendar a entrevista, quando solicitada, ou para dirimir as dúvidas da imprensa.

Após o contato com o membro, retorna-se ao jornalista para confirmar a entrevista e o local. Normalmente, quando há discordância de horário, é feito um novo contato com o promotor/procurador a fim de acertar a entrevista. Também é comum o contato da imprensa solicitando a indicação de um entrevistado para falar sobre determinado tema. De acordo com as atribuições estabelecidas pela Corregedoria Geral, é indicado determinado membro.

A política da Coordenadoria de Comunicação não permite passar os contatos dos membros sem a prévia autorização. O objetivo é resguardar a privacidade dos promotores/procuradores e garantir o atendimento com o máximo de rapidez.

O maior número de atendimentos é proveniente das televisões, jornais impressos, rádios e *blogs*. Abaixo, alguns números sobre os atendimentos realizados no período de julho a dezembro de 2012. A Coordenadoria de Comunicação não dispõe de números sistematizados do primeiro semestre do mesmo ano.



**Gráfico 25:** Número de Atendimento à Imprensa

**Tabela 48:** Veículos atendidos em 2012

TIPO DE MÍDIA	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO
Emissoras de televisão locais	TVs Assembleia, Cidade, Mirante, Difusora, Guara, Brasil
Emissoras de televisão nacionais	Rede Globo, Rede Record, Rede Brasil
Jornais impressos locais	O Estado do Maranhão, O Imparcial, Debate, Jornal Pequeno, Atos & Fatos
Jornais de circulação nacional	O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, O Globo, JC Concursos, Folha Dirigida
Emissoras de rádio locais	Mirante AM, Rádio Universidade FM, Rádio Capital, Rádio Timbira, Rádio Educadora
Emissora de rádio nacional	Rádio Justiça
Portais/sites locais	Imirante.com, G1 Maranhão, O Imparcial On Line
Portais/sites nacionais	Globo.com, Folha On Line, Uol, R7

Fonte: Coordenadoria de Comunicação

#### Programa de Rádio Estação Ministério Público

O Programa Estação Ministério Público é produzido pela Coordenadoria de Comunicação do Ministério Público e vai ao ar todos os sábados na Rádio São

Luís AM 1340 KHz, no horário das 9h às 10h da manhã. O espaço para exibição do programa foi gentilmente cedido pelo grupo Zildene Falcão, proprietário da Rádio São Luís AM, sem qualquer ônus ao Ministério Público do Maranhão.

A estrutura do programa está fundada em entrevistas de um ou dois convidados, normalmente membros do Ministério Público. Esporadicamente são convidados integrantes de outros poderes/instituições, desde que inseridos num contexto de ação do MP. As notícias da semana do Ministério Público, campanhas institucionais e notas de utilidade pública, tais como a divulgação de telefones importantes, também são divulgadas no programa.

O áudio de todos os programas são postados no *site* institucional, com fotos dos entrevistados e um pequeno texto de apresentação.

O programa Estação Ministério Público tem a preocupação com o cunho educativo e, além disso, com a diversidade, traduzida, sobretudo, pelo modo como contempla os entrevistados do MP maranhense por entrância.

No período de 7 de julho a 31 de dezembro de 2012 foram realizados **22** programas, com a participação de **31** entrevistados, sendo: **3** Procuradores de Justiça, **26** Promotores(as) e **2** integrantes de outros poderes (uma juíza de Morros e um analista do TRE).

### Registros Fotográficos

As coberturas fotográficas são parte importante do trabalho desenvolvido pela Coordenadoria de Comunicação. Além de eventos e reuniões de trabalho, registradas com o objetivo de garantir a divulgação das ações do Ministério Público do Maranhão, muitas vezes esse trabalho é realizado em apoio a outros setores e promotorias de justiça, como em inspeções. No período de maio a dezembro/2012 foram cobertos 350 eventos e produzidas 18.148 fotografias.

### Estatísticas do Site

O endereço eletrônico do Ministério Público do Maranhão é uma das principais ferramentas de divulgação das informações relativas à instituição. Em 2012, o *site* passou por duas reformulações.

Na primeira, houve uma mudança total de *layout*, substituindo o que existia desde 2008. A segunda mudança, realizada a partir de junho de 2012, teve como objetivo dar um aspecto mais institucional ao endereço eletrônico, priorizando as informações de maior relevância à sociedade e dando destaque às campanhas institucionais do Ministério Público.

O desenvolvimento do *site*, no entanto, é constante, sendo aprimorado e recebendo novos conteúdos, como a área destinada às promotorias de justiça especializadas, criada recentemente e que já conta com as informações relativas à 1ª Promotoria Especializada em Fundações e Entidades de Interesse Social, estando aberto a todas as demais promotorias de justiça especializadas.

**Tabela 49:** Dados estatísticos do *site* do Ministério Público do Maranhão em 2012<sup>5</sup>

	NOTÍCIAS	AVISOS	PROGRAMA ESTÁÇÃO MINISTÉRIO PÚBLICO	VÍDEOS INSTITUCIONAIS	EM DIA
Veiculados	858	105	60	7	39
Acessados	313.880	39.602	16.452	2.296	-
Programa mais acessado	“Estação Ministério Público entrevista titular da 6ª Promotoria da Infância e Juventude” (900 acessos)				
Vídeo mais acessado	“Mensagem da Procuradora-Geral de Justiça pelo Dia do Servidor Público” (1.157 acessos)				

Fonte: Coordenadoria de Comunicação

## b) Seção de Comunicação Interna e Produção Gráfica

### Informativo EM DIA

O Informativo Em Dia é um dos principais meios de comunicação interna com o público institucional. Com edição semanal, o informativo reúne os principais acontecimentos do Ministério Público do Maranhão.

Até junho de 2012, o informativo era impresso, com tiragem de 300 exemplares, distribuídos para promotores de justiça da capital e procuradores de justiça. Visando a adequar o informativo ao perfil da nova administração e pensando na economia de papel, em julho de 2012 o informativo deixou de ser impresso e passou a ser enviado somente por *e-mail*.

Com essa iniciativa para diminuir gastos e agilizar o acesso à informação, a própria estrutura do informativo foi alterada, passando a ter textos mais curtos, com *links* para outras notícias referentes aos assuntos tratados.

Em 2012 foram produzidas 39 edições do Em Dia, todas disponibilizadas no endereço eletrônico do Ministério Público do Maranhão.

### Diagramação e Confecção

Em 2012, para divulgação das ações e atividades do Ministério Público, como as Campanhas Institucionais, Congresso Estadual do Ministério Público, Programas e Projetos, foram criados, diagramados e confeccionados materiais gráficos como: *folders*, panfletos, *banners*, cartazes, *layout* para camisas, diagramação de cartilhas, convites, cartões e outros.

Parte desse material foi confeccionado por empresas privadas, licitadas pelo Ministério Público, ou empresas que prestam serviços a entidades parceiras da Instituição. A outra parte foi produzida na própria Coordenadoria de Comunicação do Ministério Público.

<sup>5</sup> Com informações da Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação; números em 10 de janeiro de 2013.

**Tabela 50:** Mídia impressa por empresas privadas

<b>MATERIAL GRÁFICO</b>	<b>LAYOUT</b>	<b>CONFECCIONADOS</b>
<i>Banner</i>	3	3
Blocos	2	1.300
Camisas	3	500
Cartão de Natal	1	1.000
Cartazes	3	3.000
Cartilha	2	6.000
Crachá	1	1.000
<i>Folders/Panfletos</i>	2	2.500
<b>TOTAL</b>	<b>17</b>	<b>15.303</b>

Fonte: Coordenadoria de Comunicação

**Tabela 51:** Mídia impressa pela CCOM

<b>MATERIAL GRÁFICO</b>	<b>LAYOUT</b>	<b>CONFECCIONADOS</b>
Cartões Diversos	13	965
Cartões de Visita	32	1.150
Cartazes	11	280
Cartilhas	2	250
Crachás	2	180
Certificados	8	175
Convites	18	4.850
<i>Folders/Panfletos</i>	5	1.200
Outros impressos	15	748
<b>TOTAL</b>	<b>106</b>	<b>9.798</b>

Fonte: Coordenadoria de Comunicação

**Tabela 52:** Mídia Eletrônica<sup>6</sup>

<b>MÍDIA DIGITAL</b>	<b>LAYOUT</b>
<i>Banner Digital</i>	18
Identidade Visual	22
Reprodução CD/DVD	240
<b>TOTAL</b>	<b>280</b>

Fonte: Coordenadoria de Comunicação

<sup>6</sup> Informações de 15 de junho a 31 de dezembro de 2012, pois não há dados anteriores sistematizados.

### 5.3.8 Cerimonial

A Chefia de Cerimonial tem-se firmado como importante agente na viabilização dos eventos do Ministério Público do Maranhão, tendo participação garantida nas ações estratégicas da Administração Superior, desde o planejamento até a implementação das ações e a avaliação dos resultados alcançados, dando importantes contribuições e, principalmente, tendo suas sugestões amplamente consideradas pela Administração Superior na definição das estratégias a serem aplicadas, na realização de suas ações e no estabelecimento e consolidação de importantes relações com membros, servidores, estagiários, prestadores de serviços, autoridades e a sociedade em geral.

- Planejamento, organização e execução de diversos eventos, tais como: solenidades de posses, inaugurações, audiências públicas, atos de assinaturas de documentos, cursos, conferências, congressos, seminários, simpósios, *workshops*, encontros, semanas, palestras, entre outros;
- Estruturação e organização do espaço físico e recursos necessários à realização de eventos em geral;
- Requerimento de ornamentação (flores) para eventos, recursos materiais e outros que se fizerem necessários;
- Confecção e expedição dos convites;
- Articulação com o cerimonial de órgãos externos nos âmbitos municipal e estadual, realizando contatos prévios, principalmente quando da participação de autoridades do Ministério Público em eventos externos, enfatizando as questões protocolares;
- Recepção, acompanhamento e organização protocolar de visitas oficiais de autoridades;
- Acompanhamento da agenda de eventos de iniciativa do Ministério Público;
- Manutenção e atualização de etiquetas de autoridades para envio de correspondência;
- Acompanhamento e assessoramento à Procuradora-Geral de Justiça e demais membros do Ministério Público nas diversas solenidades, eventos e atos oficiais e protocolares externos de que participem institucionalmente, informando sobre todos os dados complementares à organização e programação e fazendo a defesa da Instituição no que diz respeito à precedência e posição na composição de mesa de honra/diretora;
- Contato com fornecedores de serviços e materiais e acompanhamento da montagem de estrutura e ambientação;
- Organização e montagem de mesas de honra e diretora, obedecendo as regras de precedência e a forma de tratamento correspondentes a cada personalidade e providencias relativas a reserva dos assentos,

assim como a identificação e recepção de autoridades e convidados;

- Elaboração de roteiros e *scripts* das cerimônias;
- Confecção de cartões de nominata;
- Orientação do mestre de cerimônia contratado;
- Recepção e acomodação das autoridades durante o decorrer dos eventos e conferência da lista das autoridades presentes e encaminhamento da mesma à presidência da mesa;
- Coordenação e supervisão de pessoal de apoio, como recepcionistas, garçons, seguranças, motoristas, entre outros;
- Contato prévio com os departamentos e serviços de apoio envolvidos ou participantes dos eventos da organização;
- Correspondência eletrônica;
- Emissão de passagens aéreas;
- Desempenho de outras atribuições compatíveis com o seu âmbito de atuação.

**Tabela 53:** Eventos internos realizados em 2012

EVENTOS ORGANIZADOS PELA CHEFIA DE CERIMONIAL	DATA
Lançamento da pedra fundamental em Pio XII	09/01/12
Posse da ASFUPEMA no auditório da PGJ	13/01/12
Entrega de reforma e ampliação das Promotorias de Justiça de São José de Ribamar	17/01/12
Audiência pública do projeto Positivando o IDH em Lagoa Grande	24/01/12
Audiência pública do projeto Positivando o IDH em Brejo de Areia	25/01/12
Audiência pública do projeto Positivando o IDH em Fernando Falcão	01/02/12
Titularização de novos Promotores de Justiça de Olho d'Água das Cunhãs e Olinda Nova	06/02/12
Audiência pública do projeto Positivando o IDH em Belágua	08/02/12
Audiência pública do projeto Positivando o IDH em Santana do Maranhão	09/02/12
Posse do Promotor de Justiça Luiz Gonzaga Martins Coelho na entrância final	10/02/12
Audiência pública do projeto Positivando o IDH em São Roberto	15/02/12
Montagem e atendimento no <i>stand</i> do MPMA no Seminário de Fortalecimento do Associativismo no Maranhão no Centro de Convenções do SEBRAE.	29/02/12
Posse do Promotor de Justiça Arnaldo Jorge de Castro Ferreira	01/03/12
Titularização do promotor de Justiça Gabriel Sodrê Gonçalves	06/03/12
Audiência pública de encerramento da Promotoria Itinerante na Vila Bacanga.	06/03/12
Programação especial alusiva ao Dia Internacional da Mulher na PGJ.	08/03/12
Comemoração alusiva ao Dia Internacional da Mulher na AMPEM.	08/03/12
Posse de Promotores de Justiça Substitutos	09/03/12



<b>EVENTOS ORGANIZADOS PELA CHEFIA DE CERIMONIAL</b>	<b>DATA</b>
Audiência pública do projeto Positivando o IDH em Governador Newton Bello	13/03/12
Audiência pública do projeto Positivando o IDH em Rosário	14/03/12
Seminário internacional sobre combate à tortura	14/03/12
Audiência pública de Instalação da Promotoria Itinerante no Outeiro da Cruz	15/03/12
Titularização de Promotores de Justiça	19/03/12
Inauguração das novas instalações da Promotoria de Justiça de Cantanhede.	20/03/12
Audiência pública sobre o matadouro municipal de Cantanhede.	20/03/12
Lançamento da campanha de arrecadação de recursos para Fundos da Infância na PGJ.	27/03/12
Audiência pública sobre embarque clandestino de menores em trens	13/04/12
Lançamento do Portal da PGJ	23/04/12
Inauguração da Promotoria de Magalhães de Almeida	24/04/12
Missa em Ação de Graças pelo Dia das Mães.	07/05/12
Entrega de veículos na PGJ	11/05/12
Eleição para Procurador-Geral de Justiça	14/05/12
Pedra fundamental da Promotoria de São Bento	17/05/12
Vitaliciamento de Promotores	04/06/12
Inauguração das Promotorias de Justiça de Pio XII	05/06/12
Inauguração das Promotorias de Justiça São Luis Gonzaga	05/06/12
Inauguração das Promotorias de Justiça de Carutapera	08/06/12
Lançamento do relatório do Positivando o Desenvolvimento Humano	11/06/12
Celebração Ecumênica	14/06/12
Posse no cargo de Procuradora-Geral	14/06/12
Reunião com os servidores (Asfupema e Sindsemp)	15/06/12
Audiência pública da Promotoria Comunitária Itinerante	21/06/12
Curso de especialização em ciências criminais	21/06/12
Exposição do artista plástico Fábio Vidotti no Espaço de Arte Márcia Sandes	04/07/12
Curso de atualização em Direito Eleitoral	10/08/12
Comemoração do Dia dos Pais	10/08/12
Lançamento da campanha "Maria da Penha em Ação: Prevenção da Violência Doméstica nas Instituições de Ensino".	24/08/12
Lançamento da Campanha Voto Consciente em Penalva	29/08/12
Inauguração da Mostra Encontro dos Anjos '400 anos de São Luís' no Espaço Márcia Sandes	11/09/12
Lançamento da Campanha 'Voto Consciente' em Zé Doca	25/09/12
Lançamento da Campanha 'Voto Consciente' em Governador Nunes Freire	26/09/12
Palestra Campanha Maria da Penha é apresentada a alunos do Cegel	28/09/2012
Eleição das Promotorias da Capital	02/10/12
Assinatura do Protocolo de Intenções da Infância	04/10/12
Posse do diretor das promotorias	09/10/12
Posse do diretor das promotorias de Ribamar	10/10/12
Semana do Servidor MPMA	22 a 16/10/12
Reunião de Rotinas Administrativas	29/10/12
Audiência pública da Promotoria Itinerante na Vila Cruzado	30/10/12

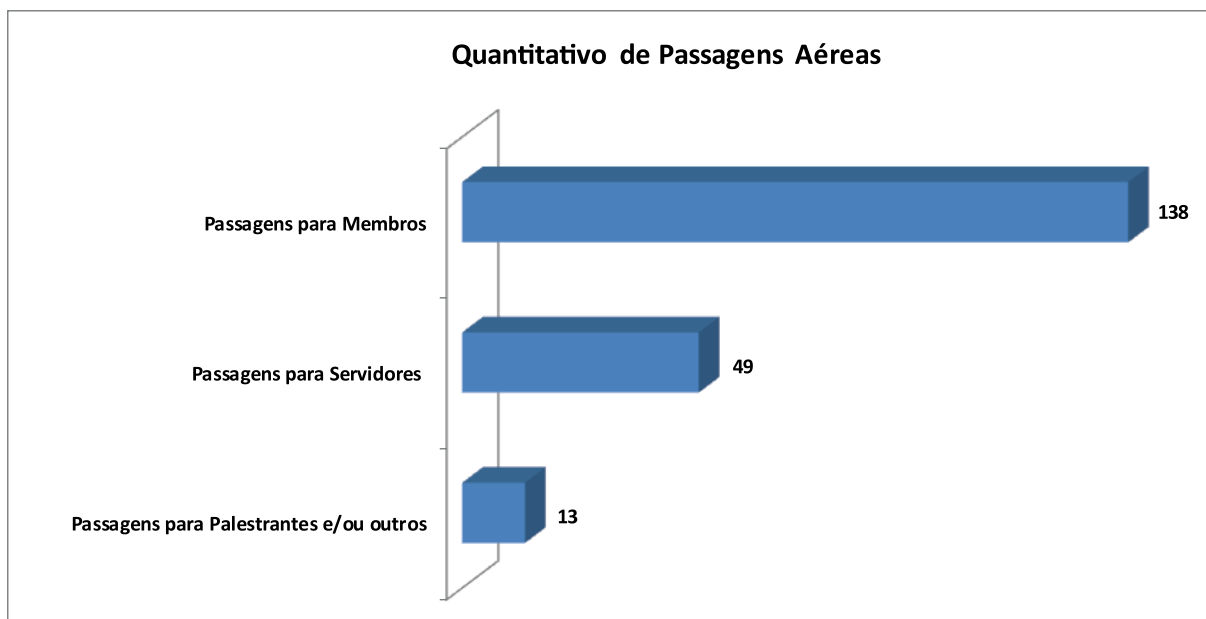
<b>EVENTOS ORGANIZADOS PELA CHEFIA DE CERIMONIAL</b>	<b>DATA</b>
Oficina de trabalho CGU/MP	19 a 21/11/2012
Caminhada pela Paz	25/11/12
Campanha Maria da Penha (premiação)	04/12/12
Reunião com entidades do terceiro setor	04/12/12
Lançamento da Campanha do Empréstimo Consignado	06/12/12
Palestra sobre uso de drogas na adolescência	07/12/12
Confraternização dos servidores	08/12/12
Reunião de trabalho com os Promotores de Justiça	11/12/12
IV Congresso Estadual do Ministério Público	12 a 14/12/12
Dia Nacional do Ministério Público (hasteamento de bandeiras)	14/12/12
<b>Total de eventos 70</b>	

Fonte: Chefia de Cerimonial

**Tabela 54:** Assessoramento em Eventos Externos

<b>EVENTO</b>	<b>DATA</b>
Sessão solene na Assembleia Legislativa para início dos trabalhos de 2012.	01/02/12
Posse do presidente da Associação do Ministério Público do Maranhão (AMPEM)	09/02/12
Aniversário de instalação da Assembleia Legislativa do Maranhão	16/02/12
Seminário de Fortalecimento do Associativismo no Maranhão no Centro de Convenções.	29/02/12
Sessão solene de posse no TRT-MA.	02/03/12
Sessão solene alusiva ao Dia Internacional da Mulher na Assembleia Legislativa do Maranhão.	08/03/12
Procurador de Justiça Eduardo Nicolau recebe Medalha do Mérito Manoel Bequimão	12/04/12
Seminário Socialização da Pesquisa sobre Atendimento Socieducativo no Maranhão, promovido pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).	13/04/12
Título de Cidadã Grajauense	25/04/12
Visita da Procuradora-Geral de Justiça ao TCE e TJ	19/06/12
Visita da Procuradora-Geral de Justiça a Assembleia Legislativa	21/06/12
Medalha do 4º Centenário de São Luís – Assembleia Legislativa no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana.	05/09/12
7ª Jornada Jurídica da Procuradoria Geral do Estado	08/11/12
Seminário de integração do Estado com os Municípios	19/11/12
<b>Total de eventos 14</b>	

Fonte: Chefia de Cerimonial



**Gráfico 26** – Emissão de passagens aéreas em 2012<sup>7</sup>

<sup>7</sup> Agosto a dezembro de 2012, período que a emissão de passagens aéreas passou à responsabilidade da Chefia de Cerimonial.

## 6 ATOS NORMATIVOS 2012

### RESOLUÇÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO Nº 001/2012 - CPMP, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2012 (DJE 06/02/2012): Cria a 9ª Promotoria de Justiça de Timon e redefine a divisão de atribuições do Ministério Público na comarca.

RESOLUÇÃO Nº 02/2012-CPMP, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2012 (DJE 06/02/2012): Cria a 2ª Promotoria de Justiça de Araisos, de Maracaçumé e de Rosário e define a divisão de atribuições do Ministério Público na comarca.

RESOLUÇÃO Nº 03/2012-CPMP, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2012 (DJE 06/02/2012): Cria a 6ª Promotoria de Justiça de Açailândia e redefine a divisão de atribuições do Ministério Público na comarca.

RESOLUÇÃO Nº 04/2012-CPMP, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2012 (DJE 06/02/2012): Cria duas Promotorias Justiça em São José de Ribamar e redefine a divisão de atribuições do Ministério Público na comarca.

RESOLUÇÃO Nº 05/2012-CPMP, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2012 (DJE 06/02/2012): Cria a 5ª Promotoria de Justiça de Balsas e redefine a divisão de atribuições do Ministério Público na comarca.

RESOLUÇÃO Nº 06/2012-CPMP, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2012 (DJE 06/02/2012): (DJE 06/02/2012): Redefine as atribuições da 5ª e da 6ª Promotorias de Justiça Criminais de Imperatriz.

RESOLUÇÃO Nº 07/2012-CPMP, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2012 (DJE 06/02/2012): Cria dezesseis Promotorias de Justiça na comarca de São Luís, classificadas no grupo funcional das especializadas e destinadas à atribuição de substituição, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 08/2012 - CPMP, DE 15 DE MARÇO DE 2012 (DJE 20/03/2012): Dispõe sobre as normas a serem adotadas na eleição destinada a compor a lista tríplice, com vista à escolha do Procurador-Geral de Justiça para o biênio 2012/2014.

RESOLUÇÃO Nº 09/2012 - CPMP, DE 19 DE MARÇO DE 2012 (DJE 22/03/2013): Altera as disposições do Anexo I da Resolução nº 02/2011-CPMP e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 10/2012 - CPMP, DE 17 DE ABRIL DE 2012 (DJE 19/04/2012): Redefine a divisão de atribuições do Ministério Público na comarca de Caxias, compatibilizando-a com a nova divisão judiciária em vigor. (Veja também o ato nº 249/2012)

RESOLUÇÃO Nº 11/2012 - CPMP, DE 17 DE ABRIL DE 2012 (DJE 19/05/2012): Altera o artigo 1º da Resolução nº 05/2011-CPMP, que trata das substituições em caso de afastamento, ausência, impedimento e suspeição de titular de Promotoria de Justiça, e dá outras providências.

## ATOS REGULAMENTARES-GPGJ

ATO REGULAMENTAR Nº 01/2012-GPGJ, DE 18 DE JANEIRO DE 2012 (DJE 20/01/2012): Altera as redações dos incisos I e V do art. 43 do Ato Regulamentar nº 20/2008 (Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça).

ATO REGULAMENTAR Nº 02/2012-GPGJ, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012 (DJE 14/02/2012): Altera o Ato Regulamentar nº 020/2008-GPGJ e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 03/2012-GPGJ, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2012 (DJE 17/02/2012): Relaciona os dias em que não haverá expediente nos órgãos do Ministério Público do Estado do Maranhão no ano de 2012 e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 04/2012-GPGJ, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012 (DJE 17/02/2012): Regulamenta a distribuição dos equipamentos de informática no MPMA.

ATO REGULAMENTAR Nº 05/2012 - GPGJ, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2012 (DJE 07/03/2012): Cria a Seção de Atendimento e Suporte ao Usuário, vinculada à Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação, altera o Ato Regulamentar nº 020/2008, que dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 06/2012 - GPGJ, DE 13 DE MARÇO DE 2012 (DJE 23/03/2012): Altera o Ato Regulamentar nº 013/2011 e dá outras providências. Assunto: Comitê estratégico de tecnologia e informação.

ATO REGULAMENTAR Nº 07/2012 - GPGJ, DE 15 DE JUNHO DE 2012 (DJE 19/06/2012): Dispõe sobre a delegação de atribuições à Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão. (Revogado pelo Ato Regulamentar nº 10/2012-GPGJ).

ATO REGULAMENTAR Nº 08/2012 - GPGJ, DE 15 DE JUNHO DE 2012 (DJE 22/06/2012): Dispõe sobre a delegação de atribuições ao Diretor-Geral da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão. (Revogado pelo Ato Regulamentar 10/2012-GPGJ)

ATO REGULAMENTAR Nº 09/2012 - GPGJ, DE 12 DE JULHO DE 2012 (DJE 16/07/2012): Fixa o valor diário do auxílio-alimentação destinado aos servidores efetivos e ocupantes de cargo comissionado integrantes do quadro de apoio técnico-administrativo, bem como aos policiais militares e servidores colocados à disposição do Ministério Público do Estado do Maranhão, na forma da Lei nº 8.796, de 12 de maio de 2008, com a redação dada pela Lei nº 9.638/2012, de 04 de julho de 2012.

ATO REGULAMENTAR Nº 10/2012 - GPGJ, DE 23 DE JULHO DE 2012 (DJE 24/07/2012): Dispõe sobre a delegação de atribuições por parte da Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 11/2012 - GPGJ, DE 20 DE AGOSTO DE 2012 (DJE 23/08/2012): Regulamenta o registro de frequência dos servidores ocupantes do cargo de Assessor de Promotor de Justiça, na forma do art. 17, parágrafo único, do Ato Regulamentar nº 06/2009.

ATO REGULAMENTAR Nº 12/2012 - GPGJ, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012 (DJE 14/09/2012): Disciplina a eleição destinada ao preenchimento da função de Diretor

das Promotorias de Justiça da Capital.

ATO REGULAMENTAR Nº 13/2012 - GPGJ, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012 (DJE 21/09/2012): Fixa o valor do auxílio-alimentação destinado aos Membros do Ministério Público do Estado do Maranhão, na forma do art. 132-A da Lei Complementar Estadual nº 13/91, com a redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 148/2012, de 05 de setembro de 2012. (DJE 21/9/12 - Página 1).

ATO REGULAMENTAR Nº 14/2012 - GPGJ, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012 (DJE 21/09/2012): Fixa o valor do auxílio-alimentação destinado aos servidores efetivos e ocupantes de cargo comissionado integrantes do quadro de apoio técnico-administrativo, bem como aos policiais militares e servidores colocados à disposição do Ministério Público do Estado do Maranhão, em efetivo exercício, na forma do parágrafo único do art. 16 da Lei nº 8.077/2004, com a redação dada pela Lei nº 9.687/2012, de 05 de setembro de 2012. (DJE 21/9/12 -Página 1)

ATO REGULAMENTAR Nº 15/2012 - GPGJ, DE 18 DE SETEMBRO DE 2012 (DJE 25/09/2012): Dispõe sobre a lotação dos cargos do quadro de pessoal de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público Estadual.

ATO REGULAMENTAR Nº 16/2012 - GPGJ, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012 (DJE 26/09/2012): Altera o Ato Regulamentar nº 20/2008, que dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 17/2012 - GPGJ, DE 16 DE OUTUBRO DE 2012 (DJE 17/10/2012): Dispõe sobre o cumprimento do TERMO DE COMPROMISSO OPERACIONAL QUE FIRMAM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SDH), O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, POR INTERMÉDIO DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, E O CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES GERAIS (CNPJ), POR INTERMÉDIO DE SEU PRESIDENTE, OBJETIVANDO A UNIFORMIZAÇÃO NA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO QUANTO ÀS DENÚNCIAS DO DISQUE DIREITOS HUMANOS - DISQUE 100, REFERENTE ÀS VIOLAÇÕES DE DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

ATO REGULAMENTAR Nº 18/2012 - GPGJ, DE 18 DE OUTUBRO DE 2012 (DJE 01/11/2012): Dispõe sobre a regulamentação de registro e controle biométrico, por meio de impressão digital, de frequência dos servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão.

## **ATOS - GPGJ**

ATO Nº 25/2012 - GPGJ, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2012 (DJE 06/02/2012): Procede às adaptações na ordenação das Promotorias de Justiça da comarca de Timon, de entrância intermediária, havidas em decorrência da criação da 9ª Promotoria de Justiça e consequente redistribuição das atribuições ministeriais ditadas pela Resolução nº 001/2012-CPMP.

ATO Nº 26/2012 - GPGJ, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2012 (DJE 06/02/2012): Procede às adaptações na ordenação das Promotorias de Justiça de Araiases, Maracaçumé e Rosário, de entrância intermediária, havidas em decorrência da criação de uma 2ª

Promotoria de Justiça em cada uma dessas comarcas e consequente redistribuição das atribuições ministeriais ditadas pela Resolução nº 002/2012-CPMP.

ATO Nº 27/2012 - GPGJ, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2012 (DJE 06/02/2012): Procede às adaptações na ordenação das Promotorias de Justiça da comarca de Açailândia, de entrância intermediária, havidas em decorrência da criação da 6ª Promotoria de Justiça e consequente redistribuição das atribuições ministeriais ditadas pela Resolução nº 003/2012-CPMP.

ATO Nº 28/2012 - GPGJ, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2012 (DJE 06/02/2012): Procede às adaptações na ordenação das Promotorias de Justiça da comarca de São José de Ribamar, de entrância intermediária, havidas em decorrência da criação das 5ª e 6ª Promotorias de Justiça e consequente redistribuição das atribuições ministeriais ditadas pela Resolução nº 004/2012-CPMP.

ATO Nº 29/2012 - GPGJ, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2012 (DJE 06/02/2012): Procede às adaptações na ordenação das Promotorias de Justiça da comarca de Balsas, de entrância intermediária, havidas em decorrência da criação da 6ª Promotoria de Justiça e consequente redistribuição das atribuições ministeriais ditadas pela Resolução nº 005/2012-CPMP.

ATO Nº 195/2012 - GPGJ, DE 19 DE MARÇO DE 2012 (DJE 22/03/2012): Procede às adaptações na ordenação das Promotorias de Justiça da comarca de São Luís, de entrância final, havidas em decorrência da redistribuição das atribuições ministeriais ditadas pela Resolução nº 09/ 2012-CPMP.

ATO Nº 249/2012 - GPGJ, DE 17 DE ABRIL DE 2012 (DJE 04/05/2012): Procede às adaptações na ordenação das Promotorias de Justiça da comarca de Caxias, de entrância intermediária, havidas em decorrência da redistribuição das atribuições ministeriais ditadas pela Resolução nº 10/2012-CPMP.

ATO Nº 261/2012 - GPGJ, DE 24 DE ABRIL DE 2012 (DJE 26/04/2012): Regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, a concessão do auxílio-alimentação aos seus membros em atividade, verba de natureza indenizatória destinada ao custeio de despesas com alimentação.

ATO Nº 534/2012 - GPGJ, DE 28 DE AGOSTO DE 2012 (DJE 31/08/2012): Divulgar a Tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do Quadro Geral de Pessoal Civil, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não estáveis e de cargos vagos.

### **ORDENS DE SERVIÇO - GPGJ**

ORDEM DE SERVIÇO Nº 001/2012-GPGJ, DE 01 DE AGOSTO DE 2012 (DJE DE 16/08/2012): A doação de bens móveis no âmbito da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ) é permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social, bem como para outros órgãos da Administração Pública e entidades declaradas por lei Estadual e/ou Municipal de utilidade pública, após avaliação de sua oportunidade e conveniência sócio-econômica relativamente à escolha de outra forma de alienação, não devendo acarretar quaisquer ônus para a PGJ.

## 7 ANEXOS

ANEXO A - Quadro comparativo das ações penais em 2012 elaborado pela Corregedoria Geral

INQUÉRITOS POLICIAIS E NOTÍCIAS CRIMINAIS							
DOS CRIMES	2009	2010	VARIA- ÇÃO 2009 A 2010 (%)	2011	2012	VARIA- ÇÃO 2011 A 2012 (%)	TOTAL
<b>ABORTO</b>							
Recebidos e instaurados	15	44	193,3%	8	7	-12,5%	74
Despachados	15	41	173,3%	7	5	-28,6%	68
Saldo com prazo vencido	0	0	0,0%	1	1	0,0%	2
Saldo sem prazo vencido	7	2	-71,4%	1	2	100,0%	12
Transações Penais	1	1	0,0%	0	0	0,0%	2
Arquivados	3	14	366,7%	1	0	-100,0%	18
Denúncias oferecidas	3	14	366,7%	4	2	-50,0%	23
Baixados para diligência	12	5	-58,3%	5	6	20,0%	28
<b>HOMICÍDIO DOLOSO</b>							
Recebidos e instaurados	1396	1658	18,8%	1951	2253	15,5%	7258
Despachados	1282	1574	22,8%	1897	1944	2,5%	6697
Saldo com prazo vencido	24	33	37,5%	4	3	-25,0%	64
Saldo sem prazo vencido	178	387	117,4%	449	306	-31,8%	1320
Transações Penais	3	12	300,0%	12	20	66,7%	47
Arquivados	51	73	43,1%	218	340	56,0%	682
Denúncias oferecidas	762	970	27,3%	935	830	-11,2%	3497
Baixados para diligência	579	615	6,2%	815	762	-6,5%	2771
<b>HOMICÍDIO CULPOSO</b>							
Recebidos e instaurados	301	210	-30,2%	137	235	71,5%	883
Despachados	278	214	-23,0%	130	221	70,0%	843
Saldo com prazo vencido	1	4	300,0%	7	3	-57,1%	15
Saldo sem prazo vencido	91	57	-37,4%	22	11	-50,0%	181
Transações Penais	0	12	0,0%	22	3	-86,4%	37
Arquivados	19	31	63,2%	17	43	152,9%	110
Denúncias oferecidas	137	96	-29,9%	57	101	77,2%	391
Baixados para diligência	124	77	-37,9%	50	91	82,0%	342
<b>ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>							
Recebidos e instaurados	63	53	-15,9%	77	58	-24,7%	251
Despachados	52	47	-9,6%	71	49	-31,0%	219
Saldo com prazo vencido	2	1	-50,0%	1	9	800,0%	13
Saldo sem prazo vencido	20	12	-40,0%	7	0	-100,0%	39
Transações Penais	1	1	0,0%	2	1	-50,0%	5
Arquivados	3	7	133,3%	7	13	85,7%	30
Denúncias oferecidas	47	27	-42,6%	40	34	-15,0%	148



## INQUÉRITOS POLICIAIS E NOTÍCIAS CRIMINAIS

DOS CRIMES	2009	2010	VARIA- ÇÃO 2009 A 2010 (%)	2011	2012	VARIA- ÇÃO 2011 A 2012 (%)	TOTAL
Baixados para diligências	16	13	-18,8%	18	20	11,1%	67
<b>ORDEM TRIBUTÁRIA</b>							
Recebidos e instaurados	222	128	-42,3%	142	82	-42,3%	574
Despachados	98	169	72,4%	135	62	-54,1%	464
Saldo com prazo vencido	7	1	-85,7%	3	3	0,0%	14
Saldo sem prazo vencido	10	19	90,0%	59	20	-66,1%	108
Transações Penais	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Arquivados	12	34	183,3%	27	26	-3,7%	99
Denúncias oferecidas	17	9	-47,1%	16	18	12,5%	60
Baixados para diligências	13	41	215,4%	34	28	-17,6%	116
<b>ORDEM ECONÔMICA</b>							
Recebidos e instaurados	4	2	-50,0%	11	5	-54,5%	22
Despachados	3	9	200,0%	10	3	-70,0%	25
Saldo com prazo vencido	1	1	0,0%	0	0	0,0%	2
Saldo sem prazo vencido	2	8	300,0%	3	2	-33,3%	15
Transações Penais	0	1	0,0%	0	1	0,0%	2
Arquivados	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Denúncias oferecidas	3	1	-66,7%	1	1	0,0%	6
Baixados para diligências	4	1	-75,0%	1	0	-100,0%	6
<b>TORTURA</b>							
Recebidos e instaurados	31	43	38,7%	22	15	-31,8%	111
Despachados	26	44	69,2%	18	11	-38,9%	99
Saldo com prazo vencido	1	3	200,0%	0	0	0,0%	4
Saldo sem prazo vencido	8	5	-37,5%	9	4	-55,6%	26
Transações Penais	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Arquivados	1	7	600,0%	3	4	33,3%	15
Denúncias oferecidas	9	12	33,3%	8	2	-75,0%	31
Baixados para diligências	11	21	90,9%	6	7	16,7%	45
<b>MEIO AMBIENTE</b>							
Recebidos e instaurados	287	588	104,9%	723	618	-14,5%	2216
Despachados	265	553	108,7%	661	550	-16,8%	2029
Saldo com prazo vencido	1	2	100,0%	3	1	-66,7%	7
Saldo sem prazo vencido	99	167	68,7%	136	67	-50,7%	469
Transações Penais	52	56	7,7%	17	26	52,9%	151
Arquivados	5	54	980,0%	89	90	1,1%	238
Denúncias oferecidas	62	112	80,6%	124	158	27,4%	456
Baixados para diligências	25	119	376,0%	231	241	4,3%	616
<b>CRIANÇA E ADOLESCENTE</b>							
Recebidos e instaurados	96	205	113,5%	219	251	14,6%	771
Despachados	88	179	103,4%	221	233	5,4%	721
Saldo com prazo vencido	2	1	-50,0%	0	0	0,0%	3

## INQUÉRITOS POLICIAIS E NOTÍCIAS CRIMINAIS

DOS CRIMES	2009	2010	VARIA- ÇÃO 2009 A 2010 (%)	2011	2012	VARIA- ÇÃO 2011 A 2012 (%)	TOTAL
Saldo sem prazo vencido	31	21	-32,3%	23	18	-21,7%	93
Transações Penais	0	5	0,0%	4	0	-100,0%	9
Arquivados	4	7	75,0%	15	22	46,7%	48
Denúncias oferecidas	21	102	385,7%	71	118	66,2%	312
Baixados para diligências	13	45	246,2%	39	58	48,7%	155
<b>CONSUMIDOR</b>							
Recebidos e instaurados	12	44	266,7%	60	73	21,7%	189
Despachados	12	57	375,0%	40	62	55,0%	171
Saldo com prazo vencido	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Saldo sem prazo vencido	6	47	683,3%	56	11	-80,4%	120
Transações Penais	0	1	0,0%	2	1	-50,0%	4
Arquivados	8	15	87,5%	6	11	83,3%	40
Denúncias oferecidas	3	22	633,3%	20	24	20,0%	69
Baixados para diligências	10	12	20,0%	13	32	146,2%	67
<b>MILITARES</b>							
Recebidos e instaurados	125	185	48,0%	77	133	72,7%	520
Despachados	99	183	84,8%	72	133	84,7%	487
Saldo com prazo vencido	46	21	-54,3%	2	0	-100,0%	69
Saldo sem prazo vencido	40	85	112,5%	0	0	0,0%	125
Transações Penais	11	5	-54,5%	0	0	0,0%	16
Arquivados	11	76	590,9%	12	24	100,0%	123
Denúncias oferecidas	29	38	31,0%	12	22	83,3%	101
Baixados para diligências	46	62	34,8%	53	78	47,2%	239
<b>ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR</b>							
Recebidos e instaurados	102	129	26,5%	44	74	68,2%	349
Despachados	93	123	32,3%	43	67	55,8%	326
Saldo com prazo vencido	2	1	-50,0%	0	0	0,0%	3
Saldo sem prazo vencido	42	64	52,4%	12	7	-41,7%	125
Transações Penais	0	3	0,0%	2	2	0,0%	7
Arquivados	10	8	-20,0%	5	9	80,0%	32
Denúncias oferecidas	80	87	8,8%	46	35	-23,9%	248
Baixados para diligências	18	32	77,8%	26	28	7,7%	104
<b>ESTUPRO</b>							
Recebidos e instaurados	359	561	56,3%	693	755	8,9%	2368
Despachados	325	537	65,2%	656	685	4,4%	2203
Saldo com prazo vencido	6	2	-66,7%	3	2	-33,3%	13
Saldo sem prazo vencido	71	146	105,6%	121	68	-43,8%	406
Transações Penais	1	3	200,0%	8	9	12,5%	21
Arquivados	18	30	66,7%	56	55	-1,8%	159
Denúncias oferecidas	245	381	55,5%	373	392	5,1%	1391
Baixados para diligências	94	141	50,0%	210	255	21,4%	700

## INQUÉRITOS POLICIAIS E NOTÍCIAS CRIMINAIS

DOS CRIMES	2009	2010	VARIA- ÇÃO 2009 A 2010 (%)	2011	2012	VARIA- ÇÃO 2011 A 2012 (%)	TOTAL
<b>ESTELIONATO</b>							
Recebidos e instaurados	434	575	32,5%	556	576	3,6%	2141
Despachados	400	523	30,8%	545	518	-5,0%	1986
Saldo com prazo vencido	9	6	-33,3%	9	10	11,1%	34
Saldo sem prazo vencido	67	146	117,9%	136	48	-64,7%	397
Transações Penais	3	6	100,0%	10	11	10,0%	30
Arquivados	27	78	188,9%	50	60	20,0%	215
Denúncias oferecidas	171	269	57,3%	230	233	1,3%	903
Baixados para diligências	197	243	23,4%	215	238	10,7%	893
<b>FURTO</b>							
Recebidos e instaurados	1631	2032	24,6%	1884	2075	10,1%	7622
Despachados	1437	1873	30,3%	1749	1919	9,7%	6978
Saldo com prazo vencido	32	7	-78,1%	5	10	100,0%	54
Saldo sem prazo vencido	239	401	67,8%	394	146	-62,9%	1180
Transações Penais	13	45	246,2%	41	45	9,8%	144
Arquivados	85	153	80,0%	177	182	2,8%	597
Denúncias oferecidas	1134	1447	27,6%	1156	1208	4,5%	4945
Baixados para diligências	372	416	11,8%	466	477	2,4%	1731
<b>ESTORSÃO</b>							
Recebidos e instaurados	27	50	85,2%	26	49	88,5%	152
Despachados	28	38	35,7%	23	49	113,0%	138
Saldo com prazo vencido	2	1	-50,0%	1	0	-100,0%	4
Saldo sem prazo vencido	3	6	100,0%	2	0	-100,0%	11
Transações Penais	0	3	0,0%	2	1	-50,0%	6
Arquivados	2	4	100,0%	2	2	0,0%	10
Denúncias oferecidas	24	28	16,7%	27	31	14,8%	110
Baixados para diligências	5	21	320,0%	14	16	14,3%	56
<b>RECEPTAÇÃO</b>							
Recebidos e instaurados	253	338	33,6%	291	346	18,9%	1228
Despachados	229	305	33,2%	263	325	23,6%	1122
Saldo com prazo vencido	4	3	-25,0%	0	2	0,0%	9
Saldo sem prazo vencido	34	82	141,2%	73	19	-74,0%	208
Transações Penais	4	11	175,0%	9	17	88,9%	41
Arquivados	9	18	100,0%	28	26	-7,1%	81
Denúncias oferecidas	155	227	46,5%	160	170	6,3%	712
Baixados para diligências	52	89	71,2%	70	105	50,0%	316
<b>ROUBO</b>							
Recebidos e instaurados	1493	1735	16,2%	1773	2070	16,8%	7071
Despachados	1348	1612	19,6%	1736	1925	10,9%	6621
Saldo com prazo vencido	28	2	-92,9%	7	5	-28,6%	42
Saldo sem prazo vencido	197	343	74,1%	466	140	-70,0%	1146

## INQUÉRITOS POLICIAIS E NOTÍCIAS CRIMINAIS

DOS CRIMES	2009	2010	VARIA- ÇÃO 2009 A 2010 (%)	2011	2012	VARIA- ÇÃO 2011 A 2012 (%)	TOTAL
Transações Penais	6	9	50,0%	31	37	19,4%	83
Arquivados	45	73	62,2%	84	82	-2,4%	284
Denúncias oferecidas	1203	1449	20,4%	1236	1340	8,4%	5228
Baixados para diligências	399	312	-21,8%	386	460	19,2%	1557
<b>LESÃO CORPORAL</b>							
Recebidos e instaurados	1056	1266	19,9%	1147	1235	7,7%	4704
Despachados	993	1195	20,3%	1070	1163	8,7%	4421
Saldo com prazo vencido	12	25	108,3%	5	6	20,0%	48
Saldo sem prazo vencido	178	301	69,1%	265	66	-75,1%	810
Transações Penais	44	78	77,3%	69	77	11,6%	268
Arquivados	51	86	68,6%	72	75	4,2%	284
Denúncias oferecidas	575	660	14,8%	568	570	0,4%	2373
Baixados para diligências	286	347	21,3%	323	385	19,2%	1341
<b>RESPONSABILIDADE</b>							
Recebidos e instaurados	36	24	-33,3%	31	34	9,7%	125
Despachados	21	23	9,5%	23	24	4,3%	91
Saldo com prazo vencido	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Saldo sem prazo vencido	7	5	-28,6%	8	10	25,0%	30
Transações Penais	0	1	0,0%	2	2	0,0%	5
Arquivados	4	11	175,0%	7	7	0,0%	29
Denúncias oferecidas	46	17	-63,0%	39	43	10,3%	145
Baixados para diligências	9	13	44,4%	7	15	114,3%	44
<b>CÓDIGO DE TRÂNSITO</b>							
Recebidos e instaurados	939	1052	12,0%	896	1076	20,1%	3963
Despachados	830	962	15,9%	849	996	17,3%	3637
Saldo com prazo vencido	31	14	-54,8%	3	0	-100,0%	48
Saldo sem prazo vencido	179	274	53,1%	189	80	-57,7%	722
Transações Penais	69	43	-37,7%	49	82	67,3%	243
Arquivados	148	195	31,8%	105	150	42,9%	598
Denúncias oferecidas	370	515	39,2%	390	415	6,4%	1690
Baixados para diligências	291	239	-17,9%	267	320	19,9%	1117
<b>ENTORPECENTES</b>							
Recebidos e instaurados	1145	1723	50,5%	1700	1985	16,8%	6553
Despachados	1121	1643	46,6%	1631	1793	9,9%	6188
Saldo com prazo vencido	15	15	0,0%	4	1	-75,0%	35
Saldo sem prazo vencido	143	307	114,7%	289	190	-34,3%	929
Transações Penais	15	25	66,7%	29	30	3,4%	99
Arquivados	51	31	-39,2%	54	62	14,8%	198
Denúncias oferecidas	683	1179	72,6%	1145	1146	0,1%	4153
Baixados para diligências	176	193	9,7%	199	220	10,6%	788
<b>ELEITORAL</b>							

## INQUÉRITOS POLICIAIS E NOTÍCIAS CRIMINAIS

DOS CRIMES	2009	2010	VARIA- ÇÃO 2009 A 2010 (%)	2011	2012	VARIA- ÇÃO 2011 A 2012 (%)	TOTAL
Recebidos e instaurados	303	196	-35,3%	223	168	-24,7%	890
Despachados	274	226	-17,5%	216	153	-29,2%	869
Saldo com prazo vencido	5	1	-80,0%	0	0	0,0%	6
Saldo sem prazo vencido	47	64	36,2%	68	15	-77,9%	194
Transações Penais	16	17	6,3%	5	8	60,0%	46
Arquivados	16	23	43,8%	7	5	-28,6%	51
Denúncias oferecidas	61	119	95,1%	62	63	1,6%	305
Baixados para diligências	19	47	147,4%	41	43	4,9%	150
<b>IMPrensa</b>							
Recebidos e instaurados	4	6	50,0%	8	1	-87,5%	19
Despachados	4	6	50,0%	8	1	-87,5%	19
Saldo com prazo vencido	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Saldo sem prazo vencido	0	1	0,0%	1	0	-100,0%	2
Transações Penais	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Arquivados	1	1	0,0%	3	0	-100,0%	5
Denúncias oferecidas	0	0	0,0%	4	2	-50,0%	6
Baixados para diligências	0	0	0,0%	1	0	-100,0%	1
<b>LICITAÇÕES</b>							
Recebidos e instaurados	11	26	136,4%	18	20	11,1%	75
Despachados	11	22	100,0%	17	15	-11,8%	65
Saldo com prazo vencido	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Saldo sem prazo vencido	3	15	400,0%	1	5	400,0%	24
Transações Penais	0	0	0,0%	0	2	0,0%	2
Arquivados	3	6	100,0%	1	1	0,0%	11
Denúncias oferecidas	12	18	50,0%	16	13	-18,8%	59
Baixados para diligências	1	1	0,0%	1	2	100,0%	5
<b>LEI MARIA DA PENHA</b>							
Recebidos e instaurados	1066	1553	45,7%	1493	2142	43,5%	6254
Despachados	875	1488	70,1%	1425	2008	40,9%	5796
Saldo com prazo vencido	9	3	-66,7%	4	8	100,0%	24
Saldo sem prazo vencido	165	255	54,5%	223	126	-43,5%	769
Transações Penais	6	9	50,0%	33	48	45,5%	96
Arquivados	97	213	119,6%	135	180	33,3%	625
Denúncias oferecidas	785	1045	33,1%	843	1096	30,0%	3769
Baixados para diligências	218	352	61,5%	437	738	68,9%	1745
<b>PORTE DE ARMA</b>							
Recebidos e instaurados	1188	1301	9,5%	1077	1221	13,4%	4787
Despachados	1048	1192	13,7%	1019	1159	13,7%	4418
Saldo com prazo vencido	19	3	-84,2%	2	1	-50,0%	25
Saldo sem prazo vencido	124	215	73,4%	246	145	-41,1%	730
Transações Penais	6	11	83,3%	27	29	7,4%	73

## INQUÉRITOS POLICIAIS E NOTÍCIAS CRIMINAIS

DOS CRIMES	2009	2010	VARIA- ÇÃO 2009 A 2010 (%)	2011	2012	VARIA- ÇÃO 2011 A 2012 (%)	TOTAL
Arquivados	44	62	40,9%	49	52	6,1%	207
Denúncias oferecidas	841	985	17,1%	731	815	11,5%	3372
Baixados para diligências	260	304	16,9%	274	278	1,5%	1116
<b>DIVERSOS</b>							
Recebidos e instaurados	3048	3868	26,9%	3515	3735	6,3%	14166
Despachados	2676	3588	34,1%	3255	3332	2,4%	12851
Saldo com prazo vencido	180	340	88,9%	822	11	-98,7%	1353
Saldo sem prazo vencido	593	913	54,0%	826	545	-34,0%	2877
Transações Penais	75	132	76,0%	160	163	1,9%	530
Arquivados	246	384	56,1%	422	338	-19,9%	1390
Denúncias oferecidas	882	950	7,7%	921	965	4,8%	3718
Baixados para diligências	961	1257	30,8%	1298	1370	5,5%	4886
<b>AUDIÊNCIAS REALIZADAS</b>							
Judiciais	14323	14840	3,6%	17900	19942	11,4%	67005
Extrajudiciais	711	982	38,1%	730	950	30,1%	3373
<b>EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE</b>							
Prescrição	765	678	-11,4%	340	357	5,0%	2140
Decadência	107	83	-22,4%	104	110	5,8%	404
Outras causas	491	416	-15,3%	353	387	9,6%	1647
<b>PROCEDIMENTOS INVESTIGATIVOS ADM. CRIMINAL</b>							
Instaurados	413	366	-11,4%	152	132	-13,2%	1063
Concluídos	804	303	-62,3%	241	95	-60,6%	1443
Andamento	6904	3103	-55,1%	2031	1350	-33,5%	13388
<b>ATENDIMENTO AO PÚBLICO CRIMINAL</b>	4871	6522	33,9%	5631	4988	-11,4%	22012
<b>PROCESSOS CRIMINAIS DE 1º GRAU</b>							
<b>DOS CRIMES</b>							
<b>ABORTO</b>							
Recebidos	95	23	-75,8%	10	70	600,0%	198
Despachados	107	24	-77,6%	7	70	900,0%	208
Saldo com prazo vencido	2	5	150,0%	0	0	0,0%	7
Saldo sem prazo vencido	21	3	-85,7%	3	4	33,3%	31
Suspensão do processo	0	2	0,0%	0	0	0,0%	2
Alegações finais	30	7	-76,7%	11	28	154,5%	76
Aditamentos	1	1	0,0%	0	0	0,0%	2
Recursos	0	0	0,0%	1	1	0,0%	2
Contra razões	10	3	-70,0%	3	6	100,0%	22
Absoluções de acordo	0	0	0,0%	0	3	0,0%	3
Absoluções contrárias ao pedido	0	1	0,0%	0	3	0,0%	4
Condenações parciais ao pedido	1	1	0,0%	1	1	0,0%	4

## INQUÉRITOS POLICIAIS E NOTÍCIAS CRIMINAIS

DOS CRIMES	2009	2010	VARIA- ÇÃO 2009 A 2010 (%)	2011	2012	VARIA- ÇÃO 2011 A 2012 (%)	TOTAL
Condenações conforme pedido	1	1	0,0%	3	7	133,3%	12
Extinção de punibilidade por prescrição	2	2	0,0%	7	13	85,7%	24
Extinção de punibilidade decadência	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Extinção de punibilidade por outras causas	5	5	0,0%	0	2	0,0%	12
<b>HOMICÍDIO DOLOSO</b>							
Recebidos	2358	2413	2,3%	2403	2515	4,7%	9689
Despachados	2357	2312	-1,9%	2336	2350	0,6%	9355
Saldo com prazo vencido	40	7	-82,5%	10	18	80,0%	75
Saldo sem prazo vencido	283	423	49,5%	518	199	-61,6%	1423
Suspensão do processo	6	14	133,3%	29	16	-44,8%	65
Alegações finais	564	685	21,5%	622	595	-4,3%	2466
Aditamentos	28	49	75,0%	33	51	54,5%	161
Recursos	41	42	2,4%	30	59	96,7%	172
Contra razões	102	185	81,4%	204	197	-3,4%	688
Absoluções de acordo	9	24	166,7%	34	36	5,9%	103
Absoluções contrárias ao pedido	30	14	-53,3%	16	13	-18,8%	73
Condenações parciais ao pedido	8	22	175,0%	43	11	-74,4%	84
Condenações conforme pedido	78	128	64,1%	108	68	-37,0%	382
Extinção de punibilidade por prescrição	158	69	-56,3%	66	49	-25,8%	342
Extinção de punibilidade decadência	3	5	66,7%	1	1	0,0%	10
Extinção de punibilidade por outras causas	84	58	-31,0%	85	79	-7,1%	306
<b>HOMICÍDIO CULPOSO</b>							
Recebidos	340	209	-38,5%	151	280	85,4%	980
Despachados	333	202	-39,3%	137	225	64,2%	897
Saldo com prazo vencido	8	6	-25,0%	4	10	150,0%	28
Saldo sem prazo vencido	103	79	-23,3%	37	45	21,6%	264
Suspensão do processo	2	9	350,0%	3	3	0,0%	17
Alegações finais	64	73	14,1%	27	55	103,7%	219
Aditamentos	5	20	300,0%	7	17	142,9%	49
Recursos	6	5	-16,7%	2	0	-100,0%	13
Contra razões	8	13	62,5%	6	9	50,0%	36
Absoluções de acordo	8	5	-37,5%	22	12	-45,5%	47

## INQUÉRITOS POLICIAIS E NOTÍCIAS CRIMINAIS

DOS CRIMES	2009	2010	VARIA- ÇÃO 2009 A 2010 (%)	2011	2012	VARIA- ÇÃO 2011 A 2012 (%)	TOTAL
Absoluções contrárias ao pedido	1	1	0,0%	1	1	0,0%	4
Condenações parciais ao pedido	1	2	100,0%	0	0	0,0%	3
Condenações conforme pedido	5	14	180,0%	2	3	50,0%	24
Extinção de punibilidade por prescrição	23	3	-87,0%	6	4	-33,3%	36
Extinção de punibilidade decadência	0	0	0,0%	1	0	-100,0%	1
Extinção de punibilidade por outras causas	11	11	0,0%	47	41	-12,8%	110
<b>ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>							
Recebidos	50	92	84,0%	104	76	-26,9%	322
Despachados	46	86	87,0%	83	73	-12,0%	288
Saldo com prazo vencido	0	0	0,0%	6	0	-100,0%	6
Saldo sem prazo vencido	4	11	175,0%	21	3	-85,7%	39
Suspensão do processo	2	4	100,0%	1	1	0,0%	8
Alegações finais	12	19	58,3%	18	22	22,2%	71
Aditamentos	2	1	-50,0%	0	0	0,0%	3
Recursos	2	4	100,0%	3	2	-33,3%	11
Contra razões	0	1	0,0%	3	4	33,3%	8
Absoluções de acordo	0	3	0,0%	3	3	0,0%	9
Absoluções contrárias ao pedido	3	6	100,0%	1	1	0,0%	11
Condenações parciais ao pedido	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Condenações conforme pedido	0	3	0,0%	3	5	66,7%	11
Extinção de punibilidade por prescrição	13	9	-30,8%	15	12	-20,0%	49
Extinção de punibilidade decadência	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Extinção de punibilidade por outras causas	3	11	266,7%	10	12	20,0%	36
<b>ORDEM TRIBUTÁRIA</b>							
Recebidos	173	127	-26,6%	112	120	7,1%	532
Despachados	133	134	0,8%	99	98	-1,0%	464
Saldo com prazo vencido	30	3	-90,0%	1	3	200,0%	37
Saldo sem prazo vencido	9	6	-33,3%	14	19	35,7%	48
Suspensão do processo	3	10	233,3%	1	1	0,0%	15
Aditamentos	1	1	0,0%	0	0	0,0%	2
Alegações finais	1	3	200,0%	9	12	33,3%	25



## INQUÉRITOS POLICIAIS E NOTÍCIAS CRIMINAIS

DOS CRIMES	2009	2010	VARIA- ÇÃO 2009 A 2010 (%)	2011	2012	VARIA- ÇÃO 2011 A 2012 (%)	TOTAL
Recursos	0	7	0,0%	0	1	0,0%	8
Contra razões	2	6	200,0%	10	13	30,0%	31
Absoluções de acordo	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Absoluções contrárias ao pedido	0	1	0,0%	0	0	0,0%	1
Condenações parciais ao pedido	1	1	0,0%	1	0	-100,0%	3
Condenações conforme pedido	1	1	0,0%	4	3	-25,0%	9
Ext. de punibilidade por prescrição	3	3	0,0%	0	3	0,0%	9
Ext. de punibilidade por decadência	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Ext. de punibilidade por outras causas	1	1	0,0%	1	3	200,0%	6
<b>TORTURA</b>							
Recebidos	37	29	-21,6%	30	31	3,3%	127
Despachados	27	25	-7,4%	27	27	0,0%	106
Saldo com prazo vencido	2	1	-50,0%	0	0	0,0%	3
Saldo sem prazo vencido	10	6	-40,0%	7	8	14,3%	31
Suspensão do processo	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Alegações finais	8	9	12,5%	15	19	26,7%	51
Aditamentos	1	1	0,0%	0	0	0,0%	2
Recursos	1	1	0,0%	0	1	0,0%	3
Contra razões	1	2	100,0%	5	6	20,0%	14
Absoluções de acordo	6	2	-66,7%	0	0	0,0%	8
Absoluções contrárias ao pedido	0	0	0,0%	1	0	-100,0%	1
Condenações parciais ao pedido	0	1	0,0%	0	0	0,0%	1
Condenações conforme pedido	0	2	0,0%	1	1	0,0%	4
Extinção de punibilidade por prescrição	0	0	0,0%	1	2	100,0%	3
Extinção de punibilidade por decadência	0	1	0,0%	0	0	0,0%	1
Extinção de punibilidade por outras causas	0	0	0,0%	1	1	0,0%	2
<b>MEIO AMBIENTE</b>							
Recebidos	174	157	-9,8%	148	185	25,0%	664
Despachados	147	161	9,5%	137	176	28,5%	621
Saldo com prazo vencido	12	2	-83,3%	1	0	-100,0%	15
Saldo sem prazo vencido	40	26	-35,0%	26	23	-11,5%	115

## INQUÉRITOS POLICIAIS E NOTÍCIAS CRIMINAIS

DOS CRIMES	2009	2010	VARIA- ÇÃO 2009 A 2010 (%)	2011	2012	VARIA- ÇÃO 2011 A 2012 (%)	TOTAL
Suspensão do processo	15	1	-93,3%	3	3	0,0%	22
Alegações finais	10	10	0,0%	30	32	6,7%	82
Aditamentos	4	2	-50,0%	4	2	-50,0%	12
Recursos	1	1	0,0%	1	1	0,0%	4
Contra razões	1	2	100,0%	3	5	66,7%	11
Absoluções de acordo	2	2	0,0%	3	2	-33,3%	9
Absoluções contrárias ao pedido	1	1	0,0%	2	0	-100,0%	4
Condenações parciais ao pedido	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Condenações conforme pedido	1	2	100,0%	0	1	0,0%	4
Extinção de punibilidade por prescrição	1	2	100,0%	3	2	-33,3%	8
Extinção de punibilidade por decadência	1	1	0,0%	1	0	-100,0%	3
Extinção de punibilidade por outras causas	0	13	0,0%	5	5	0,0%	23
<b>CRIANÇA E ADOLESCENTE</b>							
Recebidos	245	243	-0,8%	164	222	35,4%	874
Despachados	236	198	-16,1%	147	204	38,8%	785
Saldo com prazo vencido	1	1	0,0%	0	5	0,0%	7
Saldo sem prazo vencido	13	20	53,8%	17	23	35,3%	73
Suspensão do processo	13	10	-23,1%	3	2	-33,3%	28
Alegações finais	33	68	106,1%	43	48	11,6%	192
Aditamentos	20	1	-95,0%	2	1	-50,0%	24
Recursos	0	4	0,0%	2	3	50,0%	9
Contra razões	3	5	66,7%	3	9	200,0%	20
Absolução de acordo	0	0	0,0%	1	2	100,0%	3
Absoluções contrárias ao pedido	1	1	0,0%	1	1	0,0%	4
Condenações parciais ao pedido	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Condenações conforme pedido	3	2	-33,3%	5	9	80,0%	19
Extinção de punibilidade por prescrição	10	4	-60,0%	0	0	0,0%	14
Extinção de punibilidade por decadência	1	1	0,0%	1	1	0,0%	4
Extinção de punibilidade por outras causas	81	13	-84,0%	12	15	25,0%	121
<b>CONSUMIDOR</b>							
Recebidos	14	15	7,1%	55	62	12,7%	146

## INQUÉRITOS POLICIAIS E NOTÍCIAS CRIMINAIS

DOS CRIMES	2009	2010	VARIA- ÇÃO 2009 A 2010 (%)	2011	2012	VARIA- ÇÃO 2011 A 2012 (%)	TOTAL
Despachados	13	10	-23,1%	43	55	27,9%	121
Saldo com prazo vencido	0	4	0,0%	0	0	0,0%	4
Saldo sem prazo vencido	13	14	7,7%	14	10	-28,6%	51
Suspensão do processo	0	0	0,0%	1	1	0,0%	2
Alegações finais	0	2	0,0%	3	8	166,7%	13
Aditamentos	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Recursos	0	2	0,0%	3	2	-33,3%	7
Contra razões	0	0	0,0%	0	9	0,0%	9
Absolvição de acordo	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Absolvição contrária ao pedido	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Condenações parciais ao pedido	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Condenações conforme pedido	0	0	0,0%	0	1	0,0%	1
Extinção de punibilidade por prescrição	0	0	0,0%	0	1	0,0%	1
Extinção de punibilidade por decadência	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Extinção de punibilidade por outras causas	0	0	0,0%	0	6	0,0%	6
<b>MILITARES</b>							
Recebidos	147	133	-9,5%	132	137	3,8%	549
Despachados	110	133	20,9%	121	127	5,0%	491
Saldo com prazo vencido	15	13	-13,3%	10	0	-100,0%	38
Saldo sem prazo vencido	54	118	118,5%	12	19	58,3%	203
Suspensão do processo	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Alegações finais	6	1	-83,3%	6	15	150,0%	28
Aditamentos	1	1	0,0%	1	0	-100,0%	3
Recursos	0	3	0,0%	6	4	-33,3%	13
Contra razões	3	2	-33,3%	1	2	100,0%	8
Absolvição de acordo	1	1	0,0%	0	3	0,0%	5
Absolvição contrária ao pedido	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Condenações parciais ao pedido	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Condenações conforme pedido	0	0	0,0%	0	11	0,0%	11
Extinção de punibilidade por prescrição	0	0	0,0%	15	12	-20,0%	27
Extinção de punibilidade por decadência	2	1	-50,0%	0	0	0,0%	3

## INQUÉRITOS POLICIAIS E NOTÍCIAS CRIMINAIS

DOS CRIMES	2009	2010	VARIA- ÇÃO 2009 A 2010 (%)	2011	2012	VARIA- ÇÃO 2011 A 2012 (%)	TOTAL
Extinção de punibilidade por outras causas	1	1	0,0%	23	26	13,0%	51
<b>ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR</b>							
Recebidos	209	130	-37,8%	125	117	-6,4%	581
Despachados	208	128	-38,5%	114	110	-3,5%	560
Saldo com prazo vencido	5	1	-80,0%	2	2	0,0%	10
Saldo sem prazo vencido	36	23	-36,1%	33	19	-42,4%	111
Suspensão do processo	2	1	-50,0%	4	2	-50,0%	9
Alegações finais	53	56	5,7%	43	55	27,9%	207
Aditamentos	1	1	0,0%	1	1	0,0%	4
Recursos	3	6	100,0%	4	4	0,0%	17
Contra razões	4	8	100,0%	13	15	15,4%	40
Absoluções de acordo	2	1	-50,0%	1	1	0,0%	5
Absoluções contrárias ao pedido	2	1	-50,0%	0	0	0,0%	3
Condenações parciais ao pedido	0	3	0,0%	0	0	0,0%	3
Condenações conforme pedido	4	7	75,0%	2	2	0,0%	15
Extinção de punibilidade por Prescrição	1	2	100,0%	2	3	50,0%	8
Extinção de punibilidade por Decadência	1	1	0,0%	0	0	0,0%	2
Extinção de punibilidade por Outras causas	1	2	100,0%	2	2	0,0%	7
<b>ESTUPRO</b>							
Recebidos	587	634	8,0%	770	786	2,1%	2777
Despachados	531	625	17,7%	717	690	-3,8%	2563
Saldo com prazo vencido	23	3	-87,0%	9	12	33,3%	47
Saldo sem prazo vencido	73	91	24,7%	105	85	-19,0%	354
Suspensão do processo	8	5	-37,5%	2	3	50,0%	18
Alegações finais	155	237	52,9%	252	232	-7,9%	876
Aditamentos	5	8	60,0%	13	9	-30,8%	35
Recursos	12	9	-25,0%	14	12	-14,3%	47
Contra razões	20	34	70,0%	47	55	17,0%	156
Absoluções de acordo	5	7	40,0%	10	9	-10,0%	31
Absoluções contrárias ao pedido	4	5	25,0%	2	2	0,0%	13
Condenações parciais ao pedido	3	5	66,7%	0	1	0,0%	9
Condenações conforme pedido	7	27	285,7%	20	21	5,0%	75

## INQUÉRITOS POLICIAIS E NOTÍCIAS CRIMINAIS

DOS CRIMES	2009	2010	VARIA- ÇÃO 2009 A 2010 (%)	2011	2012	VARIA- ÇÃO 2011 A 2012 (%)	TOTAL
Extinção de punibilidade por Prescrição	14	16	14,3%	7	12	71,4%	49
Extinção de punibilidade por Decadência	1	1	0,0%	0	2	0,0%	4
Extinção de punibilidade por Outras causas	23	24	4,3%	32	28	-12,5%	107
<b>ESTELIONATO</b>							
Recebidos	410	322	-21,5%	381	353	-7,3%	1466
Despachados	388	319	-17,8%	359	332	-7,5%	1398
Saldo com prazo vencido	12	2	-83,3%	0	0	0,0%	14
Saldo sem prazo vencido	45	32	-28,9%	57	35	-38,6%	169
Suspensão do processo	8	9	12,5%	17	5	-70,6%	39
Alegações finais	70	74	5,7%	110	115	4,5%	369
Aditamentos	3	3	0,0%	5	6	20,0%	17
Recursos	10	4	-60,0%	3	4	33,3%	21
Contra razões	9	28	211,1%	18	23	27,8%	78
Absoluções de acordo	6	12	100,0%	4	5	25,0%	27
Absoluções contrárias ao pedido	3	4	33,3%	4	3	-25,0%	14
Condenações parciais ao pedido	6	4	-33,3%	2	1	-50,0%	13
Condenações conforme pedido	32	28	-12,5%	41	45	9,8%	146
Extinção de punibilidade por Prescrição	81	61	-24,7%	26	28	7,7%	196
Extinção de punibilidade por Decadência	4	1	-75,0%	4	1	-75,0%	10
Extinção de punibilidade por Outras causas	38	27	-28,9%	33	39	18,2%	137
<b>FURTO</b>							
Recebidos	2300	2033	-11,6%	2210	1963	-11,2%	8506
Despachados	2190	2034	-7,1%	2135	1800	-15,7%	8159
Saldo com prazo vencido	72	11	-84,7%	11	5	-54,5%	99
Saldo sem prazo vencido	231	241	4,3%	420	230	-45,2%	1122
Suspensão do processo	54	91	68,5%	54	33	-38,9%	232
Alegações finais	602	612	1,7%	684	605	-11,5%	2503
Aditamentos	31	28	-9,7%	54	33	-38,9%	146
Recursos	24	27	12,5%	29	18	-37,9%	98
Contra razões	22	41	86,4%	66	112	69,7%	241
Absolução de acordo	38	33	-13,2%	39	40	2,6%	150
Absolução contrária ao pedido	18	23	27,8%	25	10	-60,0%	76

## INQUÉRITOS POLICIAIS E NOTÍCIAS CRIMINAIS

DOS CRIMES	2009	2010	VARIA- ÇÃO 2009 A 2010 (%)	2011	2012	VARIA- ÇÃO 2011 A 2012 (%)	TOTAL
Condenações parciais ao pedido	13	35	169,2%	17	11	-35,3%	76
Condenações conforme pedido	127	116	-8,7%	184	155	-15,8%	582
Extinção de punibilidade por Prescrição	240	126	-47,5%	120	86	-28,3%	572
Extinção de punibilidade por Decadência	23	2	-91,3%	6	3	-50,0%	34
Extinção de punibilidade por Outras causas	168	131	-22,0%	109	96	-11,9%	504
<b>EXTORSÃO</b>							
Recebidos	50	48	-4,0%	34	35	2,9%	167
Despachados	53	44	-17,0%	34	32	-5,9%	163
Saldo com prazo vencido	1	1	0,0%	2	0	-100,0%	4
Saldo sem prazo vencido	7	7	0,0%	19	5	-73,7%	38
Suspensão do processo	3	2	-33,3%	0	2	0,0%	7
Alegações finais	24	20	-16,7%	24	16	-33,3%	84
Aditamentos	0	0	0,0%	1	2	100,0%	3
Recursos	1	1	0,0%	4	1	-75,0%	7
Contra razões	1	4	300,0%	3	8	166,7%	16
Absoluções de acordo	0	1	0,0%	1	1	0,0%	3
Absoluções contrárias ao pedido	1	1	0,0%	0	1	0,0%	3
Condenações parciais ao pedido	1	1	0,0%	0	0	0,0%	2
Condenações conforme pedido	2	1	-50,0%	3	5	66,7%	11
Extinção de punibilidade por Prescrição	9	2	-77,8%	4	3	-25,0%	18
Extinção de punibilidade por Decadência	1	1	0,0%	0	0	0,0%	2
Extinção de punibilidade por Outras causas	2	1	-50,0%	3	2	-33,3%	8
<b>RECEPTAÇÃO</b>							
Recebidos	280	288	2,9%	274	265	-3,3%	1107
Despachados	265	282	6,4%	269	260	-3,3%	1076
Saldo com prazo vencido	6	1	-83,3%	0	1	0,0%	8
Saldo sem prazo vencido	26	22	-15,4%	64	9	-85,9%	121
Suspensão do processo	5	11	120,0%	16	7	-56,3%	39
Alegações finais	93	76	-18,3%	67	68	1,5%	304
Aditamentos	7	7	0,0%	6	3	-50,0%	23
Recursos	4	5	25,0%	9	5	-44,4%	23
Contra razões	6	10	66,7%	21	15	-28,6%	52

## INQUÉRITOS POLICIAIS E NOTÍCIAS CRIMINAIS

DOS CRIMES	2009	2010	VARIA- ÇÃO 2009 A 2010 (%)	2011	2012	VARIA- ÇÃO 2011 A 2012 (%)	TOTAL
Absolvição de acordo	5	1	-80,0%	2	1	-50,0%	9
Absoluções contrárias ao pedido	13	3	-76,9%	12	4	-66,7%	32
Condenações parciais ao pedido	0	0	0,0%	4	2	-50,0%	6
Condenações conforme pedido	22	15	-31,8%	15	17	13,3%	69
Extinção de punibilidade por Prescrição	27	17	-37,0%	8	7	-12,5%	59
Extinção de punibilidade por Decadência	5	1	-80,0%	1	0	-100,0%	7
Extinção de punibilidade por Outras causas	14	20	42,9%	25	30	20,0%	89
<b>ROUBO</b>							
Recebidos	2805	2969	5,8%	3200	3410	6,6%	12384
Despachados	2540	2816	10,9%	3026	3265	7,9%	11647
Saldo com prazo vencido	127	11	-91,3%	24	20	-16,7%	182
Saldo sem prazo vencido	251	348	38,6%	648	285	-56,0%	1532
Suspensão do processo	75	21	-72,0%	28	16	-42,9%	140
Alegações finais	866	866	0,0%	932	1180	26,6%	3844
Aditamentos	40	45	12,5%	51	39	-23,5%	175
Recursos	43	54	25,6%	38	37	-2,6%	172
Contra razões	166	267	60,8%	302	350	15,9%	1085
Absolvição de acordo	37	69	86,5%	45	45	0,0%	196
Absolvição contrária ao pedido	38	31	-18,4%	24	17	-29,2%	110
Condenações parciais ao pedido	33	37	12,1%	32	25	-21,9%	127
Condenações conforme pedido	300	310	3,3%	370	366	-1,1%	1346
Extinção de punibilidade por Prescrição	82	42	-48,8%	62	68	9,7%	254
Extinção de punibilidade por Decadência	10	3	-70,0%	5	2	-60,0%	20
Extinção de punibilidade por Outras causas	85	70	-17,6%	97	109	12,4%	361
<b>LESÃO CORPORAL</b>							
Recebidos	956	1009	5,5%	954	850	-10,9%	3769
Despachados	921	986	7,1%	890	750	-15,7%	3547
Saldo com prazo vencido	45	3	-93,3%	3	3	0,0%	54
Saldo sem prazo vencido	122	125	2,5%	185	112	-39,5%	544
Suspensão do processo	13	32	146,2%	21	12	-42,9%	78
Alegações finais	235	271	15,3%	226	215	-4,9%	947

## INQUÉRITOS POLICIAIS E NOTÍCIAS CRIMINAIS

DOS CRIMES	2009	2010	VARIA- ÇÃO 2009 A 2010 (%)	2011	2012	VARIA- ÇÃO 2011 A 2012 (%)	TOTAL
Aditamentos	14	15	7,1%	14	15	7,1%	58
Recursos	11	5	-54,5%	8	5	-37,5%	29
Contra razões	25	26	4,0%	29	24	-17,2%	104
Absolvição de acordo	7	11	57,1%	8	11	37,5%	37
Absoluções contrárias ao pedido	2	5	150,0%	8	3	-62,5%	18
Condenações parciais ao pedido	2	4	100,0%	7	4	-42,9%	17
Condenações conforme pedido	30	34	13,3%	28	38	35,7%	130
Extinção de punibilidade por Prescrição	94	77	-18,1%	44	39	-11,4%	254
Extinção de punibilidade por Decadência	17	8	-52,9%	3	2	-33,3%	30
Extinção de punibilidade por Outras causas	60	57	-5,0%	78	75	-3,8%	270
<b>RESPONSABILIDADE</b>							
Recebidos	16	38	137,5%	49	22	-55,1%	125
Despachados	15	33	120,0%	41	18	-56,1%	107
Saldo com prazo vencido	0	1	0,0%	3	0	-100,0%	4
Saldo sem prazo vencido	2	15	650,0%	10	8	-20,0%	35
Suspensão do processo	1	1	0,0%	4	2	-50,0%	8
Alegações finais	15	16	6,7%	18	8	-55,6%	57
Aditamentos	0	1	0,0%	1	0	-100,0%	2
Recursos	1	1	0,0%	2	1	-50,0%	5
Contra razões	1	1	0,0%	4	1	-75,0%	7
Absolvição de acordo	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Absoluções contrárias	0	0	0,0%	1	0	-100,0%	1
Condenações parciais ao pedido	2	1	-50,0%	4	0	-100,0%	7
Condenações conforme pedido	12	10	-16,7%	2	3	50,0%	27
Extinção de punibilidade por Prescrição	2	1	-50,0%	3	1	-66,7%	7
Extinção de punibilidade por Decadência	1	1	0,0%	1	0	-100,0%	3
Extinção de punibilidade por Outras causas	2	2	0,0%	1	4	300,0%	9
<b>CÓDIGO DE TRÂNSITO</b>							
Recebidos	573	482	-15,9%	531	625	17,7%	2211
Despachados	539	458	-15,0%	495	590	19,2%	2082
Saldo com prazo vencido	34	4	-88,2%	11	2	-81,8%	51
Saldo sem prazo vencido	43	40	-7,0%	88	48	-45,5%	219



## INQUÉRITOS POLICIAIS E NOTÍCIAS CRIMINAIS

DOS CRIMES	2009	2010	VARIA- ÇÃO 2009 A 2010 (%)	2011	2012	VARIA- ÇÃO 2011 A 2012 (%)	TOTAL
Suspensão do processo	10	20	100,0%	20	26	30,0%	76
Alegações finais	138	116	-15,9%	143	135	-5,6%	532
Aditamentos	3	7	133,3%	12	22	83,3%	44
Recursos	12	6	-50,0%	13	3	-76,9%	34
Contra razões	21	22	4,8%	37	27	-27,0%	107
Absoluções de acordo	19	24	26,3%	9	18	100,0%	70
Absoluções contrárias ao pedido	7	4	-42,9%	10	3	-70,0%	24
Condenações parciais ao pedido	1	2	100,0%	5	4	-20,0%	12
Condenações conforme pedido	24	13	-45,8%	15	25	66,7%	77
Extinção de punibilidade por Prescrição	41	29	-29,3%	17	23	35,3%	110
Extinção de punibilidade por Decadência	3	1	-66,7%	2	2	0,0%	8
Extinção de punibilidade por Outras causas	24	35	45,8%	27	44	63,0%	130
<b>ENTORPECENTES</b>							
Recebidos	2198	3161	43,8%	3663	3610	-1,4%	12632
Despachados	2219	3132	41,1%	3597	3451	-4,1%	12399
Saldo com prazo vencido	53	8	-84,9%	9	3	-66,7%	73
Saldo sem prazo vencido	157	205	30,6%	482	301	-37,6%	1145
Suspensão do processo	7	10	42,9%	13	17	30,8%	47
Alegações finais	418	479	14,6%	682	906	32,8%	2485
Aditamentos	16	20	25,0%	38	25	-34,2%	99
Recursos	15	30	100,0%	44	65	47,7%	154
Contra razões	57	124	117,5%	215	305	41,9%	701
Absoluções de acordo	18	32	77,8%	27	29	7,4%	106
Absoluções contrárias ao pedido	7	19	171,4%	19	40	110,5%	85
Condenações parciais ao pedido	92	39	-57,6%	23	54	134,8%	208
Condenações conforme pedido	41	181	341,5%	147	217	47,6%	586
Extinção de punibilidade por Prescrição	60	43	-28,3%	66	73	10,6%	242
Extinção de punibilidade por Decadência	2	3	50,0%	1	3	200,0%	9
Extinção de punibilidade por Outras causas	34	53	55,9%	61	95	55,7%	243
<b>ELEITORAL</b>							
Recebidos	325	659	102,8%	298	470	57,7%	1752

## INQUÉRITOS POLICIAIS E NOTÍCIAS CRIMINAIS

DOS CRIMES	2009	2010	VARIA- ÇÃO 2009 A 2010 (%)	2011	2012	VARIA- ÇÃO 2011 A 2012 (%)	TOTAL
Despachados	299	675	125,8%	290	460	58,6%	1724
Saldo com prazo vencido	1	3	200,0%	5	1	-80,0%	10
Saldo sem prazo vencido	17	30	76,5%	53	18	-66,0%	118
Suspensão do processo	11	4	-63,6%	0	0	0,0%	15
Alegações finais	44	85	93,2%	52	74	42,3%	255
Aditamentos	17	10	-41,2%	12	22	83,3%	61
Recursos	3	7	133,3%	12	8	-33,3%	30
Contra razões	7	9	28,6%	7	13	85,7%	36
Absoluções de acordo	16	10	-37,5%	8	0	-100,0%	34
Absoluções contrárias ao pedido	0	3	0,0%	2	0	-100,0%	5
Condenações parciais ao pedido	5	8	60,0%	12	4	-66,7%	29
Condenações conforme pedido	5	2	-60,0%	0	8	0,0%	15
Extinção de punibilidade por Prescrição	4	3	-25,0%	2	2	0,0%	11
Extinção de punibilidade por Decadência	0	1	0,0%	0	0	0,0%	1
Extinção de punibilidade por Outras causas	32	89	178,1%	13	19	46,2%	153
<b>IMPrensa</b>							
Recebidos	15	12	-20,0%	12	6	-50,0%	45
Despachados	13	10	-23,1%	11	5	-54,5%	39
Saldo com prazo vencido	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Saldo sem prazo vencido	2	1	-50,0%	2	1	-50,0%	6
Suspensão do processo	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Alegações finais	0	1	0,0%	0	1	0,0%	2
Aditamentos	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Recursos	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Contra razões	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Absoluções de acordo	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Absoluções contrárias ao pedido	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Condenações parciais ao pedido	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Condenações conforme pedido	1	1	0,0%	0	0	0,0%	2
Extinção de punibilidade por Prescrição	2	1	-50,0%	1	0	-100,0%	4
Extinção de punibilidade por Decadência	0	0	0,0%	1	0	-100,0%	1

## INQUÉRITOS POLICIAIS E NOTÍCIAS CRIMINAIS

DOS CRIMES	2009	2010	VARIA- ÇÃO 2009 A 2010 (%)	2011	2012	VARIA- ÇÃO 2011 A 2012 (%)	TOTAL
Extinção de punibilidade por Outras causas	2	2	0,0%	0	1	0,0%	5
<b>LICITAÇÕES</b>							
Recebidos	5	13	160,0%	35	36	2,9%	89
Despachados	5	12	140,0%	35	29	-17,1%	81
Saldo com prazo vencido	1	1	0,0%	0	0	0,0%	2
Saldo sem prazo vencido	2	4	100,0%	14	7	-50,0%	27
Suspensão do processo	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Alegações finais	3	5	66,7%	9	8	-11,1%	25
Aditamentos	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Recursos	0	0	0,0%	0	1	0,0%	1
Contra razões	0	1	0,0%	3	3	0,0%	7
Absoluções de acordo	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Absoluções contrárias ao pedido	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Condenações parciais ao pedido	0	0	0,0%	1	0	-100,0%	1
Condenações conforme pedido	0	1	0,0%	4	0	-100,0%	5
Extinção de punibilidade por Prescrição	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Extinção de punibilidade por Decadência	0	1	0,0%	1	0	-100,0%	2
Extinção de punibilidade por Outras causas	1	1	0,0%	3	2	-33,3%	7
<b>LEI MARIA DA PENHA</b>							
Recebidos	673	1041	54,7%	957	1582	65,3%	4253
Despachados	636	1015	59,6%	944	1450	53,6%	4045
Saldo com prazo vencido	2	4	100,0%	3	2	-33,3%	11
Saldo sem prazo vencido	49	72	46,9%	113	96	-15,0%	330
Suspensão do processo	17	25	47,1%	24	28	16,7%	94
Alegações finais	158	275	74,1%	279	393	40,9%	1105
Aditamentos	9	17	88,9%	24	48	100,0%	98
Recursos	10	29	190,0%	29	38	31,0%	106
Contra razões	15	26	73,3%	27	31	14,8%	99
Absoluções de acordo	7	11	57,1%	6	6	0,0%	30
Absoluções contrárias ao pedido	1	3	200,0%	5	3	-40,0%	12
Condenações parciais ao pedido	2	3	50,0%	5	4	-20,0%	14
Condenações conforme pedido	19	86	352,6%	23	38	65,2%	166

## INQUÉRITOS POLICIAIS E NOTÍCIAS CRIMINAIS

DOS CRIMES	2009	2010	VARIA- ÇÃO 2009 A 2010 (%)	2011	2012	VARIA- ÇÃO 2011 A 2012 (%)	TOTAL
Extinção de punibilidade por Prescrição	7	18	157,1%	20	16	-20,0%	61
Extinção de punibilidade por Decadência	3	3	0,0%	2	6	200,0%	14
Extinção de punibilidade por Outras causas	12	24	100,0%	25	39	56,0%	100
<b>PORTE DE ARMA</b>							
Recebidos	1226	1372	11,9%	1207	1231	2,0%	5036
Despachados	1188	1301	9,5%	1169	1186	1,5%	4844
Saldo com prazo vencido	24	4	-83,3%	12	4	-66,7%	44
Saldo sem prazo vencido	156	126	-19,2%	256	117	-54,3%	655
Suspensão do processo	27	19	-29,6%	23	12	-47,8%	81
Alegações finais	347	558	60,8%	435	400	-8,0%	1740
Aditamentos	18	45	150,0%	15	8	-46,7%	86
Recursos	6	16	166,7%	13	12	-7,7%	47
Contra razões	27	39	44,4%	52	57	9,6%	175
Absoluções de acordo	21	32	52,4%	31	14	-54,8%	98
Absoluções contrárias ao pedido	13	7	-46,2%	3	1	-66,7%	24
Condenações parciais ao pedido	8	9	12,5%	7	4	-42,9%	28
Condenações conforme pedido	70	106	51,4%	86	98	14,0%	360
Extinção de punibilidade por Prescrição	77	56	-27,3%	41	44	7,3%	218
Extinção de punibilidade por Decadência	21	11	-47,6%	9	7	-22,2%	48
Extinção de punibilidade por Outras causas	80	57	-28,8%	53	70	32,1%	260
<b>DIVERSOS</b>							
Recebidos	4567	4005	-12,3%	3902	3980	2,0%	16454
Despachados	4466	3838	-14,1%	3839	3760	-2,1%	15903
Saldo com prazo vencido	74	14	-81,1%	33	30	-9,1%	151
Saldo sem prazo vencido	923	859	-6,9%	450	580	28,9%	2812
Suspensão do processo	80	97	21,3%	97	80	-17,5%	354
Alegações finais	669	519	-22,4%	650	450	-30,8%	2288
Aditamentos	37	49	32,4%	112	70	-37,5%	268
Recursos	28	58	107,1%	49	35	-28,6%	170
Contra razões	80	95	18,8%	108	111	2,8%	394
Absoluções de acordo	47	33	-29,8%	37	20	-45,9%	137
Absoluções contrárias ao pedido	18	27	50,0%	22	28	27,3%	95

## INQUÉRITOS POLICIAIS E NOTÍCIAS CRIMINAIS

DOS CRIMES	2009	2010	VARIA- ÇÃO 2009 A 2010 (%)	2011	2012	VARIA- ÇÃO 2011 A 2012 (%)	TOTAL
Condenações parciais ao pedido	22	19	-13,6%	17	9	-47,1%	67
Condenações conforme pedido	75	115	53,3%	119	120	0,8%	429
Extinção de punibilidade por Prescrição	261	166	-36,4%	128	98	-23,4%	653
Extinção de punibilidade por Decadência	44	53	20,5%	20	16	-20,0%	133
Extinção de punibilidade por Outras causas	279	214	-23,3%	224	247	10,3%	964
<b>TRIBUNAL DO JÚRI</b>							
Absoluções requeridas MP	96	98	2,1%	112	115	2,7%	421
Absoluções não requeridas MP	77	103	33,8%	90	70	-22,2%	340
Condenações	263	320	21,7%	238	312	31,1%	1133
Contra razões do MP	56	138	146,4%	73	66	-9,6%	333
Sessões	365	422	15,6%	371	358	-3,5%	1516
Recursos do MP	49	141	187,8%	97	48	-50,5%	335
Outras manifestações	800	1281	60,1%	1388	656	-52,7%	4125
<b>EXECUÇÃO PENAL</b>							
Autorização de saída	1617	1354	-16,3%	1219	1100	-9,8%	5290
Extinção de pena	443	492	11,1%	1477	800	-45,8%	3212
Incidentes da execução	141	152	7,8%	428	430	0,5%	1151
Livramento condicional	574	671	16,9%	429	440	2,6%	2114
Penas alternativas	58	102	75,9%	90	80	-11,1%	330
Recursos do MP	37	37	0,0%	159	139	-12,6%	372
Prog. Regime cump. Pena	776	1096	41,2%	1023	1150	12,4%	4045
Remição	217	282	30,0%	379	367	-3,2%	1245
Sursis	51	37	-27,5%	33	56	69,7%	177
Outras manifestações	51	37	-27,5%	133	145	9,0%	366
<b>PARECERES E REQUERIMENTOS</b>							
Habeas-corpos	42	59	40,5%	52	53	1,9%	206
Liberdade provisória	3463	3927	13,4%	3109	2857	-8,1%	13356
Relaxamento de prisão em flagrante	1227	1677	36,7%	1585	1265	-20,2%	5754
Prisão preventiva	1207	1647	36,5%	1942	2326	19,8%	7122
Prisão temporária	255	426	67,1%	291	255	-12,4%	1227
Outras manifestações	10463	11836	13,1%	11819	11510	-2,6%	45628
<b>CONTROLE EXT. DA ATIVIDADE POLICIAL</b>							
Visitas a estabel.prisionais del. e outros	791	824	4,2%	922	1015	10,1%	3552

## INQUÉRITOS POLICIAIS E NOTÍCIAS CRIMINAIS

DOS CRIMES	2009	2010	VARIA- ÇÃO 2009 A 2010 (%)	2011	2012	VARIA- ÇÃO 2011 A 2012 (%)	TOTAL
Proced. investigativos ins- taurados	230	366	59,1%	366	385	5,2%	1347
Proced. investigativos con- cluídos	212	303	42,9%	241	215	-10,8%	971
Proced. investigativos em andamento	285	295	3,5%	203	185	-8,9%	968
Recomendações expedi- das	126	71	-43,7%	92	86	-6,5%	375
Denúncias oferecidas	170	426	150,6%	289	502	73,7%	1387
Ações penais julgadas procedentes	26	80	207,7%	76	123	61,8%	305
Ações penais julgadas improcedentes	1	3	200,0%	31	47	51,6%	82
Req. de instauração de inquéritos policiais	1125	523	-53,5%	1021	761	-25,5%	3430
<b>IMPROBIDADE DE AUTORIDADES POLICIAIS</b>							
Representações recebidas	68	116	70,6%	145	157	8,3%	486
Inquéritos civis instaurados	12	12	0,0%	122	147	20,5%	293
Ações civis pública	3	16	433,3%	15	23	53,3%	57
Pedidos procedentes	2	3	50,0%	16	26	62,5%	47
Pedidos improcedentes	150	120	-20,0%	1	1	0,0%	272
Perda do cargo	170	150	-11,8%	2	4	100,0%	326
<b>JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL</b>							
Termos circunstanciados recebidos	5532	7592	37,2%	7171	7050	-1,7%	27345
Audiências realizadas	5960	9490	59,2%	9106	10457	14,8%	35013
Absoluções	118	112	-5,1%	167	97	-41,9%	494
Arquivamentos	1490	2562	71,9%	1341	1907	42,2%	7300
Condenações	103	145	40,8%	147	356	142,2%	751
Composições civis homo- logadas	1017	1695	66,7%	1618	1741	7,6%	6071
Denúncias oferecidas	567	1202	112,0%	967	1378	42,5%	4114
Extinção da punibilidade	2097	2402	14,5%	1661	1663	0,1%	7823
Pareceres	2995	4017	34,1%	4120	4395	6,7%	15527
Recursos do Ministério Público	27	28	3,7%	21	35	66,7%	111
Suspensão do Processo	74	123	66,2%	172	160	-7,0%	529
Transações penais	1562	2415	54,6%	2069	2173	5,0%	8219
Outras manifestações	1871	2277	21,7%	2267	3004	32,5%	9419
Atendimento ao público	2622	2520	-3,9%	2399	2557	6,6%	10098

Fonte: Corregedoria Geral do Ministério Público do Maranhão

ANEXO B - Quadro comparativo das ações cíbeis em 2012 elaborado pela Corregedoria Geral

<b>INQUÉRITOS CIVIS E PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS</b>							
<b>ESPECIFICAÇÕES</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>VARIA- ÇÃO 2009 A 2010 (%)</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>VARIA- ÇÃO 2011 A 2012 (%)</b>	<b>TOTAL</b>
<b>IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA</b>							
Instaurados	500	685	37,0%	555	595	7,2%	2335
Arquivados sem ajustamento de conduta	222	188	-15,3%	157	120	-23,6%	687
Arquivados com ajustamento de conduta	14	10	-28,6%	22	16	-27,3%	62
Ações civil ajuizada	380	352	-7,4%	479	441	-7,9%	1652
Saldo com prazo vencido	342	34	-90,1%	9	1	-88,9%	386
Saldo sem prazo vencido	286	200	-30,1%	225	72	-68,0%	783
<b>MEIO AMBIENTE</b>							
Instaurados	28	32	14,3%	84	75	-10,7%	219
Arquivados sem ajustamento de conduta	5	9	80,0%	21	18	-14,3%	53
Arquivados com ajustamento de conduta	10	11	10,0%	4	2	-50,0%	27
Ações civis ajuizadas	26	14	-46,2%	32	18	-43,8%	90
Saldo com prazo vencido	1	1	0,0%	0	1	0,0%	3
Saldo sem prazo vencido	35	16	-54,3%	22	32	45,5%	105
<b>SAUDE</b>							
Instaurados	31	53	71,0%	71	55	-22,5%	210
Arquivados sem ajustamento de conduta	17	37	117,6%	30	34	13,3%	118
Arquivados com ajustamento de conduta	27	11	-59,3%	5	2	-60,0%	45
Ações civis ajuizadas	57	21	-63,2%	36	30	-16,7%	144
Saldo com prazo vencido	0	3	0,0%	1	0	-100,0%	4
Saldo sem prazo vencido	29	25	-13,8%	24	37	54,2%	115
<b>CONSUMIDOR:</b>							
Instaurados	14	26	85,7%	38	52	36,8%	130
Arquivados sem ajustamento de conduta	5	7	40,0%	11	16	45,5%	39
Arquivados com ajustamento de conduta	1	0	-100,0%	13	26	100,0%	40
Ações civis ajuizadas	10	7	-30,0%	18	22	22,2%	57
Saldo com prazo vencido	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Saldo sem prazo vencido	10	9	-10,0%	15	34	126,7%	68
<b>OUTROS</b>							
Instaurados	1344	482	-64,1%	447	503	12,5%	2776
Arquivados sem ajustamento de conduta	65	112	72,3%	62	31	-50,0%	270

## INQUÉRITOS CIVIS E PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS

ESPECIFICAÇÕES	2009	2010	VARIA- ÇÃO 2009 A 2010 (%)	2011	2012	VARIA- ÇÃO 2011 A 2012 (%)	TOTAL
Arquivados com ajustamento de conduta	289	215	-25,6%	197	381	93,4%	1082
Ações civis ajuizadas	252	211	-16,3%	28	55	96,4%	546
Saldo com prazo vencido	4	2	-50,0%	25	37	48,0%	68
Saldo sem prazo vencido	77	73	-5,2%	134	138	3,0%	422
<b>PROCESSOS CÍVEIS DE 1º GRAU</b>							
<b>IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA</b>							
Recebidos	534	828	55,1%	1345	1265	-5,9%	3972
Despachados com prazo vencido	14	23	64,3%	41	45	9,8%	123
Despachados sem prazo vencido	510	642	25,9%	1161	1078	-7,1%	3391
Saldo	121	170	40,5%	143	124	-13,3%	558
Julgamentos procedentes conforme parecer	76	95	25,0%	101	171	69,3%	443
Julgamentoss procedentes parciais ao pedido	10	13	30,0%	6	13	116,7%	42
Julgamentos - improcedência contrária	0	34	0,0%	22	21	-4,5%	77
<b>MEIO AMBIENTE</b>							
Recebidos	91	60	-34,1%	64	296	362,5%	511
Despachados com prazo vencido	2	2	0,0%	3	5	66,7%	12
Despachados sem prazo vencido	79	59	-25,3%	179	231	29,1%	548
Saldo	11	0	-100,0%	55	111	101,8%	177
Julgamentos procedentes conforme parecer	2	0	-100,0%	4	3	-25,0%	9
Julgamentoss procedentes parciais ao pedido	2	0	-100,0%	0	0	0,0%	2
Julgamentos - improcedência contrária	0	0	0,0%	0	1	0,0%	1
<b>SAÚDE</b>							
Recebidos	287	477	66,2%	299	312	4,3%	1375
Despachados com prazo vencido	0	0	0,0%	8	7	-12,5%	15
Despachados sem prazo vencido	277	465	67,9%	387	305	-21,2%	1434
Saldo	0	5	0,0%	0	0	0,0%	5
Julgamentos procedentes conforme parecer	25	82	228,0%	47	40	-14,9%	194
Julgamentoss procedentes parciais ao pedido	3	5	66,7%	1	1	0,0%	10



## INQUÉRITOS CIVIS E PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS

ESPECIFICAÇÕES	2009	2010	VARIA- ÇÃO 2009 A 2010 (%)	2011	2012	VARIA- ÇÃO 2011 A 2012 (%)	TOTAL
Julgamentos - improcedên- cia contrária	0	52	0,0%	2	2	0,0%	56
<b>CONSUMIDOR</b>							
Recebidos	46	84	82,6%	78	184	135,9%	392
Despachados com prazo vencido	4	8	100,0%	5	5	0,0%	22
Despachados sem prazo vencido	53	72	35,8%	66	174	163,6%	365
Saldo	12	13	8,3%	6	5	-16,7%	36
Julgamentos procedentes conforme parecer	5	2	-60,0%	3	9	200,0%	19
Julgamentos procedentes parciais ao pedido	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Julgamentos - improcedên- cia contrária	0	4	0,0%	0	0	0,0%	4
<b>OUTROS</b>							
Recebidos	27411	27588	0,6%	25557	26660	4,3%	107216
Despachados com prazo vencido	733	997	36,0%	713	755	5,9%	3198
Despachados sem prazo vencido	24767	23235	-6,2%	23189	24159	4,2%	95350
Saldo	4852	3544	-27,0%	2526	2098	-16,9%	13020
Julgamentos procedentes conforme parecer	1315	2069	57,3%	1555	904	-41,9%	5843
Julgamentos procedentes parciais ao pedido	121	138	14,0%	45	110	144,4%	414
Julgamentos - improcedên- cia contrária	42	25	-40,5%	27	38	40,7%	132
<b>AÇÕES PROPOSTAS</b>							
Interdição	428	347	-18,9%	400	445	11,3%	1620
Alimentos	5706	5759	0,9%	5390	4885	-9,4%	21740
Investigação de paternidade	1369	1319	-3,7%	1285	1110	-13,6%	5083
Outras	2144	2918	36,1%	2496	2300	-7,9%	9858
<b>PARCERES E REQUERIMENTOS</b>							
Adoção	973	1057	8,6%	979	900	-8,1%	3909
Ação popular	164	216	31,7%	172	180	4,7%	732
Alimentos	11932	11705	-1,9%	10822	11526	6,5%	45985
Alvarás	3107	2733	-12,0%	2561	2115	-17,4%	10516
Curatelas	2338	2078	-11,1%	2172	2100	-3,3%	8688
Divórcios	3268	3661	12,0%	4278	4845	13,3%	16052
Eleitoral	10238	4322	-57,8%	3459	18571	436,9%	36590
Falências e concordatas	68	40	-41,2%	37	94	154,1%	239
Fazenda pública	2391	2809	17,5%	2841	2853	0,4%	10894

## INQUÉRITOS CIVIS E PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS

ESPECIFICAÇÕES	2009	2010	VARIA- ÇÃO 2009 A 2010 (%)	2011	2012	VARIA- ÇÃO 2011 A 2012 (%)	TOTAL
Habilitação de casamento	18741	16064	-14,3%	11835	5940	-49,8%	52580
Homologação de acordo	1716	2140	24,7%	2047	2200	7,5%	8103
Inventário	510	535	4,9%	553	635	14,8%	2233
Investigação de paternidade	4284	4451	3,9%	4010	4280	6,7%	17025
Mandado de Segurança	1707	1276	-25,2%	1305	1184	-9,3%	5472
Posse propriedades	165	199	20,6%	182	231	26,9%	777
Processo cautelar	425	497	16,9%	342	411	20,2%	1675
Processo execução	3598	4150	15,3%	4651	4950	6,4%	17349
Registro público	7931	7507	-5,3%	4834	8572	77,3%	28844
Responsabilidade civil	347	449	29,4%	347	602	73,5%	1745
Separação	1404	1339	-4,6%	603	450	-25,4%	3796
Sucessões	45	41	-8,9%	76	83	9,2%	245
Suprimento judicial	141	162	14,9%	179	175	-2,2%	657
União estável	1198	1332	11,2%	1126	1335	18,6%	4991
Outros assuntos	10348	10014	-3,2%	9437	10833	14,8%	40632
<b>RECURSOS</b>							
Apelação de Razões	60	92	53,3%	83	116	39,8%	351
Apelação de Contra-razões	91	129	41,8%	117	188	60,7%	525
Agravo - Razões	10	15	50,0%	14	7	-50,0%	46
Agravo - Contra - Razões	45	49	8,9%	61	69	13,1%	224
Outros recursos e contra-razões do MP	30	35	16,7%	69	229	231,9%	363
<b>AUDIÊNCIAS</b>							
Audiências Judiciais	24194	28004	15,7%	25284	25565	1,1%	103047
Audiências Extrajudiciais	3580	3517	-1,8%	3876	4115	6,2%	15088
Atendimento ao público	21403	29403	37,4%	31980	27645	-13,6%	110431
<b>MATÉRIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE</b>							
<b>ATOS INFRACIONAIS</b>							
Boletins de ocorrência ou- tras notícias recebidas	1209	1515	25,3%	1370	2250	64,2%	6344
Boletins arquivados sem concessão de remição	177	214	20,9%	170	145	-14,7%	706
Representações de atos oferecidas	750	1085	44,7%	944	993	5,2%	3772
Saldo sem prazo vencido	57	57	0,0%	117	169	44,4%	400
Saldo com prazo vencido	13	51	292,3%	151	35	-76,8%	250
Visitas e inspeções a uni- dade de internação	16	26	62,5%	45	110	144,4%	197
<b>REMISSÕES</b>							
Sem medida socio-educativa	74	172	132,4%	102	110	7,8%	458
Com medida sócio-educativa	273	271	-0,7%	250	596	138,4%	1390
Advertência	230	165	-28,3%	210	336	60,0%	941

## INQUÉRITOS CIVIS E PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS

ESPECIFICAÇÕES	2009	2010	VARIA- ÇÃO 2009 A 2010 (%)	2011	2012	VARIA- ÇÃO 2011 A 2012 (%)	TOTAL
Reparação de dano	32	118	268,8%	96	170	77,1%	416
Prestação de serviço	16	57	256,3%	139	157	12,9%	369
Liberdade assistida	51	27	-47,1%	57	137	140,4%	272
Homologadas	253	315	24,5%	355	770	116,9%	1693
Não homologadas	7	31	342,9%	11	12	9,1%	61
<b>MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVA APLICADA</b>							
Internação	160	74	-53,8%	79	110	39,2%	423
Semi-liberdade	12	8	-33,3%	13	23	76,9%	56
Liberdade assistida	36	38	5,6%	38	44	15,8%	156
Prestação de serviço à comunidade	85	97	14,1%	115	141	22,6%	438
Reparação de dano	23	107	365,2%	56	58	3,6%	244
Advertência	117	105	-10,3%	51	93	82,4%	366
<b>MEDIDAS DE PROTEÇÃO</b>							
Guarda	561	716	27,6%	723	835	15,5%	2835
Tutela	167	197	18,0%	219	244	11,4%	827
Adoção	322	246	-23,6%	230	294	27,8%	1092
Outras do art. 101 do ECA	108	173	60,2%	214	247	15,4%	742
<b>PROCESSOS DA ÁREA INFRACIONAL</b>							
Recebidos	1847	2016	9,1%	1830	2217	21,1%	7910
Despachados	1977	1972	-0,3%	1855	2155	16,2%	7959
Julgados com representações precedentes	43	111	158,1%	130	136	4,6%	420
Julgados com repres. parcial procedentes	6	5	-16,7%	5	6	20,0%	22
Julgados improcedentes	6	9	50,0%	12	16	33,3%	43
Pareceres e Requerimentos	1365	1093	-19,9%	1588	1687	6,2%	5733
Audiências Judiciais	842	1477	75,4%	987	1647	66,9%	4953
Audiências Extrajudiciais	516	694	34,5%	1151	818	-28,9%	3179
Atendimento ao público	2848	3124	9,7%	3969	5956	50,1%	15897
<b>DEFESA DOS DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS</b>							
<b>INQ. CIVIS E PROCED. PREPARATÓRIOS</b>							
Instaurados	215	408	89,8%	443	357	-19,4%	1423
Arquivados sem ajustamento de conduta	71	9	-87,3%	5	3	-40,0%	88
Arquivados com ajustamento de conduta	7	6	-14,3%	0	1	0,0%	14
Ações civil ajuizada	95	45	-52,6%	76	105	38,2%	321
Apuração de infração administrativa	11	15	36,4%	11	12	9,1%	49
Destituições de pátrio poder	78	101	29,5%	103	84	-18,4%	366

## INQUÉRITOS CIVIS E PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS

ESPECIFICAÇÕES	2009	2010	VARIA- ÇÃO 2009 A 2010 (%)	2011	2012	VARIA- ÇÃO 2011 A 2012 (%)	TOTAL
Processos judiciais recebidos	4632	5214	12,6%	5020	5682	13,2%	20548
Processos judiciais devolvidos	4564	5320	16,6%	4790	5332	11,3%	20006
Saldo de processos	323	263	-18,6%	564	350	-37,9%	1500
Audiências Judiciais	3284	3865	17,7%	2290	3062	33,7%	12501
Audiências Extrajudiciais	1764	1584	-10,2%	1015	1054	3,8%	5417
Pareceres e Requerimentos	2545	2174	-14,6%	1871	3075	64,4%	9665
Julgamentos procedente	445	218	-51,0%	381	390	2,4%	1434
Julgamentos c/ procedencia parcial	121	96	-20,7%	69	78	13,0%	364
Julgamentos improcedentes	25	11	-56,0%	29	39	34,5%	104
Atendimento ao público	10461	10850	3,7%	9595	10200	6,3%	41106
<b>PATRIMÔNIO PÚBLICO</b>							
Ações de execução	183	371	102,7%	468	537	14,7%	1559
Ações civil pública	291	571	96,2%	564	535	-5,1%	1961
Notificações e Requisições	385	1731	349,6%	1475	1965	33,2%	5556
Promoções e arquivamentos	432	205	-52,5%	213	250	17,4%	1100
Julgamentos prodes	37	35	-5,4%	47	61	29,8%	180
Julgamentos improcedentes	7	12	71,4%	18	12	-33,3%	49
Recomendações	110	108	-1,8%	111	110	-0,9%	439
Representações	199	94	-52,8%	132	233	76,5%	658
Termo de ajustamento de conduta	26	20	-23,1%	29	70	141,4%	145
Audiências Públicas	86	84	-2,3%	53	55	3,8%	278
Audiências Judiciais	68	183	169,1%	102	395	287,3%	748
Audiências Extrajudiciais	174	169	-2,9%	176	186	5,7%	705
Proced. Adm. e Inq. Civis Instaurados	239	881	268,6%	929	831	-10,5%	2880
Proced. Adm. e Inq. Civis Concluídos	195	812	316,4%	1158	719	-37,9%	2884
Proced. Adm. e Inq. Civis em andamento	1786	1788	0,1%	2576	2930	13,7%	9080
Processos recebidos	227	437	92,5%	820	1350	64,6%	2834
Processos devolvidos	194	397	104,6%	733	1237	68,8%	2561
Saldo de processos	33	98	197,0%	47	113	140,4%	291
Atendimento ao público	1398	1273	-8,9%	1008	1060	5,2%	4739
<b>SANÇÕES APLICAÇÃO P/ ATO IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA</b>							
Perdas de bens	8	39	387,5%	15	30	100,0%	92
Ressarcimento de dano	22	60	172,7%	28	32	14,3%	142
Perda da função pública	30	40	33,3%	16	23	43,8%	109

## INQUÉRITOS CIVIS E PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS

ESPECIFICAÇÕES	2009	2010	VARIA- ÇÃO 2009 A 2010 (%)	2011	2012	VARIA- ÇÃO 2011 A 2012 (%)	TOTAL
Suspensão dos direitos políticos	15	60	300,0%	29	44	51,7%	148
Multas civis	18	60	233,3%	31	52	67,7%	161
Proibição de contratar com o poder público	25	55	120,0%	25	38	52,0%	143
Proibições de receber créditos ou incentivos	25	45	80,0%	27	33	22,2%	130
<b>MEIO AMBIENTE</b>							
<b>FLORESTAS</b>							
Ações civis públicas	7	3	-57,1%	3	6	100,0%	19
Requisições	43	60	39,5%	66	116	75,8%	285
Arquivamentos	19	6	-68,4%	7	13	85,7%	45
Julgamentos procedentes	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Julgamentos improcedentes	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Recomendações	10	10	0,0%	19	11	-42,1%	50
Audiências públicas	15	10	-33,3%	13	12	-7,7%	50
Termo de ajustamento de conduta	16	11	-31,3%	2	2	0,0%	31
<b>FAUNA</b>							
Ações civis públicas	3	3	0,0%	1	0	-100,0%	7
Requisições	10	5	-50,0%	2	4	100,0%	21
Arquivamentos	0	0	0,0%	0	1	0,0%	1
Julgamentos procedentes	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Julgamentos improcedentes	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Recomendações	36	0	-100,0%	1	1	0,0%	38
Audiências públicas	6	4	-33,3%	5	3	-40,0%	18
Termo de ajustamento de conduta	4	2	-50,0%	0	0	0,0%	6
<b>LICENCIAMENTO</b>							
Ações civis públicas	0	1	0,0%	0	3	0,0%	4
Requisições	14	16	14,3%	40	30	-25,0%	100
Arquivamentos	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Julgamentos procedentes	0	1	0,0%	0	0	0,0%	1
Julgamentos improcedentes	0	0	0,0%	4	1	-75,0%	5
Recomendações	5	8	60,0%	3	6	100,0%	22
Audiências públicas	9	1	-88,9%	3	6	100,0%	19
Termo de ajustamento de conduta	34	1	-97,1%	1	2	100,0%	38
<b>LOTEAMENTOS</b>							
Ações civis públicas	7	1	-85,7%	2	2	0,0%	12
Requisições	9	8	-11,1%	3	6	100,0%	26
Arquivamentos	0	0	0,0%	0	1	0,0%	1
Julgamentos procedentes	0	1	0,0%	0	0	0,0%	1

## INQUÉRITOS CIVIS E PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS

ESPECIFICAÇÕES	2009	2010	VARIA- ÇÃO 2009 A 2010 (%)	2011	2012	VARIA- ÇÃO 2011 A 2012 (%)	TOTAL
Julgamentos improcedentes	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Recomendações	4	2	-50,0%	4	7	75,0%	17
Audiências públicas	2	2	0,0%	1	1	0,0%	6
Termo de ajustamento de conduta	1	0	-100,0%	2	3	50,0%	6
<b>POLUIÇÃO</b>							
Ações civis públicas	13	16	23,1%	13	16	23,1%	58
Requisições	174	118	-32,2%	111	190	71,2%	593
Arquivamentos	11	17	54,5%	9	22	144,4%	59
Julgamentos procedentes	0	1	0,0%	0	0	0,0%	1
Julgamentos improcedentes	0	0	0,0%	2	0	-100,0%	2
Recomendações	41	27	-34,1%	32	33	3,1%	133
Audiências públicas	7	3	-57,1%	7	10	42,9%	27
Termo de ajustamento de conduta	7	3	-57,1%	2	3	50,0%	15
<b>OUTROS</b>							
Ações civis públicas	13	15	15,4%	32	33	3,1%	93
Requisições	74	78	5,4%	161	138	-14,3%	451
Arquivamentos	17	37	117,6%	49	50	2,0%	153
Julgamentos procedentes	1	0	-100,0%	2	4	100,0%	7
Julgamentos improcedentes	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Recomendações	23	39	69,6%	21	27	28,6%	110
Termo de ajustamento de conduta	9	11	22,2%	8	13	62,5%	41
Audiências Públicas	44	63	43,2%	36	46	27,8%	189
Audiências Judiciais	87	59	-32,2%	67	77	14,9%	290
Audiências Extrajudiciais	89	93	4,5%	68	88	29,4%	338
Proced. Adm. e Inq. Civis Instaurados	108	122	13,0%	125	139	11,2%	494
Proced. Adm. e Inq. Civis Concluídos	258	428	65,9%	321	354	10,3%	1361
Proced. Adm. e Inq. Civis em andamento	1615	1298	-19,6%	1109	1312	18,3%	5334
Processos Recebidos	89	133	49,4%	156	236	51,3%	614
Processos Devolvidos	88	127	44,3%	153	228	49,0%	596
Saldo de Processos	10	14	40,0%	9	8	-11,1%	41
Atendimento ao público	1286	1199	-6,8%	1024	1036	1,2%	4545
<b>CONSUMIDOR:</b>							
Ações civil públicas	26	20	-23,1%	23	25	8,7%	94
Notificações e Requisições	564	359	-36,3%	385	375	-2,6%	1683
Promoções e arquivamentos	7	8	14,3%	24	27	12,5%	66
Julgamentos prodentes	8	5	-37,5%	2	3	50,0%	18

## INQUÉRITOS CIVIS E PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS

ESPECIFICAÇÕES	2009	2010	VARIA- ÇÃO 2009 A 2010 (%)	2011	2012	VARIA- ÇÃO 2011 A 2012 (%)	TOTAL
Julgamentos improcedentes	1	0	-100,0%	9	8	-11,1%	18
Recomendações	110	99	-10,0%	168	177	5,4%	554
Representações recebidas	34	29	-14,7%	46	59	28,3%	168
Termo de ajustamento de conduta	15	20	33,3%	11	14	27,3%	60
Audiências Públicas	7	4	-42,9%	12	13	8,3%	36
Audiências Judiciais	29	72	148,3%	70	133	90,0%	304
Audiências Extrajudiciais	202	100	-50,5%	267	279	4,5%	848
Proced. Adm. e Inq. Civis Instaurados	36	53	47,2%	133	135	1,5%	357
Proced. Adm. e Inq. Civis Concluídos	39	9	-76,9%	45	42	-6,7%	135
Proced. Adm. e Inq. Civis em andamento	132	249	88,6%	339	292	-13,9%	1012
Processos Recebidos	38	34	-10,5%	111	120	8,1%	303
Processos Devolvidos	27	63	133,3%	114	112	-1,8%	316
Saldo de processos	12	15	25,0%	17	8	-52,9%	52
Atendimento ao público	2419	1918	-20,7%	2080	1990	-4,3%	8407

### SAÚDE

Ações civil públicas	53	55	3,8%	54	58	7,4%	220
Notificações e Requisições	3227	1598	-50,5%	1060	1738	64,0%	7623
Promoções e arquivamentos	44	21	-52,3%	50	74	48,0%	189
Julgamentos prodescentes	19	28	47,4%	17	38	123,5%	102
Julgamentos improcedentes	3	3	0,0%	5	5	0,0%	16
Recomendações	73	91	24,7%	117	167	42,7%	448
Representações recebidas	57	35	-38,6%	53	56	5,7%	201
Termo de ajustamento de conduta	64	44	-31,3%	24	39	62,5%	171
Audiências Públicas	73	75	2,7%	74	79	6,8%	301
Audiências Judiciais	62	192	209,7%	137	182	32,8%	573
Audiências Extrajudiciais	147	163	10,9%	95	126	32,6%	531
Proced. Adm. e Inq. Civis Instaurados	62	33	-46,8%	43	56	30,2%	194
Proced. Adm. e Inq. Civis Concluídos	53	31	-41,5%	34	52	52,9%	170
Proced. Adm. e Inq. Civis em andamento	744	585	-21,4%	622	875	40,7%	2826
Processos Recebidos	61	82	34,4%	159	292	83,6%	594
Processos Devolvidos	60	77	28,3%	59	282	378,0%	478
Saldo de Processos	3	5	66,7%	0	10	0,0%	18
Atendimento ao público	1894	1706	-9,9%	1355	1610	18,8%	6565

### INSPEÇÃO SANITÁRIA DE COMPLEXIDADE

## INQUÉRITOS CIVIS E PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS

ESPECIFICAÇÕES	2009	2010	VARIA- ÇÃO 2009 A 2010 (%)	2011	2012	VARIA- ÇÃO 2011 A 2012 (%)	TOTAL
Baixa	4	14	250,0%	20	20	0,0%	58
Média	21	16	-23,8%	21	32	52,4%	90
Alta	24	25	4,2%	15	30	100,0%	94
Procedimentos de investigação prévia	18	21	16,7%	28	20	-28,6%	87
<b>MATÉRIA CIVEL - IDOSO</b>							
Ações civil públicas	8	24	200,0%	12	15	25,0%	59
Notificações e Requisições	361	233	-35,5%	322	961	198,4%	1877
Promoções e arquivamentos	44	51	15,9%	63	221	250,8%	379
Julgamentos proidentes	0	4	0,0%	0	10	0,0%	14
Julgamentos improcedentes	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Recomendações	13	45	246,2%	32	61	90,6%	151
Representações recebidas	7	5	-28,6%	19	28	47,4%	59
Fiscalização e atendimento em entidade	5	8	60,0%	5	6	20,0%	24
Procedimentos de investigação prévia	39	46	17,9%	48	50	4,2%	183
Termo de ajustamento de conduta	9	6	-33,3%	4	3	-25,0%	22
Palestras	19	35	84,2%	24	37	54,2%	115
Audiências Públicas	12	3	-75,0%	8	14	75,0%	37
Audiências Judiciais	56	55	-1,8%	77	84	9,1%	272
Audiências Extrajudiciais	86	48	-44,2%	100	136	36,0%	370
Proced. Adm. e Inq. Civis Instaurados	2	0	-100,0%	13	22	69,2%	37
Proced. Adm. e Inq. Civis Concluídos	14	10	-28,6%	31	47	51,6%	102
Proced. Adm. e Inq. Civis em andamento	298	338	13,4%	439	488	11,2%	1563
Processos Recebidos	9	7	-22,2%	55	82	49,1%	153
Processos Devolvidos	30	7	-76,7%	49	80	63,3%	166
Saldo de processos	0	0	0,0%	6	2	-66,7%	8
Atendimento ao público	1073	1024	-4,6%	1120	1199	7,1%	4416
<b>PORTADORES DE DEFICIENCIA</b>							
Ações civil públicas	17	17	0,0%	12	17	41,7%	63
Notificações e Requisições	825	576	-30,2%	949	972	2,4%	3322
Promoções e arquivamentos	55	124	125,5%	198	121	-38,9%	498
Julgamentos proidentes	8	12	50,0%	19	10	-47,4%	49
Julgamentos improcedentes	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Recomendações	13	20	53,8%	23	38	65,2%	94
Representações recebidas	2	0	-100,0%	44	47	6,8%	93



## INQUÉRITOS CIVIS E PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS

ESPECIFICAÇÕES	2009	2010	VARIA- ÇÃO 2009 A 2010 (%)	2011	2012	VARIA- ÇÃO 2011 A 2012 (%)	TOTAL
Fiscalização e atendimento em entidade	3	3	0,0%	7	8	14,3%	21
Procedimentos de investigação prévia	4	0	-100,0%	7	5	-28,6%	16
Termo de ajustamento de conduta	2	6	200,0%	10	10	0,0%	28
Palestras	7	11	57,1%	17	17	0,0%	52
Audiências Públicas	6	2	-66,7%	9	14	55,6%	31
Audiências Judiciais	16	29	81,3%	39	46	17,9%	130
Audiências Extrajudiciais	162	139	-14,2%	213	222	4,2%	736
Proced. Adm. e Inq. Civis Instaurados	145	139	-4,1%	95	92	-3,2%	471
Proced. Adm. e Inq. Civis Concluídos	248	109	-56,0%	52	57	9,6%	466
Proced. Adm. e Inq. Civis em andamento	1091	1049	-3,8%	1719	1488	-13,4%	5347
Processos Recebidos	47	52	10,6%	99	82	-17,2%	280
Processos Devolvidos	47	50	6,4%	99	80	-19,2%	276
Saldo de processos	0	1	0,0%	0	2	0,0%	3
Atendimento ao público	600	436	-27,3%	716	599	-16,3%	2351
<b>EDUCAÇÃO</b>							
Ações civil públicas	10	7	-30,0%	21	27	28,6%	65
Notificações e Requisições	409	504	23,2%	315	372	18,1%	1600
Promoções e arquivamentos	114	59	-48,2%	62	73	17,7%	308
Julgamentos proidentes	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Julgamentos improcedentes	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Recomendações	56	56	0,0%	59	65	10,2%	236
Representações recebidas	67	113	68,7%	81	84	3,7%	345
Procedimentos de investigação prévia	13	32	146,2%	84	85	1,2%	214
Inspeções	345	430	24,6%	115	118	2,6%	1008
Termo de ajustamento de conduta	6	7	16,7%	3	7	133,3%	23
Palestras	60	31	-48,3%	36	38	5,6%	165
Audiências Públicas	9	10	11,1%	5	9	80,0%	33
Audiências Judiciais	15	2	-86,7%	6	12	100,0%	35
Audiências Extrajudiciais	197	192	-2,5%	84	175	108,3%	648
Proced. Adm. e Inq. Civis Instaurados	144	39	-72,9%	39	54	38,5%	276
Proced. Adm. e Inq. Civis Concluídos	117	44	-62,4%	17	15	-11,8%	193
Proced. Adm. e Inq. Civis em andamento	1782	765	-57,1%	265	227	-14,3%	3039

## INQUÉRITOS CIVIS E PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS

ESPECIFICAÇÕES	2009	2010	VARIA- ÇÃO 2009 A 2010 (%)	2011	2012	VARIA- ÇÃO 2011 A 2012 (%)	TOTAL
Processos Recebidos	10	16	60,0%	55	83	50,9%	164
Processos Devolvidos	10	16	60,0%	50	80	60,0%	156
Saldo de processos	0	0	0,0%	5	3	-40,0%	8
Atendimento ao público	2115	2111	-0,2%	1732	1888	9,0%	7846
<b>ORDEM TRIBUTÁRIA</b>							
Ações civil públicas	6	8	33,3%	2	3	50,0%	19
Notificações e Requisições	10	14	40,0%	47	50	6,4%	121
Promoções e arquivamentos	1	1	0,0%	6	8	33,3%	16
Julgamentos proidentes	0	0	0,0%	1	1	0,0%	2
Julgamentos improcedentes	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Recomendações	12	11	-8,3%	14	15	7,1%	52
Representações recebidas	12	13	8,3%	20	21	5,0%	66
Procedimentos de investi- gação prévia	39	43	10,3%	20	28	40,0%	130
Inspeções	0	10	0,0%	14	12	-14,3%	36
Termo de ajustamento de conduta	0	1	0,0%	11	18	63,6%	30
Palestras	0	3	0,0%	5	5	0,0%	13
Audiências Públicas	4	1	-75,0%	1	1	0,0%	7
Audiências Judiciais	10	12	20,0%	4	6	50,0%	32
Audiências Extrajudiciais	24	27	12,5%	44	55	25,0%	150
Proced. Adm. e Inq. Civis Instaurados	2	5	150,0%	7	10	42,9%	24
Proced. Adm. e Inq. Civis Concluídos	0	14	0,0%	43	40	-7,0%	97
Proced. Adm. e Inq. Civis em andamento	66	65	-1,5%	46	55	19,6%	232
Processos Recebidos	7	2	-71,4%	3	4	33,3%	16
Processos Devolvidos	4	2	-50,0%	2	4	100,0%	12
Saldo de processos	0	0	0,0%	0	4	0,0%	4
Atendimento ao público	58	135	132,8%	168	170	1,2%	531
<b>FUNDAÇÕES</b>							
Acordos judiciais	0	1	0,0%	2	2	0,0%	5
Acordos Extrajudiciais	21	21	0,0%	11	14	27,3%	67
Análise de estatuto	19	9	-52,6%	4	10	150,0%	42
Análise de prestação de contas	34	26	-23,5%	16	14	-12,5%	90
Petições iniciais ajuizadas	2	2	0,0%	2	5	150,0%	11
Pedidos procedentes	6	2	-66,7%	0	1	0,0%	9
Pedidos improcedentes	0	0	0,0%	0	1	0,0%	1
Notificações e requisições	98	150	53,1%	345	573	66,1%	1166
Audiências públicas	6	2	-66,7%	6	8	33,3%	22

## INQUÉRITOS CIVIS E PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS

ESPECIFICAÇÕES	2009	2010	VARIA- ÇÃO 2009 A 2010 (%)	2011	2012	VARIA- ÇÃO 2011 A 2012 (%)	TOTAL
Audiências Judiciais	77	103	33,8%	109	177	62,4%	466
Audiências Extrajudiciais	93	89	-4,3%	104	121	16,3%	407
Proced. Adm. e Inq. Civis Instaurados	44	30	-31,8%	140	256	82,9%	470
Proced. Adm. e Inq. Civis Concluídos	21	11	-47,6%	135	157	16,3%	324
Proced. Adm. e Inq. Civis em andamento	43	44	2,3%	25	25	0,0%	137
Processos Recebidos	6	11	83,3%	5	13	160,0%	35
Processos Devolvidos	6	11	83,3%	5	13	160,0%	35
Saldo de processos	0	0	0,0%	2	0	-100,0%	2
Atendimento ao público	588	711	20,9%	626	785	25,4%	2710
<b>CIDADÃO</b>							
Ações civil públicas	66	96	45,5%	239	244	2,1%	645
Notificações e Requisições	1034	845	-18,3%	1383	1216	-12,1%	4478
Promoções e arquivamentos	32	79	146,9%	94	106	12,8%	311
Julgamentos proidentes	9	19	111,1%	2	3	50,0%	33
Julgamentos improcedentes	3	11	266,7%	1	2	100,0%	17
Recomendações	141	131	-7,1%	167	171	2,4%	610
Representações recebidas	58	37	-36,2%	50	106	112,0%	251
Procedimentos de investigação prévia	37	22	-40,5%	19	22	15,8%	100
Inspeções	79	61	-22,8%	62	68	9,7%	270
Termo de ajustamento de conduta	3	13	333,3%	12	22	83,3%	50
Palestras	106	129	21,7%	52	66	26,9%	353
Audiências Públicas	22	3	-86,4%	17	22	29,4%	64
Audiências Judiciais	387	349	-9,8%	344	353	2,6%	1433
Audiências Extrajudiciais	231	123	-46,8%	207	240	15,9%	801
Proced. Adm. e Inq. Civis Instaurados	146	96	-34,2%	76	89	17,1%	407
Proced. Adm. e Inq. Civis Concluídos	58	35	-39,7%	32	36	12,5%	161
Proced. Adm. e Inq. Civis em andamento	1092	1665	52,5%	2290	2095	-8,5%	7142
Processos Recebidos	437	276	-36,8%	180	375	108,3%	1268
Processos Devolvidos	421	259	-38,5%	177	345	94,9%	1202
Saldo de processos	16	17	6,3%	23	30	30,4%	86
Atendimento ao público	7116	6756	-5,1%	6859	7345	7,1%	28076
<b>MATÉRIA CIVEL - ITINERANTE</b>							
<b>EDUCAÇÃO</b>							
Audiências	15	14	-6,7%	17	12	-29,4%	58

## INQUÉRITOS CIVIS E PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS

ESPECIFICAÇÕES	2009	2010	VARIA- ÇÃO 2009 A 2010 (%)	2011	2012	VARIA- ÇÃO 2011 A 2012 (%)	TOTAL
Arquivamentos	0	0	0,0%	0	3	0,0%	3
Termo de ajustamento de conduta	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Execução - TAC	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Notificações e Requisições	3	4	33,3%	5	6	20,0%	18
Recomendações e solicitações	6	4	-33,3%	7	17	142,9%	34
Reuniões externas	1	2	100,0%	4	5	25,0%	12
Procedimentos Administrativos Instaurados	1	1	0,0%	0	0	0,0%	2
Procedimentos Administrativos Concluídos	1	1	0,0%	0	0	0,0%	2
Procedimentos Administrativos em Andamento	2	3	50,0%	0	0	0,0%	5
Atendimento ao público	35	58	65,7%	66	71	7,6%	230
<b>TRANSPORTE</b>							
Audiências	4	2	-50,0%	5	5	0,0%	16
Arquivamentos	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Termo de ajustamento de conduta	3	1	-66,7%	1	1	0,0%	6
Execução - TAC	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Notificações e Requisições	1	2	100,0%	5	11	120,0%	19
Recomendações e solicitações	1	2	100,0%	8	14	75,0%	25
Reuniões externas	2	1	-50,0%	1	2	100,0%	6
Procedimentos Administrativos Instaurados	1	0	-100,0%	0	0	0,0%	1
Procedimentos Administrativos Concluídos	1	0	-100,0%	0	0	0,0%	1
Procedimentos Administrativos em Andamento	2	3	50,0%	1	1	0,0%	7
Atendimento ao público	7	13	85,7%	12	14	16,7%	46
<b>SEGURANÇA</b>							
Audiências	13	6	-53,8%	5	6	20,0%	30
Arquivamentos	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Termo de ajustamento de conduta	0	1	0,0%	1	0	-100,0%	2
Execução - TAC	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Notificações e Requisições	15	27	80,0%	20	23	15,0%	85
Recomendações e solicitações	6	10	66,7%	9	10	11,1%	35
Reuniões externas	1	2	100,0%	2	2	0,0%	7

## INQUÉRITOS CIVIS E PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS

ESPECIFICAÇÕES	2009	2010	VARIA- ÇÃO 2009 A 2010 (%)	2011	2012	VARIA- ÇÃO 2011 A 2012 (%)	TOTAL
Procedimentos Administra- tivos Instaurados	4	6	50,0%	3	5	66,7%	18
Procedimentos Administra- tivos Concluídos	1	1	0,0%	1	2	100,0%	5
Procedimentos Administra- tivos em Andamento	3	3	0,0%	2	2	0,0%	10
Atendimento ao público	56	25	-55,4%	23	25	8,7%	129
<b>INFRA-ESTRUTURA</b>							
Audiências	2	4	100,0%	6	0	-100,0%	12
Arquivamentos	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Termo de ajustamento de conduta	0	0	0,0%	1	0	-100,0%	1
Execução – TAC	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Notificações e Requisições	0	0	0,0%	8	12	50,0%	20
Recomendações e solici- tações	2	3	50,0%	5	4	-20,0%	14
Reuniões externas	1	1	0,0%	1	2	100,0%	5
Procedimentos Administra- tivos Instaurados	2	1	-50,0%	1	1	0,0%	5
Procedimentos Administra- tivos Concluídos	1	1	0,0%	2	2	0,0%	6
Procedimentos Administra- tivos em Andamento	4	14	250,0%	6	6	0,0%	30
Atendimento ao público	17	8	-52,9%	13	16	23,1%	54
<b>CONSUMIDOR:</b>							
Audiências	23	39	69,6%	56	54	-3,6%	172
Arquivamentos	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Termo de ajustamento de conduta	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Execução – TAC	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Notificações e Requisições	23	22	-4,3%	3	4	33,3%	52
Recomendações e solici- tações	1	2	100,0%	2	2	0,0%	7
Reuniões externas	2	1	-50,0%	0	0	0,0%	3
Procedimentos Administra- tivos Instaurados	5	3	-40,0%	0	0	0,0%	8
Procedimentos Administra- tivos Concluídos	1	1	0,0%	1	1	0,0%	4
Procedimentos Administra- tivos em Andamento	4	2	-50,0%	2	4	100,0%	12
Atendimento ao público	45	87	93,3%	59	98	66,1%	289
<b>FAMILIA</b>							
Audiências	336	238	-29,2%	300	317	5,7%	1191

## INQUÉRITOS CIVIS E PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS

ESPECIFICAÇÕES	2009	2010	VARIA- ÇÃO 2009 A 2010 (%)	2011	2012	VARIA- ÇÃO 2011 A 2012 (%)	TOTAL
Arquivamentos	0	5	0,0%	4	5	25,0%	14
Termo de ajustamento de conduta	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Execução – TAC	2	0	-100,0%	1	1	0,0%	4
Notificações e Requisições	15	40	166,7%	53	100	88,7%	208
Recomendações e solicitações	10	13	30,0%	12	18	50,0%	53
Reuniões externas	10	7	-30,0%	1	1	0,0%	19
Procedimentos Administrativos Instaurados	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Procedimentos Administrativos Concluídos	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Procedimentos Administrativos em Andamento	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Atendimento ao público	272	260	-4,4%	486	785	61,5%	1803
<b>INFÂNCIA E JUVENTUDE</b>							
Audiências	45	62	37,8%	80	88	10,0%	275
Arquivamentos	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Termo de ajustamento de conduta	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Execução – TAC	0	1	0,0%	1	0	-100,0%	2
Notificações e Requisições	5	15	200,0%	22	55	150,0%	97
Recomendações e solicitações	8	9	12,5%	9	14	55,6%	40
Reuniões externas	3	5	66,7%	2	5	150,0%	15
Procedimentos Administrativos Instaurados	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Procedimentos Administrativos Concluídos	1	0	-100,0%	1	0	-100,0%	2
Procedimentos Administrativos em Andamento	1	2	100,0%	1	0	-100,0%	4
Atendimento ao público	75	115	53,3%	260	802	208,5%	1252
<b>SAUDE</b>							
Audiências	16	8	-50,0%	8	9	12,5%	41
Arquivamentos	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Termo de ajustamento de conduta	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Execução – TAC	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0
Notificações e Requisições	7	11	57,1%	12	13	8,3%	43
Recomendações e solicitações	12	14	16,7%	15	33	120,0%	74
Reuniões externas	1	1	0,0%	3	5	66,7%	10

## INQUÉRITOS CIVIS E PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS

ESPECIFICAÇÕES	2009	2010	VARIA- ÇÃO 2009 A 2010 (%)	2011	2012	VARIA- ÇÃO 2011 A 2012 (%)	TOTAL
Procedimentos Administra- tivos Instaurados	1	0	-100,0%	0	0	0,0%	1
Procedimentos Administra- tivos Concluídos	1	0	-100,0%	0	0	0,0%	1
Procedimentos Administra- tivos em Andamento	4	0	-100,0%	0	0	0,0%	4
Atendimento ao público	16	27	68,8%	16	41	156,3%	100
<b>OUTROS</b>							
Arquivamentos	0	0	0,0%	10	53	430,0%	63
Termo de ajustamento de conduta	24	14	-41,7%	1	1	0,0%	40
Execução – TAC	0	0	0,0%	0	1	0,0%	1
Notificações e Requisições	4	7	75,0%	16	59	268,8%	86
Recomendações e solici- tações	25	16	-36,0%	47	95	102,1%	183
Reuniões externas	21	16	-23,8%	15	29	93,3%	81
Audiências Públicas	12	28	133,3%	11	16	45,5%	67
Audiências Judiciais	189	48	-74,6%	70	72	2,9%	379
Audiências Extrajudiciais	52	25	-51,9%	27	33	22,2%	137
Proced. Adm. e Inq. Civis Instaurados	8	32	300,0%	5	0	-100,0%	45
Proced. Adm. e Inq. Civis Concluídos	14	1	-92,9%	2	0	-100,0%	17
Proced. Adm. e Inq. Civis em andamento	206	116	-43,7%	52	54	3,8%	428
Processos Recebidos	236	144	-39,0%	72	80	11,1%	532
Processos Devolvidos	231	109	-52,8%	40	50	25,0%	430
Saldo de processos	25	35	40,0%	32	30	-6,3%	122
Atendimento ao público	616	328	-46,8%	718	635	-11,6%	2297
<b>JUNTO AS TURMAS RECURSAIS</b>							
<b>PROCESSOS CRIMINAIS</b>							
Recebidos	469	333	-29,0%	198	195	-1,5%	1195
Devolvidos	478	295	-38,3%	186	186	0,0%	1145
Saldo	34	71	108,8%	15	9	-40,0%	129
Manifestações e pareceres	273	158	-42,1%	100	114	14,0%	645
<b>PROCESSOS CÍVEIS</b>							
Recebidos	1129	633	-43,9%	517	526	1,7%	2805
Devolvidos	1150	723	-37,1%	499	506	1,4%	2878
Saldo	180	186	3,3%	18	20	11,1%	404
Manifestação e pareceres	774	403	-47,9%	121	132	9,1%	1430
Sessões	164	70	-57,3%	34	36	5,9%	304
Atendimento ao público	702	359	-48,9%	92	100	8,7%	1253

## INQUÉRITOS CIVIS E PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS

ESPECIFICAÇÕES	2009	2010	VARIA- ÇÃO 2009 A 2010 (%)	2011	2012	VARIA- ÇÃO 2011 A 2012 (%)	TOTAL
<b>JUIZADO ESPECIAL CÍVEL</b>							
Processos Recebidos	472	526	11,4%	299	326	9,0%	1623
Processos Devolvidos	446	546	22,4%	243	310	27,6%	1545
Saldo de processos	89	73	-18,0%	58	16	-72,4%	236
Audiências	704	591	-16,1%	852	817	-4,1%	2964
Pareceres	486	452	-7,0%	188	343	82,4%	1469
Atendimento ao público	1803	1577	-12,5%	858	870	1,4%	5108

Fonte: Corregedoria Geral do Ministério Público do Maranhão







**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça